

Universidade Federal de Goiás
Instituto de Estudos Sócioambientais
Programa de Pós Graduação em Geografia.

CINTIA NEVES GODOI

O Sudoeste Goiano e a Rede Técnica Produtiva. Fluxos e dinâmica no interior do Território.

Goiânia, março de 2012.

CINTIA NEVES GODOI

O Sudoeste Goiano e a Rede Técnica Produtiva. Fluxos e dinâmica no interior do Território.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócioambientais, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus
Co-orientador: Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais.

Goiânia, março de 2012.

TESE DE DOUTORADO

Área de Concentração: Formação socioespacial.

Goiânia, março de 2012.

Resumo:

Conhecer e compreender o papel do Sudoeste Goiano e como este se incorporou à rede produtiva hodierna se constituiu nosso objetivo nesta pesquisa. A tese defendida é que o Sudoeste Goiano é uma região que desde sua povoação se inseriu como um centro produtivo e exportador, tendo como hipótese que a rede política se articulou para estabelecer uma rede técnica - que ainda vem sendo construída – e instrumentalizar as transformações no espaço do Sudoeste Goiano. Esta tese se construiu como análise dos movimentos no espaço, falamos acerca do papel ativo do espaço, do local na rede. Quisemos expor que o espaço não é passivo, não é só fronteira chamada a participar de uma rede produtiva. A intenção foi enxergar como o local buscou a rede, quis ser parte, foi ativo no processo de inserção em uma dinâmica produtiva maior. Obviamente não queremos dizer que não houve as outras formas de movimento, contra a rede e suas formas hegemônicas, ou como a própria rede agiu sobre o objeto de análise. A escolha de enxergar o Sudoeste Goiano como objeto, como espaço ativo em busca da rede, retrata como é possível contribuir para captar os movimentos no espaço, enxergando suas diversas nuances e ângulos. Pois, o Sudoeste Goiano possuía agentes que através de escolhas políticas buscaram participar de um espaço produtivo mais articulado, o que foi possível analisar e expor conforme a construção da periodização. Assim, os agentes ascenderam, se organizaram, formaram uma rede política. Os agentes políticos pensaram, se articularam, construíram objetos que permitiram agir. Da rede política se construiu, portanto, a rede técnica e, a partir da soma rede técnica e política o espaço se tornou dinâmico, ascendeu na rede produtiva, ancorou processos e aprofundou relações.

Palavras Chave: Sudoeste Goiano, Rede técnica e produtiva, Território.

Resumen:

Conocer y comprender el papel del Sudoeste Goiano y cómo fué incorporado en la red productiva hoy en nuestros días fue nuestro objetivo en esta investigación. La tesis que proponemos es que el Sudoeste Goiano es una región que desde el inicio se constituyó como un centro de producción exportador, con el supuesto de que la red política se hizo una articulación con fines de establecer una red técnica - que aún está siendo construida – y instrumentalizar las transformaciones en el espacio del Sudoeste Goiano. Esta tesis fue construida como análisis de los movimientos en el espacio, hablamos sobre el papel activo del

espacio, de los locales y en la red. Hemos querido exponer que el espacio no es pasivo, no es solamente una frontera llamada para unirse a una red productiva. La intención era mirar cómo el Sudoeste Goiano buscó la red, quería hacer parte, estuvo activo en el proceso de inserción en una dinámica más productiva. Obviamente no queremos decir que no tuvieran otras formas de movimiento, contra la red y sus formas hegemónicas, o como la propia red actuó en el objeto de análisis. La opción para ver el Sudoeste Goiano como objeto, como un espacio activo en la búsqueda de la red, muestra cómo puede contribuir a captar los movimientos en el espacio, viendo sus matices y ángulos distintos. Pues el Sudoeste Goiano tenía agentes que a través de decisiones políticas trató de participar en un espacio productivo más articulado, que fue posible analizar y exponer a través de la Periodización. Así, los agentes se ascendieron, se organizaron y formaron una red política. Los agentes políticos se articularon y construyeron objetos que les permitieron actuar. Con la red política se construyó, por lo tanto, la red técnica y, a través de la suma - red técnica y política - el espacio se convirtió en dinámico, ascendió en la red productiva, ancló procesos y profundizó las relaciones.

Palabras Clave: Sudoeste Goiano, Rede técnica y produtiva, Território.

Abstract:

Know and understand the meaning of Sudoeste Goiano and how it was incorporated into a productive network nowadays was our goal in this research. The thesis is that the Sudoeste Goiano is a region that since the beginning of the settlement was formed as a productive and exporter centre, with the assumption that the policy network was articulated in order to establish a technical network - which is still being built - and instrumentalize transformations in the Sudoeste Goiano space. This thesis was built as an analysis of movements in space, we talk about the active role of space, about the local places in the network. We wanted to expose that space is not passive, it is not only a border called the join a productive network. The intention was to see how the local places try to get into the network, the local places wanted to be part, they were an active force in the process of insertion into a more productive dynamic. Obviously we don't want to say that there weren't other forms of movement, against the network and its hegemonic forms, or how the network itself has acted on the object of analysis. The choice to see the Sudoeste Goiano as an object, as an active space searching for the productive network, depicts how can contribute to capture the movements in space, seeing its various nuances and angles. Therefore, the Sudoeste Goiano had agents that through

political choices sought to participate in a more articulate productive space, what was possible to analyze and expose while the construction of periodization was built. Thus, the agents grew and became stronger, organized themselves, and formed a political network. The policy agents planned and articulated themselves, and then built objects that allowed their actions. From the policy network was built the technical network and, from the sum of technical and political network, the space became dynamic, ascended in productive network, anchored and deepened processes and relationships.

Keywords: Sudoeste Goiano, Technical and productive network, Territory.

CINTIA NEVES GODOI

O SUDOESTE GOIANO E A REDE TÉCNICA PRODUTIVA. FLUXOS E DINÂMICA NO
INTERIOR DO TERRITÓRIO.

Prof. Dr. João Batista de Deus (orientador) IESA UFG

Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais (co-orientador) IESA UFG

Prof. Dr. Manoel Calaça IESA UFG

Prof. Dra. Celene Cunha Barreiras

Prof. Dra. Leila C. Duarte Dias

Prof. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Resultado: _____

Goiânia, março de 2012.

Sumário:

Introdução:	08
Parte 01: O Sudoeste Goiano na contemporaneidade.	13
A produção agroindustrial contemporânea.	13
O Território e agentes no Sudoeste Goiano.	27
A Rede e a dinâmica espacial.	30
A possibilidade do conceito de CAI – Complexos Agroindustriais.	34
A relação entre o Conceito de Rede e de CAI.	35
A rede urbana e as articulações no espaço.	44
Parte 02: A Rede Técnica do Sudoeste Goiano.	53
A técnica como instrumento de transformação do espaço.	53
Circulação e serviços - a dinâmica dos fluxos.	59
A rede de circulação e produção – estrutura e potencialidades	62
A rede rodoviária – eixos de circulação e de exclusão	64
A rede rodoviária e os fluxos da produção regional	74
A ausência da ferrovia e os projetos da Ferronorte e da Norte-Sul.	83
O projeto da Ferronorte e a dinamização dos fluxos no interior do território.	84
O projeto da Norte-Sul e as possibilidades de escoamento para o Sudoeste Goiano.	87
A estrutura hidroviária – as bacias Tocantins – Araguaia e Paraná como potencialidades.	90
A rede de telecomunicações – estrutura disponível e projetos.	96
A rede de Serviços e o território produtivo.	103
A estrutura para fornecimento e captação de Energia Elétrica.	103
A rede Financeira e Bancária e o suporte às movimentações capitalistas.	110

Parte 03: O local e a rede.	116
O Sul e o Sudoeste Goianos e a rede produtiva.	119
A inserção de Goiás em uma rede produtiva.	121
Goiás como fronteira.	135
A ferrovia como símbolo de um espaço produtivo.	138
Goiás periférico ou parte de uma dinâmica de outro tempo.	146
A força econômica do Sul e Sudoeste Goiano.	150
Parte 04: As articulações do local.	161
O local em busca de força política.	162
A fazenda como centro produtivo.	173
As articulações de agentes locais e regionais.	178
Pedro Ludovico – agente político	185
Parte 05: A organização de uma rede produtiva nacional.	188
Urbanização e transformações da sociedade.	190
Goiânia e os caminhos para Goiás.	193
A nova capital e o projeto capitalista.	198
A luta pela rede técnica.	204
Crescimento para Goiás.	206
Parte 06: A organização de uma rede produtiva internacional.	209
O projeto capitalista mundial, o desenvolvimentismo no Brasil e no Sudoeste Goiano.	209
O Sudoeste Goiano tecnificado e exportador.	220
Grandes empresas se instalam no Sudoeste Goiano.	232
As transformações recentes.	239

Considerações Finais	241
Referências bibliográficas	247
Apêndice	258

Lista de Mapas:

Mapa 01: Regiões de Planejamento de Goiás, 2011.	10
Mapa 02: Origem dos insumos na produção agropecuária, Brasil, 2007.	26
Mapa 03: Pivôs de Irrigação em Edwards, Kansas, E.U.A.	40
Mapa 04: Pivôs de Irrigação em Rio Verde,- GO, Brasil.	41
Mapa 05: Hierarquia Urbana do Sudoeste Goiano.	48
Mapa 06: Sudoeste Goiano. Terreno.	61
Mapa 07: Malha Viária de Goiás, 2011.	66
Mapa 08: Traçado da Rodovia BR 158.	67
Mapa 09: Traçado da Rodovia BR 060.	69
Mapa 10: Traçado Rodovia BR 452.	70
Mapa 11: Projeto Corredor Goiânia-Cuiabá, 2009.	71
Mapa 12: Traçado Rodovia BR 364.	73
Mapa 13: Logística do transporte de álcool e açúcar da Usina Santa Helena em Santa Helena de Goiás, 2011.	75
Mapa 14: Convergência dos fluxos da COMIGO para transformação em Rio Verde. Abril, 2011.	76
Mapa 15: Estabelecimentos COMIGO, Sudoeste Goiano, abril de 2011.	79
Mapa 16: Rede de circulação Brasil <i>Foods</i> , Rio Verde, abril de 2011.	81
Mapa 17: Traçado Ferrovia FerroNorte e Ferrovia Planejada.	86
Mapa 18: Traçado Projeto Ferrovia Norte-Sul.	88
Mapa 19: Possibilidades de escoamento da Produção por Hidrovias no Sudoeste Goiano, Brasil 2009.	92
Mapa 20: Empresas de Telecomunicação que atuam no Sudoeste Goiano e Estados de suas sedes. Brasil, 2009.	99
Mapa 21: Banda larga e rede de fibra óptica no Brasil, 2010.	101
Mapa 22: Projeto Banda Larga para 2014 que contempla o Sudoeste Goiano e demais áreas do país.	102
Mapa 23: Usinas, Estações e Linhas de Transmissão de Energia Elétrica em Goiás, 2009.	108
Mapa 24: Bacia do Rio Paranaíba e seus principais afluentes. Brasil, 2009.	109

Mapa 25: Principais Usinas e Barragens de Aproveitamento Hidrelétrico na Bacia do Rio Paranaíba, Sudoeste Goiano, 2009.	110
Mapa 26: Agências Bancárias no Sudoeste Goiano, Brasil, 2009.	114
Mapa 27: Sertão da Farinha Podre e Sudoeste de Goiás: estradas e arraiais goianos no século XIX.	127
Mapa 28: Jataí e seus habitantes em 1908.	131
Mapa 29: Paralelo 16 em Goiás.	151
Mapa 30: Ano de instalação dos municípios em Goiás.	166
Mapa 31: Estradas de Rodagem, Goiás, 1920.	182
Mapa 32: Distância Municípios da Capital em Goiás.	197

Lista de Fotos e Figuras:

Fotografia 01: “Soja pode aliviar fome no Brasil” e novos produtos feitos de soja.	21
Fotografia 02: COMIGO em Rio Verde e loja da COMIGO. Abril de 2011.	78
Fotografia 03: Caminhões chegando para descarregar. Brasil <i>Foods</i> , Rio Verde, abril de 2011.	82
Fotografia 04: Propaganda da Ferrovia Norte – Sul em Rio Verde e em Santa Helena de Goiás. Abril, 2011.	89
Fotografia 05: Caminhão adentrando Goiás pela rodovia BR 153 levando maquinários.	119
Fotografia 06: Fragmento do prato azul pombinho.	126
Fotografia 07: Maquete representativa da Praça Rui Barbosa em Uberaba após 1850.	129
Fotografia 08: Índios Bororos em Rio Verde - Goiás, 1890 e Habitantes de Goiás.	131
Fotografia 09: Ponte sobre o Rio Grande, divisa entre São Paulo e o Triângulo Mineiro.	140
Fotografia 10: Estação Mogiana Uberaba, 1920.	141
Fotografia 11: Estações Ferroviárias em Goiandira e Catalão, Goiás.	143
Fotografia 12: Estação Ferroviária de Catalão, 1926.	144
Fotografia 13: Museu do Zebu, Uberaba, 2010.	164
Fotografia 14: Pilastras da antiga ponte Affonso Pena e atual ponte Afonso Pena.	180
Fotografia 15: Prodecer e propaganda acerca da importância socioeconômica da soja.	227
Fotografia 16: Criação da COMIGO.	236
Figura 01: Trecho de <i>Estória do Aparelho Azul Pombinho</i> .	124
Figura 02: Matéria em “A Informação Goyana” acerca de Antonio Vaz.	163

Lista de Quadros e Tabelas:	
Tabela 01: Principais produtos exportados, Goiás, 2010.	14
Tabela 02: Balança comercial, exportação e importação de Rio Verde, Jataí e Goiânia, 2010.	16
Tabela 03: Municípios que se destacam na balança comercial de exportação e importação em Goiás.	17
Tabela 04: Principais produtos exportados, Brasil, 2010.	18
Tabela 05: Estado de Goiás: área, população residente, ICMS e, PIB segundo as regiões de planejamento.	23
Tabela 06: Perfil dos municípios do Sudoeste Goiano, 2007.	51
Tabela 07: Perfil dos municípios do Sudoeste Goiano, 2010.	52
Tabela 08: Rebanho por regiões. Goiás, 1920.	167
Tabela 09: Serviços de Iluminação Pública em áreas urbana por Estado, Brasil, 1920.	168
Tabela 10: Serviços de Esgoto Sanitário em áreas urbana por Estado, Brasil, 1920.	169
Tabela 11: Serviços de Água Encanada em áreas urbana por Estado, Brasil, 1920.Melhoramentos Urbanos – 1920.	170
Tabela 12: Serviços de Melhoramentos Urbanos (abastecimento de água potável, esgotos e iluminação publica) nas sedes municipais, Brasil, 1936.	171
Tabela 13: Estabelecimentos Industriais por Estado, 1907.	174
Tabela 14: População do Brasil por Estados, 1908 a 1912.	176
Tabela 15: Utilização de Tratores em Goiás, 1950 e 1960.	219
Tabela 16: Participação das Regiões nas AGFs – valor (%)	233
Quadro 01: Densidade demográfica Brasil 1872 – 1912.	153
Quadro 02: Artigos Exportados por Goiás de 1919 a 1923.	156
Quadro 03: Principais Objetivos do PLADESCO para o Estado de Goiás.	223
Quadro 04: Principais Objetivos do POLOCENTRO em Goiás	234

Lista de Gráficos:

Gráfico 01: Movimento de compra e venda de imóveis rurais em Goiás, 1850 – 1910.	135
Gráfico 02: Valores das Exportações do Estado de Goiás, 1933 a 1939.	203
Gráfico 03: Área colhida de feijão, arroz e mandioca, 1950 a 1980. (mil – ha)	229
Gráfico 04: Área colhida de milho de 1950 a 1980 e Soja de 1973 a 1980. (mil ha)	230
Gráfico 05: Evolução do efetivo bovino (mil cabeças).	230

Introdução

Esta tese nasceu como continuidade de um projeto de entender melhor a dinâmica das áreas interioranas do país, especialmente uma parte de Goiás.

No mestrado estudei as relações estabelecidas por Uberlândia-MG que auxiliaram o município a se tornar um centro importante no interior e na hierarquia urbana brasileira, projeto que retomei no doutorado com novo foco e em parceria com meu orientador Prof. Dr. Joao Batista de Deus e co-orientador Prof. Dr. Tadeu Alencar Arrais, e dei continuidade a esta linha de análise enfocando desta vez o Sudoeste Goiano, sua rede técnica e produtiva, que denominamos como rede complexa produtiva.

Tal proposta deveria ser mais técnica e voltada para a atualidade. Entretanto, conforme os dados foram acessados para fins desta pesquisa, e relacionados com a história do Sudoeste, foi impossível não utilizar criticamente as análises realizadas acerca da dinâmica histórica do interior do território mineiro e goiano.

Na construção histórica do Triângulo Mineiro, notamos um discurso desenvolvimentista atrelado à localização geográfica desta área estar intimamente ligada a uma zona de passagem para o território goiano. Paradoxalmente, nos deparamos com algumas leituras acerca do território Goiano que apresentavam um estado frágil, sem grandes movimentações e representação econômica.

Ante o exposto, delineamos análises que expõem essas diferenças de visão, as contradições de um estado produtivo e estagnado, com intuito de mostrar e ressaltar uma dinâmica específica de relações no espaço e, que tal dinâmica auxiliou a construir o espaço produtivo que hoje é o Sudoeste Goiano.

É imprescindível deixar claro que se trata de uma tese sobre movimentos no espaço, falamos acerca do papel ativo do espaço, do local na rede. Quisemos expor que o espaço não é passivo, não é só fronteira chamada a participar de uma rede complexa produtiva.

Na geografia há diversas abordagens sobre o papel do local na rede e podemos elencar ao menos três das diversas formas de enxergar esse processo. A primeira trata da chegada da rede ao local, como o envolve. A segunda se concentra em enxergar como o local luta contra as imposições da rede. Essas duas formas citadas talvez sejam as mais estudadas.

A terceira forma busca compreender como o local se insere na rede. E, nesta pesquisa a intenção foi enxergar como o local buscou a rede, quis ser parte, foi ativo no processo de inserção em uma dinâmica produtiva maior. Obviamente não queremos dizer que

não houve as outras formas de movimento, contra a rede e suas formas hegemônicas, ou como a própria rede agiu sobre o objeto de análise.

A escolha de enxergar o Sudoeste Goiano como objeto, como espaço ativo em busca da rede, retrata como é possível contribuir para captar os movimentos no espaço, enxergando suas diversas nuances e ângulos. Pois, o Sudoeste Goiano possuía agentes que através de escolhas políticas buscaram participar de um espaço produtivo mais articulado, o que foi possível analisar e expor conforme a construção da periodização.

Assim, os agentes ascenderam, se organizaram, formaram uma rede política. Os elementos políticos pensaram, se articularam, construíram objetos que permitiram agir. Da rede política se construiu, portanto, a rede técnica e, a partir da soma rede técnica e política o espaço se tornou dinâmico, ascendeu na rede produtiva, ancorou processos e aprofundou relações.

Conhecer e compreender o papel do Sudoeste Goiano e como este se incorporou à rede produtiva hodierna se constituiu como objetivo desta pesquisa. A tese que defendida é que o Sudoeste Goiano é uma região que desde sua povoação se inseriu como um centro produtivo e exportador, tendo como hipótese que a rede política se articulou para estabelecer uma rede técnica - que ainda vem sendo construída – e instrumentalizar as transformações no espaço do Sudoeste Goiano.

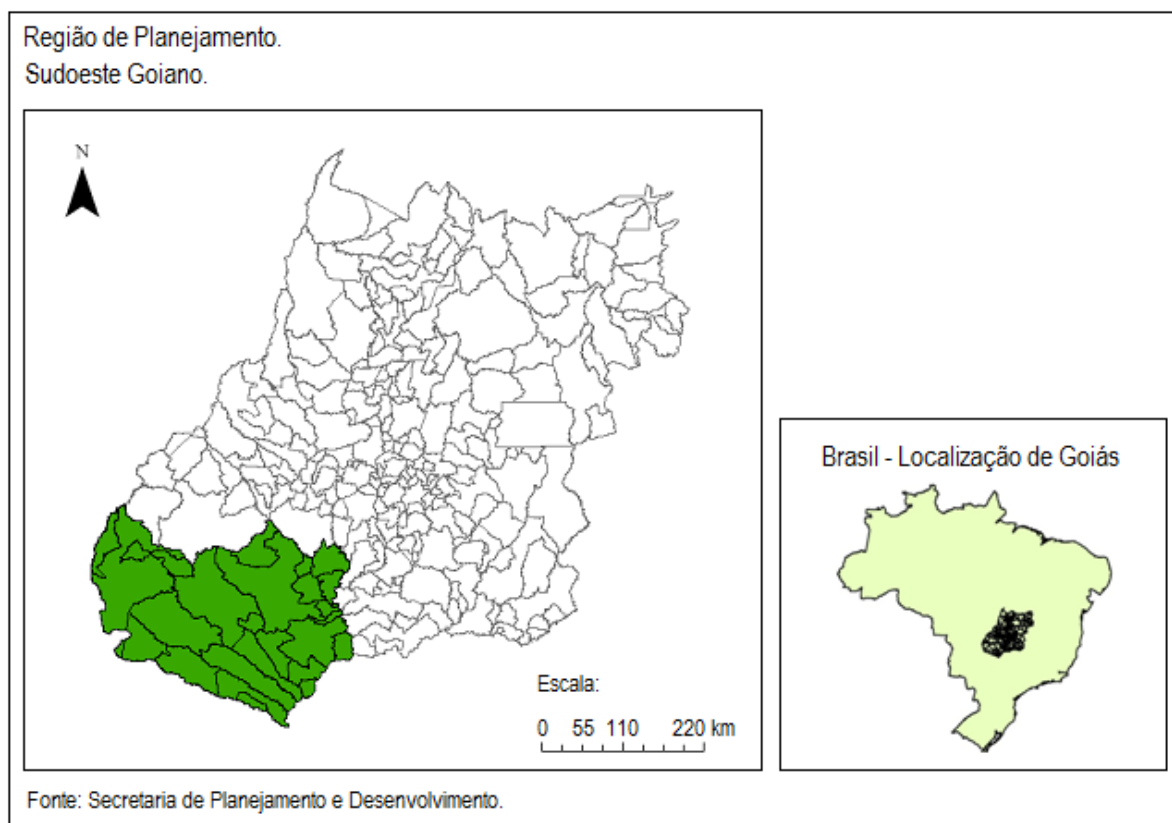
Somando as características naturais do espaço, seus agentes e instrumentos, foi possível aprofundar os laços e fluxos na região e ampliar sua atuação como território ativo em uma rede produtiva global.

Para enxergar esse processo foram realizadas análises de dados atuais e recorreremos a fontes históricas para buscar agentes e articulações que criaram a estrutura existente hoje. Fizemos uma periodização do desenvolvimento econômico e territorial do Sudoeste Goiano, juntamente com a articulação das escalas geográficas e processos históricos para dar conta dessa construção.

A seguir, apresentamos a organização da nossa tese.

Nossa área de estudo, o Sudoeste Goiano é uma região, delimitada pela Secretaria de Planejamento, que une 26 municípios do estado de Goiás. Ao todo são dez regiões de planejamento e o Sudoeste faz fronteira com o norte do estado do Mato Grosso do Sul, à leste com o Triângulo Mineiro, a oeste com o Mato Grosso e ao norte com o Oeste e Sul goianos. Os municípios que mais se destacam na hierarquia urbana são Rio Verde e Jataí.

Mapa 01: Regiões de Planejamento de Goiás, 2011.



Assim, nosso recorte espacial é o Sudoeste Goiano, e nos concentramos no caso de Rio Verde por considerarmos que este é o município mais produtivo e economicamente importante para a região. Por isso mesmo, é possuidor de uma dinâmica que auxilia na compreensão do Sudoeste Goiano de maneira geral. Além disso, é importante lembrar que durante o século XIX e parte do século XX a região era formada apenas por este município, que posteriormente foi dividido pela emancipação e criação de Jataí, Mineiros e os demais.

Realizamos uma análise da rede técnica e urbana do Sudoeste Goiano, especialmente voltada para os agentes relacionados à produção agroindustrial. E, o recorte temporal abarcou dados referentes à década de 2000.

Por considerarmos o espaço e tempo como elementos relacionados, e que estes são construções, a análise histórica mostrou-se imprescindível para compreensão dos dados e para possibilitar relacioná-los ao presente, com intuito de fazer uma leitura da construção da dinâmica espacial exposta na contemporaneidade.

A tese foi desenvolvida como se caminhássemos pelo Sudoeste Goiano, falamos de Rio Verde, Jataí, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, Chapadão do Céu, São Simão, dentre outros municípios. A abordagem buscou concatenar dados históricos e percepções contemporâneas mostrando uma rede técnica atual e a luta histórica para a construção de uma

rede técnica. Expusemos como as próteses foram sendo construídas no território e, como elas foram feitas por agentes, por políticas públicas ligadas a interesses específicos.

Em função da intenção descrita, iniciamos a discussão da tese com um capítulo que trata do Sudoeste hoje. Um território produtivo, exportador, ligado à agentes internacionais, com grandes corporações ativas, comandando a produção agroindustrial regional.

Após demonstrar o papel do Sudoeste no estado, como importante para a balança comercial, e como parte de um país também exportador, apresentamos a rede técnica do Sudoeste, os instrumentos de que este território dispõe e com que se organiza. Citamos estruturas existentes e não existentes bem como a conexão destas a projetos em andamento e futuros, para dar conta do território hoje e da potencialidade do Sudoeste. Foi apresentado concomitantemente alguns dados do trabalho de campo que evidenciaram algumas empresas presentes no território e os fluxos comandados por estas.

Através da circulação promovida pelas empresas citadas - elencamos uma cooperativa, uma grande empresa agroindustrial ligada ao setor de grãos e uma empresa ligada à produção de cana de açúcar – que demonstram como a rede técnica atende à produção e o que representa para a eficiência do setor produtivo e de serviços.

Após a exposição da rede urbana e técnica, trouxemos alguns elementos que nos permitiram enxergar as relações do Sudoeste em busca de fazer parte de uma rede produtiva. Daí a necessidade citada como relevante da análise de itens do passado: fizemos relações com a construção histórica do Sudoeste Goiano como um território, com áreas próximas e longínquas. Nesta parte específica abordamos a temática da circulação da qual o Sudoeste fazia parte no início de sua povoação. Obviamente os tempos eram mais lentos, como nos disse Santos (1996), os fluxos despendiam mais tempo e até mesmo mais agentes para se movimentar. Entretanto, ressaltamos que mesmo parte de outro tempo, havia dinâmica.

A discussão do estado de Goiás como uma fronteira, necessitou de uma abordagem teórica específica que abarcasse os usos e abordagens do conceito de fronteira para compreender o papel de Goiás em tempos idos.

Buscamos elencar alguns agentes na construção desses processos históricos e mostrar como as relações e as estruturas técnicas se constroem como sociais; indissociáveis dos agentes.

Por fim, construímos em duas partes distintas as articulações que ampliaram a rede de relações do Sudoeste tornando-a nacional e internacional. Neste último momento quisemos mostrar a relação de Goiás e do Sudoeste Goiano com agentes políticos em uma escala mais

ampla, através das políticas públicas, ações de governadores, presidentes e da chegada das grandes empresas.

Falamos da urbanização brasileira, das transformações dos notáveis em relação ao local. Abordamos a construção de Goiânia e as consequências desta escolha para o Sudoeste Goiano, o reforço ao papel produtivo, que traz em si a discussão da disseminação do sistema capitalista no Brasil e a inserção deste nos diferentes espaços, e as mudanças ocasionadas por essa nova forma de produzir e de se relacionar.

Expusemos dados sobre o crescimento demográfico, industrial e agrícola de Goiás para arranjar as transformações dos governos nacionalistas com as novas propostas desenvolvimentistas. Assim, as ações dos governos foram vinculadas ao aprofundamento das relações produtivas capitalistas, que deixaram de envolver poucos agentes para reunir agentes e lugares mais numerosos e distantes.

No último item da tese, trouxemos algumas transformações recentes que estão em curso no território do Sudoeste Goiano exatamente para tentar dar a ideia de movimento no espaço. Tentamos fazer um passeio, partir do Sudoeste atual, ir ao passado, elencar elementos e chegar novamente à atualidade.

No item supracitado concluímos esta pesquisa reforçando o seguinte pensamento: são os agentes que germinam os processos. Os processos são dinâmicos e o território tem um papel ativo, há agentes hegemônicos, mas é no lugar e com a atuação política dos agentes que são definidas as ações que transformam o espaço.

Parte 01: O Sudoeste Goiano na contemporaneidade.



O momento inicial da tese objetiva elucidar nosso objeto de pesquisa na contemporaneidade. Vamos expor dados da produção e da rede urbana que o caracterizam. Apontaremos elementos que contemplam a produção agroindustrial contemporânea, delimitaremos nosso recorte espacial como um território. Abordaremos a rede produtiva e a dinâmica espacial contemplada pelo Sudoeste Goiano na atualidade, as possibilidades de uso dos conceitos de Território, Agentes, Rede, Complexos Agroindustriais e, os usos e acepções acerca da Rede Urbana e as articulações estabelecidas no espaço pelo Sudoeste Goiano.

A produção agroindustrial contemporânea.

O Sudoeste Goiano é uma região industrial exportadora de grande importância econômica, pois é parte de um estado e país reconhecido mundialmente pelo papel produtivo agroindustrial.

O Sudoeste Goiano na década de 2000 apresenta uma rede produtiva e elementos que permitem enxergar de que forma se organiza este território, o que produz e com quem se articula. Através da análise das tabelas de exportação do Brasil e de Goiás podemos enxergar essas movimentações da região no estado e, no país de uma forma geral.

A tabela 01 referente aos principais produtos exportados em Goiás, no ano de 2010, apresenta, em primeiro lugar, a soja e alguns derivados como responsáveis por mais de 820 milhões de dólares de saldo positivo para o Estado. Em segundo lugar, se posiciona a exportação de minérios com arrecadação de mais de 500 milhões de dólares e, em terceiro lugar, novamente outros derivados da soja somando mais de 400 milhões de dólares para a economia goiana.

Os dados tratam da participação da exportação total do estado, o total líquido da produção, ou o peso da produção em si; a porcentagem da produção na tabela estadual, e o dólar FOB - “Free on Board”- que significa somente o valor do produto, sem os custos de

transporte. Se dividirmos os valores do peso líquido do produto pelo valor FOB temos o custo em média ou unitário dos produtos exportados.

Tabela 01: Principais produtos exportados, Goiás, 2010.

Exportação Brasileira – Goiás, 2010.			
Principais Produtos Exportados	2010 (Jan/Nov)		
	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido
Grãos de soja (mesmo triturados).	829.448.525	21,73	2.203.538.635
Sulfetos de minérios de cobre.	515.202.921	13,50	234.230.370
Bagaços e resíduos sólidos da extração do óleo de soja.	478.920.060	12,55	1.473.247.548
Carnes desossadas de bovino congeladas.	393.454.449	10,31	103.078.090
Pedaços e miudezas comestíveis de galos, galinhas.	179.887.902	4,71	98.798.799
Ouro em barras, fios, perfis de sec. Maciça, bulh.	176.153.320	4,62	4.566
Ferroniobio.	135.294.567	3,54	5.518.719
Açúcar de cana bruto.	130.493.738	3,42	310.633.339
Carnes de galos, galinhas, não cortadas em pedaços.	113.812.866	2,98	77.653.197
Milho em grão, exceto para semeadura.	99.327.069	2,60	502.667.281

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Organização: Godoi, C. N.

Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>

Se analisarmos, ainda, os dados de produção e exportação dos municípios fica evidente a importância da participação dos municípios do interior do estado na pauta de Goiás.

No decorrer deste capítulo serão apresentados dados dos municípios de Rio Verde e Jataí para compará-los aos de Goiânia. Veremos durante a explanação da construção histórica do estado de Goiás o porquê do confronto de dados entre municípios do Sudoeste e Sul goianos com os da capital Goiânia. É imprescindível expor a capacidade produtiva do interior do estado para posteriormente discutir os rumos da distribuição de poder e de capital no território goiano.

Além disso, veremos na análise dos agentes das transformações espaciais em Goiás e no Sudoeste Goiano que houve disputas pelo poder político do estado, em que empreendedores agroindustriais do Sul e Sudoeste Goiano reivindicaram mais força política. Mas, esta acabou se concentrando na região central do estado com a construção de Goiânia.

Na tabela 02, selecionamos alguns dados que apontam a produção e capacidade de exportação de Rio Verde, Jataí e de Goiânia para fazer uma comparação dos municípios do Sudoeste Goiano com a capital estadual.

Podemos notar que a capacidade de exportação de Goiânia é relativamente próxima da capacidade de Rio Verde e, Jataí fica abaixo dos valores alcançados pelos dois municípios citados. Cabe destacar que, ao analisarmos a quantidade de produtos importados, para enxergar a balança comercial, Rio Verde novamente se destaca por ter uma exportação equiparada à da capital Goiânia, e por obter ainda uma balança comercial mais favorável do que a da capital, pois importa muito menos do que exporta, ao contrário de Goiânia que importa quase o mesmo valor de sua exportação.

Por isso mesmo a receita final de Rio Verde é positiva e maior do que a de Goiânia no que tange à exportação e balança comercial.

Tabela 02: Balança comercial, exportação e importação de Rio Verde, Jataí e Goiânia, 2010.

Exportação Brasileira – Goiás, 2010.			
	2010 (Jan/Nov)		
	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido
Rio Verde			
Total dos principais produtos exportados.	141.147.749	100,00	435.827.758
Total dos principais produtos importados.	90.148.134	99,50	223.473.143
Principais produtos exportados:			
Bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.	76.950.953	54,52	242.329.355
Outros grãos de soja, mesmo triturados.	37.834.598	26,80	96.993.182
Milho em grão, exceto para semeadura.	13.276.432	9,41	64.777.320
Farinha de milho.	4.636.196	3,28	14.350.750
Jataí			
			2010 (Jan/Nov)
	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido
Total dos principais produtos exportados.	47.041.920	100,00	119.370.494
Total dos principais produtos importados.	31.246.614	100,00	114.522.024
Principais produtos exportados:			
Bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.	28.018.269	59,56	84.751.677
Outros grãos de soja, mesmo triturados.	9.734.400	20,69	28.693.605
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado.	7.822.739	16,63	4.306.822
Oleo de soja bruto mesmo degomado.	1.404.227	2,99	1.554.040
Goiânia			
			2010 (Jan/Nov)
	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido
Total dos principais produtos exportados.	157.689.241	98,60	108.037.044
Total dos principais produtos importados.	150.134.278	69,01	48.394.246
Principais produtos exportados:			
Carnes desossadas de bovino, congeladas.	85.163.951	53,25	21.817.173
Outros grãos de soja, mesmo triturados.	28.341.616	17,72	75.250.000
Tripas de bovinos, frescas, refrigeradas, congeladas, salgadas, defumadas.	18.818.128	11,77	4.736.846
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas.	11.921.448	7,45	2.580.804

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Organização: Godoi, C. N.

Adiante podemos notar nos dados referentes ao estado de Goiás, os municípios que mais se destacam no que diz respeito à exportação e importação.

Tabela 03: Municípios que se destacam na balança comercial de exportação e importação em Goiás.

	Região de Planejamento.	Município	Exportação	Importação 2010 (Jan a Nov)	Saldo
1	Norte.	Alto Horizonte	504.658.668	14.265.912	490.392.756
2	Entorno de Brasília.	Luziânia	348.031.411	9.735.620	338.295.791
3	Sul.	Itumbiara	202.276.222	28.767.260	173.508.962
4	Sul.	Palmeiras de Goiás	190.156.897	0	190.156.897
5	Metropolitana.	Goiânia	159.922.637	217.548.385	-57.625.748
6	Noroeste.	Mozarlândia	158.047.547	0	158.047.547
7	Sudoeste.	Quirinópolis	144.163.308	2.863	144.160.445
8	Sudoeste.	Rio Verde	141.147.749	90.602.227	50.545.522
9	Sudeste.	Ouvidor	135.294.567	1.412.326	133.882.241
10	Sudeste.	Catalão	77.611.243	1.003.771.825	-926.160.582
11	Norte.	Minaçu	71.774.093	42.780	71.731.313
12	Centro.	Goianésia	55.821.386	258.143	55.563.243
13	Sul.	Edéia	50.978.149	0	50.978.149
14	Oeste.	Santa Fé de Goiás	50.312.523	0	50.312.523
15	Sul.	Goiatuba	50.116.038	3.840.591	46.275.447
16	Metropolitana.	Anápolis	47.981.647	2.278.137.631	-2.230.155.984
17	Sudoeste.	Jataí	47.041.920	31.246.614	15.795.306
18	Metropolitana.	Trindade	36.378.814	1.821.113	34.557.701
19	Sudeste.	Pires do Rio	31.311.915	50.780	31.261.135
20	Sudoeste.	São Simão	23.182.489	3.864.584	19.317.905

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Organização: Godoi, C. N.

Na tabela 03 notamos que quatro dos vinte municípios que se destacam na economia goiana, no que se refere à exportação e importação, pertencem à região Sudoeste Goiano. As regiões que mais se destacam, são o Sudoeste e Sul Goianos. Cabe atentar para a importância de Goiânia e Anápolis, ambos situados na região metropolitana de Goiânia, com dados altos de exportação e também de importação. Os dois municípios metropolitanos aparecem com balança negativa em função das altas importações.

Estes dados prévios e atuais nos mostram que em Goiás há uma alta movimentação de produtos de origem agroindustrial que são destinados a outros países e estados. E, que estamos tratando de *commodities*, em grande parte, são produtos derivados de soja, milho e de origem animal, como de aves, suínos e bovinos.

Commodity é um termo da língua inglesa que significa mercadoria, mas na Economia esse termo abrange um significado mais amplo, designando um tipo particular de mercadoria em estado bruto, é um produto primário de grande importância comercial de natureza agrícola ou mineral (há ainda outros tipos, ambiental e financeira). São exemplos de *commodities*: soja, algodão, milho, trigo, café, açúcar, cobre, dentre outros. Isto quer dizer que uma *commodity* vem a ser um produto cuja produção se dá em larga escala e a comercialização alcança diferentes espaços.

Se compararmos estes dados com a pauta de exportação do Brasil, perceberemos que há uma sintonia entre o que é produzido em Goiás e o que é comercializado pelo país. Vejamos,

Tabela 04: Principais produtos exportados, Brasil, 2010.

Principais produtos exportados.	2010 (Jan. a Setembro.)	
	Valor (US\$ Milhões)	Part %
Minérios	20.627	14,2
Petróleo e Combustíveis	16.387	11,3
Material de Transporte	15.115	10,4
Complexo soja	14.854	10,3
Carnes	9.915	6,8
Químicos	9.870	6,8
Açúcar e Etanol	9.587	6,6
Produtos Metalúrgicos	8.931	6,2
Máquinas e Equipamentos.	5.836	4,0
Papel e celulose.	4.965	3,4

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Organização: Godoi, C. N.

Obviamente que há sintonia, pois há uma busca dos territórios para se adaptar ao que o mercado deseja e, os dados refletem a produção dos territórios. Sabemos que Goiás não é o único, nem o mais importante participante da produção do que o Ministério de Desenvolvimento denomina como Complexo Soja. Goiás está associado ao Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e outros para somar quantias que fomentam a exportação e comercialização do Brasil com demais territórios.

Com estes dados queremos expor que Goiás e o Sudoeste são territórios produtivos e, que os esforços somados resultam na pauta de exportação atual do Brasil. E, sabemos que as

exportações ocupam um papel primordial na economia nacional, derivada de uma escolha política feita pelo Brasil.

Castillo (2005), em artigo sobre o papel de agroexportador do Brasil no mercado mundial, nos diz que é preciso entender o campo no país atualmente para enxergar a teia de relações e os problemas de ser um agroexportador mundial. Para o autor, em decorrência da expansão dos sistemas de transporte e comunicações, o território brasileiro consolidou um funcionamento em conjunto, um sistema que articulado atende a interesses capitalistas diversos. O trabalho em questão buscou entender se esse papel de exportador de alimentos é um caminho politicamente soberano, economicamente seguro e socialmente justo para a participação do Brasil no processo de globalização.

De acordo com esse pensamento, o modelo que estamos adotando, baseado em grandes áreas produtivas de *commodities* é uma alternativa pautada em interesses externos e, portanto, não é socialmente justa.

Sendo a soja uma commodity – um produto primário de grande importância nos mercados internacionais –, tudo o que lhe diz respeito mobiliza um conjunto de ações em escala mundial, tais como cotação de preços em Bolsas de Valores nos Estados Unidos e na Europa, imposição de barreiras fitossanitárias por parte de países importadores [...] No território brasileiro, sua produção e exportação têm gerado uma série de investimentos públicos e privados. (CASTILLO, 2005, p. 185)

O autor diz ainda que, como toda *commodity*, a soja é um produto barato e, portanto, para ser viável é preciso ser produzida em larga escala. Ou, se tornou barata em função justamente da produção em larga escala, com diversos estudos e agentes trabalhando para que seus produtos pudessem ser largamente introduzidos na sociedade e na indústria.

Com a necessidade de larga produção delimitada, a partir dos anos 1990, a globalização reforçou suas áreas de interesse com exigências e estímulos à elevada competitividade, fluidez territorial, flexibilidade normativa e elementos que permitissem novamente atividades exportadoras.

Esses esforços deram continuidade e aprofundaram as atividades de agro negócio no Brasil e impulsionaram o “Complexo Soja” (se refere à soja em grão e seus derivados) a se disseminar pelo país.

Este processo significa uma escolha política por dinâmica comercial de alcance mundial em detrimento de interesses sociais locais, já que grandes porções do território, e de poder de investimento são direcionadas ao cultivo de elementos que se ligam a interesses de inserção do país em uma cadeia de produção mundial.

Assim, sabemos que embora a produção de alimentos seja apontada como saída para “crises” em diferentes momentos da história, esta escolha e as relações que a compreendem são muito mais complexas do que a resolução das crises. Todos sabem que o plantio de soja não é destinado a acabar com a fome no país e no mundo, ao contrário do que diz a manchete abaixo fotografada no Museu da Soja em Goiás.

Fotografia 01: “Soja pode aliviar fome no Brasil” e novos produtos feitos de soja. Museu da Soja, Goiás, 2010.



Fonte: Arquivo Pessoal.
Autor: Godoi, C. N.

O mundo produz atualmente cerca de 300 milhões de toneladas de soja e, o Brasil participa dessa cadeia com grande parte da produção total, posicionado entre os cinco maiores produtores globais. (CASTILLO, 2005)

Fica evidente a importância desse produto na economia nacional e, por conseguinte na economia de cada estado. Isso significa que em Goiás, o Sudoeste Goiano é uma região que chama a atenção do poder político por sua força econômica vinculada a grandes produtores, empresas e interesses capitalistas de alcances internacionais.

Salgado *et al* (2010) faz uma análise acerca das desigualdades regionais em Goiás e as relacionou às intervenções estatais ocorridas entre 2000 e 2007. No artigo em questão, os autores nos apresentam a diversidade de tratamento recebida pelas regiões em Goiás e nos dizem que a desigualdade regional goiana pode ser compreendida através da integração e fragmentação do território à economia nacional. Para os autores, é preciso levar em consideração o modelo de integração à economia nacional e ao projeto de nação construído a partir do século vinte, pois, este foi determinante no que tange às desigualdades regionais no território goiano.

Em nossa tese, nos esforçamos para trabalhar com os acontecimentos não apenas oriundos de uma força, território ou agente. Para nós, como será exposto ao longo do trabalho, tanto o projeto de nação construído foi determinante nas transformações goianas, quanto houve forças e agentes goianos imperativos nessa construção, que por suas ações alteraram e fizeram parte não só da história local e regional, quanto das demais escalas.

As desigualdades no território goiano, no final da década de 1990, delimitaram uma estrutura regional desigual com espaços metropolitanos que concentraram mais de 50% da população de Goiás e outros espaços como o norte do estado com predomínio de municípios com população abaixo de 15.000 habitantes. (SALGADO *et al*, 2010)

De acordo com o estudo em questão, os municípios e áreas do norte do estado podem ser caracterizados ainda hoje por atividades agropecuárias, pela dependência de repasses federais como o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), Fundeb (Fundo de Valorização da Educação Básica) e pela previdência rural.

Assim, podemos perceber que Goiás possui uma área central e metropolitana atrelada ao setor de serviços e também da indústria. O norte à agropecuária, como atividade mais rudimentar, dependendo de investimentos sociais, e o Sul, compreendendo o Sudoeste, Sul e Sudeste com uma concentração de 35% da população e com atividades agropecuárias com mais investimentos técnicos e financeiros.

Na tabela abaixo, notamos que o Sudoeste é a região com maior abrangência em área do estado e com participação importante no PIB e, em arrecadação de ICMS.

Tabela 05: Estado de Goiás: área, população residente, ICMS e, PIB segundo as regiões de planejamento.

Região	Área (km ²)	N. de Municípios	População residente (2000)	População residente (2010)	Arrecadação de ICMS (2009)	Participação no PIB % (2004)
Metropolitana de Goiânia	7.397,203	20	1.743.297	2.173.006	3.878.183	31,37
Centro Goiano	18.493,049	31	541.440	622.891	505.017	8,82
Norte Goiano	59.553,224	26	300.807	308.117	104.512	5,78
Nordeste Goiano	38.726,364	20	147.986	169.961	29.207	1,96
Entorno do Distrito Federal	35.950,001	19	810.701	1.047.261	225.560	9,28
Sudeste Goiano	25.120,227	22	212.252	248.202	302.740	8,25
Sul Goiano	25.122,039	26	350.266	401.271	227.547	9,82
Sudoeste Goiano	61.498,463	26	433.168	554.094	389.296	16,99
Oeste Goiano	52.682,234	43	328.504	338.376	76.328	5,90
Noroeste Goiano	15.543,894	13	134.807	140.866	19.332	1,84
Estado de Goiás	340.086,698	246	5.003.228	6.004.045	6.810.431	100,00

Fonte: Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas.
Organização: Godoi, C. N.

Estes dados foram apresentados para enxergarmos o poder econômico da região Sudoeste Goiano na contemporaneidade dentro do estado de Goiás, pois sabemos que esta capacidade produtiva e econômica pesa nas decisões políticas e financeiras do estado, do país e das empresas que migram no espaço.

Para entender a soja e seu avanço no território brasileiro Castillo (2005) nos diz que é possível dividir em dois períodos a história recente da produção no Brasil. O primeiro abrange as décadas de 1960 e 1970 e é caracterizado pelos aumentos expressivos na produção, especialmente no Rio Grande do Sul e no Paraná, sob a lógica do chamado “complexo agroindustrial” que proporcionou um aprofundamento das relações de interdependência entre indústria e agricultura. Para isto houve uma forte presença do Estado com subsídios, incentivos fiscais, promoção da ocupação de novas fronteiras agrícolas e crédito.

O segundo período soma os anos da década de 1980 aos dias atuais, cuja principal característica é o avanço da sojicultura nos cerrados. Com a crise fiscal brasileira na referida década houve mudanças nas formas de intervenção no setor agrícola, como a adoção de uma política neoliberal que reduziu os subsídios nacionais, abriu o mercado para a entrada de capitais internacionais e privatizações. Além da abertura comercial e dos agentes internacionais chegando ao país e ao setor agrícola somaram-se diferentes formas técnicas de produção com a microeletrônica, biotecnologia e comunicação em rede que conduziu novas relações e agentes ao aprofundamento da organização e racionalização da produção, sobretudo voltada à exportação.

Essas mudanças criaram um ambiente fértil para as grandes empresas, que se tornaram transnacionais do agronegócio. E, neste segundo período podemos acrescentar como característica a forma de organização e atuação no território destas empresas. A flexibilidade, a intencionalidade e a dominação são elementos que foram sendo aperfeiçoados e utilizados por essas corporações que atuam no território brasileiro e nos cerrados.

Falamos em flexibilidade para tentar apreender as formas de atuação das grandes empresas do agronegócio, pois não se trata mais de plantar e comandar, concentrar toda a produção com um só agente. Pelo contrário, muitas destas empresas nem ao menos plantam a soja ou outro produto. Há empresas que atuam em diversas outras etapas do processo produtivo, como no fornecimento de insumos, sementes, na comercialização, armazenamento, transporte, esmagamento e exportação.

Ou seja, comandam outra parte da produção, que desenvolve a tecnologia e o produto a ser produzido por proprietários e arrendatários de terra e que retornam ao seu comando após já produzido. Assim, não ficam vulneráveis às perdas ocorridas nas safras por más condições climáticas, variações e outros. Compram quando já está colhido, o fazem de acordo com o preço. E, antes de tudo, adquirem uma safra a qual foram responsáveis pela existência, através da comercialização das sementes e insumos.

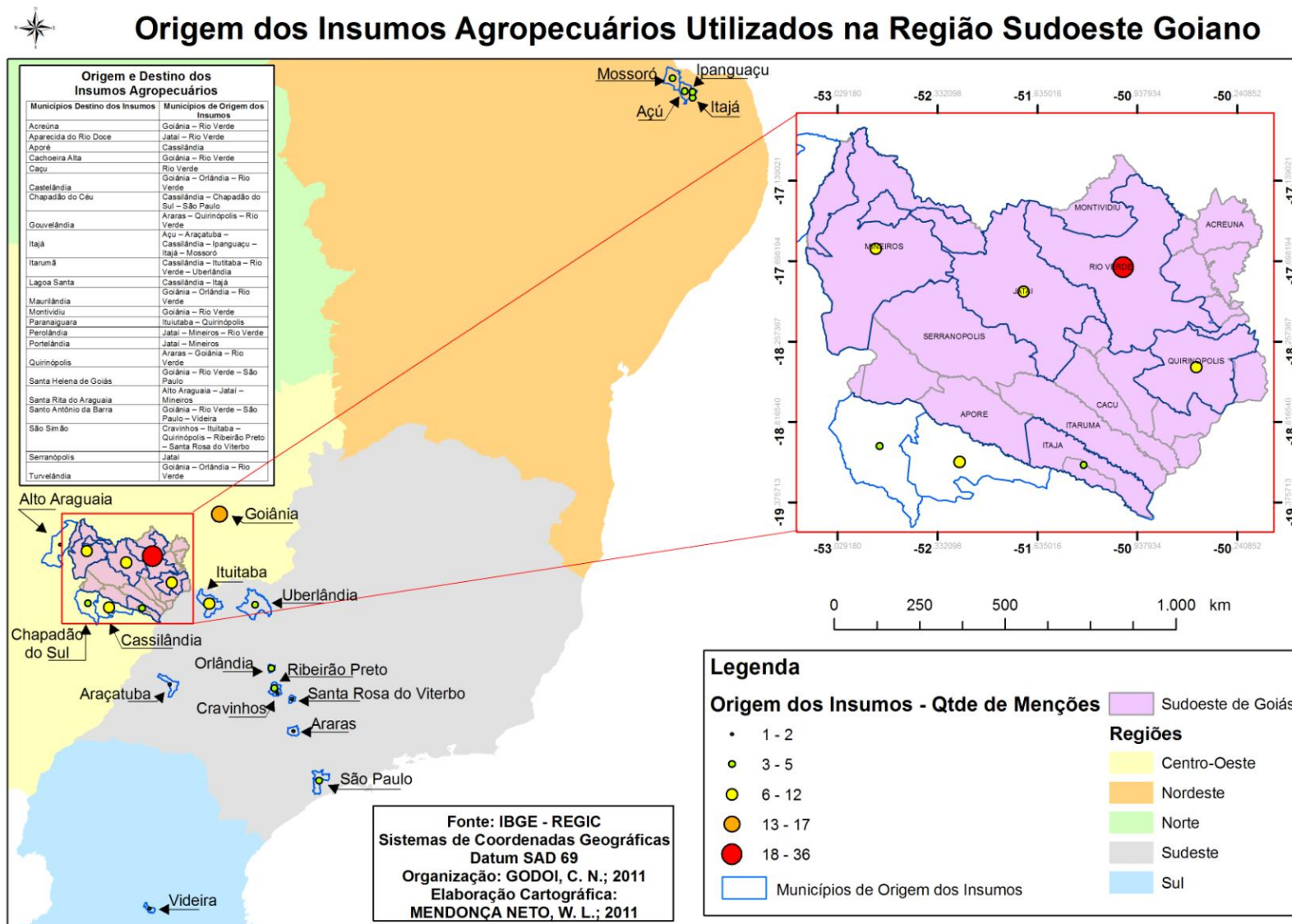
Referimos-nos ao conceito de Santos (1996) “intencionalidade” porque é preciso notar como as empresas criam uma cadeia de elementos que envolve o produtor, ou seja, a soja só é plantada quando comprada dos grandes representantes do agronegócio. E, a safra só é produtiva, caso sejam utilizados os insumos também fornecidos pelos grandes empresários do setor.

[...] É comum que as grandes empresas do agronegócio, como Nestlé, Souza Cruz, Parmalat e Sadia, só pra citar alguns exemplos, não produzam, respectivamente, cacau, tabaco, leite e frango, mas atuem nessas várias etapas, sobretudo no processamento industrial, às vezes atrelando pequenos produtores na condição de

integrados – uma forma de subordinação do agricultor. Tudo leva a crer que o agricultor é quem menos ganha, mesmo tratando-se de ricos produtores de soja nas regiões de ocupação recente. (CASTILLO, p. 291, 2005)

No mapa 02 notamos que os insumos chegam às áreas agrícolas brasileiras através dos “centros”. As metrópoles interligadas à centros internacionais repassam informações e produtos aos centros regionais e estes destinam-nas às áreas produtoras. Assim, a hierarquia urbana se organiza, emitindo fluxos materiais e imateriais para a produção e reunindo fluxos financeiros dessas atividades, sempre obedecendo a hierarquia da rede - dos centros, para os lugares.

Mapa 02: Origem dos Insumos Agropecuários Utilizados na Região Sudoeste Goiano.



Para funcionar em cadeia, as empresas mobilizam um enorme conjunto de agentes no mundo todo. Neste sentido, o sistema de fluxos é mais denso e veloz do que foi em outros momentos, justificando chamar o período atual de “organização em rede”, em substituição ao complexo agroindustrial.

Assim, entender o Sudoeste Goiano na contemporaneidade, seu papel no território e em uma rede permite pensar que este se organizou, é um espaço racionalizado com uma identidade e, por isso vamos chamá-lo de território.

O Território e agentes no Sudoeste Goiano.

É através das técnicas e das redes que podemos compreender como funciona o território, como é usado, onde, por quem, por que e para que. Elas nos permitem reconhecer as heranças, os usos dos territórios, perceber as escolhas e caminhos que são tomados pela sociedade.

Também é através das relações das técnicas no espaço que podemos determinar um território, pois seus usos transformam o espaço e criam laços que dão forma e conteúdo ao Território, este sendo, portanto, um espaço com uma identidade e uma função.

O conceito de Território auxilia na compreensão da dinâmica do Sudoeste Goiano, pensando que através das redes e das técnicas se constitui um ambiente voltado a uma determinada função. Entendendo que o Território é parte do Espaço, que por sua vez é formado pelos sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme Santos (1996).

Assim, a primeira definição adotada é a que trata Território como um espaço, como um conjunto de áreas com uma identidade; ou de acordo com nosso estudo voltado à uma geografia econômica e urbana; um conjunto de localidades com uma função em comum.

Para entender melhor a nossa concepção de Território é preciso uma discussão teórica que consiga torná-lo singular perante os conceitos de Espaço e Região. Mesmo que as comparações apresentem proximidade, obviamente em uma análise profunda, dificilmente esses três termos poderão ser enxergados como sinônimos.

O Território frente ao conceito de Espaço é causa de discussões e problemas de pesquisa. E, a primeira diferenciação entre estes nos remete a Raffestin (1993), pois sua obra busca diferenciar Espaço e Território alegando que o Espaço é inerte, não tem ação, não está em movimento, pois o que se movimenta são as ações.

Para Raffestin (1993), portanto o Território é formado a partir do Espaço, que preexiste à ação. Assim, os dois conceitos não são equivalentes, para o autor o Território se

apóia no espaço, mas não é o Espaço, ele se forma a partir do Espaço. A visão de Território de Raffestin (1993) liga o Território a um contexto político, o que dá força ao conceito para o autor é seu conteúdo de poder e de política.

Para Santos (2001),

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (SANTOS, 2001, p. 19)

Assim, Santos (2001) vem dizer que quando aprofundamos as discussões para entender o Território, podemos pensá-lo como um nome político para o espaço de um país, mas alertando para o viés do poder contido na ideia de Território, lembrando inclusive que esta relação não diz respeito apenas ao homem.

Influenciado por Raffestin (1993) e acrescentando diferenciações no que diz respeito ao Espaço, Santos (2001) enxerga o Território como parte do Espaço que se relaciona com o poder. Mas, Santos (1996) se diferencia de Raffestin (1993) para analisar o Espaço, pois para o primeiro autor, o Espaço é formado por um Sistema de Objetos e Ações que se transforma através da sociedade, ou seja, não é apenas um palco, é dinâmico, está em movimento.

Neste sentido, o conceito de Território é entendido aqui como um ambiente com características semelhantes, com uma identidade própria, com articulações em seu bojo voltadas a uma função.

O conceito de agente aparece ao longo da pesquisa para auxiliar nas análises da construção do espaço e da dinâmica deste. Esforçamos-nos para atrelar as ações e transformações no espaço aos agentes, por entender que todas as transformações no espaço se dão através do homem, da sociedade.

Há diversas formas de conceituar ou abordar as ações humanas ou dos indivíduos: agentes, atores, actantes, autores, são alguns exemplos de conceitos utilizados. Dubar (2008) argumenta tratar-se de diferenças de abordagem acerca do indivíduo na teoria sociológica. Essas diferenças dependem das concepções sobre a construção dos sentidos subjetivos dos indivíduos.

Bourdieu (1996) apreende agentes como indivíduos que devem ser considerados imersos na ação, na prática desta. Gell (1998) possui uma visão mais abrangente sobre agentes e agência – como a prática dos agentes - articulando humanos, animais e objetos, para este autor agente é aquele que produz acontecimentos a partir de sua intencionalidade.

Objetos, animais, dentre outros não possuem agência própria, estas lhe são atribuídas pelos humanos. Assim, objetos, animais e outros, atuam em conjunto com humanos para construir agência e transformar o espaço e as relações.

Para Crozier e Friedberg (1977) o termo ator reflete a capacidade de cálculo, manipulação e invenção dos indivíduos quando tomam suas decisões de acordo com a diversidade das circunstâncias.

Latour (1999 e 2001) também se utiliza do conceito de atores para enfatizar a natureza complexa e controvertida da existência dos humanos e não humanos – ou seja, este também considera objetos, animais e outros como elementos com possibilidade de ação junto aos humanos.

Embora haja diversas acepções e abordagens, nos concentramos no conceito de agentes, associando a definição de Bourdieu (1996) e Latour (1999 e 2001) à de Gell (1998), em função da necessidade de ênfase às ações humanas - em conjunto com as não humanas - em andamento no espaço.

Para nós, contudo, os agentes são os indivíduos e objetos que se articulam para promover transformações no espaço, sempre considerando que são os indivíduos os responsáveis pelas ações, mesmo que utilizem formas técnicas, objetos e discursos para realizá-las. Com essa definição de agentes como elementos que permitem ações com intencionalidades construídas ou determinadas, enxergamos as relações estabelecidas no interior do território em busca de dinâmica e fluidez. Assim, associamos agentes: empreendedores, produtores rurais e comerciais do Sudoeste Goiano, à suas ações sociais e construções técnicas para se estabelecer como atuantes no espaço.

Portanto, concordando com Dubar (2008), pensamos que a acepção escolhida está ligada às necessidades de análise do objeto, o Sudoeste Goiano e sua dinâmica envolvem humanos e não humanos em busca de participação na rede.

Entretanto, como nossa pesquisa tem como objeto o Sudoeste Goiano, e não homens específicos – afinal, a abordagem geográfica busca analisar o espaço, e a sociedade e as formas técnicas são elementos dessa análise e não objeto principal – denominaremos como agentes, os envolvidos nos processos sociais para entender o papel e as formas de inserção do Sudoeste Goiano na rede produtiva.

As transformações ocorridas no território Sudoeste Goiano são, portanto, uma relação das ações de agentes humanos e não humanos, responsáveis por transformações no espaço e em nossa sociedade. Para entendê-las vamos abordar uma série de questões que dizem respeito a mudanças no espaço, no território, na economia e na sociedade.

Pensar o espaço e sua organização na contemporaneidade exige escolher de que forma este será analisado. A escolha da categoria principal que permeará esta pesquisa é, pois, significativa, já que remete aos problemas que consideramos atuais, e busca dar conta das diversas relações e fluxos que perpassam e envolvem o espaço ou o território. E, essa categoria é a Rede.

Do ponto de vista da Rede buscamos compreender o Sudoeste Goiano hoje e, a partir deste nos concentramos em enxergar os elementos que a compõem - processos históricos, agentes e, como estes tiveram significados e forças diferentes no espaço, ao longo do tempo.

Por que analisar o território do Sudoeste Goiano foi a primeira indagação desta pesquisa. E, podemos respondê-la prontamente.

Em primeiro lugar, o Sudoeste Goiano é para nós um território heterogêneo, com áreas mais dinâmicas e outras menos e, ao longo do tempo essas áreas se transformaram com intensidades e formas diferentes. Para nós, a diversidade e a não homogeneidade requerem o olhar geográfico, pois auxiliam a compreender como os processos ocorrem no tempo e no espaço de maneiras tão distintas.

O Sudoeste Goiano tem atualmente em si transformações acontecendo, refuncionalizações em sua rede urbana, grandes empresas, grandes fazendas, cidades pequenas e médias, fluxos de diversas ordens chegando e saindo, contatos com outras regiões, cidades, lugares e empresas nacionais e internacionais (ou transnacionais) e, por tudo isso, do ponto de vista da Geografia e da Rede este se tornou um excelente objeto de estudo justamente porque expõe uma dinâmica diversa.

Em segundo lugar, compreender os processos de transformação no Sudoeste Goiano sob a perspectiva da Rede permite entender o papel deste território em diferentes escalas, justamente porque desta maneira é possível enxergar como agentes, políticas, lugares e técnicas se articulam para tornar o Sudoeste Goiano produtivo ou atrativo para o capital, articulando territórios e agentes diversos.

Assim, se fez necessário uma discussão mais profunda sobre as categorias que elencamos como fundamentais para esta pesquisa. Pensamos que entendê-las e relacioná-las a nosso objeto permite compreender a dinâmica produtiva do Sudoeste Goiano hodiernamente.

A Rede e a dinâmica espacial.

Vamos neste momento trazer uma discussão teórica sobre a categoria Rede e compará-la a ao conceito de CAI – Complexos Agroindustriais para entender a produção

agroindustrial. Visamos entender alguns sentidos de rede e de CAI e tecer considerações para justificar nossas escolhas teóricas. Mais adiante trabalharemos a rede como integradora do processo de urbanização, relacionando técnica e espaço para entender como as estruturas conectam diferentes elementos e espaços.

A categoria de Redes surge na filosofia de Saint Simon, segundo Dias (2005) como uma analogia do organismo com o território: o organismo-rede. O autor transformou o conceito de rede em ferramenta que permitia, através da relação das necessidades do organismo e do espaço, buscar a transformação do espaço de maneira a instituir um melhor funcionamento, pois se a circulação no organismo o faz eficiente, uma boa estrutura de circulação no espaço também o faria mais eficiente.

Neste sentido, a analogia da circulação dos fluidos no corpo para seu funcionamento foi relacionada com a necessidade de melhor circulação no espaço, estimulando a construção de vias que permitissem uma melhor fluidez. Este estímulo levaria melhorias nas condições de vida de toda a sociedade, como um grande organismo.

Dias (2005) e Musso (2003) dizem que Saint Simon elaborou o conceito de redes para pensar a mudança social, pois suas ideias estavam voltadas para melhorias na sociedade, como uma busca de instrumentos que pudessem auxiliar no desenvolvimento, mas seus discípulos teriam feito o caminho inverso, pensando a rede como própria produtora das relações sociais, ou de uma revolução social, como se a rede técnica, por si só pudesse produzir uma revolução política ou social.

Portanto, o pensamento de Saint Simon gerou duas interpretações ou formas de encarar a operacionalização do conceito de Redes. Uma que se inclinou a pensar a rede como possibilidade de mudança social através das atuações do homem no espaço, e outra pensando que a própria rede, a técnica pudesse transformar por si só as características do espaço e da sociedade. Estes pensamentos permitiram uma operacionalização do conceito, que foi sendo vinculado a uma crença no desenvolvimento tecnológico e na racionalidade tecnocrática.

Para Dias (2005), a rede tem sido pensada, principalmente nas ciências humanas, como forma particular de organização: social - através dos grupos, instituições ou firmas; urbana; transacional ou econômico-política; ou técnica. Segundo a autora esta se difundiu enormemente em nossos dias em função de um contexto caracterizado pela aceleração dos fluxos de diversas ordens:

Fluxos de toda ordem tornaram-se mais espessos e difusos, ampliando as necessidades de circulação e exigindo técnicas cada vez mais eficazes. Isso explica em parte o fato de a representação do mundo social integrar crescentemente a

noção de rede, numa perspectiva que procura chamar a atenção sobre as relações e a complexidade das interações entre os nós. (DIAS, 2005, p. 20)

Santos (1996) distingue duas ideias de rede, uma que considera seu aspecto material e outra que considera seu alcance ou seu dado social. Assim, através de Curien (1988) ele conceitua a rede pensada apenas sob o ângulo material como sendo:

[...] toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (Curien, apud Santos, 1996 p.262)

Entretanto, para Santos (1996) a rede não é só material, ela é também social e política em função das pessoas, mensagens e valores que a freqüentam. O autor vai além e diz que a rede é um meio pelo qual normas e ordens de atores longínquos se fazem repercutir instantaneamente e imperativamente em lugares distantes e diferentes. Para ele as redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização que assistimos.

Cabe destacar que, mesmo as redes estando em pleno processo de disseminação no território, estas não são homogêneas, como o espaço não o é, e por isso mesmo:

[...] além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. (SANTOS, 1994, p. 256)

Assim, consideramos a rede como uma possibilidade material ou imaterial (estruturas físicas visíveis ou não) de disseminação de fluxos, materiais ou imateriais, (informações, pessoas, produtos) que permitem a circulação de ideias e objetos que nos permitem agir, transformar, e nos relacionar socialmente e com o espaço.

Mas, por que usar a idéia de Redes para entender o contexto do Sudoeste Goiano?

O uso da categoria Redes pode auxiliar na compreensão da dinâmica econômica do setor agroindustrial como complementar ao pensamento de Complexo Agroindustrial – CAI.

A noção de Complexos Agroindustriais se construiu em função das transformações ocorridas na agroindústria brasileira a partir da década de 1950 e se aprofundou após a década de 1970, num ambiente de aproximação entre as formas de produção industriais e agropecuárias e, pelas formas de integração do capital (industrial, bancário, agrário e outros), instituídas pelo capitalismo financeiro.

Na década de 1950 ocorreu, portanto, o início da tecnificação do setor agropecuário, pois neste período chegaram máquinas, importações ocorridas em função da Segunda Guerra Mundial.

Com a guerra alguns países venderam seus maquinários para empregar o capital nas lutas, e, posteriormente houve necessidade de comercialização de bens dos países derrotados com vistas a custear as dívidas e reconstruções. E, os países vitoriosos, como os Estados Unidos e Inglaterra ampliaram os investimentos no comércio internacional visando ampliar forças e riquezas.

No contexto da guerra, por conseguinte, chegaram ao país os meios de produção, máquinas agrícolas, dentre outros, que políticos e produtores do país ansiavam para estimular a industrialização.

De acordo com Marafon (2006),

Somente a partir do final da década de sessenta foi implantado no Brasil um setor industrial produtor de bens de produção voltado para a agricultura. Paralelamente à implantação desse setor ocorreu a modernização e o desenvolvimento, em escala nacional, de um mercado para os produtos industriais do sistema agroindustrial. Esse processo ficou conhecido como "modernização da agricultura" e nele ocorreram modificações significativas na forma de se produzir. (MARAFON, 2006, p. 07)

Estas transformações auxiliam na compreensão do que Santos (1996) chamou de Meio Técnico Científico Informacional, pois permitiram que a ciência e a técnica se unissem para se apropriar do espaço de maneira crescentemente racional e transformá-lo em produtivo, aumentando a produção e o mercado consumidor e chamando os diferentes saberes a participar do processo produtivo.

A integração dos capitais ocorrida na etapa do capitalismo denominada como Capitalismo Financeiro, de acordo com Harvey (2000) como período de acumulação flexível, foi proporcionada pelas relações internacionais estabelecidas por países e empresas estrangeiras. Estes visavam engendrar novos mercados e disseminar suas linhas de produção, além da união dos saberes como supracitado.

Com este processo em vigor, no Brasil, novas áreas foram chamadas a produzir ou aprofundar seu processo de produção e de consumo. Dentre elas o Cerrado e, como veremos o Sudoeste Goiano. Estas novas áreas se transformaram para receber elementos dessa nova forma de produzir, como foi o caso do Sudoeste Goiano que se especializou na produção de *commodities*.

A seguir, veremos algumas acepções do conceito de "Complexos Agroindustriais" e porque optar pela idéia de Redes ao invés de CAI.

A possibilidade do conceito de CAI – Complexos Agroindustriais.

O conceito Complexo Agroindustrial surgiu para tentar compreender o grau de articulação das indústrias, empresas e produção agropecuária que se processou a partir da década de 1950 e, se aprofundou no Brasil em 1970, com a aproximação da ciência e da técnica.

Há diversas acepções sobre esse tema e, traremos algumas que nos auxiliarão neste trabalho. Ao nosso entender, influenciados por Marafon (2006) são basicamente duas correntes que pensam este conceito, uma que atribui os Complexos Agroindustriais como parte de uma realidade maior, sendo o Complexo Agroindustrial um dos complexos que compõe a Economia de uma maneira geral, cujos principais representantes são Machado Filho *et al* (2006) e Muller (1982). E, outra que aponta o Complexo Agroindustrial como relacionado à existência de vários complexos agroindustriais que se complementam e resultam da passagem de complexos rurais para agroindustriais, defendida por Kageyama *et al* (1987) e Silva (1991).

Além do conceito Complexo Agroindustrial é importante salientar que foram cunhados uma série de outros para entender a dinâmica da aproximação entre a indústria e a agricultura. Silveira (2005) faz um levantamento sobre diversas possibilidades que buscavam atender essa demanda, como: agribusiness, sistema, cadeia produtiva e os complexos. Para ele,

É preciso, contudo, ter presente que essas noções, muito embora tratem do mesmo fenômeno, representam distintas possibilidades analíticas e oferecem-se a diferentes objetivos de pesquisa. Daí a importância do esforço de definirmos o sentido preciso dos conceitos, pois eles nos auxiliam a organizar e a interpretar a realidade, na medida em que retêm as características distintas e essenciais dos fenômenos. (SILVEIRA, 2005, p. 217)

Dentre os conceitos citados, o mais difundido e aplicado no Brasil é o Complexo Agroindustrial, que na visão de Muller (1989) é definido da seguinte maneira:

Caracteristicamente o CAI (complexo agroindustrial) é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/ beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria. Na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura; e na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e a indústria beneficiadora e processadora, verifica-se um processo de industrialização. (MULLER, 1989, p. 65)

Na análise de Marafon (2006), o complexo é analisado do ponto de vista da filosofia. Este assume o termo como um conjunto de objetos que pode ser determinado pela existência de caracteres comuns, equivalendo a uma classe, a uma totalidade, é um grupo que apresenta ligações, nexos entre si, imbricados, mas que podem ser observados de diferentes aspectos.

Neste sentido, os Complexos Agroindustriais permitem buscar entender o encadeamento da coordenação das relações, ou etapas de um determinado processo.

Para operacionalizar este conceito, de acordo com Silveira (2005) o ponto de partida é a matéria prima de base, esta se liga a indústria de insumos agrícolas, produção agropecuária e agroindústrias processadoras através da integração técnica intersetorial, e permite a concepção de diversos produtos finais. Ao buscar desenrolar esse processo é possível revelar as relações de dominação técnica, econômica e financeira do segmento industrial sobre o segmento agrícola do complexo.

Isso quer dizer que, a preocupação maior dos Complexos Agroindustriais é com sua dinâmica produtiva, com o relacionamento da produção agrícola de maneira industrial. O que importa, portanto, é a produção em si, quem ela envolve, de que forma se produz, quais são as etapas, quem são os responsáveis por cada etapa da produção, seja voltado ao beneficiamento ou ao processamento.

A relação entre o Conceito de Rede e de CAI.

Entendendo a rede como uma categoria que, em nosso estudo se constitui a partir dos arranjos organizacionais que utilizam recursos e envolvem a gestão de interdependências de várias empresas, podemos pensá-la como auxiliar ou complementar à CAI. Pois, a nosso ver enquanto o conceito de CAI está mais relacionado com o desenrolar do processo produtivo em si, a Rede vem contribuir para o entendimento das formas da produção atribuídas ao espaço.

A rede, portanto vem auxiliar a desenrolar e responder a pergunta de como ocorre a produção no espaço, de que maneira ela se articula, se distribui, como envolve diferentes e distantes lugares e agentes através da rede técnica que se impõe como necessária. Ela nos ajuda a enxergar o movimento.

Assim, falar de Rede é falar também de maneira associada da categoria Técnica. O conceito de técnica é importante na medida em que nos ajuda a perceber a relação social com

o espaço, seus limites, o esforço feito pela sociedade para atribuir ao espaço características que permitam suas ações e transformações.

Mazalli (2000) identifica a organização em rede como um novo padrão de articulação entre os agentes econômicos. Para ele, a partir dos anos 1980, a idéia de complexo agroindustrial já não consegue responder totalmente as mudanças experimentadas pelo setor agroindustrial no Brasil, em função do aumento da crise fiscal e da perda de poder do Estado e a chegada de novos agentes do poder vinculados a interesses estrangeiros, relacionando o mercado nacional e internacional.

A organização em rede implica em mobilização e combinação de recursos, atividades e agentes, mediante articulações; e, elementos como as grandes empresas são representantes capazes de por em prática essa dinâmica pelo mundo todo.

Em nosso caso de estudo, se continuarmos analisando a pauta de exportações de Goiás; de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; vamos perceber que grandes grupos a comandam. Vejamos, as onze empresas que mais exportam no estado: em primeiro lugar Mineração Maracá, Brasil *Foods* em segundo lugar, Caramuru em terceiro, Bunge em quarto, JBS, *Louis Dreyfus*, Minerva, ADM do Brasil, Mineração Serra Grande, Granol Indústria e *Cargill*, respectivamente nesta ordem.

Podemos notar que na relação entre as empresas exportadoras de Goiás dois grupos são dominantes, o de mineração e do setor alimentício, agroindustrial. E, para onde são exportados os produtos goianos? Vejamos a lista dos países que obtém maior relação com o estado.

Como compradores a lista começa com China em primeiro lugar, com valores muito superiores ao segundo lugar constituído pela Holanda, em terceiro está a Índia e, posteriormente aparecem Espanha, Rússia, Reino Unido, Irã, Arábia Saudita, Tailândia e Japão.

E, se avaliarmos o caso de Rio Verde e Jataí para sabermos com quem se relacionam alguns municípios do Sudoeste Goiano vamos notar que, Rio Verde mantém relações de exportação principalmente com a China, em primeiro lugar, França em segundo e Coréia do Sul em terceiro.

E, Jataí mantém relações de exportação com os mesmos países, com uma inversão de importância entre França e Coréia do Sul. Assim, Jataí exporta em primeiro lugar para a China, em segundo para a Coréia do Sul e em terceiro para a França.

Há mais países que estabelecem relações comerciais com municípios do Sudoeste Goiano, citamos apenas os três primeiros para expor: a produção regional não está atrelada a

interesses apenas locais. O Sudoeste Goiano está articulado a outros países e empresas que se estendem pelo globo.

Neste sentido, pensamos que a rede tem o poder de agregar mais agentes e permitir uma análise que alcança melhor as escalas atingidas pelos lugares, ao passo que a ideia de complexo agroindustrial permite compreender melhor uma análise na escala da produção em si, e não das relações no espaço de uma maneira geral.

No caso das análises que se referem ao Centro-Oeste são imperativos todos os esforços para compreender a dinâmica de sua produção. Esta região do país se tornou altamente produtiva em grãos, aves, suínos e bovinos mas, como se mantém competitiva se, de uma forma geral, essas produções abastecem mercados externos? Afinal, o Centro-Oeste é a região mais distante dos portos do país.

Helfand e Rezende (1998) estudaram as mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil buscando entender justamente o papel do Centro-Oeste. Em artigo nos relatam que o Centro-Oeste e Sul são regiões que se equiparam em termos de custos de produção, e a região Sudeste ainda consegue ter custos de produção menores do que as duas regiões anteriormente citadas.

Para os autores, após a desconcentração industrial, vivida na década de 1970, foi possível uma nova expansão agrícola que aprofundou as relações para com o Centro-Oeste em função do preço da terra ser menor, e das possibilidades tecnológicas alcançadas para uso do solo do Cerrado.

Com a produção de grãos possibilitada no Centro-Oeste e barateada em função das amplas áreas que se especializaram, o preço da produção de grãos pôde cair ainda mais. Por isso, muitas indústrias produtoras de aves e suínos originadas no sul do país instalaram braços de suas atividades no Centro-Oeste, afinal alimentar uma grande produção de animais com os grãos produzidos na própria região, se tornou uma vantagem comparativa.

Foi nesse contexto que Rio Verde-GO se inseriu numa organização produtiva mais complexa. “[...] Nítida é a transformação do município de Rio Verde, de produtor de matérias-primas para produtos alimentícios que são exportados para o mercado internacional.” (PIZARRO, 2007, p. 32)

Para Pizarro (2007) a industrialização da agricultura em Rio Verde foi iniciada com a atuação da COMIGO (Cooperativa dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) fundada em 1975. Esta se tornou responsável por receber e acionar os incentivos para a produção de agrícolas exportáveis e atuou como via de propagação dos pacotes tecnológicos promovidos pelas políticas públicas.

As cooperativas, no contexto da década de 1970, funcionaram como empresas com papel de reprodução das relações sociais de produção, e de agentes de modernização e industrialização da agricultura. Elas reuniram produtores interessados em obter melhores ganhos de escala e benefícios da própria cooperativa, como nos diz Fajardo (2007).

Após a COMIGO estimular os produtores e a região do Sudoeste Goiano com suas atividades, a Perdigão instalou um parque agroindustrial também em Rio Verde com foco no aproveitamento da expressiva produção de grãos alcançada pelo Sudoeste Goiano e, em função dos incentivos fiscais oferecidos pelos governos federal e estadual.

A Perdigão se ramificou em Rio Verde após estudos acerca de novos lugares e possibilidades para expansão. Estes estudos para o planejamento e construção de um pólo produtor no Sudoeste Goiano constituíram um projeto denominado Projeto Buriti.

De acordo com o documento do BNDES “Um Estudo da Integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão”, para escolher o local de atuação a Perdigão priorizou os seguintes elementos: incentivos fiscais e disponibilidade de grãos, disponibilidade de mão de obra para atividades industriais (era necessário um município com pelo menos 100 mil habitantes), a disponibilidade de carne bovina (pois, buscavam industrializar a produção dos bovinos, abater e transformar em embutidos e outros), condições climáticas adequadas, aproximadamente 800 m de altitude, baixa amplitude térmica, regime pluviométrico estável e bem distribuído, já que as excessivas variações climáticas afetam os animais e exigem equipamentos específicos que podem elevar os custos de produção. E, a regularidade pluviométrica reduz a incerteza quanto ao abastecimento dos grãos.

No que tange à infraestrutura a Perdigão buscou uma área abastecida por energia elétrica, água e gás como elementos imprescindíveis às atividades industriais. Mas, foi necessária uma grande rede técnica, especialmente de energia elétrica, pois as granjas requerem uso intenso para seu sistema tecnológico e equipamentos automáticos.

É possível, com a descrição das características buscadas para implantação do Projeto Buriti, perceber a quantidade de variáveis necessárias às atividades agroindustriais. Não se trata mais de extrativismo ou atividades primárias, é uma indústria que requer tecnologia e grande quantidade de recursos naturais.

Por isso mesmo, para entender as necessidades das atividades industriais e sua relação com o território, falamos de rede, como categoria de análise e como exercício metodológico.

Por exemplo, como entender a concentração de grandes empresas mundiais no Cerrado, sem avaliar as características naturais, sociais e econômicas destas áreas? Um aspecto fundamental é a disponibilidade de água, na superfície e nos lençóis, pois é através da

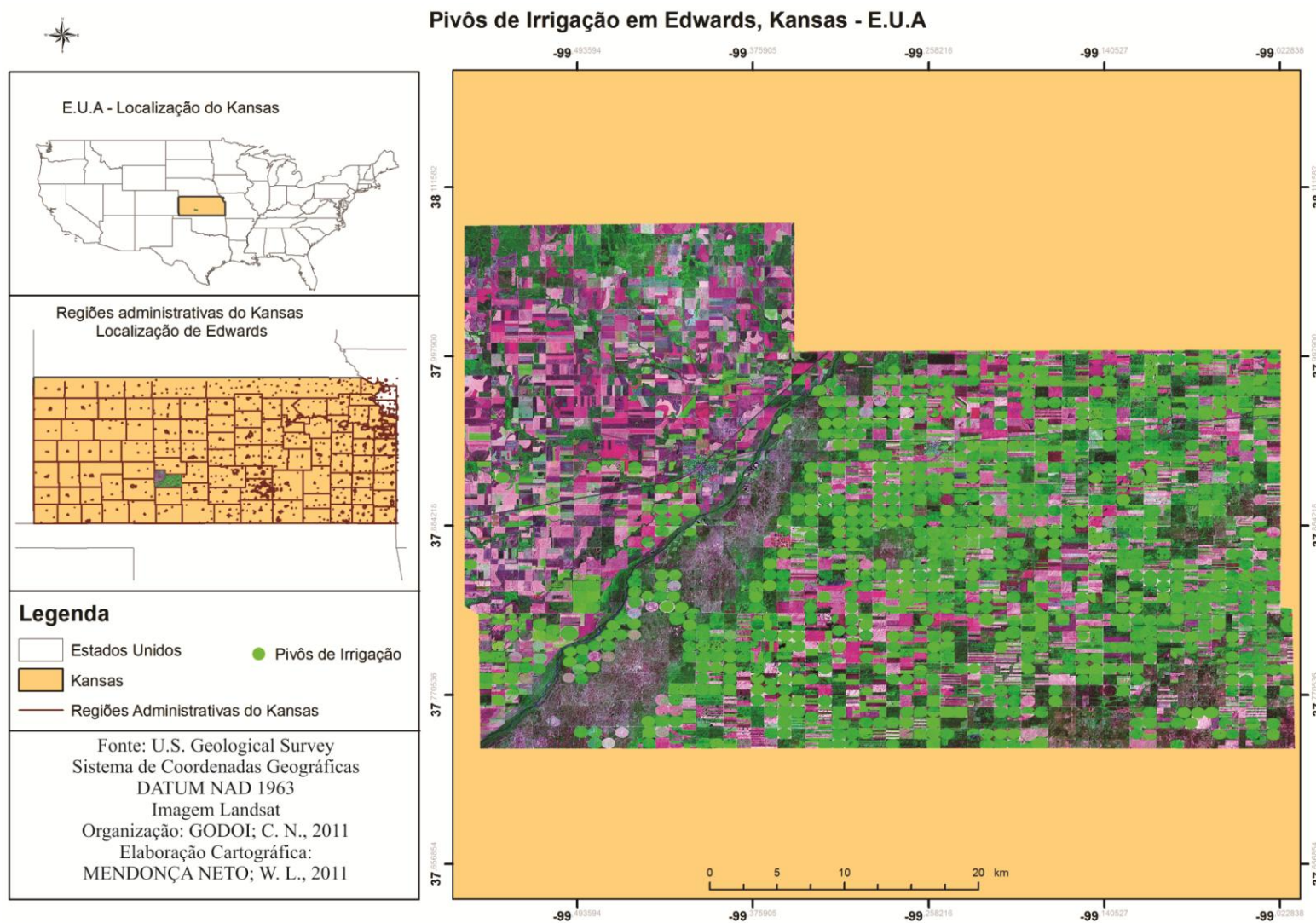
irrigação que muitas culturas são mantidas, e através da energia elétrica transformada que toda a tecnologia das granjas pode ser utilizada para grandes produções.

Vianna (2005) nos diz que uma análise de território que desconsidere os usos da água são parciais. A não inclusão da água, dos recursos hídricos e das intervenções nos espaços hídricos na análise espacial torna incompleto o conhecimento do espaço geográfico. (VIANNA, 2005, p. 342).

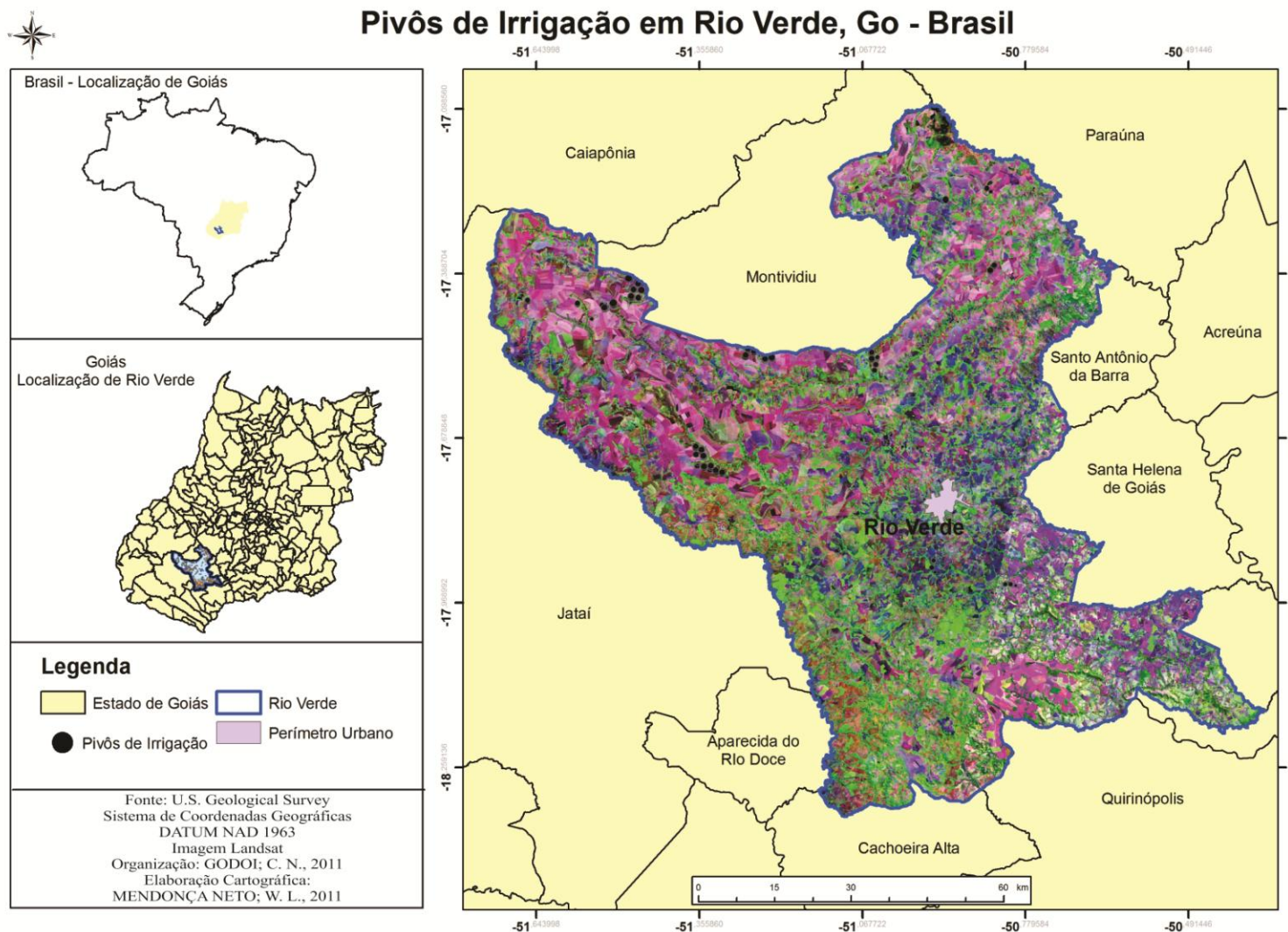
Estender o leque de fatores e avaliá-los para enxergar as transformações no espaço é exigência destes tempos rápidos. E, seguindo atores, agentes, e fatores podemos abarcar mais elementos pra que nossa análise dê conta da complexidade do processo produtivo hodierno.

Para ilustrar, seguem dois mapas com imagens de satélite. A primeira é do estado do Kansas, nos Estados Unidos e a segunda do município de Rio Verde, em Goiás, no Brasil. Em ambas as imagens é possível perceber a racionalidade imposta ao espaço através dos usos de pivôs centrais de irrigação ou através dos usos de máquinas agrícolas para o plantio que criam as figuras geométricas, recortadas no terreno.

Mapa 03: Pivôs de Irrigação em Edwards, Kansas, E.U.A.



Mapa 04: Pivôs de Irrigação em Rio Verde,- GO, Brasil.



A quantidade exorbitante de pivôs centrais na imagem dos Estados Unidos reflete a força econômica da agroindústria daquele país, quando comparado com uma área relativamente especializada na agroindústria do Brasil, o município de Rio Verde.

É possível identificar através das imagens de satélite a incorporação da técnica na produção agroindustrial. Nos Estados Unidos a racionalidade imposta é muito maior, o que auxilia a explicar a força deste país na economia mundial. No Brasil, e no Sudoeste Goiano já podemos enxergar a técnica transformando a paisagem, e o espaço, com força menor, mas com o mesmo padrão de ação, através de investimentos, instrumentos que buscam o mesmo fim – produzir em grande quantidade.

Se nas duas imagens é possível detectar o uso de pivôs centrais, isso significa plantios com usos intensivos de água e energia elétrica, o que retoma a questão da necessidade de estrutura e recursos naturais para as atividades agroindustriais.

E, quando analisamos as grandes empresas; indústrias, transnacionais ou nacionais, e seus caminhos pelo mundo e pelo território nacional; fica evidente que estas buscam baratear sua produção em áreas ricas em recursos naturais que dêem conta da alta produtividade.

Vianna (2005) alerta para a importância geopolítica da água e de seus usos. O autor expõe dados sobre a disponibilidade da água em diferentes países do mundo e no Brasil. Este é um dos países com maior disponibilidade de água do mundo e, Goiás é um estado com grande quantidade deste recurso, ficando atrás apenas dos estados da região Norte do país.

Por associar grande disponibilidade de água, terras mais baratas, mais planas, uma densidade demográfica menor do que a de outras regiões, cidades menores, ausência de sindicatos de trabalhadores articulados, concentração de terras, e, a falta de instrumentos, interesses e normas para preservação do Cerrado, o Centro-Oeste sempre foi altamente atrativo para grandes produções e empresas.

A produção do Centro-Oeste de uma forma geral é, portanto, caracterizada por estar vinculada a interesses de grandes empresas capitalistas, nacionais ou não, pelas *commodities*, diversidade de agentes, grande quantidade produzida, mecanização da produção e, pela concentração das riquezas.

E, foi através da inserção das grandes máquinas e de novas técnicas que este processo se aprofundou na contemporaneidade. Esse aprofundamento reforçou tendências e englobou novas áreas para participar dessa produção de alcances globais.

O Grupo Maggi foi analisado por Silva (2003) para entender as práticas sociopolíticas e geográficas das corporações como parte do processo de abertura de fronteiras agrícolas no Brasil.

Para o autor a fronteira se refere a um processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global através da expansão territorial da agricultura capitalista. Trabalharemos o conceito de fronteira adiante para falar do vínculo do Sudoeste com o Triângulo Mineiro e São Paulo.

E, a fronteira recente agrega elementos novos que exigem esforços e olhar amplo para dar conta dos segmentos e lugares que alcançam a produção.

[...] as transformações recentes por que tem passado a agricultura brasileira, sob o signo da globalização, têm posto em xeque as noções de complexo agroindustrial, até aqui formuladas, e ressaltado o papel das corporações no domínio do complexo territorial de grãos e carne, dentre outros produtos. (SILVA, 2003, p. 26)

Entretanto, é importante pensar que a rede não consegue abarcar todos os espaços. Os espaços que se inserem na rede são os nós, mas esta não é homogênea e, portanto por si só não é capaz de nos dar uma visão completa, mas sim consegue elencar e relacionar alguns fatores.

Cunha (2003) aborda os ganhos e os limites do uso do conceito de rede ao sistema agroalimentar. Para ele a rede não pode ser tomada como um novo paradigma teórico, nem ser representativa de uma nova etapa histórica do desenvolvimento capitalista na agricultura, sucedendo a idéia de complexo agroindustrial, especialmente porque a rede não está presente no conjunto dos arranjos agroindustriais, mas sim em alguns setores específicos. E, nos setores em que esta se coloca como forma organizacional específica esta cria suas situações de poder, de governança, de mercado, de mediadora dos mercados e de hierarquia.

Para compreender a dinâmica do Sudoeste Goiano, de Rio Verde e, de Jataí e outros, poderíamos escolher qualquer elemento da produção, pois estes; como veremos mais adiante; estão vinculados a uma dinâmica internacional, de bolsa de valores e com agentes que nos auxiliam a exemplificar como as redes são importantes para entender as articulações de produções de alcances interescares.

Assim, as *commodities* são produtos ligados exclusivamente ao mercado mundial, às bolsas de valores, corporações e interesses estrangeiros. O que quer dizer que os preços dessa produção também são definidos de acordo com poderes internacionais. Por isso mesmo, se houver demanda os preços sobem e há uma valorização da produção, entretanto, quando há alguma recessão, ou fechamento, proteção de mercados, os preços das *commodities* se desvalorizam, obedecendo a interesses distantes dos lugares em que estas são de fato produzidas.

Silva (2003) ao analisar as ações do Grupo Maggi como grandes produtores agroindustriais os denomina como Corporação em Rede por abranger um tipo de empresa

multilocalizada e multifuncional que interage com outras empresas e grupos sociais, a fim de obter ganhos e eficiência. Influenciado pelo conceito de espaço formulado por Santos (1996) a corporação em rede seria composta por um sistema de ações e objetos com dois recortes espaciais, as horizontalidades e verticalidades.

A proposta teórica-metodológica de Santos (1996) acerca das verticalidades e horizontalidades nos ajuda a enxergar os laços criados entre agentes, lugares e sistemas técnicos. As horizontalidades compreendem extensões de conexões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. E, as verticalidades podem ser entendidas como pontos que, mesmo separados no espaço, se articulam e permitem o funcionamento global da sociedade e da economia. Por isso mesmo,

[...] as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente. (SANTOS, 1996, p. 284)

E, na agricultura moderna, as horizontalidades se responsabilizam pelas ações que se dão nas regiões, lugares e, estas ações recebem comandos oriundos das verticalidades. Sendo assim, as corporações agroempresariais assumem uma forma de complexo territorial em rede. (SILVA, 2003)

Como expusemos acima, os municípios produtivos do Sudoeste Goiano têm sua produção atrelada à grandes empresas e à atividades de exportação, o que corrobora com o entendimento de sua dinâmica através do pressuposto de ações que ocorrem de forma horizontal e vertical.

As ações no território, verticais e horizontais, são parte da configuração da rede técnica e urbana que se constrói. Isso significa que é necessário entender e expor a rede urbana e técnica para enxergar as ações dos agentes.

Seguindo este raciocínio faremos agora uma exposição da rede urbana contemporânea do Sudoeste Goiano e, mais adiante falaremos de sua rede técnica, pois estas nos dão pistas das relações construídas no espaço hoje e ao longo do tempo.

A rede urbana e as articulações no espaço.

A partir de agora vamos expor elementos que compõe a rede urbana do Sudoeste Goiano para apreender as relações deste território dinâmico.

Para Corrêa (1989) a rede urbana se constitui como um conjunto de centros que são funcionalmente articulados, e que está diretamente ligada a divisão territorial do trabalho como sendo uma condição e ao mesmo tempo um reflexo desta. Isto quer dizer que a rede urbana é uma construção, é histórica e social e tem o papel de articular a sociedade numa dada porção do espaço garantindo sua função e sua existência.

Adotamos a perspectiva de Corrêa (1989) porque tencionamos enxergar a rede urbana do Sudoeste Goiano sob o aspecto da articulação, da mobilidade, da dinâmica em si, para perceber como os agentes dinamizaram o espaço, tornaram-no hierárquico e articulado, para trazer funcionalidade e especialização através das redes - técnicas e sociais.

Entender a rede urbana, de uma maneira geral, permite traduzir um pouco da sociedade, dos arranjos e processos de ocupação, funcionalização e, da diferenciação que se processa nos municípios e como isso ocorre.

Fresca (2004) em seu estudo sobre a rede urbana do norte do Paraná diz:

Se a rede urbana é um reflexo, simultaneamente é também condição para a divisão territorial do trabalho, na medida em que define os pontos focais da vida de relações e as vias de tráfego por onde os fluxos diversos são estabelecidos e possibilitam a criação e transformação constante e desigual de atividades e cidades. [...] (FRESCA, 2004, p. 14)

A rede urbana é, portanto, quem possibilita a divisão territorial do trabalho, pois ela distribui funções no espaço e articula as existentes. Correa (1989) explicita que,

[...] através das funções articuladas de suas cidades – comércio atacadista e varejista, bancos, indústrias, [...] transporte, armazenagem, [...] educação, saúde, etc – que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. (CORREA, 1989, p. 49)

Assim, a rede urbana de uma região atesta a materialização das relações de poder, de comércio, de serviços, sociais e econômicas distribuídas no espaço. Esta rede pode através de suas características nos contar um pouco da hierarquia de relações estabelecidas em uma dada região. Por isso mesmo, entender como está disposta a rede urbana do Sudoeste Goiano, atualmente, é estar atento às relações que ali se estabelecem, às hierarquias articuladas no espaço e, aos agentes locais e regionais.

A rede urbana vem apoiar e ao mesmo tempo refletir a dimensão espacial do processo de acumulação capitalista tanto em nível regional como intra-urbano. Isto quer dizer que, quando analisamos o Sudoeste Goiano como nosso recorte espacial, buscamos perceber como se estrutura a hierarquia dos lugares dentro do território regional.

A composição da rede urbana se dá pelas cidades, pelo processo de urbanização. Mas, a cidade hoje não é mais um aglomerado urbano cujas delimitações físicas são claramente definidas. Ela apresenta-se mais como um conglomerado diverso, de redes de infraestrutura, de centros comerciais e equipamentos públicos (de saúde, educação etc.), de subúrbios mais ou menos interligados. E, nessa descrição; apresentada no estudo “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, realizado pelo IPEA; podemos agregar um elemento que estará presente em todo nosso trabalho, as características rurais que se somam ao urbano e às urbanas que se ligam às rurais. Afinal, nossa região de estudo é composta por municípios cujas atividades econômicas preponderantes exigem a conexão entre o rural e urbano.

Graziano da Silva (1997) alega que o novo rural brasileiro se urbanizou, após a década de 1980, como resultado do processo de industrialização da agricultura que transbordou urbano no rural e, com isso a produção agrícola se transformou.

O que antes podia ser considerado um processo produtivo autárquico, com seu mercado de trabalho e equilíbrio interno, foi alterado porque as atividades foram integradas no restante da economia. Isso significou um emaranhamento das atividades que não mais podem ser separadas para enxergar quem produz e fornece insumos ou compram seus produtos.

Oliveira (2003) aponta que a instalação da Perdigão em Rio Verde representou mudanças como a agregação de valor à produção agrícola, incrementou as exportações, gerou empregos diretos e indiretos no campo e na cidade, fomentou o desenvolvimento e crescimento de outros setores produtivos urbanos e rurais e, propiciou a instalação de novas empresas, como empresas de embalagens e de transportes. A Perdigão foi altamente transformadora para Rio Verde por se tratar de uma empresa com grande diversidade e produção. Foram instaladas granjas na zona rural, módulos produtores de suínos – com enormes galpões, área de tratamento de detritos e de compostagem, módulos de produção e transformação da produção.

Pizzarro (2007) diz que,

A modernização da agricultura acarretou transformações no espaço geográfico de Rio Verde, levando à construção de seu parque industrial. As relações entre o campo e a cidade fundem-se, reduzindo as diferenças entre o arcaico rural e o moderno urbano. (PIZARRO, 2007, p. 44)

Se o espaço é heterogêneo, assim como a rede, conseqüentemente o território do Sudoeste também apresenta diferenças entre os lugares que o compõe, pois o avanço do

capitalismo, das relações de produção, da inserção em uma divisão territorial do trabalho não ocorre de maneira igual em todos os lugares.

A divisão territorial do trabalho, por conseguinte se constrói diferentemente nos espaços, cada uma em seu tempo, permitindo que o arranjo estrutural e espacial da rede urbana seja sempre heterogêneo. E, esta heterogeneidade deriva também das características dos lugares. Segundo Corrêa (1997),

Sem dúvida o arranjo estrutural e espacial da rede de localidades centrais é influenciado não apenas pelo modo como o capitalismo penetrou nas diferentes áreas do mundo, mas também é marcado pela herança do passado [...] (CORREA, L. 1997, p. 28)

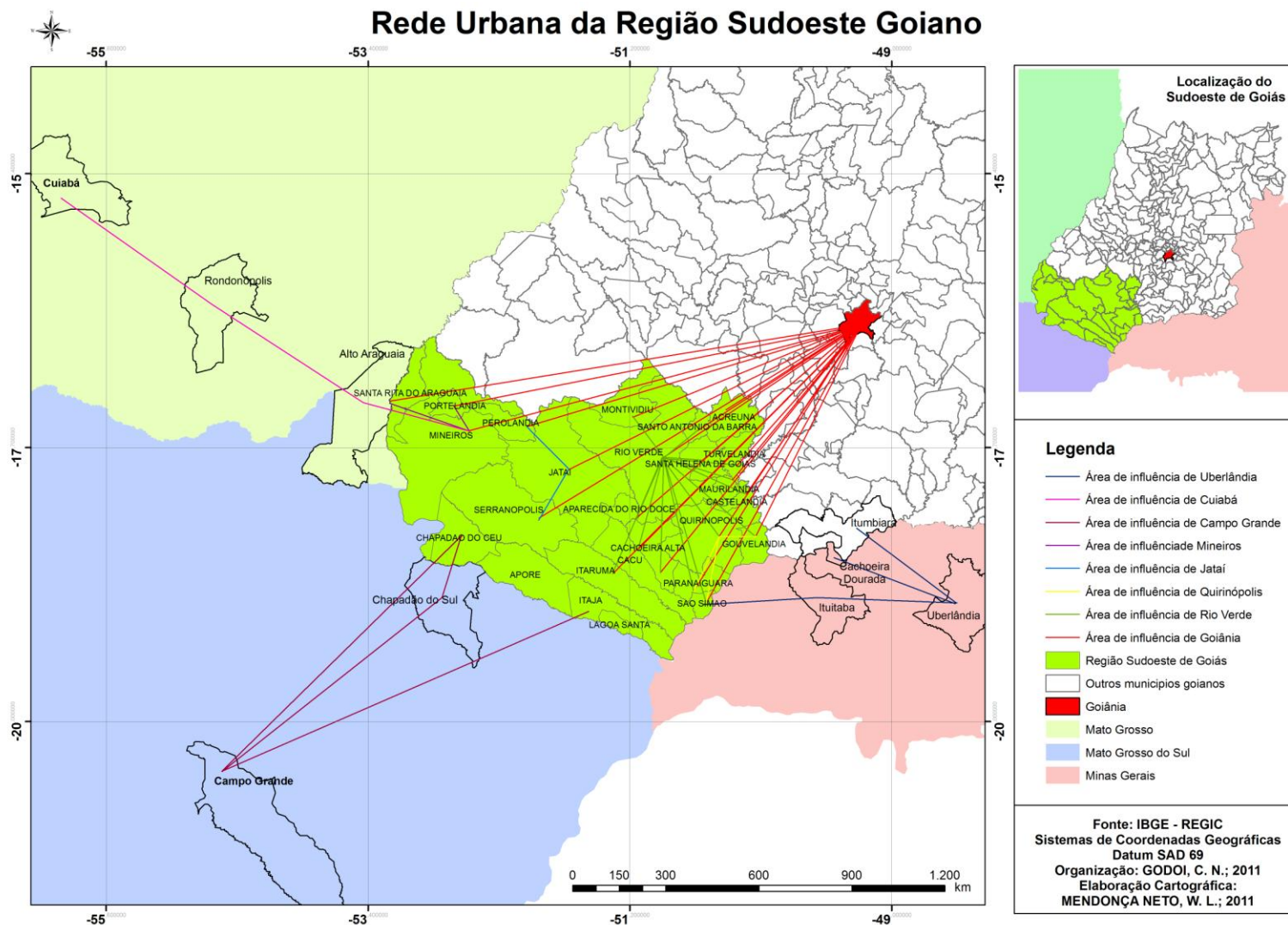
No conjunto que compõe a rede urbana, portanto, cada lugar deve desempenhar um papel, ser responsável por uma parte do processo produtivo. Obviamente há os lugares que ainda não foram inseridos neste processo, ou que foram excluídos, mas a busca geral dos agentes capitalistas é inserir os lugares nesta divisão da produção, ou divisão do trabalho.

A rede urbana contemporânea do Sudoeste Goiano aponta os principais municípios, expõe as centralidades e funcionalidades adquiridas por estes ao longo do tempo. Com isso, é preciso enxergar como esta se organiza para compreendê-la.

O Regic (Região de Influência das Cidades) é um documento produzido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que aponta algumas características da rede. Segundo o Regic (2009) o Sudoeste Goiano é polarizado pela força da centralidade da metrópole Goiânia e, as principais cidades polarizadoras da região são Rio Verde em primeiro lugar e, em segundo, Jataí.

Como podemos ver no mapa abaixo, o Sudoeste Goiano recebe influências de outras cidades, áreas e estados. Entretanto, a maior influência é da capital estadual, a metrópole regional Goiânia. Podemos perceber que a capital está em contato com as principais cidades, como Rio Verde, Jataí, Mineiros, e Quirinópolis. Além disso, percebemos que esta influência estadual se estende a partir dos locais citados para outros como Alto Araguaia, São Simão. O mapa revela também o relacionamento de Itumbiara com o Sudoeste Goiano, ligando-o diretamente à Quirinópolis.

Mapa 05: Rede Urbana da Região Sudoeste Goiano.



No que diz respeito aos outros estados, podemos perceber um alcance das forças externas que fazem divisa com Goiás através das cidades situadas próximas dessas fronteiras. É o caso de Chapadão do Céu que é polarizada por Chapadão do Sul – MS, que por sua vez é área de influência direta de Campo Grande – MS. Mineiros-GO polariza Alto Araguaia-MT, área de influência não só de Goiânia, através de Mineiros, mas, de Rondonópolis diretamente e, de Cuiabá indiretamente.

A divisa com o Triângulo Mineiro é feita através do Rio Paranaíba e, às suas margens estão Itumbiara e São Simão, importantes cidades goianas que enviam a produção estadual por rodovias ou por hidrovia. O Triângulo Mineiro polariza São Simão e se aproxima de Cachoeira Dourada e Itumbiara, através de Ituiutaba-MG e Uberlândia-MG.

As relações entre o Sudoeste Goiano, o Triângulo Mineiro e, São Paulo; serão analisadas mais adiante, expusermos os agentes e as construções históricas das transformações espaciais.

Rio Verde é considerado um Centro Sub-Regional A, ou seja, é uma cidade com atividades de gestão não muito complexas com área de atuação reduzida cujo relacionamento se dá, em relação aos centros externos à sua própria rede, apenas com as três metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Nesta categoria se concentram cidades medianas de 95 mil habitantes. Cabe lembrar que, segundo o IBGE, (2010) Rio Verde já soma 176.424 mil habitantes e possui um PIB per capita de 22.768 reais.

Jataí e Mineiros foram consideradas um Centro de Zona A, ou seja, são cidades de menor porte com atuação restrita a sua área imediata, são cidades medianas de 45 mil habitantes. Segundo o IBGE, (2010) Jataí possui 88.006 habitantes e possui um PIB per capita de 21.767 reais.

E, Mineiros chegou a 52.935, com PIB per capita de 15.726 reais. Chapadão do Céu foi denominada como um centro local, o que quer dizer uma cidade cuja centralidade não extrapola os limites de seu município, servindo apenas aos seus habitantes e com população predominantemente inferior a 10 mil habitantes. No caso de Chapadão do Céu, esta possui em 2010, última contagem do IBGE, 7.001 habitantes, e um PIB per capita de 46.530 reais.

Todas as cidades do Sudoeste Goiano estão conectadas à rede de Goiânia, capital e metrópole do estado. Segundo o Regic (2009), Goiânia e sua rede urbana concentram 3,5% da população nacional, 2,8% do PIB nacional. No que tange a própria rede, a metrópole concentra 30,2% da população e 29,7% do PIB. A capital possui uma renda per capita de 15.376 mil reais.

Com base PIB per capita de Goiânia podemos notar a diferença deste valor com relação aos valores dos principais municípios do Sudoeste Goiano, pois as principais cidades apontadas apresentam um PIB superior à média, variando de 10.250 reais a 24.847 reais. Além disso, de acordo com o quadro abaixo, baseado em dados da Contagem de População de 2010 e do Censo Agropecuário de 2006, ao menos seis municípios apresentam PIB per capita acima de 13.000 reais, do maior para o menor, são eles: São Simão, Turvelândia, Chapadão do Céu, Rio Verde, Montevídiu e Jataí. Dentre os municípios com o PIB per capita mais elevados, apenas dois municípios são considerados centros com área de influência que extrapola o próprio município.

Cabe destacar que Goiânia possui uma baixa média de PIB per capita porque é um município voltado ao setor de serviços, é um centro que atrai mão de obra não qualificada e exporta mão de obra qualificada para o estado em função de sua estrutura universitária. Portanto, não ser um município ligado ao setor industrial e, ser receptor de mão de obra não qualificada leva a capital a obter números menores de PIB per capita, pois sua população é maior que as demais cidades do estado e sua produção não é significativa para elevar os índices da renda per capita.

Destacamos que, ao longo da pesquisa, com a atualização dos dados, todos os municípios do Sudoeste Goiano aumentaram seu PIB per capita e sua população, com exceção de Aparecida do Rio Doce que diminuiu sua população mas, também teve seu PIB per capita aumentado e, Turvelândia que apresentou uma queda na produção do PIB per capita, mesmo com crescimento populacional. Cabe destacar os municípios que tiveram um crescimento muito elevado, quase duplicaram ou triplicaram suas rendas per capita, estes estão em destaque na tabela 07.

Tabela 06: Perfil dos municípios do Sudoeste Goiano, 2007.

	Município	Ano de Emancipação	PIB Per Capita	Habitantes (2007)
1	Acreúna	1976	10.003 reais	18.553
2	Aparecida do Rio Doce	1991	9.050 reais	2.702
3	Aporé	1958	12.535 reais	3.554
4	Cachoeira Alta	1953	12.270 reais	8.103
5	Caçu	1953	7.898 reais	10.892
6	Castelândia	1991	7.778 reais	3.530
7	Chapadão do Céu	1991	24.847 reais	5.289
8	Gouvelândia	1988	9.858 reais	4.507
9	Itajá	1958	7.876 reais	5.409
10	Itarumã	1953	12.093 reais	5.338
11	Jataí	1882	13.568 reais	81.972
12	Lagoa Santa	1997	10.509 reais	1.225
13	Maurilândia	1963	7.333 reais	10.769
14	Mineiros	1905	10.250 reais	45.189
15	Montividiu	1988	14.014 reais	9.255
16	Paranaiguara	1953	5.801 reais	7.724
17	Perolândia	1991	10.623 reais	2.748
18	Portelândia	1963	9.948 reais	3.310
19	Quirinópolis	1943	8.346 reais	38.064
20	Rio Verde	1854	19.818 reais	149.382
21	Santa Helena de Goiás	1948	11.336 reais	35.027
22	Santa Rita do Araguaia	1953	6.163 reais	5.873
23	Santo Antonio da Barra	1992	5.798 reais	4.134
24	São Simão	1958	58.952 reais	13.832
25	Serranópolis	1958	14.026 reais	7.333
26	Turvelândia	1988	39.856 reais	3.852

Fonte: IBGE, 2009.

Organização: Godoi, C. N.

Tabela 07: Perfil dos municípios do Sudoeste Goiano, 2010.

	Município	Ano de Emancipação	PIB Per Capita (2008)	Habitantes (2010)
1	Acreúna	1976	12.724 reais	20.279
2	Aparecida do Rio Doce	1991	13.115 reais	2.427
3	Aporé	1958	19.310 reais	3.803
4	Cachoeira Alta	1953	23.353 reais	10.553
5	Caçu	1953	12.568 reais	13.283
6	Castelândia	1991	14.077 reais	3.638
7	Chapadão do Céu	1991	46.530 reais	7.001
8	Gouvelândia	1988	18.866 reais	4.949
9	Itajá	1958	11.150 reais	5.062
10	Itarumã	1953	14.789 reais	6.300
11	Jataí	1882	21.767 reais	88.006
12	Lagoa Santa	1997	11.364 reais	1.254
13	Maurilândia	1963	7.588 reais	11.521
14	Mineiros	1905	15.726 reais	52.935
15	Montividiu	1988	26.632 reais	10.572
16	Paranaiguara	1953	9.450 reais	9.100
17	Perolândia	1991	33.964 reais	2.950
18	Portelândia	1963	21.251 reais	3.839
19	Quirinópolis	1943	13.400 reais	43.220
20	Rio Verde	1854	22.768 reais	176.424
21	Santa Helena de Goiás	1948	12.723 reais	36.469
22	Santa Rita do Araguaia	1953	9.033 reais	6.924
23	Santo Antonio da Barra	1992	10.216 reais	4.423
24	São Simão	1958	93.866 reais	17.088
25	Serranópolis	1958	19.812 reais	7.481
26	Turvelândia	1988	33.263 reais	4.399

Fonte: IBGE, 2011.

Organização: Godoi, C. N.

Após esta apresentação da rede urbana do Sudoeste Goiano e sua hierarquia, quem são os principais centros, o PIB per capita dos principais municípios e com quem estes se relacionam no território faremos uma exposição da rede técnica que auxilia na dinâmica dos fluxos no território em questão.

O movimento que aponta a história do Sudoeste Goiano, ou a história da inserção do Sudoeste Goiano em uma rede mais complexa é o que abordaremos mais adiante.

Parte 02: A Rede Técnica do Sudoeste Goiano.



Até aqui percebemos que o Sudoeste Goiano é um território altamente produtivo, que participa ativamente da pauta de exportações do Estado de Goiás, se relaciona com países como a China, Holanda e França para direcionar sua produção, possui empresas como a Perdigão, hoje Brasil *Foods* S/A atuando, cujo processo produtivo incide diretamente nas relações da rede urbana. Assim sendo Rio Verde e Jataí se constituem como principais municípios da região, recebem grande influência da capital Goiânia, mas, detêm uma certa autonomia econômica em função de suas atividades agroindustriais.

Faremos agora uma análise da rede técnica do Sudoeste Goiano para demonstrar de que forma este se tornou produtivo, relacionando interesses de agentes à infraestruturas.

A estrutura de que dispõe o Sudoeste ainda é inferior àquela desejável para sua capacidade produtiva, mas as transformações ocorridas no espaço, como a inserção das próteses no território, permitem enxergar que os agentes entendem este território como dotado de potencial, e investem para seu crescimento econômico, urbano e produtivo.

A técnica como instrumento de transformação do espaço.

O conceito de técnica é importante para nós na medida em que nos ajuda a perceber a relação social com o espaço, seus limites, o esforço feito pela sociedade para atribuir ao espaço características que permitam suas ações, transformações. Por isso mesmo, buscamos aqui compreender como são feitas as intervenções no Sudoeste Goiano, como a rede técnica se constitui para poder compreender como as políticas públicas e os interesses privados se articulam para tornar este espaço produtivo.

Para tanto é preciso compreender mais profundamente o conceito de técnica, como nós nos relacionamos com o espaço através delas, como conceituamos e as operacionalizamos.

Segundo Santos (1996) a técnica é uma forma tão essencial para compreensão do homem no espaço, que este chega a propor que a Geografia fosse uma filosofia das técnicas.

Para ele:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. (SANTOS, 1996, p. 29)

O autor diz que não basta apenas reconhecer os sistemas de transporte e comunicação, é preciso reconhecer o fenômeno técnico em sua total abrangência para alcançar a noção de espaço geográfico.

Santos (1996), em concordância com Marx em sua obra “A ideologia alemã”, diz que toda técnica é história embutida, pois possui características em si que revelam um tempo congelado e uma história. Este pensamento nos permite começar a operacionalizar o conceito de técnica, pois é possível através da análise dos instrumentos, objetos e infra-estruturas conhecer um pouco do tempo em que estes foram criados, e a partir da datação do objeto, podemos buscar seus agentes responsáveis. Afinal, pela idéia de Marx o que distinguiria as épocas econômicas umas das outras, não seria o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho.

Essa linha de pensamento tem uma aplicação prática, pois nos permite historiar no tempo as diferentes técnicas, a evolução delas e de suas possibilidades de intervenção via homem no espaço. Entretanto, é sempre importante fazer a ressalva de que este pensamento não deve ser linear, como se a técnica estivesse sempre evoluindo ao longo do tempo e sempre tornando nossa sociedade mais evoluída tecnicamente do que a anterior.

O filósofo Álvaro Pinto (2005) em sua obra sobre o conceito de tecnologia tece diversas críticas sobre o pensamento da técnica como algo cumulativo e linear, e sobre o papel ideológico da técnica e, de uma forma geral, da tecnologia. Segundo ele,

Atualmente o que excita espanto e entusiasmo é o conjunto dos objetos e procedimentos artificiais que nos cercam. Daí a fácil conversão dessa atitude em ideologia. Mas, se por um lado tal se dá, por outro, o preço da manutenção desse entusiasmo está na constante substituição dos objetos, máquinas, engenhos, fatos e conhecimentos que os determinam. O desenvolvimento acelerado das forças produtivas impõe, a título de consequência, não apenas o desgaste da admiração motivada por um engenho ou um feito definido, rapidamente tornados caducos, insensibilizantes, por efeito do que se pode chamar a queda na naturalidade, mas o encurtamento do prazo durante o qual uma realização técnica, por mais engenhosa e repleta de saber que seja, permanece capaz de suscitar pasmo e maravilhamento. (PINTO, 2005 p. 38)

As necessidades sociais criadas e existentes são convertidas na aceleração da produção e de novos produtos associados a fetiches novos e antigos. A motivação e admiração pelos produtos, suas possibilidades e sobre o novo, trazem consigo um pensamento, a ideologia do desenvolvimento, das melhorias como a única via para o crescimento de todos, desde a escala do indivíduo até a das nações.

[...] O que distingue, porém, o otimismo das classes poderosas atuais, é, segundo dissemos, a justificação pela técnica, interpretada como obra sua, da superioridade por elas apreçada. Reconhecem ser a técnica um processo cumulativo. Portanto, também as civilizações passadas tiveram suas conquistas oriundas do aproveitamento dos conhecimentos herdados e das pesquisas relativamente reduzidas que efetuaram. Somente agora, no entanto, as sociedades desenvolvidas chegaram a amontoar um volume crítico, de tal modo diferenciado de tudo quanto se fizera anteriormente, que apenas nós temos o direito de dizer estarmos vivendo em plena “civilização tecnológica”. (PINTO, 2005 p. 42)

Com a invasão de produtos e “filosofias”, criou-se o ambiente ou a atmosfera para a inserção não só do otimismo das coisas novas, mas das incertezas da não adesão aos novos produtos ou ideias.

[...] embora não determine a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por intermédio do Estado. Ou então, também principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem estar social em poucos anos. Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 1999, p. 26)

Outro pensamento complexo que diz respeito à tecnologia ou à técnica, como algo generalizado, está relacionado à noção dos impactos no espaço e na sociedade. Benakouche (2005) argumenta que a tecnologia, ou a técnica, são elementos que fazem parte da sociedade e, por isso a noção de impacto tecnológico ou das técnicas não deveria existir.

Para a autora, existe um consenso a respeito das principais características das sociedades contemporâneas se referirem à presença crescentemente maior de tecnologias na organização das práticas sociais. Estas, de certa forma, justificam as incertezas quanto à emergência e dependência de nossas práticas, o que acarretou a multiplicação das análises sobre os impactos sociais da técnica. Entretanto, o aumento das análises dos impactos gerou também o nascimento de uma crítica a essas idéias de impactos.

[...] Tal crítica desenvolveu-se principalmente nos Estados Unidos e em alguns países europeus (França, Inglaterra e Holanda), tendo como ponto de partida a afirmação de que seu uso sustentava-se num entendimento, marcado por forte viés determinista. No caso, atribuía-se à mesma uma autonomia ou uma externalidade

social que ela não possui; erroneamente, supunha-se uma dicotomia na qual de um lado estaria a tecnologia – que provocaria os ditos impactos – e de outro, a sociedade – que os sofreria. (BENAKOUCHE, T. 2005, p. 79)

As críticas eram tecidas por estabelecer limites entre tecnologia e sociedade, sem considerar que a técnica sempre teve um conteúdo social, do mesmo modo que a sociedade contemporânea (ou todas as sociedades) tem ou sempre tiveram um conteúdo essencialmente tecnológico.

Entender o papel da técnica de forma linear pode culminar na construção de um conhecimento sobre a dinâmica dos lugares isento da apresentação dos agentes. Por exemplo, em nossa pesquisa tivemos dificuldades de encontrar as pessoas, os políticos, os empresários, a sociedade, como um todo, e seu papel na construção do Sudoeste Goiano. O que encontramos, no geral, foram descrições acerca dos planos políticos, das rodovias, ferrovias e demais infraestruturas - como estas “técnicas” trouxeram transformações para a região goiana em questão sem, portanto demonstrar, nos permitir conhecer quem são os agentes reais destas transformações.

Essa é a crítica de Benakouche (2005) e toda uma corrente de investigação que vem se formando também no Brasil, denominada de Sociologia da Técnica. Estes teóricos buscam discutir e nos alertar: as técnicas por si só não podem ser responsabilizadas por impactos positivos ou negativos.

[...] Considero que entender o significado da técnica é uma tarefa essencialmente política, na medida em que uma clareza sobre a questão é fundamental tanto na tomada de decisões a respeito do seu desenvolvimento, como no planejamento da sua adoção ou uso, seja por indivíduos, unidades familiares ou organizações. Responsabilizar a técnica pelos seus “impactos sociais negativos”, ou mesmo seus “impactos sociais positivos”, é desconhecer, antes de mais nada, o quanto – objetiva ou subjetivamente – ela é construída por atores sociais, ou seja, no contexto da própria sociedade. (BENAKOUCHE, 2005, p. 80)

Para entender o papel da técnica é necessário, portanto, tratar de forma integrada os aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos do processo de inovação ou de inserção tecnológica nos diferentes espaços.

O trabalho “The Social Construction of Technological Systems. New Directions in the Sociology and History of Technology.” organizado por Wiebe Bijker, publicado em 1987, é considerado um dos pioneiros das bases da sociologia da técnica. Nesta corrente em construção três diferentes abordagens podem ser identificadas, segundo Benakouche (2005): a que destaca o conceito de sistema; a que insiste em seu caráter socialmente construído; e a que privilegia o conceito de rede.

Destacamos as contribuições que insistem na noção de técnica como algo socialmente construído e que envolve a noção de rede, pois estas contribuem para discutir e

aprofundar o pensamento no processo de construção do Sudoeste Goiano pelos agentes, através da atuação destes.

No que diz respeito à tecnologia como construção social interessa a crítica ao essencialismo da técnica, ou seja, ao pensamento de que a técnica teria uma natureza ou uma essência que independesse de seu contexto social, do contexto em que está inserida. Wiebe Bijker é um dos principais representantes desta idéia que procura estabelecer novas bases teóricas e metodológicas de investigação do que chama “conjuntos sociotécnicos”.

Nosso esforço é para compreender as críticas e, ao mesmo tempo, inserir a análise espacial, como objeto da Geografia, algo que segundo Santos (2006) não está presente nas análises sociológicas.

[...] Para Pinch e Bijker (1987), reconhecidos historiadores da tecnologia, a literatura dos respectivos estudos estaria dividida em três partes: 1) Estudos sobre as inovações; 2) História da Tecnologia; 3) Sociologia da Tecnologia. Outra vez silêncio sobre o espaço. (SANTOS, 1996, p. 30)

Para evoluir metodologicamente, buscando a construção social das técnicas é preciso, segundo Latour (1999): “seguir os atores”, investigar quem é quem na trajetória dos artefatos ou processos e deixar os atores falarem e nos darem pistas para o próximo ator a ser investigado. Nessa busca, Benakouche (2005) sugere que os esforços para compreender a construção das técnicas nos mostrarão a impossibilidade de fazer distinção entre o que é tecnológico e o que é social e, argumenta que, por isso mesmo esta corrente busca considerar a tecnologia como rede.

A abordagem que busca compreender a técnica como rede tem como base a noção de que a técnica envolve uma rede de atores para sua construção, ou seja, envolve mais de um indivíduo, conjuntura para sua formação. A expressão pela qual ficou conhecida é “actor-network” e seus principais representantes são Bruno Latour, Michel Callon e John Law.

Segundo Latour (1999), a única maneira de identificar a lógica e significação de um objeto é através do estudo da construção deste objeto, compreendendo o contexto de sua construção, suas particularidades ou a combinação de suas particularidades. Por isso mesmo este vem exercendo influência em diversas áreas do pensamento, como na arqueologia.

Martin (2005) diz que Latour tem auxiliado a entender como os objetos são usados para criar representações ao invés de seguir o pensamento tradicional de buscar compreender as representações de cada objeto.

Na arqueologia é preciso pensar, neste sentido, que os objetos são o resultado final de um longo processo de negociação entre o mundo material, associações históricas e pessoas que criam os nomes, e possibilitam as relações.

Com isso, os objetos podem ser agentes, podem exercer alguma influência sob determinada pessoa ou sociedade, entretanto é imprescindível levar em conta que o poder de agente só existe, só é dado por cada humano relacionado ao objeto.

Assim,

The only way to identify logic and signification is through studying the process of an object's becoming – the particular things or combination of things depicted by an object and the logic behind their depiction by the object. (LATOURE, *apud* MARTIN, 2005, p. 285)

Santos (1996) também busca compreender não só os objetos, mas a técnica de uma forma geral pensando-a sempre como uma entidade social, como fruto de uma construção. O geógrafo em sua obra chega a associar o conhecimento geográfico ao conhecimento arqueológico.

O estudo Geográfico se aproxima ou se assemelha ao estudo da Arqueologia, pois, através dos objetos podemos pensar como se estabelecem as relações num determinado tempo. Nas palavras de Santos (1996):

Onde, talvez a noção e a realidade do objeto melhor se aproxima da geografia é na arqueologia. Para ambas, o objeto é, primeiro um dado, cujo exame permite, depois a construção intelectual de sua realidade. O arqueólogo busca identificar uma cultura e uma época, a partir das amostras encontradas. O geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas, mas a partir do presente, indo, freqüentemente, deste para o passado. (SANTOS, 1996, p. 73)

Portanto, buscamos aqui compreender o contexto das principais infraestruturas que compõe a rede técnica do Sudoeste Goiano e analisar os agentes responsáveis por suas construções e os agentes elementares que a utilizam ou requerem um melhor uso das estruturas, pois assim começamos a compreender as relações estabelecidas entre os agentes, a rede política que se estabelece, a construção da rede técnica e a rede urbana originada por essas articulações.

Entendemos que a rede técnica é constituída de um conjunto de objetos e normas que permitem que o homem atue no espaço e na sociedade de maneira a intervir nestes. É um conjunto de objetos que funcionam articuladamente e subsidiam a dinâmica das ações. A intencionalidade dos objetos, associada a sua articulação é que permite as ações no território. E, as normas vêm dar suporte à utilização dos objetos ou sistemas de objetos como diria Santos (1996), e reger o sistema de ações.

A partir da discussão elaborada sobre os conceitos de Rede e Técnica podemos assumir para esta pesquisa que o conceito de Rede Técnica pode ser entendido como a ideia de Sistemas Técnicos proposta por Santos (1996). Para o autor os sistemas técnicos são um conjunto de técnicas, ferramentas, e conhecimentos associados que transformam o território,

que permitem a fluidez do ambiente, são as próteses que associadas ao espaço possibilitam uma dinâmica maior da produção e do capital.

O casamento da técnica e da ciência, do capital e da ciência originou o que Santos (1996) chamou de *Meio técnico-científico-informacional*, que conceitua a época contemporânea, construída pela convergência das telecomunicações, dos transportes, da ciência, do capital e da produção.

No que diz respeito ao enlace técnica, ciência e redes é necessário trabalhar o caso do Sudoeste Goiano abordando o contexto das transformações do solo no cerrado para prepará-lo para os cultivos, além de relacionar a rede técnica de que dispõe o Sudoeste Goiano com os agentes sociais, empresas, poder público e empreendedores que se utilizam das técnicas e das redes para transformar o espaço.

Circulação e serviços - a dinâmica dos fluxos

A rede urbana do Sudoeste Goiano nos apresentou uma área dinâmica que se constrói sob influência de Goiânia e sob centralidade de Rio Verde e Jataí. Mas, de uma forma geral, quando olhamos no mapa da Região de Influência notamos que estas se direcionam para o norte, rumo à capital Goiânia e para o leste, em direção ao centro econômico e financeiro São Paulo.

Destacamos que em uma escala de análise nacional o país tem suas estruturas direcionadas de oeste para leste. Pois, os centros econômicos e financeiros, as metrópoles estão em maior parte situadas nas áreas litorâneas e, como somos um país exportador, há convergência de fluxos para os portos e, dos portos para outros centros.

Por que há essa centralidade, e como são adquiridas as funções destas áreas são os questionamentos que serão desenvolvidos a seguir.

O Sudoeste Goiano tem início com o povoado de Rio Verde, que posteriormente foi sendo dividido, conforme outros povoados foram se emancipando. Parte da centralidade de Rio Verde advém de sua construção histórica, assim como Jataí, segundo município a ser formado na região. Mas, estes continuaram como mais importantes porque se estruturaram, investiram e tiveram apoio de outras localidades no estado e fora dele.

Para enxergar a dinâmica e as relações entre os lugares faremos uma exposição da rede técnica de que dispõe atualmente o território do Sudoeste Goiano.

A divisão da produção no espaço, chamada por nós de divisão territorial do trabalho é um dos fatores impulsionadores da rede técnica no mundo. Nas palavras de Correa (1997):

O desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximizando vantagens locacionais específicas a cada produção, gera uma divisão territorial do trabalho a qual suscita a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de um sistema viário que se sobrepõe ao antigo ou é criado do nada, bem como outros elementos da infra-estrutura. Tal desenvolvimento suscita também o aparecimento, em maior ou menor grau, de atividades de controle e apoio ao funcionamento da economia, isto é, visando assegurar a reprodução das condições de produção e das relações de produção. (CORREA, p. 26, 1997)

Para pensar de que forma a rede técnica se dissemina e estrutura o território, maximizando vantagens locacionais, trazendo poder aos lugares, inserindo espaços e lugares numa rede maior de produção é preciso compreender de que forma a rede foi pensada, como o conceito foi formulado e operacionalizado pela sociedade.

Em se tratando de rede técnica, o Sudoeste Goiano não pode ser considerado uma área privilegiada, ou seja, não parece ter sido a rede técnica que incentivou a produção, mas sim o contrário.

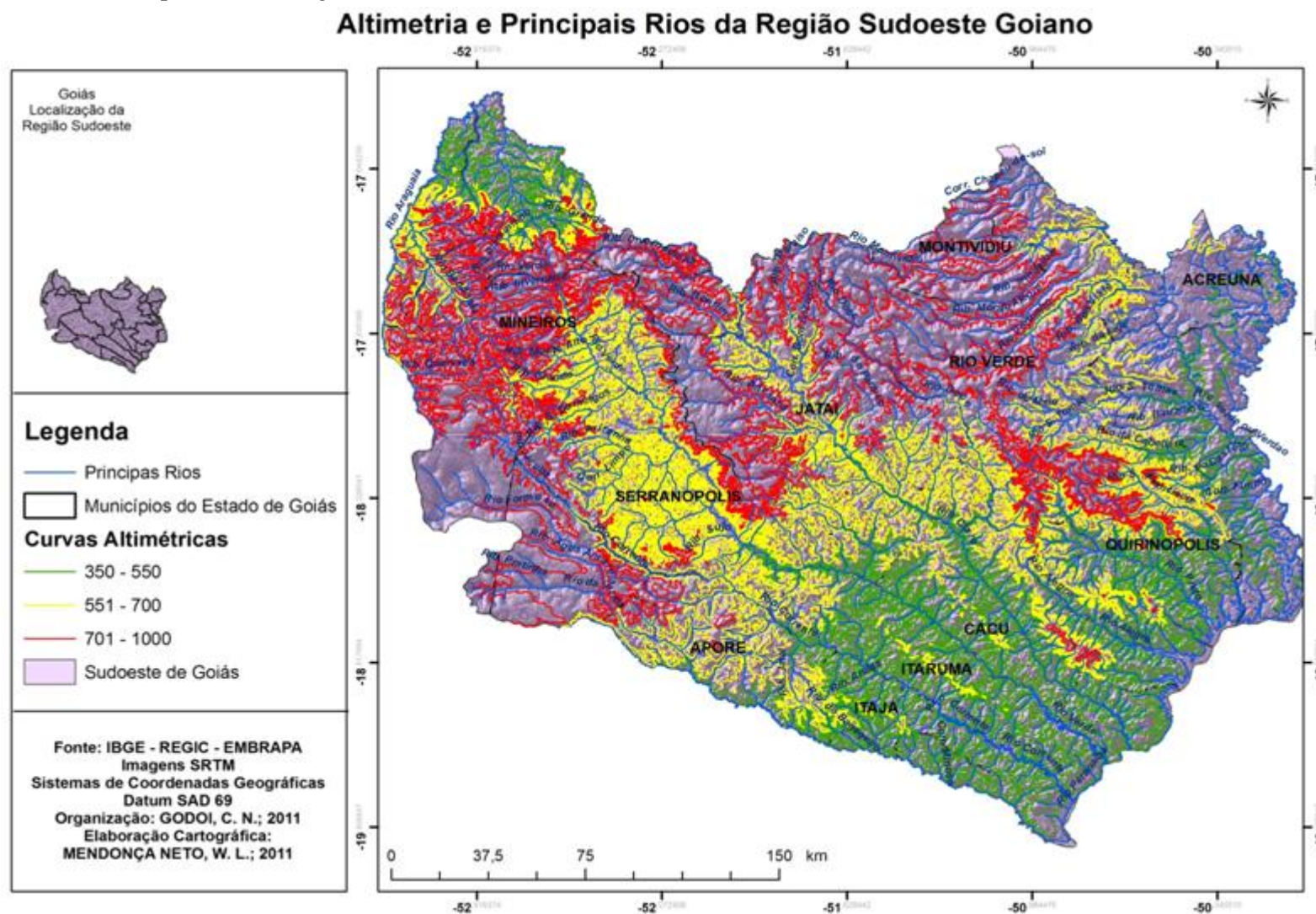
No mapa 06 podemos ver os municípios do Sudoeste, notamos que estes são no geral, grandes em área, distantes uns dos outros, o que sugere uma densidade demográfica menor do que um estado como São Paulo, denso, com vários municípios próximos, bem como sugere grande concentração de terras.

É possível notar áreas geomorfologicamente diversas, com trechos mais e menos movimentados. As áreas mais escuras, com manchas em vermelho possuem relevo mais acidentado, e, as áreas em verde são mais planas.

Além do relevo, está evidente a riqueza de recursos hídricos de que dispõe o Sudoeste. As características naturais da região, portanto, revelam uma região com potencial produtivo para agroindústria, com relevo que permite a utilização de maquinários e disponibilidade água para irrigação de culturas e energia elétrica para a criação de animais.

Faremos a seguir uma análise acerca das estruturas técnicas dispostas no território. Adiantamos que não há grandes estruturas interligadas, como portos, hidrovias e ferrovias, mas há rodovias que auxiliam na circulação e fluidez do território que o conectam com demais estruturas produtivas.

Mapa 06: Altimetria e Principais Rios da Região Sudoeste Goiano.



A rede de circulação e produção – estruturas e potencialidades

Desde a metade do século vinte e, especialmente a partir da década de 1960, o transporte através do modo rodoviário se constituiu como favorito pelas políticas de transporte no Brasil. O “rodoviarismo” se estruturou como um favorecimento causando desequilíbrio na matriz de transportes em favor da matriz rodoviária. Assim, o modo rodoviário ficou sendo a principal forma adotada para permitir a circulação de pessoas e produção no território. Segundo Castillo (2007),

As razões que ditaram, historicamente, a opção pelo rodoviarismo em detrimento de outros modais (sobretudo o ferroviário) podem ser, resumidamente, classificadas em: a) política; b) econômica (envolvendo as indústrias automobilísticas e de petróleo, além de menor custo e maior velocidade de implantação); c) topológica (maior flexibilidade, uma vez que o modal rodoviário é o único que presta um serviço ponto a ponto, sem depender de terminais e de intermodalidade); e d) temporal (velocidade do transporte). As duas últimas razões adquirem grande importância frente ao novo paradigma produtivo, pautado no Just in time (Benko, 1999) e Just in Place (Santos, 1996). (CASTILLO, 2007, p. 199)

Segundo o Atlas do Transporte Rodoviário¹,

No Brasil, a matriz de transporte é predominantemente rodoviária, com esta modalidade correspondendo a cerca de 96,2% da matriz de transporte de passageiros e a 61,8% da matriz de transporte de cargas. A rede rodoviária é elemento fundamental nas cadeias produtivas, pois une mercados promovendo a integração de regiões e estados. (ATLAS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO)

A rede rodoviária de fato é fundamental, mas foi uma decisão política brasileira que optou pela por esta rede como prioritária em detrimento das demais possibilidades de transporte.

A malha rodoviária recebeu grandes investimentos que possibilitaram sua rápida expansão a partir da década de 30, quando o foco começou a ser o desenvolvimento das regiões do interior do País. Com a chegada da indústria automobilística nas décadas de 50 e 60, a política de desenvolvimento adotada estava praticamente estabelecida para o modal rodoviário. A partir daí, o modo rodoviário passou a predominar no transporte do Brasil, por oferecer rapidez e agilidade, possibilitando coletas e entregas de mercadorias nas regiões mais distantes. (ATLAS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO)

As escolhas políticas pelo modal rodoviário envolvem mais do que as possibilidades técnicas do transporte rodoviário, a capacidade de coletar e entregar mercadorias em diferentes pontos e em regiões distantes, pois esta possibilidade rodoviária não deveria

obviamente ser descartada, mas não era necessário que fosse praticamente a única via de escoamento das produções.

É possível fazer uma integração entre modos para chegar a diversos pontos do território buscando um transporte mais barato, como é o caso da hidrovia e da ferrovia, embora as outras matrizes tenham também seus problemas e empecilhos. Mas, precisamos dizer que a opção pelo modal rodoviário no país foi uma opção política e econômica que envolveu o governo federal e interesses privados.

Num país como o nosso, o planejamento e decisão sobre prioridades no que diz respeito às formas de transporte é de suma importância em função da dimensão continental e da alta produtividade, tanto no que diz respeito à produção voltada à exportação quanto à produção de abastecimento interno.

Os modais vêm, portanto, dar conta de uma divisão do trabalho nacional que produz para o exterior e para o interior do país. Além disso, cabe destacar que a produção voltada ao comércio exterior está baseada em *commodities*, o que significa a exigência e necessidade de estrutura que permita que estes produtos sejam competitivos no mercado internacional.

No Brasil, nos últimos decênios o território vem acumulando transformações em função dos acréscimos técnicos e das ações dos agentes estatais e privados que renovam as materialidades presentes no espaço, como resultado e como condição dos processos econômicos e sociais. Essas transformações são materializadas em infraestruturas de irrigação, barragens, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, hidrovias, estruturas de acúmulo e distribuição de energia elétrica, refinarias, dutos, redes de fibra óptica (infovias), redes de telecomunicação, dentre outras. E, são estas estruturas que auxiliam nas transformações territoriais, elas são o meio pelo qual nossa sociedade molda o espaço de acordo com seus interesses.

Segundo Castillo (2007),

O conteúdo em ciência e informação faz dos sistemas técnicos atuais os elementos privilegiados para compreender os mecanismos de funcionamento do território, neste período da história no qual a circulação (fluxos materiais) e a comunicação (fluxos imateriais) assumem um papel ainda mais importante do que em períodos anteriores, no âmbito das relações

econômicas, políticas e sociais. (CASTILLO, 2007, p. 197)

Assim, pensar como se estruturam os sistemas técnicos regionais ou territoriais nos permitirá compreender os mecanismos de funcionamento do território, a dinâmica regional e as formas que possibilitam esta.

Faremos aqui uma breve exposição das estruturas que aparelham o território regional e apóiam a produção.

A rede rodoviária - eixos de circulação e de exclusão

No que diz respeito às rodovias, estas representam as estruturas do território que permitem a circulação desde tempos antigos, do Brasil Colônia, ou talvez anteriores, pois estas, em geral, seguiram os caminhos dos rios, os caminhos aprendidos com os índios e ainda hoje aprofundam as antigas picadas e constituem o caminhar do homem pelo território, adentrando-o.

A rede nacional de rodovias apresenta densidades diversas, que tem como característica geral alta densidade de estruturas na região sudeste, ou região concentrada, como diz Santos (1993), e baixa e média densidade nas demais regiões. Essas estruturas que não são estáticas vão aos poucos, através, sobretudo do Governo Federal, abarcando novas áreas conforme as especializações produtivas, vinculando especialmente áreas de agricultura e pecuária modernas e agroindústrias de consumo nacional às vias de exportação. Segundo Santos (2001):

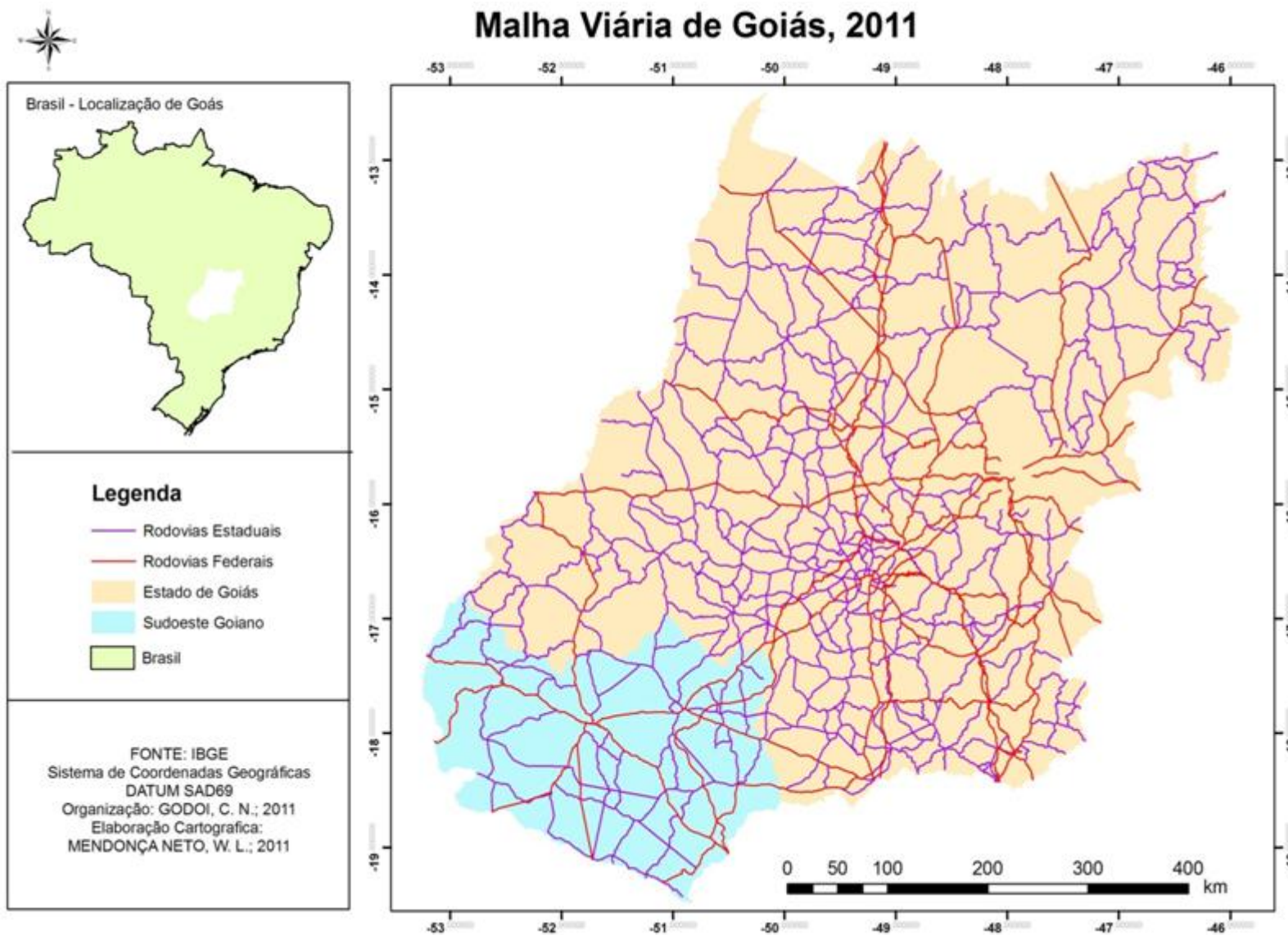
[...] As regiões Sul e Sudeste despontam como o espaço de maior espessura de caminhos por unidade de superfície, com 814,9 e 585, 8 quilômetros de estradas por 1.000 quilômetros quadrados, respectivamente, em 1995. O Nordeste, muito mais longe, apresenta 255 e o Centro-Oeste, 187,6. (SANTOS, 2001, p. 65)

Neste sentido, podemos elencar as rodovias presentes no Sudoeste Goiano, com intuito de visualizar a quem está conectada esta região. No que diz respeito às rodovias federais, o Sudoeste Goiano é abastecido pelas rodovias BR 158, BR 060, BR 452 e BR 364.

Como podemos perceber no mapa 07, as rodovias federais interligam Rio Verde às demais regiões que fazem fronteira com o Sudoeste Goiano, por exemplo, notamos um eixo que segue para a capital Goiânia, outro que interliga Rio Verde ao Triângulo Mineiro, ao extremo sul do Sudoeste Goiano e Mato Grosso do Sul e, outros eixos que adentram o oeste para chegar ao Mato Grosso.

Percebemos que as rodovias federais objetivam alcançar os pontos principais do território, perpassar alguns municípios essenciais, centralizadores. Ou dar condições para criar centralidades.

Mapa 07: Malha Viária de Goiás, 2011.



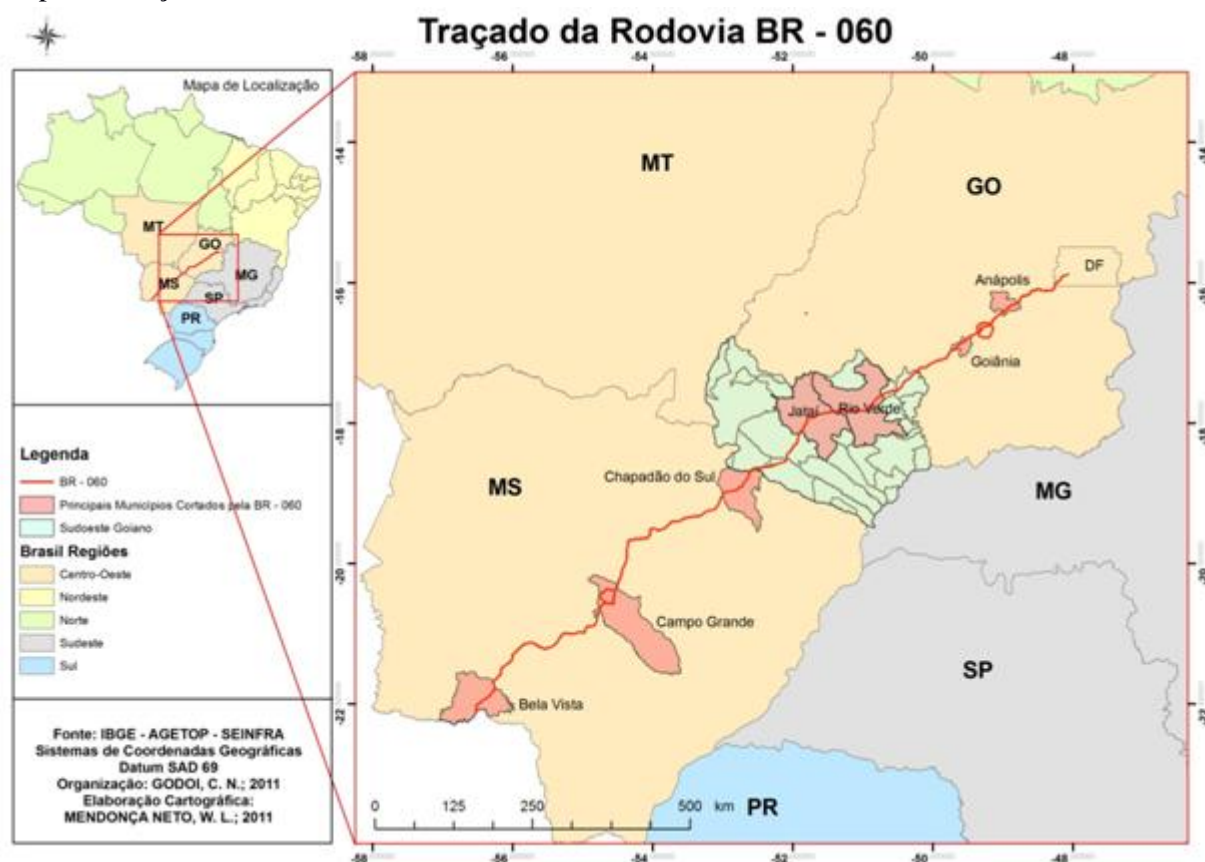
Segundo o DNIT², a rodovia é considerada como boa para viajar (boa viagem), com pista em bom estado de conservação, acostamento em estado regular de conservação e sinalizações horizontais e verticais em estado normal no trecho entre Aragarças e Caiapônia. No trecho entre a BR 060 e a BR 158 o DNIT considera também transitável, porém com pista e acostamentos em estado regular de conservação e com desgastes e buracos em pontos isolados.

Isto quer dizer que, no estado de Goiás a rodovia se encontra em condições relativamente boas para rodagem e escoamento da produção, entretanto no estado do Mato Grosso do Sul a rodovia se encontra em situação muito ruim, segundo o DNIT, o que dificulta o escoamento da produção do Centro Oeste através da região norte, rumo ao Porto de Itaquí.

Assim, embora a rodovia em questão não esteja atualmente apresentando ótimas condições para rodagem e transporte, é projeto do governo federal terminá-la e deixá-la em melhores condições para circulação da produção regional, para utilizá-la como alternativa de circulação com destino ao norte, com vistas a baratear o preço da produção agropecuária exportadora, especialidade dos estados do Centro-Oeste que utilizam a rodovia em questão.

A BR-060 é denominada como uma rodovia radial, que tem início na capital federal Brasília e segue até Bela Vista-MS, município que se encontra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai no estado do Mato Grosso do Sul.

Mapa 09: Traçado da Rodovia BR 060.



Fonte: Ministério dos Transportes.

Em nosso estudo, a BR 060 é uma das principais vias de ligação e circulação para o Sudoeste Goiano, afinal ela se responsabiliza pela conexão entre Rio Verde e Goiânia e, posteriormente Brasília. Une alguns centros importantes, portanto, do território goiano e do Distrito Federal.

No estado de Goiás e no Distrito Federal a rodovia em questão interliga Brasília e os municípios de Alexânia, Abadiânia, Anápolis, Goianópolis, Nerópolis, Inhumas, Goiânia, Guapó, Cezarina, Indiara, Acreúna, Rio Verde, Jataí, Estreito, Serranópolis e Itumirim, na divisa entre Goiás e o Mato Grosso do Sul.

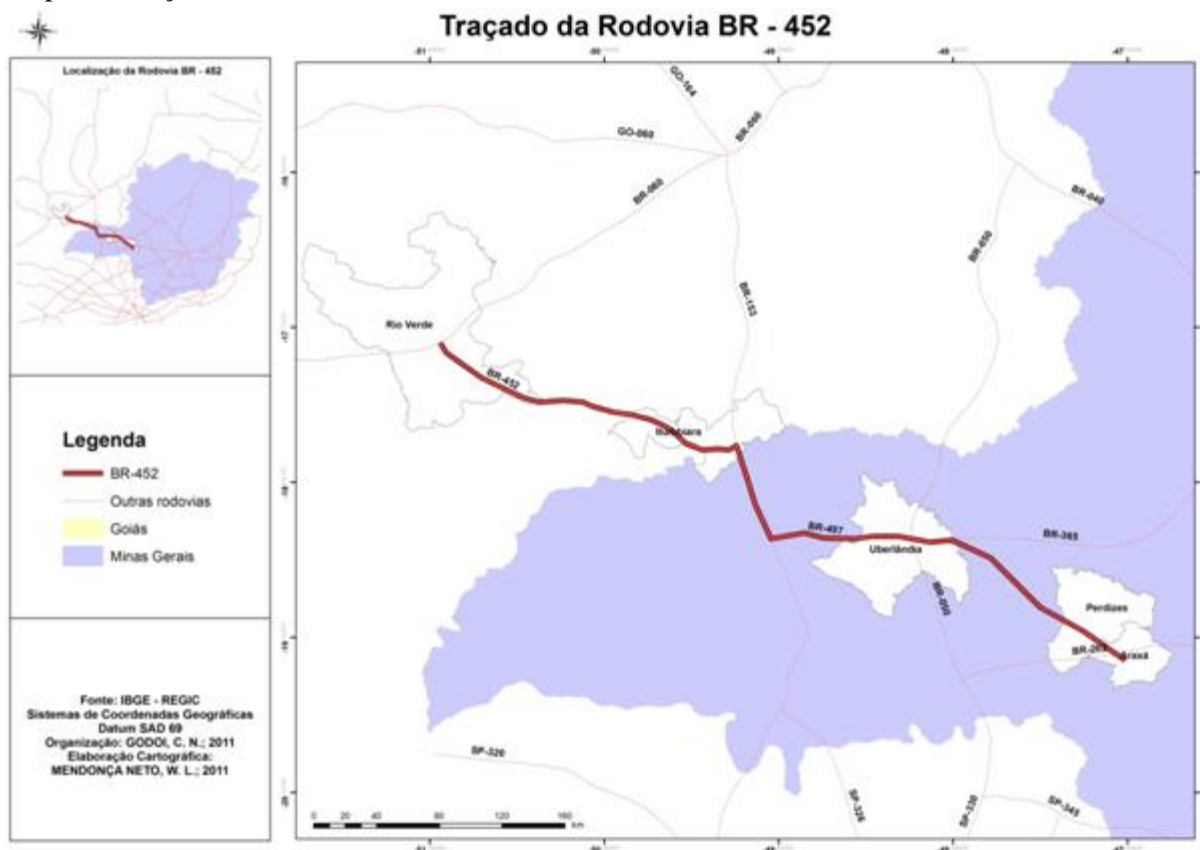
Cabe destacar que esta rodovia está duplicada desde Brasília até Guapó, não chegando a estar duplicada até Rio Verde, mesmo que este município seja um dos mais importantes na hierarquia urbana de Goiás. Além disso, há um trecho sem pavimentação no extremo sul do Sudoeste Goiano deixando Itumirim e Chapadão do Céu sem ligação pavimentada com Jataí.

Segundo o DNIT³, a rodovia se encontra em bom estado, boa para viagem, no trecho de Brasília até Goiânia. Cabe destacar que no trecho entre Jataí e Rio Verde a rodovia se encontra em estado normal de conservação com sinalizações normais. E, que neste trecho há um tráfego intenso no perímetro urbano de Rio Verde.

Esta é, portanto, uma das rodovias mais importantes, porque interliga os dois centros regionais: Jataí e Rio Verde e, além disso, como já dissemos também os interliga à capital estadual: Goiânia.

A BR-452 é considerada uma rodovia de ligação que tem início em Rio Verde-GO e segue até Araxá em Minas Gerais. Esta rodovia é quase toda concentrada no Sudoeste Goiano e Triângulo Mineiro e tem o papel de conectar importantes centros regionais e locais goianos como: Rio Verde, Santa Helena, Quirinópolis, Maurilândia, Castelândia, Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Dourada, Itumbiara e Araporã.

Mapa 10: Traçado Rodovia BR 452.



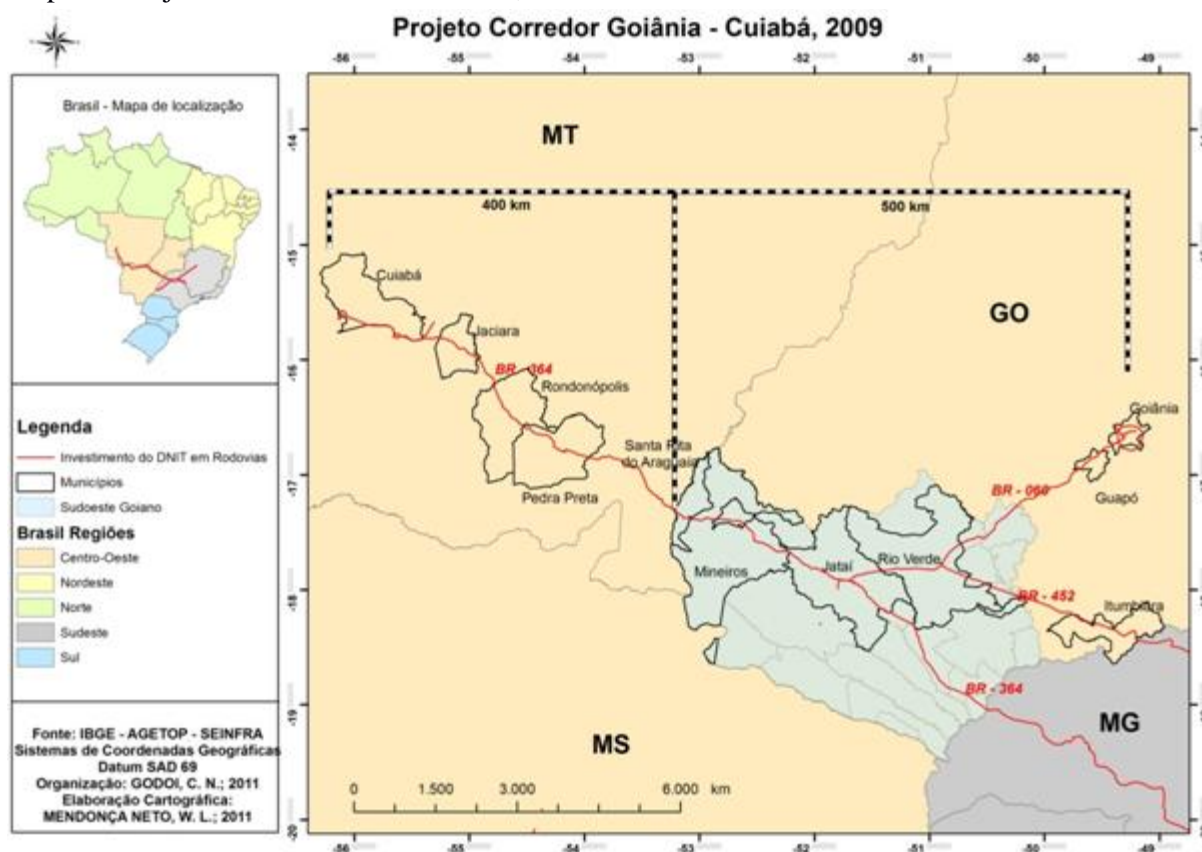
O conceito de rodovia de ligação significa que esta conecta duas importantes rodovias nacionais, ou federais, a BR-452 interliga em seu traçado as rodovias BR-153 quando chega à Itumbiara e a BR-060 que passa por Rio Verde.

Segundo o DNIT⁴, a conexão destas rodovias,

[...] formam importantes corredores de exportação, com alto volume de tráfego. Dos 5 mil veículos/dia que usam a BR- 452/GO, 65% se referem ao transporte de cargas. Já entre o Corredor Goiânia – Cuiabá o tráfego é estimado em 20 mil veículos/dia, sendo que 80% deles são de caminhões e carretas. (SÍTIO DNIT)

Para termos uma noção da importância deste trecho, em 2006 o DNIT lançou um edital para a restauração da rodovia BR-452 com intuito de adequar e estruturar um corredor Goiânia – Cuiabá através da relação entre as rodovias BR 452, 060 e 070. (ver mapa abaixo)

Mapa 11: Projeto Corredor Goiânia-Cuiabá, 2009.



Fonte: Sítio DNIT.

Disponível em: http://www.dnit.gov.br/noticia_imagens/edital%20goias_mapagoianiacuiaba.jpg

Acesso em: 20 de Outubro de 2009.

O projeto visa permitir que um corredor Goiânia-Cuiabá seja formado, pois este estruturaria um dos maiores pólos agropecuários do país. Segundo o DNIT⁵ em sua apresentação do projeto,

4

5

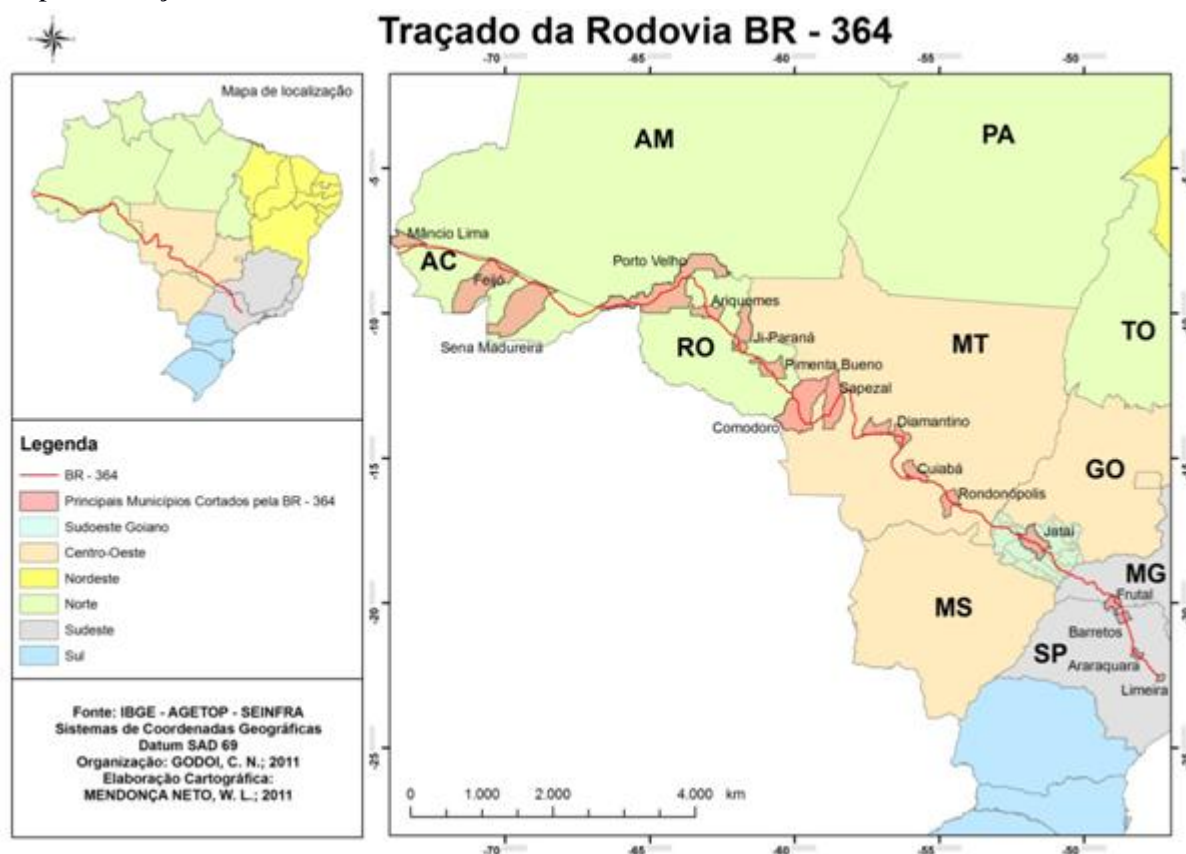
Com 909,9 quilômetros de extensão, este eixo rodoviário permite o escoamento da safra agrícola da região Centro-oeste até os Portos de São Simão, no sul do estado goiano, próximo à divisa de Minas Gerais e ao Porto de Santos, em São Paulo. Somando-se o fluxo de veículos nos dois estados, o corredor tem o volume médio de 20 mil veículos/dia. Deste total, 70% são de caminhões e carretas. No estado do Mato Grosso, as rodovias BR-070 e BR-364, somam 400 quilômetros de extensão e cortam diversos municípios, onde se destacam Rondonópolis e Santa Rita do Araguaia. O corredor, em Goiás, com 500 quilômetros de extensão, transporta a produção dos municípios de Portelândia, Jataí e Rio Verde, entre outros pólos industriais, permitindo o escoamento também pela BR-452, sentido Minas Gerais até o Porto de Santos. (SÍTIO DNIT)

Este projeto significa uma alternativa ao escoamento da produção. Embora, as obras para circulação para o norte ainda não estejam prontas. Entretanto, é preciso lembrar que se trata de um projeto vinculado a um momento atual político. Assim, mesmo que exista a ideia de se criar o corredor Cuiabá-Goiânia a realidade expõe que a exportação da produção do Centro-Oeste ainda se dá através dos portos do Sudeste do Brasil.

Através da figura podemos perceber as intenções políticas para o espaço. Pois, vimos que a hierarquia urbana no estado de Goiás se molda através da força da capital Goiânia e, este tipo de estrutura, essa rede técnica que se projeta é que instrumentaliza o poder de Goiânia. Pois, a produção agroindustrial é canalizada para a região metropolitana de Goiânia e Anápolis em função das estruturas técnicas criadas - como as rodovias em melhores condições e o porto seco.

A BR-364 é denominada como uma rodovia diagonal que tem início no estado de São Paulo no município de Limeira-SP e segue até a fronteira entre o Brasil e Peru, no estado do Acre. Em Goiás esta rodovia tem o papel de conectar São Simão, Paranaiguara, Cachoeira Alta, Caçu, Aparecida do Rio Doce, Estreito, Jataí, Mineiros, Portelândia e Santa Rita do Araguaia. E, ligar o Sudoeste ao estado do Mato Grosso e Minas Gerais.

Mapa 12: Traçado Rodovia BR 364.



Fonte: Ministério dos Transportes.

O trecho da rodovia que segue para o Mato Grosso está em melhor estado segundo o DNIT⁶. O trecho que adentra o estado de Minas Gerais apresenta condição ruim, com necessidade de atenção do motorista para os problemas na pista, o que não é considerado pelo DNIT um trecho para boa viagem. Isto significa que, para ir para Minas Gerais, através de uma rodovia em melhor estado de conservação o trajeto melhor é seguir para Itumbiara e pela rodovia BR-153.

Esta rodovia é de suma importância para o escoamento da produção dos municípios do Sudoeste Goiano que são encaminhados ao porto de São Simão e de lá através da hidrovía; localizada no rio Paranaíba, que é interligado com os rios Paraná e Tietê e formam um corredor hidroviário; ou mesmo de rodovia para levar a produção por terra, podendo conduzi-la ao estado de São Paulo ou para o estado do Mato Grosso e, a partir daí seguir para diferentes centros ou portos.

É notável, portanto, que as únicas vias de circulação e transporte em condições melhores são a via que une o Sudoeste à região central no estado, à Goiânia e, a via que é razoável que une o Sudoeste à Itumbiara e de lá segue para Minas Gerais.

Assim, a possibilidade de escoamento pela hidrovía com o porto em São Simão ainda é pouco interessante, como problematizaremos mais adiante.

Após analisar as rodovias federais, veremos agora um pouco da infra-estrutura ou malha rodoviária estadual. Em se tratando de rodovias estaduais, são parte da estrutura regional as rodovias: GO-302, GO-178, GO-184, GO-050, GO-164, GO-206 e GO-174.

A Rodovia GO-302 liga Itajá a Aporé margeando a divisa do estado de Goiás com o Mato Grosso do Sul. A GO-178, -184 e -050 são rodovias que ligam os municípios do extremo sudoeste goiano do estado à rodovia federal BR-364 e os municípios cortados por ela.

As rodovias GO-164 e -174 ligam a rodovia BR-364 à outra grande rodovia a BR-452. Por fim, a GO-206 interliga o Sudoeste Goiano ao município de Itumbiara-GO. Isso significa que as rodovias estaduais vêm cumprir o papel de fornecer interligação entre as rodovias federais e entre a região e municípios importantes em seu entorno, como é o caso de Itumbiara-GO.

A rede rodoviária e os fluxos da produção regional.

Em trabalho de campo realizado no Sudoeste Goiano elencamos algumas empresas para estabelecer contato e conversar acerca dos modais utilizados para transporte da produção. Através de entrevistas abertas, semi estruturadas tivemos acesso a informações sobre o transporte de produção, como se dá, quais modais utilizam, e para onde são direcionados.

Estivemos em contato com a gerência de transportes da COMIGO – Cooperativa dos Produtores do Sudoeste Goiano, da Brasil *Foods*, localizada em Rio Verde e com uma Usina de Cana em Santa Helena de Goiás. E, todas nos disseram que o modal rodoviário é o mais utilizado.

Destacamos que fizemos questão de falar com o responsável em transportes de uma usina de cana em função das transformações que estão em curso em nossa região de pesquisa. Pois, a produção da cana vem suplantando a produção de grãos.

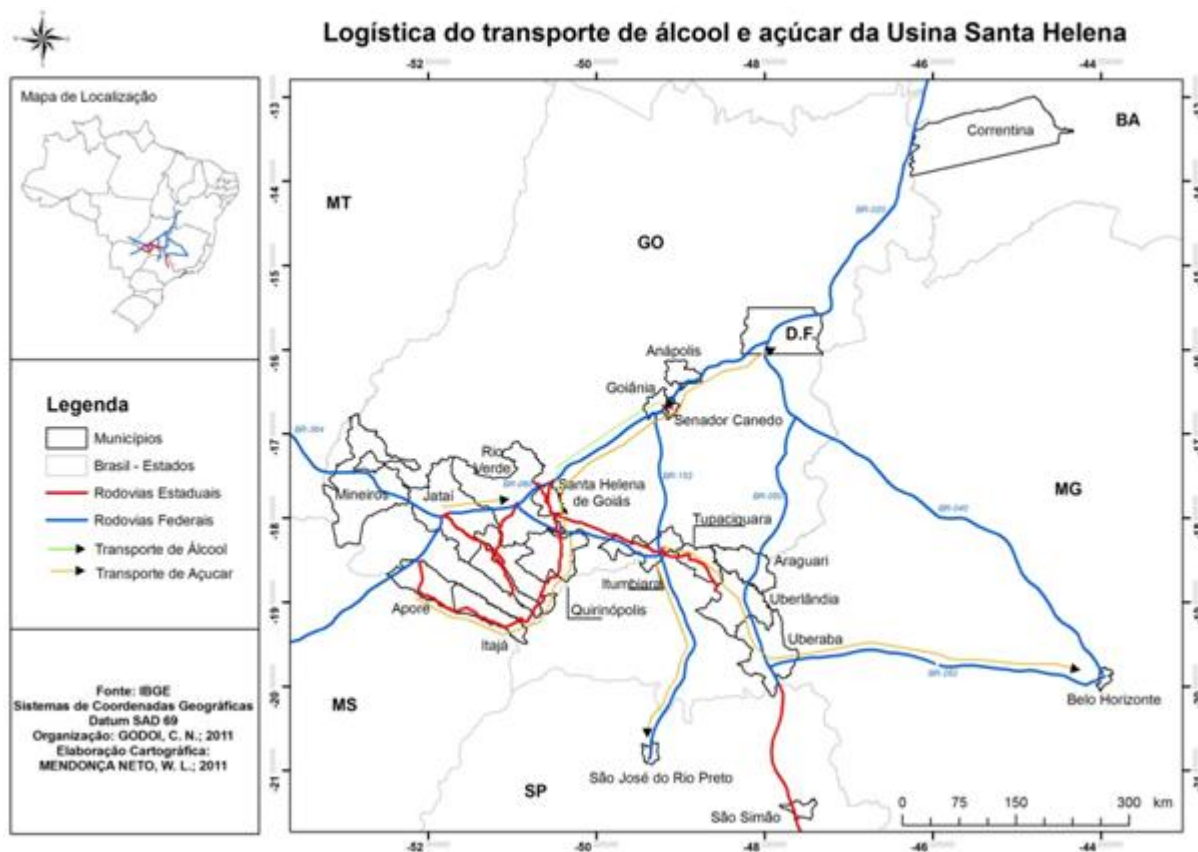
No que diz respeito à usina, a empresa analisada foi a Usina Santa Helena de Goiás, uma empresa do Grupo Naum, fundada em 1967 no município homônimo.

Abaixo temos um esquema da produção e distribuição da Usina Santa Helena e sua dinâmica. Esta se utiliza com mais frequência das rodovias BR 060, BR 452 e BR 153. Em entrevista o representante da área de transporte da usina nos disse que o ponto crítico do Sudoeste Goiano são as estradas vicinais e as rodovias que seguem para o extremo sul do

Sudoeste Goiano, bem como para São Simão. A usina produz cana, açúcar e álcool e atualmente a produção de álcool é destinada à Senador Canedo, município próximo à Goiânia e a de açúcar é destinada a todos os municípios do Sudoeste Goiano. A usina não se utiliza da hidrovia de São Simão porque disse que esta é mais ligada à exportação e sua produção ainda está atrelada ao abastecimento interno.

A produção de açúcar é enviada por diversas rodovias para municípios do Sudoeste Goiano e fora da região, como Goiânia, Anápolis, Brasília pelo eixo da BR 060. Pelo eixo da BR 452 o açúcar chega a Itumbiara e segue para Minas Gerais, abastece Tupaciguara, Uberlândia e Uberaba, segue para Belo Horizonte e também para o interior de São Paulo.

Mapa 13: Logística do transporte de álcool e açúcar da Usina Santa Helena em Santa Helena de Goiás, 2011.



Para análise da COMIGO - Cooperativa dos produtores agrícolas do Sudoeste Goiano - conversamos com o gerente de transportes para saber por onde escoar a produção, quais são os principais desafios, problemas, expectativas para a ferrovia e usos do porto de São Simão.

Há três ciclos principais que estão relacionados à dinâmica da COMIGO, o primeiro que centraliza a produção de soja nos armazéns espalhados no território do Sudoeste Goiano,

situada em Rio Verde, ou com a *Granol*, em Anápolis para que estas empresas processem a soja e não percam o excedente da produção.

Na fotografia 02 podemos ver a sede da *COMIGO* em Rio Verde e uma loja que oferece produtos especializados para os cooperados.

Os caminhos seguidos pela *COMIGO* são parecidos com os utilizados pela Usina Santa Helena, ou seja, para ir para São Paulo é necessário seguir até Itumbiara pela BR 452 e de lá continuar pela BR 153. Para seguir para Tocantins e Pará os caminhões seguem pela BR 060, assim como para a Bahia, seguem a BR 060 até Brasília e de lá se encaminham pela BR 020.

A *COMIGO* também não utiliza a hidrovia e o porto de São Simão, consideram que é uma estrutura apenas voltada à exportação e que não é uma rota produtiva para enviar suas cargas apenas até São Paulo.

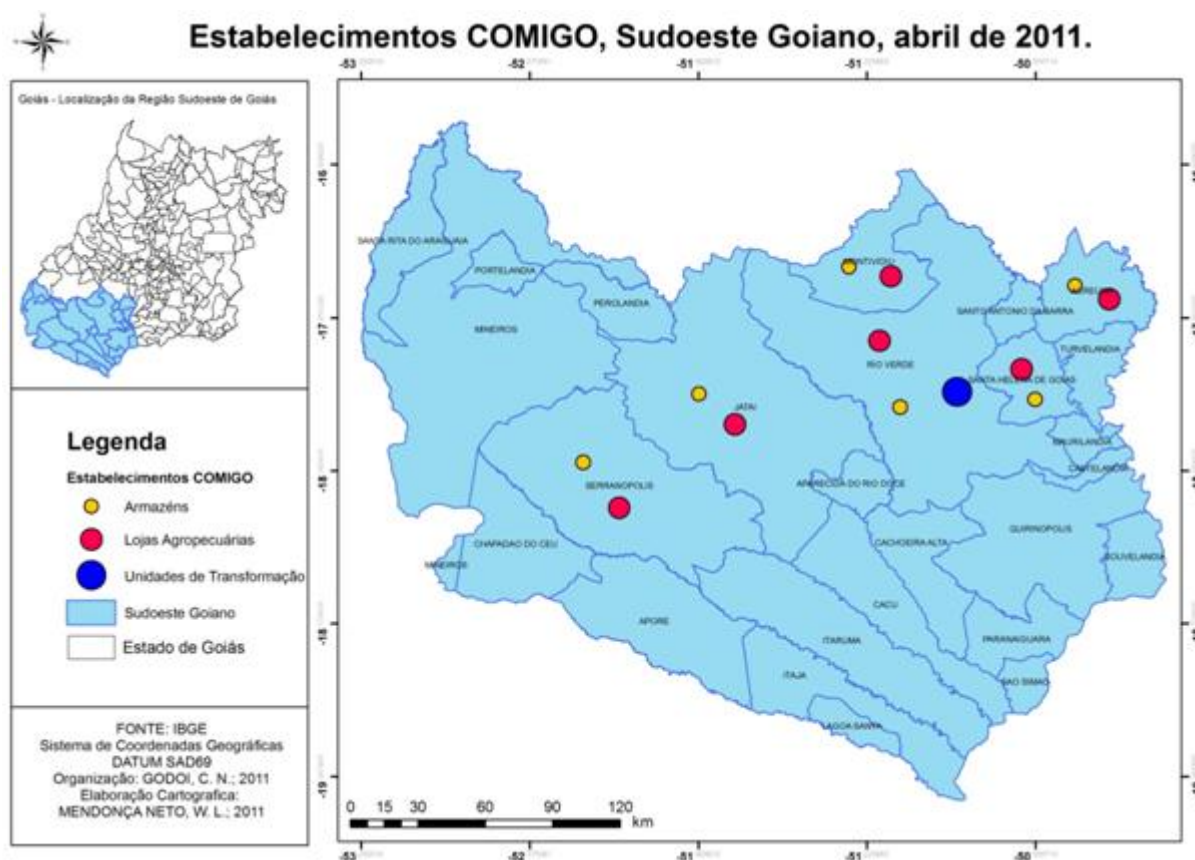
No mapa 15 podemos analisar a estrutura de que dispõe a *COMIGO* no Sudoeste Goiano. Há armazéns espalhados pelo território e lojas agropecuárias de apoio aos produtores. Mas, cabe ressaltar que todo o processo de transformação da produção de grãos é feito em Rio Verde. Assim, podemos também pensar na circulação da *COMIGO* como centralizadora, fazendo fluxos convergirem para Rio Verde e para os demais municípios que oferecem alguns serviços.

Fotografia 02: COMIGO em Rio Verde e loja da COMIGO. Abril de 2011.



Fonte: acervo pessoal.
Autor: Godoi, C. N.

Mapa 15: Estabelecimentos COMIGO, Sudoeste Goiano, abril de 2011.



Quanto à dinâmica da *Brasil Foods* situada em Rio Verde, há também diversos ciclos de transporte que formam uma cadeia logística bastante complexa e dependente da rede rodoviária.

Os dois principais ciclos de distribuição da *Brasil Foods* são o transporte dos produtos refrigerados, cuja gestão é feita em Itajaí-SC via satélite, por rastreamento, e o segundo ciclo que abrange o transporte agropecuário.

No primeiro ciclo, a abrangência territorial é maior e envolve a produção do Sudoeste Goiano e do sul do país, ambas caminhando para o mercado nacional e internacional. A princípio Rio Verde seria um ramo da Perdigão voltada apenas ao abastecimento do mercado interno, mas a alta produtividade permitiu que esta extensão da indústria catarinense se tornasse exportadora. De acordo com o gerente de logística da *Brasil Foods* em Rio Verde, 40% da produção goiana é destinada ao mercado externo.

Para chegar ao mercado externo os produtos da *Brasil Foods* seguem para Santos pela BR 452 e, posteriormente pela BR 153. Esta rota serve a produção do Sudoeste Goiano que se destina à São Paulo. Para chegar a Belo Horizonte e Espírito Santo também é utilizada a BR 452, mas, posteriormente, usa-se a BR 262. E, para seguir para o Sul do país é

necessário fazer o trajeto em direção à São Paulo, sobrecarregando as BR's 452 e 153. Há a opção de seguir para o sul passando pelo Mato Grosso do Sul entretanto, as rodovias se encontram em pior estado.

Para o Norte e Nordeste também ocorre o mesmo problema, pois a BR 060 fica sobrecarregada em boa parte. Há acúmulo de fluxos do transporte que segue para ambas as regiões até Brasília. Após Brasília há uma divisão dos fluxos que rumam para o Norte ou que seguem para o Nordeste.

A Brasil *Foods* também direciona parte de sua produção para Alto Taquari-MT em busca da ferrovia para enviar containers para Santos-SP. Mas, os volumes transportados por ferrovia são menores do que os transportados por rodovia. A empresa não utiliza a hidrovia em São Simão, pois argumentaram que a navegação fluvial ainda não atende a produção alimentícia, está mais atrelada à distribuição de grãos.

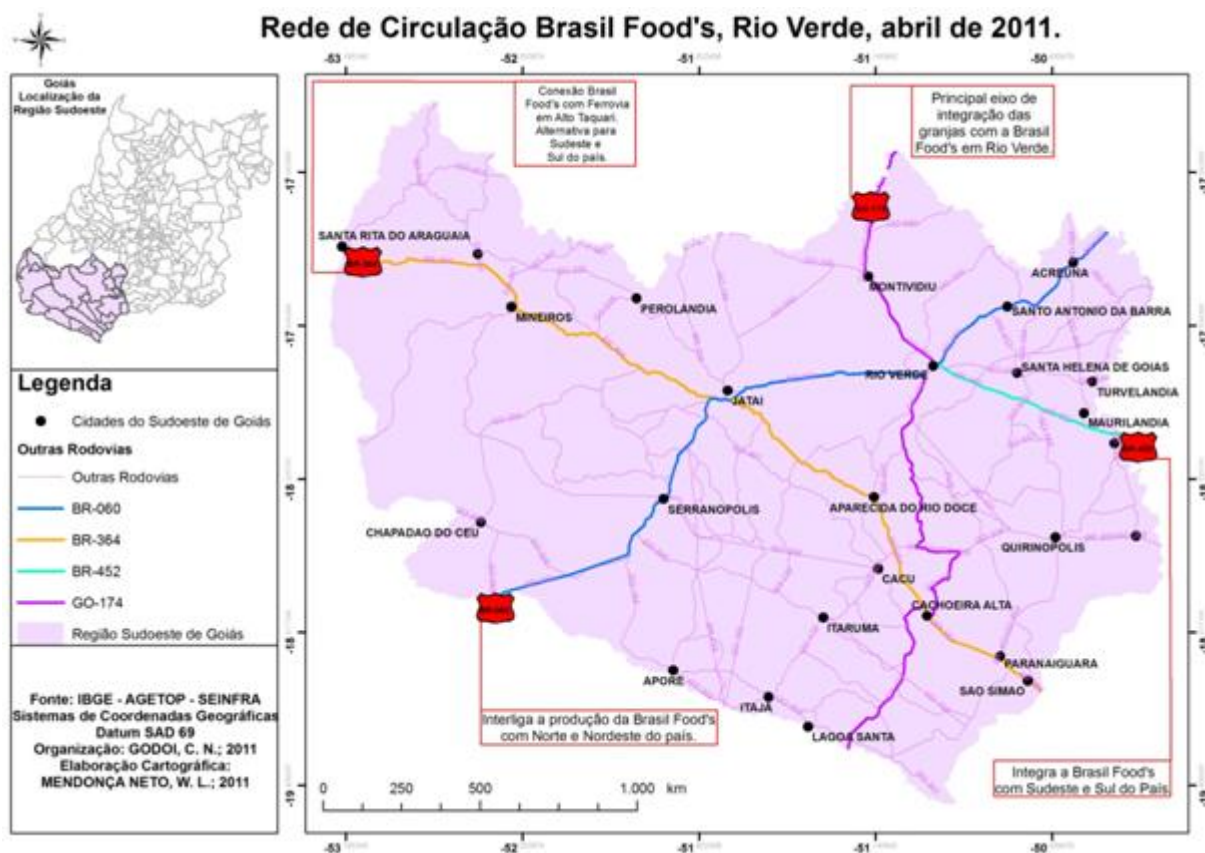
Na área da agropecuária, a abrangência territorial é menor do que o transporte dos produtos frigorificados, mas não menos complexa.

Para avaliar a estrutura de circulação utilizada da Brasil *Foods* organizamos um mapa esquemático das principais rodovias e suas funções em relação à circulação da Brasil *Foods* de Rio Verde.

Há duas partes principais, uma relacionada à circulação interna que utiliza estradas vicinais, talhões e rodovias locais, federais ou estaduais. E, outra parte que utiliza rodovias federais e estaduais que interligam o Sudoeste com os demais estados e portos do país.

A Brasil *Foods* em Rio Verde é responsável pela circulação de 440 mil frangos que deixam Rio Verde por dia. 75 mil frangos são levados de Jataí, diariamente, bem como 22 mil perus saem de Mineiros, e, 5.800 suínos são transportados para Rio Verde também todos os dias.

No que diz respeito à ração, são 3.200 toneladas diárias que chegam à Rio Verde. 250 toneladas vindas de Jataí e 800 toneladas chegam de Mineiros. Montividiu também é responsável por grande parte dos suprimentos, utilizando as rodovias GO 174 e GO 220.

Mapa 16: Rede de circulação Brasil *Food's*, Rio Verde, abril de 2011.

Segundo a *Brasil Food's*, o milho utilizado na produção do Sudoeste é em sua totalidade produzido em Goiás, e o farelo de soja é comprado da *Cargill* (alocada em Rio Verde), da *Luis Dreyfus* (situada em Jataí) e da *COMIGO* (Rio Verde). Mas, cerca de 90% é advinda da *Cargill*.

Assim, para completar o ciclo de produção de carne e derivados é preciso unir a cadeia dos grãos. Por isso mesmo circulam no Sudoeste Goiano a produção de grãos e de animais que são criados nos municípios abaixo da latitude de Jataí.

De forma geral, as terras ao sul de Jataí, são mais baratas e liberadas para produção de animais, já que as terras melhores, mais planas e, por isso mesmo, mais caras, estão vinculadas à produção agrícola. Com isso, todos os dias convergem para Rio Verde os animais a serem abatidos e transformados e se difundem para as propriedades criadoras dos animais os farelos que abastecem as criações. Após os abates realizados em Rio Verde, os produtos seguem para o mercado interno e externo.

Fotografia 03: Caminhões chegando para descarregar. Brasil *Foods*, Rio Verde, abril de 2011.



Fonte: acervo pessoal.
Autor: Godoi, C.N.

Trata-se de uma logística bastante complexa, dinâmica e organizada que se utiliza das BR's, GO's e também das estradas vicinais que levam e trazem animais e abastecimento para a criação dos animais.

Contudo fica nítido que embora a estrutura rodoviária não seja adequada, a produção ocorre e está em busca de otimização, crescimento e diminuição dos custos que, em função da má qualidade das rodovias, e estradas vicinais especialmente, não tornam o produto do centro-oeste inviável, mas não os deixam também altamente concorrentes. Há alta produtividade, grande circulação, concentração de circulação em vias estratégicas, que convergem fluxos para centros, mas certamente uma estrutura de distribuição mais diversa, que não exigisse a ligação Sudoeste – Goiânia, o faria muito mais competitivo, porque poderia enviar fluxos para diversas regiões do país, e não estrangularia a produção em apenas duas vias de saída.

Em suma, passam pela região rodovias do tipo: longitudinal, radial, de ligação e diagonal. Fica faltando uma rodovia do tipo transversal e, cabe ressaltar que no ano de 2011, a rodovia do tipo longitudinal ainda não estava concluída.

Por conseqüência, a região Sudoeste Goiano não possui uma rodovia que o interligue de leste a oeste do país, que seria o papel da rodovia transversal, nem possui por completo uma rodovia que o interligue de norte a sul, já que a rodovia do tipo longitudinal que contemplaria essa necessidade não está completamente pronta. Logo, nos eixos principais, não há ainda infraestrutura rodoviária excelente.

Após analisar as rodovias que perpassam o Sudoeste Goiano e compõe sua malha rodoviária, veremos que tipo de estrutura ferroviária dá suporte à região em questão. Já adiantamos que não há trilhos no Sudoeste Goiano, entretanto há projetos para incluir a região em novas ferrovias e, há uma linha férrea no Sul Goiano e outra que chega ao Centro Goiano, além de uma linha que passa no estado do Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o Sudoeste Goiano.

A ausência da ferrovia e os projetos da Ferronorte e da Norte-Sul

A história das ferrovias no Brasil está ligada ao período cafeeiro, nesse período, no final do século dezanove, o Barão de Mauá através de suas ações e capitais construiu uma ferrovia no Rio de Janeiro em direção à cidade de Petrópolis. Mais adiante, vinculado ao capital inglês, o empreendedor trouxe a tecnologia e produtos para construir a ferrovia que ligava o porto de Santos à São Paulo e estimulou outros ramais para trazer a produção do interior do país ao porto.

Em 1856, a São Paulo Railway chegava a São Paulo, vinda de Santos com destino a Jundiaí. O barão de Mauá, apoiado por capitalistas ingleses, havia apostado no futuro da cafeicultura paulista e investido na modernização do transporte. Com a ferrovia, a cidade de São Paulo se fortaleceu enquanto ponto de conversão de rotas que ligavam o interior do Estado, o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso a Santos – e o sul do país ao Rio de Janeiro. A atividade comercial teve grande estímulo e, em decorrência, a industrialização, agora possível com a subida de máquinas pela estrada de ferro, superando as limitações impostas pelas escarpas da Serra do Mar desde o início da colonização, torna-se efetiva. Em contraste com a decadente cafeicultura escravocrata do Vale do Paraíba, os cafezais da Mogiana e, posteriormente, os do Oeste Paulista prosperavam, devido à melhor qualidade das terras e à prática de relações de emprego tipicamente capitalistas, com o trabalho assalariado dos imigrantes, o que proporcionava o surgimento de um embrionário mercado interno. (PONTES, 2003 p.14 e15)

As ferrovias de São Paulo, ligadas a produção de café e necessidade de exportação dinamizaram o interior do estado e outras áreas em seu entorno, como o Triângulo Mineiro e Goiás. Pois, a ferrovia Mogiana, construída por cafeicultores do interior de São Paulo chegou até o Triângulo Mineiro em 1889, e em Goiás em 1912, tendo se expandido até Catalão-GO, situada na região Sudeste Goiano.

Como sabemos não há ferrovias no território do Sudoeste Goiano. Mas, há dois projetos de ferrovia que podem contemplar a região, o da ferrovia Ferronorte e da Norte-Sul.

Veremos agora os projetos de ferrovia. Destacamos que estes buscam exatamente ser uma possibilidade de ligação transversal e longitudinal, complementando a estrutura rodoviária para uma circulação mais fluida.

O projeto da Ferronorte e a dinamização dos fluxos no interior do território

O primeiro projeto ferroviário que atenderia os anseios econômicos regionais é a estruturação de um ramal da Ferrovia Ferronorte que em tese passaria a atender diretamente às áreas do Sudoeste Goiano.

A Ferronorte interliga o trecho entre Aparecida do Taboado – MS e Alto Araguaia e Itiquira no Mato Grosso. Esta ferrovia, controlada por uma *holding* de empresas do setor de transporte ferroviário (denominada Ferropasa – Ferronorte Participações S.A) conseguiu em 1989 a concessão pelo Decreto n.º 97.739, de 12/5/89, publicado no DOU de 16/5/89, para estabelecer um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação,

exploração e conservação de estrada de ferro ligando Cuiabá-MT a Uberlândia-MG, Santa Fé do Sul-SP, Porto Velho-RO e Santarém-PA.

A pretensão desta ferrovia é interligar as regiões Norte e Centro-Oeste aos portos de exportação do Sul e Sudeste do país. Assim, a empresa pretende interligar Cuiabá-MT às malhas do Triângulo Mineiro, São Paulo, alcançar também Porto Velho-RO onde começa a navegação do Rio Madeira e Santarém-PA, para integrar-se à navegação de longo curso pelo Rio Amazonas.

Através de Aparecida do Taboado-SP a ferrovia permitiria uma interligação com a hidrovia Tietê-Paraná para buscar os mercados e portos do sul do país. Assim, a ferrovia pretende ser uma alternativa para o transporte da produção em parte por ferrovia e em parte por hidrovia para que a produção possa chegar aos portos de Santos-SP e Sepetiba-RJ.

Cabe destacar que para o Sudoeste Goiano este projeto de ligação de Cuiabá-MT e Porto Velho-RO aos centros do Sul e Sudeste do país seria extremamente vantajoso, porque a linha que ligará estes pontos do território perpassa pelo centro da região em questão, envolvendo os municípios de Cachoeira Dourada-GO, Bom Jesus de Goiás-GO, Rio Verde-GO, Jataí-GO e Mineiros-GO em seu traçado.

Obviamente esse trajeto não será apenas para escoar a produção do Mato Grosso e Rondônia, mas também para atender à produção e aos produtores do Sudoeste Goiano bem como viabilizar dois ramais de escoamento, um para o norte, via Porto Velho-RO e hidrovias do norte, e outro para o Sul, via Uberlândia-MG ou Aparecida do Taboado-MS e hidrovias e rodovias do Sudeste e Sul do país.

Entretanto este projeto não está em andamento, ao contrário do projeto da ferrovia Norte-Sul.

O projeto da Norte – Sul e as novas possibilidades de escoamento para o Sudoeste Goiano

A ferrovia Norte-Sul é um projeto que previa a construção de uma ferrovia em parte do território do estado de Goiás, Tocantins e Maranhão. Em 2006 foi incorporado no projeto o trecho Açailândia – Belém e, posteriormente, através de outra medida provisória, de maio de 2008, foi incorporado um trecho que seguiria até Anápolis-GO.

Esta ferrovia é um projeto que busca seguir o eixo Araguaia-Tocantins para atender o mercado interno e externo através da integração entre as regiões e os portos.

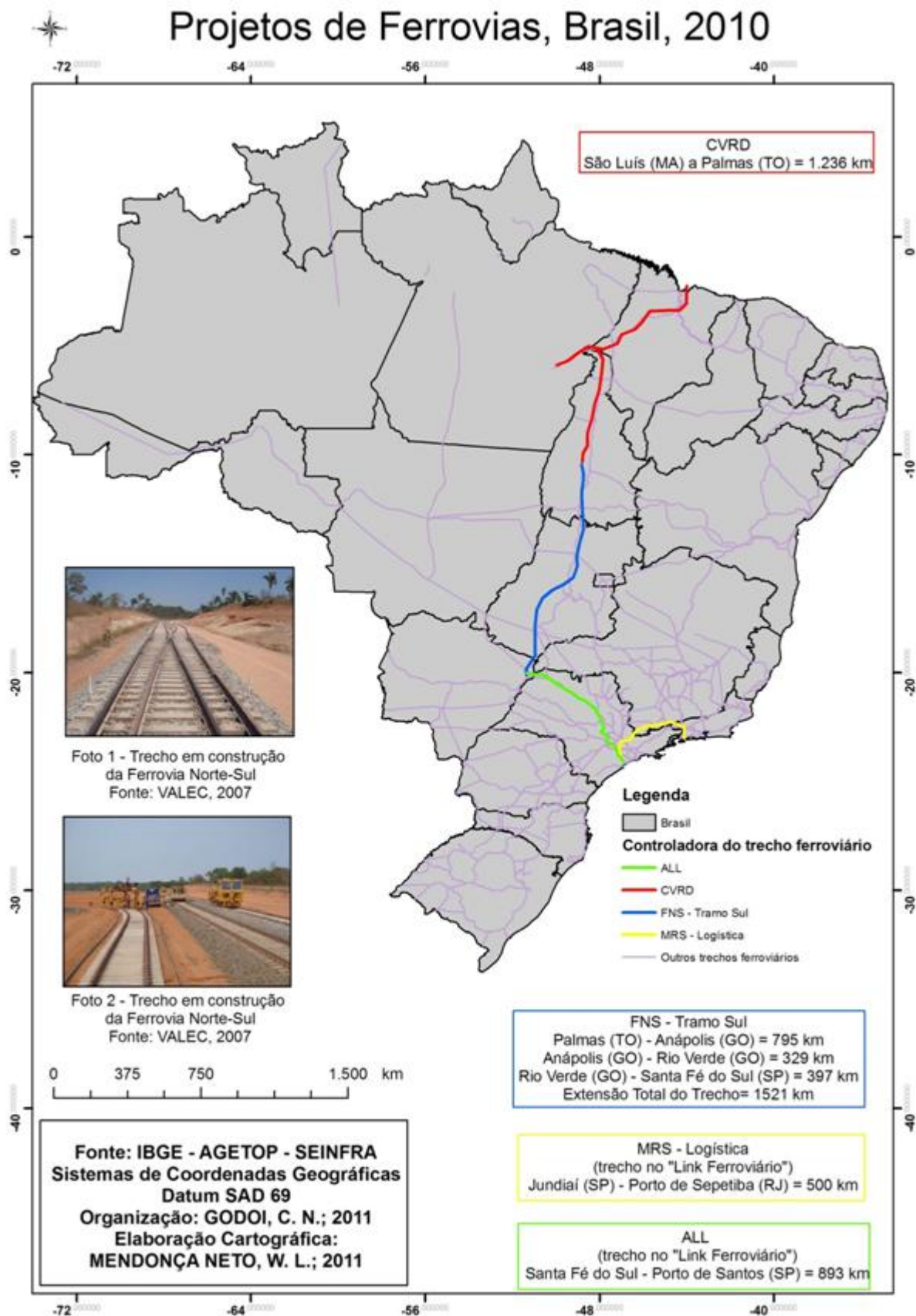
De acordo com a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A – uma empresa pública ligada ao Ministério dos Transportes; a ferrovia e seu traçado atual, que abrange áreas do Pará, de Goiás e segue até São Paulo (Santa Fé do Sul), possibilitará e estimulará a ocupação econômica e social do cerrado brasileiro, pois abrangerá uma área de aproximadamente 1,8 milhão de km², e fortalecerá a infraestrutura de transporte necessária ao escoamento da produção agropecuária e agro-industrial.

Esta ferrovia que está em construção poderá funcionar como alternativa para a região Sudoeste Goiano com fluxos para o Norte e para o Sudeste, via porto de São Simão, haja vista que o atual traçado da ferrovia passa por São Simão e segue para Santa Fé do Sul, em São Paulo.

No mapa abaixo são apresentadas os projetos de ramais ferroviários para o país. Notamos que a intenção de interligação se dá nos eixos Norte - Sudeste e Centro – Oeste, e que estes eixos complementam a estrutura rodoviária, que como dissemos anteriormente é ineficiente no sentido oeste e norte do país. Bem como é ruim no sentido oeste – sudeste do país.

Em trabalho de campo pelo Sudoeste Goiano pudemos notar as propagandas e obras ao longo do território, anunciando a chegada da ferrovia Norte-Sul. Abaixo seguem fotografias expositivas das propagandas com o tema: o Sonho da Ferrovia Norte-Sul já é realidade. Estas placas foram avistadas em Rio Verde, Quirinópolis, Santa Helenas de Goiás e outros municípios.

Mapa 18: Projetos de Ferrovias, Brasil, 2010.



Fotografia 04: Propaganda da Ferrovia Norte – Sul em Rio Verde e em Santa Helena de Goiás. Abril, 2011.



Fonte: acervo pessoal.

Autor: Godoi, C.N.

Percebemos, contudo, que os projetos podem vir a contribuir para o aumento da circulação dos fluxos no Sudoeste Goiano, estímulo e barateamento do custo da distribuição

da produção do Sudoeste Goiano e tornar os produtos do Centro-Oeste crescentemente mais competitivos.

Analisaremos a seguir o setor hidroviário como possibilidade e realidade de escoamento da produção do Sudoeste Goiano. Adiantamos que este modal ainda é pouco utilizado no país em função dos problemas ambientais e logísticos decorrentes desse tipo de atividade, mas como vimos é intenção política articular os instrumentos técnicos, rodoviários, ferroviários e também hidroviários.

A estrutura Hidroviária - as bacias Tocantins - Araguaia e Paraná como potencialidades.

Ao final do século dezenove e ao longo do século vinte as transformações na escala de produção agrícola e a importância de estocá-la à espera de comercialização levaram à necessidade de planejar uma rede de infra-estruturas que permitisse produções, estocagem e transporte crescentemente maiores e em grande escala. Por isso mesmo, as bacias hidrográficas passaram também a ser vistas e aproveitadas em maior escala, visando barragens para irrigação e estruturas para transporte em hidrovias. Para tanto, segundo Santos (2001), a superfície irrigada multiplicou-se cerca de sete vezes, desde 1960 até 1996.

A construção de barragens tem possibilitado o aumento de terras irrigadas. No Nordeste, representavam 24,08% em 1996 do total nacional e eram 14,6% em 1970 [...] Paralelamente aos progressos da biotecnologia, à função da Embrapa e a todo um leque de manifestações da mecanização, da informatização e da quimização, as técnicas de regadio tiveram um papel fundamental na transformação de áreas quase desertas em zonas de agricultura de exportação marcadas, sobretudo pela presença da soja. É o caso da região Centro-Oeste (com 1,8% das terras irrigadas do país em 1970 e 8,35% em 1996)[...]. (SANTOS, 2001, p. 56)

Os investimentos a respeito das construções de barragens como a maioria das obras de grande porte desde o início do século vinte foram de responsabilidade do poder público. As hidrovias no Brasil não são a principal forma de transporte, mas tem apresentado possibilidades de ampliação da especialização de lugares, pois tendo sua produção canalizada por hidrovias, alguns lugares adquirem vantagens competitivas já que este é um meio de transporte eficiente e menos dispendioso do que os demais modais.

O Ministério dos Transportes em seu sítio⁷ disponibilizou os projetos e anseios documentados por algumas empresas sobre possíveis melhorias para o transporte de seus

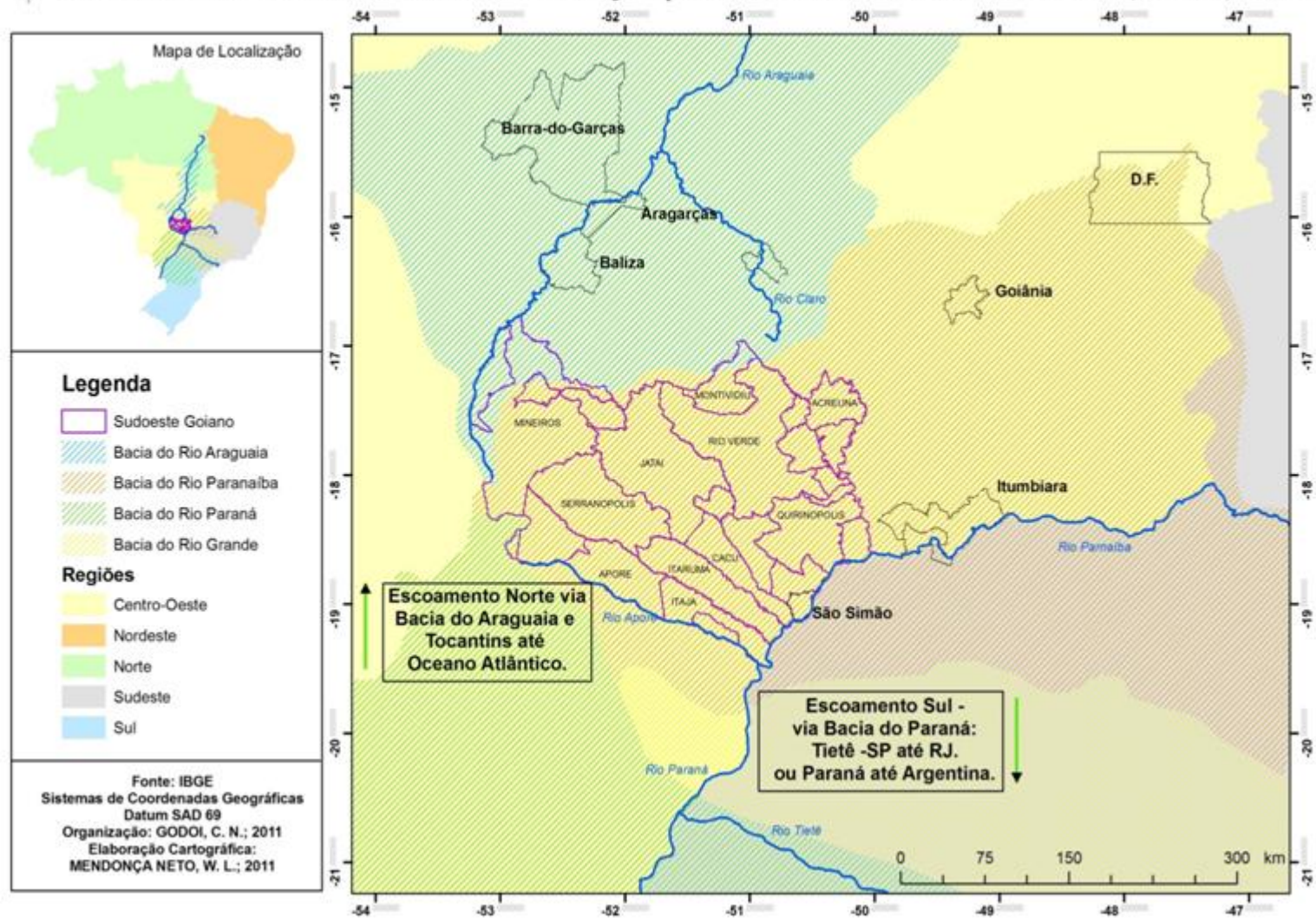
produtos. A empresa Caramuru, do ramo alimentício, com braço produtivo no Sudoeste Goiano e, usuária da hidrovia Paranaíba - Paraná – Tietê argumenta que o transporte hidroviário seria imprescindível por ser o meio mais barato de transporte.

No que diz respeito às hidrovias, o Sudoeste Goiano conta com duas possibilidades, a primeira é formada pela bacia dos rios Tocantins e Araguaia e a segunda é estruturada pela bacia do Paraná, especialmente pelos rios Paranaíba – Paraná – Tietê.

Abaixo (mapa 19) fizemos uma ilustração das possibilidades de escoamento por hidrovia, a partir do Sudoeste Goiano. A produção, caso as hidrovias fossem utilizadas e funcionassem com excelência poderia seguir para o norte através da bacia dos rios Araguaia e Tocantins e para o sul pelas bacias dos rios Paranaíba e Paraná e Paraná e Tietê.

Mapa 19: Possibilidades de Escoamento da Produção por Hidrovias no Sudoeste Goiano, Brasil 2009.

Possibilidades de Escoamento da Produção por Hidrovias no Sudoeste Goiano, Brasil, 2009.



Os projetos e as hidrovias no Brasil foram divididos entre administrações que controlam áreas separadas por bacias hidrográficas. Mas, nem todas as bacias e rios possuem hidrovias ou foram liberados para uso e construção destas estruturas, como é o caso da bacia do Tocantins-Araguaia que não está liberada para navegação.

A hidrovia Tocantins-Araguaia é responsabilidade da AHITAR – Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia, um órgão da sociedade, de economia mista federal, vinculada ao Ministério dos Transportes e à Companhia Docas do Pará – CDP, ou seja, é um órgão subordinado institucionalmente à Gerência de Hidrovias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

A movimentação de cargas nesta hidrovia ainda é incipiente, pois as condições de navegabilidade se estendem apenas por um curto período do ano, na cheia, e os projetos ainda estão em fase de licenciamento ambiental e adequação às possibilidades dos usos dos rios.

O corredor Centro-Norte guarda um enorme potencial estratégico. O segmento hidroviário baseia-se na hidrovia Araguaia-Tocantins, cujas obras estão embargadas (sobretudo por razões ambientais). Se concluído, o corredor oferecerá duas alternativas: pelo rio Tocantins e ferrovias Norte-Sul e Carajás até o porto de Itaqui (MA); pelo rio Araguaia, deste para a ferrovia Norte-Sul por um trecho rodoviário e daí seguindo o mesmo trajeto da primeira variante. Esse corredor é de enorme importância estratégica para o Brasil, já que seu potencial – segundo cálculos (talvez superestimados) de Costa, Caixeta Filho e Arima – é de 30 milhões de hectares para produção de grãos, em grande parte cobertos por vegetação de cerrado. (CASTILLO, 2005, p. 300)

Esta hidrovia em potencial abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins e une principalmente os rios Tocantins, Araguaia e Rio das Mortes. O transporte nestes rios só é possível durante seis meses em função das características naturais destes rios que apresentam bancos de areia, pedrais e travessões, especialmente na época da seca.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes do Estado de Goiás(2007)⁸, o rio Araguaia, após a execução de obras de melhoramento teria um calado para comboios de até 2.400 toneladas. Entretanto, para que esta via se tornasse navegável ainda seria necessário mais investimentos para a estruturação de um efetivo canal de escoamento de cargas, buscando uma melhor compatibilização da navegação com o ambiente.

No que diz respeito ao Rio Tocantins, segundo o Ministério dos Transportes, a extensão navegável é de 420 km com boa possibilidade de navegação, pois a construção da

Barragem de Serra da Mesa inundou os pontos críticos e eliminou as restrições existentes e, a eclusa de Tucuruí permitiria a navegação de Belém a Marabá sem restrições.

Entretanto, o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes do Estado de Goiás, (2007) ressaltou a necessidade de várias obras para navegação e escoamento de cargas. O documento alertou para o fato de que o trecho que interliga Uruaçu-GO a Belém-PA necessita de uma transposição de gargalos importantes, construção de eclusas, dentre outras obras: a hidroelétrica de Tucuruí; a Cachoeira de Santo Antônio, na proximidade de Imperatriz-MA; e as hidroelétricas de Lageado, Peixe, Canabrava e Serra da Mesa. Algumas restrições de calado e sinuosidade de canal próximo a Peixe-TO dependem das condições de operação dos reservatórios localizados a montante.

A hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê é administrada pela AHRANA responsável pela bacia do Rio Paraná e seus afluentes, cujos principais rios são o Rio Grande, Paranaíba, Tietê e Paraná. Segundo a AHRANA, esta hidrovia possui 1.020 Km de extensão dividida em quatro trechos. O trecho 04 é o mais próximo e utilizado pelos produtores do estado de Goiás. Este possui uma extensão de 225 km, e, segundo o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes do Estado de Goiás, (2007) apresenta boas condições de navegação desde a foz do Rio São José dos Dourados até o Complexo Portuário de São Simão-GO, com um percurso de 55km no Rio Paraná, 170 km no Rio Paranaíba e 80 km no Rio Grande.

Para o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes do Estado de Goiás, (2007) o fator limitante ao escoamento das cargas provenientes de Goiás, está na capacidade do trecho do Rio Tietê, onde as eclusas e pontes se apresentam como restrições adicionais que requerem desdobramentos dos comboios. Esta restrição, segundo o documento, se deve as pontes rodoviárias, com vãos de navegação restritos, e às eclusas, com câmaras de dimensões reduzidas, fazendo com que a carga demore vários dias para completar o percurso.

De acordo com Neto (2005),

[...] essa hidrovia articula a mais rica região produtora de grãos de Goiás (o Sudoeste Goiano), do Mato Grosso (o Sudeste Mato-Grossense) e do Mato Grosso do Sul (o seu Nordeste) com o mercado mais rico e dinâmico do Brasil: São Paulo e seu imenso parque industrial. (TEIXEIRA NETO, 2005, p. 83)

O Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes do Estado de Goiás, (2007) alega que a maior parte das cargas transportadas na hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê é de origem goiana, proveniente do Complexo Portuário de São Simão. E, de acordo com o Ministério dos Transportes, boa parte das cargas que transitam na hidrovia Paranaíba –Tietê -

Paraná tem origem no Complexo Portuário de São Simão-GO, onde estão localizados os terminais das empresas Adm – Tubarão, Quintella, Caramuru, Nova Roseira e Beira Rio.

Teixeira Neto (2005) tece uma crítica dizendo que as hidrovias de que Goiás pode dispor na verdade não são pensadas de acordo com as possibilidades naturais dos rios, mas justamente o contrário, pensa-se em adaptar os rios ao invés de adaptar as embarcações e, por isso é tão complexo o impacto ambiental, pois, transformar a calha e a dinâmica do rio é muito mais impactante do que adaptar as embarcações às características do rio.

No mais das vezes, o fracasso do empreendimento só vinha confirmar o que acreditamos ser uma visão distorcida, senão obtusa, da questão: em vez de se procurar adaptar os engenhos – os vapores e embarcações – às possibilidades naturais de navegabilidade do Rio Araguaia, teimou-se em fazê-lo aceitar as máquinas que não combinavam com sua geografia. Assim, em vez de se refletir sobre a adaptação das embarcações às condições naturais do grande rio, propôs-se a “endireitá-lo” com obras de infra-estrutura que, mesmo hoje, são muito difíceis de serem realizadas, como, por exemplo, abertura de canais secundários, desviando-se parte do leito natural, construção de eclusas, dragagem de canais etc. (TEIXEIRA NETO, 2005, p. 82)

Entretanto, o autor lembra que, embarcações menores, canoas, igarités, balsas nunca deixaram de circular não só no rio Araguaia como também nos rios Tocantis, Paranã, Vermelho, Maranhão, Paranaíba, dos Bois, do Peixe e outros rios goiano-tocantinenses.

Em trabalho de campo, conversamos com diretores e gerentes de logística de algumas empresas que argumentaram que a produção escoada pela hidrovia em São Simão é feita pela ADM, Caramuru e *Cargill* em sua maior parte. Os demais produtores não utilizam esta via, transportam por meio terrestre, por rodovias.

Com isso, podemos avaliar que a produção do Sudoeste Goiano que se utiliza da hidrovia a partir do porto de São Simão advém de grandes empresas que estão atreladas à exportação, por isso levam sua produção, em geral “*in natura*” por hidrovia pelo estado de São Paulo até o porto de Santos e do Rio de Janeiro.

A hidrovia que parte do Araguaia ainda não está sendo utilizada para escoamento da produção. Sabemos que os custos da circulação por hidrovia são inferiores aos da rodovia, mas ainda há vários estudos de avaliação ambiental buscando minimizar ou antever possíveis problemas ambientais para que a produção possa ser transportada por este modal, ou seja, para que este modal seja mais uma possibilidade de diminuição dos custos totais na produção do Centro-Oeste.

No próximo momento da pesquisa, faremos uma análise da infra-estrutura de telecomunicações de que o Sudoeste Goiano dispõe, mas, desde já adiantamos que como em

todo o país, no caso das telecomunicações, não há nenhum estado que provém sua população com serviços próprios desde a abertura do setor na década de 1990.

Obviamente que para o Estado, não deter estes serviços é uma questão complexa, pois o Estado deixa de arrecadar muito, e ao mesmo tempo são serviços estratégicos que estão ligados à soberania nacional, mas em curto prazo, e do ponto de vista das necessidades do Sudoeste Goiano, de sua elite política e empresarial, o que interessa é a prestação de serviços, independente de quem os oferece.

A rede de Telecomunicações – estrutura disponível e projetos.

Veremos adiante que se a história da disseminação da energia elétrica no território se confunde com a da urbanização, no caso das telecomunicações, podemos associá-la à história da ferrovia, pois onde seguia um trilho da ferrovia, seguia também um aparelho de telégrafo.

Muitos esforços e interesses convergiram para que as comunicações fossem se disseminando pelo território. De acordo com Santos (1996) a história revela que uma técnica nunca aparece só e jamais funciona isoladamente, para o autor as técnicas são constitutivas de um sistema e são integradas funcionalmente.

Santos (1996) e Debray (1991) dizem que há uma solidariedade entre o telégrafo e a ferrovia, o telefone e o automóvel, o rádio e o avião, a televisão e o foguete espacial, uma relação cronológica e cultural. Estas técnicas estabelecem relações de dependência entre si.

No que diz respeito às telecomunicações, segundo Dias (2005) o traço mais marcante de sua história no Brasil foi a rapidez na implantação de uma rede nacional que buscou recuperar o atraso acumulado, desde 1957, quando do início da utilização da técnica de microondas no Brasil.

Na década de 1960, o que se via eram atividades isoladas e a integração da rede de telecomunicação só foi oficialmente reconhecida como nacional, em 1972, porque integrava as principais cidades do país, ou seja, apenas uma parte dos municípios brasileiros era abastecido por serviços de telefonia.

No ano de 1985, todos os municípios brasileiros passaram a ser conectados pela rede brasileira através do sistema de telecomunicações por satélite. A partir de então os serviços começaram a se disseminar pelo território.

No início de 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso colocou em prática o projeto das privatizações brasileiras. No caso das telecomunicações este projeto contou com a venda e divisão da Telebrás em quatro áreas de outorga que foram arrematadas por empresas

privadas, em sua maioria de capital estrangeiro. Estas quatro áreas foram desmembradas em doze empresas, sendo três de telefonia fixa, oito de telefonia celular e uma de comunicação à longa distância.

Delimitadas as quatro áreas de outorga, o Brasil ficou dividido em áreas que abarcariam pelo menos duas empresas por região em cada tipo de serviço, por exemplo: no que diz respeito à telefonia fixa, ao invés de atuar apenas a telefônica do estado à qual pertencesse a área, duas empresas concorreriam na prestação dos serviços de telefonia fixa, de maneira a estimular novos serviços e preços diferenciados.

O estado de Goiás ficou então concentrado na área de outorga denominada pela Anatel de Região II, na qual várias empresas deveriam prestar serviços permitindo a concorrência entre o regime público e privado, através do Plano de Outorgas aprovado pelo decreto n. 2.354 de abril de 1998, segundo a Anatel⁹.

As regiões definidas pelo Plano de Outorgas são:

Região I responsável pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima.

Região II como responsável pelo Distrito Federal e pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre.

Região III diz respeito ao estado de São Paulo, e região IV diz respeito a todo território nacional. Além das regiões, foram denominadas também os setores constituintes de cada região. Estes foram numerados de 1 a 34.

No que diz respeito a nossa pesquisa, os setores que abrangem Goiás ou municípios do Sudoeste Goiano estão relacionados aos setores 24 e 25 da Região II. Sendo assim, o setor 24 abrange as áreas dos estados do Tocantins e de Goiás, exceto os dos Municípios integrantes do Setor 25. E, o setor 25 abrange os municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão, no estado de Goiás.

De acordo com o Plano de Outorgas Goiás é, portanto, dividido em dois setores, o 24 e 25.

No setor 24 a concessão outorgada é em nome da empresa Telecomunicações de Goiás S.A – *TELEGOIÁS* que está habilitada a prestar as modalidades do serviço telefônico fixo comutado Local, Longa distância nacional e intra-regional.

No setor 25, a concessão foi outorgada à Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - *CTBC Telecom* Local, longa distância nacional intra-regional e longa distância nacional inter-regional. Cabe destacar que os serviços inter regionais oferecidos à área 25 apenas permitem a conexão com os setores 3 e 33 que abrangem municípios de Minas Gerais e São Paulo e, são a área de atuação da *CTBC Telecom*.

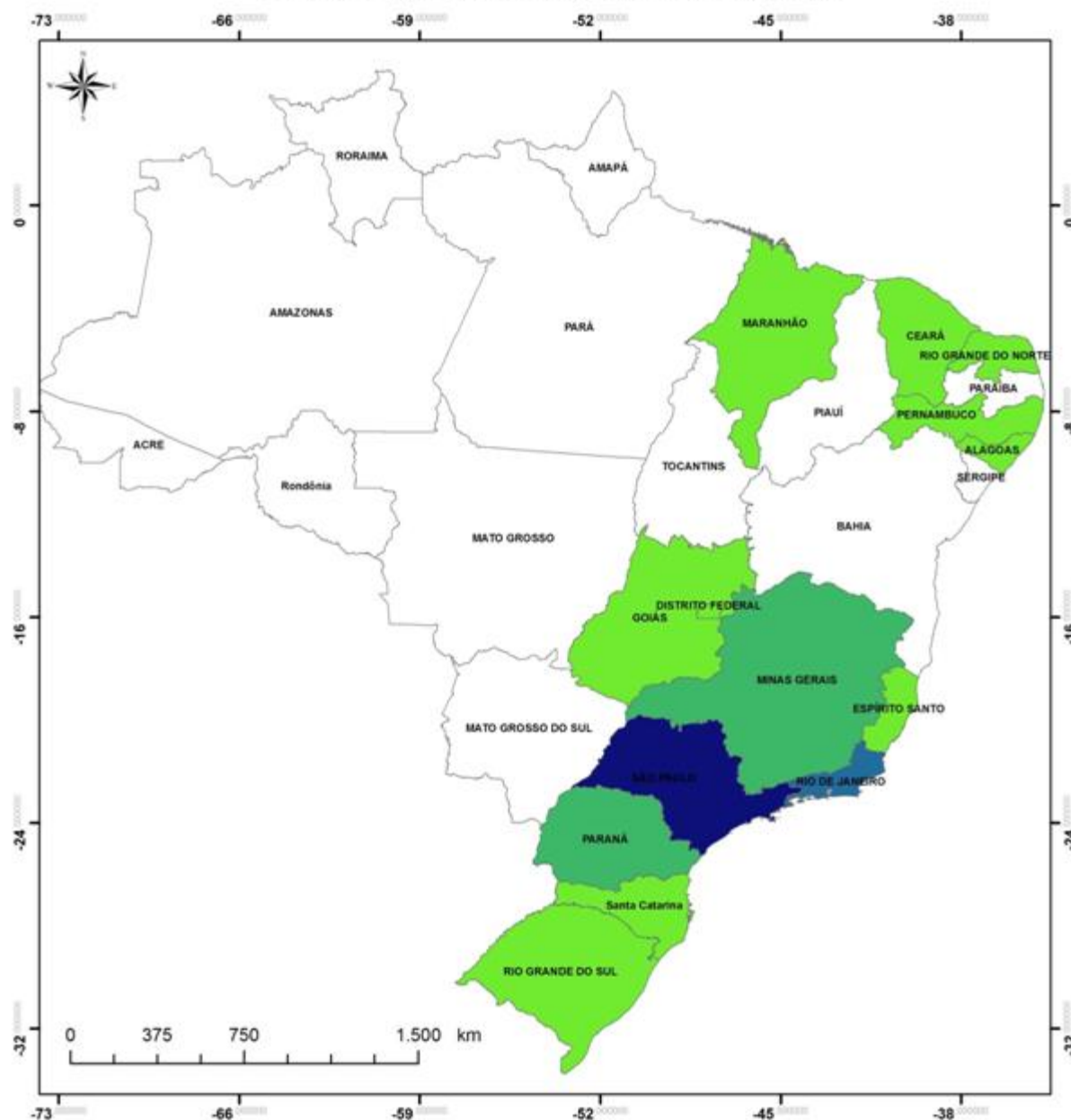
Sabendo que as privatizações permitiram a chegada de novas empresas para atuar na área da telefonia, pudemos analisar o resultado hodierno desta transformação.

No Sudoeste Goiano há, de acordo com a Anatel, pelo menos 73 empresas diferentes que permitem que a população regional tenha acesso aos serviços de telefonia fixa comutada nas modalidades locais, discagem à distância e internacional.

No mapa 20 podemos perceber que destas 73 empresas, 44 possuem sede no estado de São Paulo, sua maioria na própria capital São Paulo, e outras em cidades próximas à capital.

Mapa 20: Empresas de Telecomunicação que atuam no Sudoeste Goiano e Estados de suas sedes. Brasil, 2009.

Empresas de Telecomunicações que Atuam no Sudoeste Goiano e Estados de Suas Sedes. Brasil, 2009.



Legenda
Estados Sede e Quantidade de Empresas

0
1 - 2
3 - 5
8
44

Fonte: IBGE - AGETOP - SEINFRA
Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum SAD 69
Organização: GODOI, C. N.; 2011
Elaboração Cartográfica:
MENDONÇA NETO, W. L.; 2011

Cabe destacar a participação de empresas servidoras do setor de telecomunicações de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

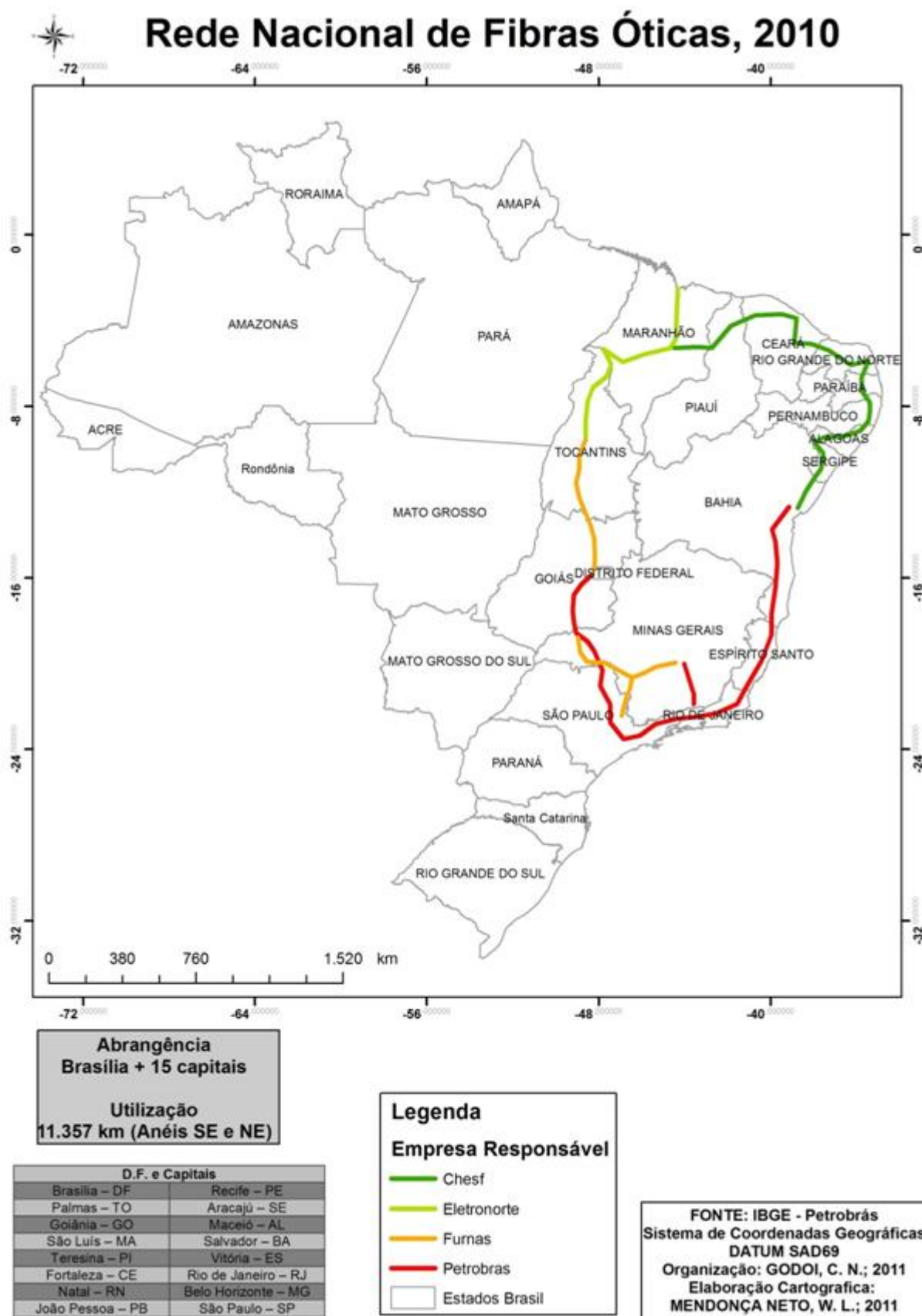
No que diz respeito à Minas Gerais um caso chama a atenção, de acordo com os dados da Anatel a *CTBC*, empresa privada de comunicação situada em Uberlândia-MG é uma das empresas mais importantes no que diz respeito a estes tipos de serviços, pois leva para o Sudoeste Goiano serviços nas áreas de telefonia e internet.

Assim, se a proposta das privatizações era disseminar o uso e estabelecer uma concorrência que descentralizasse os serviços, ela teve sucesso apenas em parte. Os serviços foram disseminados pelo território, mas os prestadores de serviços ainda estão concentrados, se antes em poder do Estado, hoje está concentrado espacialmente, as empresas são diversas, mas ainda são alocadas nas áreas “centrais” do país.

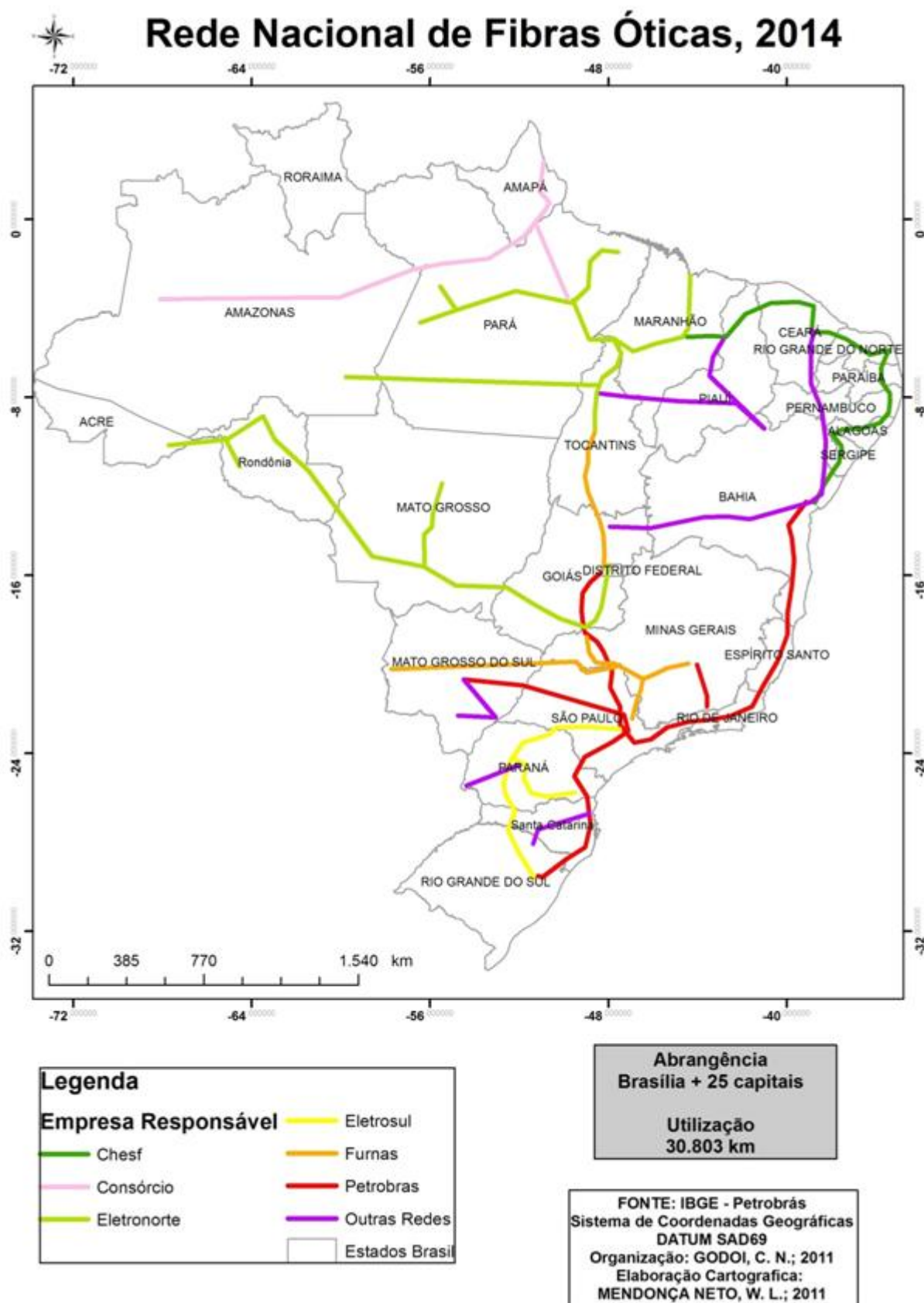
Nos mapas 21 e 22 veremos que o Sudoeste Goiano não está contemplado por um eixo de banda larga e fibra óptica nacional. Mas, a área consta no projeto que visa integrar o país em alguns eixos principais, ligando capitais e regiões.

É notável enxergar o esforço de utilizar o Sudoeste Goiano como eixo de ligação com o Mato Grosso e os estados Rondônia e Acre, entre o extremo oeste e noroeste do país com a região mais central.

Mapa 21: Banda larga e rede de fibra ótica no Brasil, 2010.



Mapa 22: Rede Nacional de fibras óticas, Brasil, 2014.



De acordo com os mapas visualizamos que não há rede de fibra óptica para serviços de internet banda larga no Sudoeste Goiano, mas a expansão das comunicações e a necessidade de transporte de dados projeta uma rede maior para 2014.

Com a expansão, o Sudoeste Goiano passará a contar com uma rede que proverá o espaço com infraestrutura para transporte imaterial mais avançada.

Uma última observação pode ser feita no que tange ao transporte material. O Sudoeste Goiano também não possui estrutura dutoviária. Entretanto, o Plano Dutoviário Nacional também contempla este território para o futuro.

Todos os investimentos existentes e os projetados tornam o Sudoeste uma área com potencial produtivo para hoje e possivelmente mais produtivo no futuro. A rede técnica, portanto, está inclinada a atender a circulação da produção e dos serviços.

Para compreender melhor como a rede de circulação se estrutura somando diversos sistemas, tanto de transporte material como imaterial, é preciso entender como funciona a rede de serviços, a produção de energia que dá condições à produção e a distribuição, a captação de recursos financeiros, pois o capital funciona como a energia transformadora do território, da rede urbana e das relações sociais no espaço.

Sendo assim, nossa próxima abordagem é sobre a rede de serviços que possibilita as ações de circulação da produção no Sudoeste Goiano e o conecta ao território nacional. Como funciona e de que modo drena energia e capitais para os principais municípios da região, do Estado, do país e, do mundo.

A rede de Serviços e o território produtivo.

A estrutura para fornecimento e captação de Energia Elétrica.

Nesta pesquisa, analisar o potencial de energia elétrica é atentar para as possibilidades de crescimento da produção, e enxergar os possíveis usos destinados ao desenvolvimento da produção ou o desenvolvimento econômico do território.

Como dissemos, a história da difusão da energia elétrica no território se confunde com a história da urbanização do Brasil. Santos (2001) diz que a difusão da energia elétrica exigiu a construção de sistemas técnicos independentes para atender as diversas necessidades locais, que foram possíveis através dos processos de ocupação e urbanização do território, associados ao processo de industrialização.

A urbanização, industrialização e disseminação da sociedade pelo território levaram a necessidade de aperfeiçoamento das técnicas relacionadas à obtenção de energia elétrica. Este desenvolvimento acumulou conhecimentos que findaram num sistema de geração, transmissão e organização da energia através da centralização das atividades do setor em torno de um órgão: a Eletrobrás - Criada em abril de 1961, sob a forma de autarquia, na qual coexistem empresas geradoras e distribuidoras e empresas somente distribuidoras de energia.

Com a difusão das estruturas e técnicas pelo território se tornou possível a comunicação entre as linhas e estações distribuídas pelo país em dois subsistemas nacionais: Norte/ Nordeste e Sul/ Sudeste/ e, Centro-Oeste. Sendo o primeiro subsistema interligado, a partir de 1981, quando do início das atividades da usina de Paulo Afonso, e o segundo subsistema sendo possibilitado, a partir de 1963, com a usina de Furnas no Rio Grande.

As primeiras famílias de técnicas destinadas à produção de energia possibilitaram um leque de funções de escala regional e desse modo contribuíram para criar uma organização solidária nos lugares. Mais tarde, os grandes sistemas técnicos, apresentados freqüentemente como projetos de uso múltiplo, são chamados a cumprir funções específicas, impondo uma rigidez ao uso do território. Esses objetos modernos, em cujo seio se identificam intencionalidades mundiais e nacionais, tornam-se incapazes de criar uma confluência entre essas racionalidades e as autênticas necessidades regionais. (SANTOS, 2001, p. 70)

Assim, no território brasileiro, conforme se estruturaram as atividades no espaço, as áreas se especializaram, também as estruturas técnicas se voltaram para uma atividade especialista. Como é o caso do Complexo de Tucuruí e sua relação com as indústrias de alumínio no Pará e Maranhão, o que indica que os objetos passaram a ser exclusivos de determinadas atividades.

Para compreender a infraestrutura disponível em energia, especialmente energia elétrica no estado e na região no Sudoeste Goiano é preciso entender que a energia é uma das variáveis que permite definir se um país, uma sociedade é desenvolvida, se existe facilidade de acesso para a população aos serviços de infra-estrutura de uma maneira geral, como saneamento básico, transportes, telecomunicações.

São estas variáveis que nos dizem se uma região, país, sociedade contempla sua população, possui um projeto de integração nacional, regional ou local eficiente, se possui requisitos que permitem ações sociais e econômicas.

Raffestin (1993) nos alerta para o papel político e econômico da rede. Podemos notar que a infraestrutura convive com dois lados, um que serve a sociedade, e outro que

serve a economia. Um que deve se dedicar à busca de novas tecnologias e possibilidades e outro que deve se dedicar à busca de sanar os anseios e necessidades do cotidiano.

Analisar as estruturas que compõem a rede técnica permite visualizar a rede voltada ao mercado, às relações econômicas, e, as estruturas que atendem aos anseios da sociedade que compõe e permite que as relações econômicas aconteçam.

O sistema brasileiro de geração e transmissão de energia elétrica é feito através de um sistema de usinas, linhas de transmissão e ativos de distribuição. Com a interligação destes sistemas são formadas as vias elétricas que perpassam o território brasileiro. Além destes sistemas conectados há também os sistemas não conectados, que são sistemas de menor porte, isolados, estruturados de maneira a atender áreas de difícil acesso.

De acordo com a Eletrobrás a distribuição da energia é realizada por 63 concessionárias que podem ser estatais ou privadas; no primeiro caso, os acionistas majoritários são o governo federal, estadual ou municipal; e no segundo caso, são empresas de capital nacional, norte-americano, espanhol ou português. As concessionárias são, portanto, responsáveis pela implantação e operação da rede que liga as usinas (fontes de geração) às instalações das companhias distribuidoras localizadas junto aos centros consumidores. Cabe lembrar que a maior parte da geração de energia no Brasil é feita por usinas hidrelétricas.

O Balanço Energético de Goiás (2006)¹⁰ traz dados sobre o consumo e as necessidades de energia elétrica do estado de Goiás. A partir deste documento vislumbramos a infraestrutura disponível em energia elétrica.

No período entre 2004 – 2005 houve um crescimento na produção de energia no Estado de Goiás, o aumento da oferta interna, e a auto-suficiência se mantiveram em torno de 80%. E, o consumo per capita de energia em Goiás foi de 0,82 tep/hab, índice pequeno quando comparado ao do Brasil, que é de 1,06 tep/hab. Outro dado que indica o consumo e o perfil de consumo do estado é o consumo industrial. O consumo industrial em Goiás foi responsável por 36,2% do consumo de energia em 2005, enquanto em São Paulo este alcançou 50,4%, e no Brasil a média representa 46,7% do total de consumo de energia do setor industrial.

Os dados acima demonstram um baixo consumo energético do Estado de Goiás, sinalizando a baixa industrialização do Estado em relação a São Paulo. Entretanto, quando comparamos o consumo do setor agropecuário este quadro se inverte, colocando Goiás como maior consumidor do que São Paulo e do que a média nacional.

10

Vejamos, Goiás em 2005 destinou 9,9% da eletricidade total ao setor agropecuário, enquanto São Paulo destinou 2,1% e a média nacional é de 4,2%.

Segundo Rocha (2005) se considerarmos o fornecimento de energia elétrica em escala comunitária, a primeira usina de Goiás se instalou em 1918 na cidade de Goiás, antiga capital. Entretanto, uma consideração em menor escala, com fornecimento apenas para alguns domicílios, traz como pioneira a usina instalada por Raul Seabra em Rio Verde, Sudoeste Goiano, em 1915.

Ao final da década de 1920, começaram a ser instaladas usinas pelo estado para servir à iluminação das cidades e casas. A eletricidade foi, portanto, sendo possibilitada através de investimentos em infra-estrutura que não tinham normas determinadas, nem uma legislação abrangente para este campo de produção de energia elétrica.

Ao mesmo tempo, sabemos que a conjuntura do final da década de 1920, era uma conjuntura de transformações, tanto em esfera internacional, com a crise de 1929, quanto nacional, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, e de Pedro Ludovico Teixeira ao poder estadual.

Isto significa que, o papel político do Estado, a partir do final da década de 1920, foi transformado e os investimentos em infra-estrutura como no caso dos investimentos em energia elétrica passaram a ser melhor controlados e incentivados pelo Estado. Por isso mesmo, o reduzido papel do Estado no desenvolvimento de energia elétrica foi sendo substituído por um controle maior, com participação mais forte em busca de normatizar o uso dos recursos naturais do país.

Em 1933, foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral, com um órgão especificamente voltado aos assuntos referentes à exploração de energia hidráulica, irrigação, concessões e legislação de águas, denominado de Diretoria de Águas.

Atualmente, Goiás possui diversas usinas nas três grandes bacias que contemplam o Estado. A bacia do Tocantins possui no estado de Goiás as usinas de Serra da Mesa, Cana Brava, São Domingos, São Patrício, Mambaí, Mosquito e Áreas e Castelani. Na bacia do Rio Araguaia, são duas, a do Alto Araguaia, situada entre Alto Araguaia – MT e Santa Rita e a Usina de Rio Bonito em Caiaponia. Na bacia do Rio Paranaíba, são 16 usinas, dentre as principais estão as usinas de: Itumbiara, São Simão, Emborcação, Cachoeira Dourada, Corumbá, Queimado, Rochedo, São Bento e Lago Azul. Ver mapa 23.

Destas usinas, as que mais atendem a região Sudoeste Goiano são as que estão localizadas nas bacias dos rios Araguaia e Paranaíba, especialmente as do rio Paranaíba que se concentram na própria região em questão, como as usinas de São Simão e Cachoeira Dourada.

A Usina de São Simão é patrimônio da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), e a usina de Cachoeira Dourada é patrimônio da ENDESA¹¹ (empresa do ramo de energia que opera em todas as etapas da cadeia elétrica – geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia).

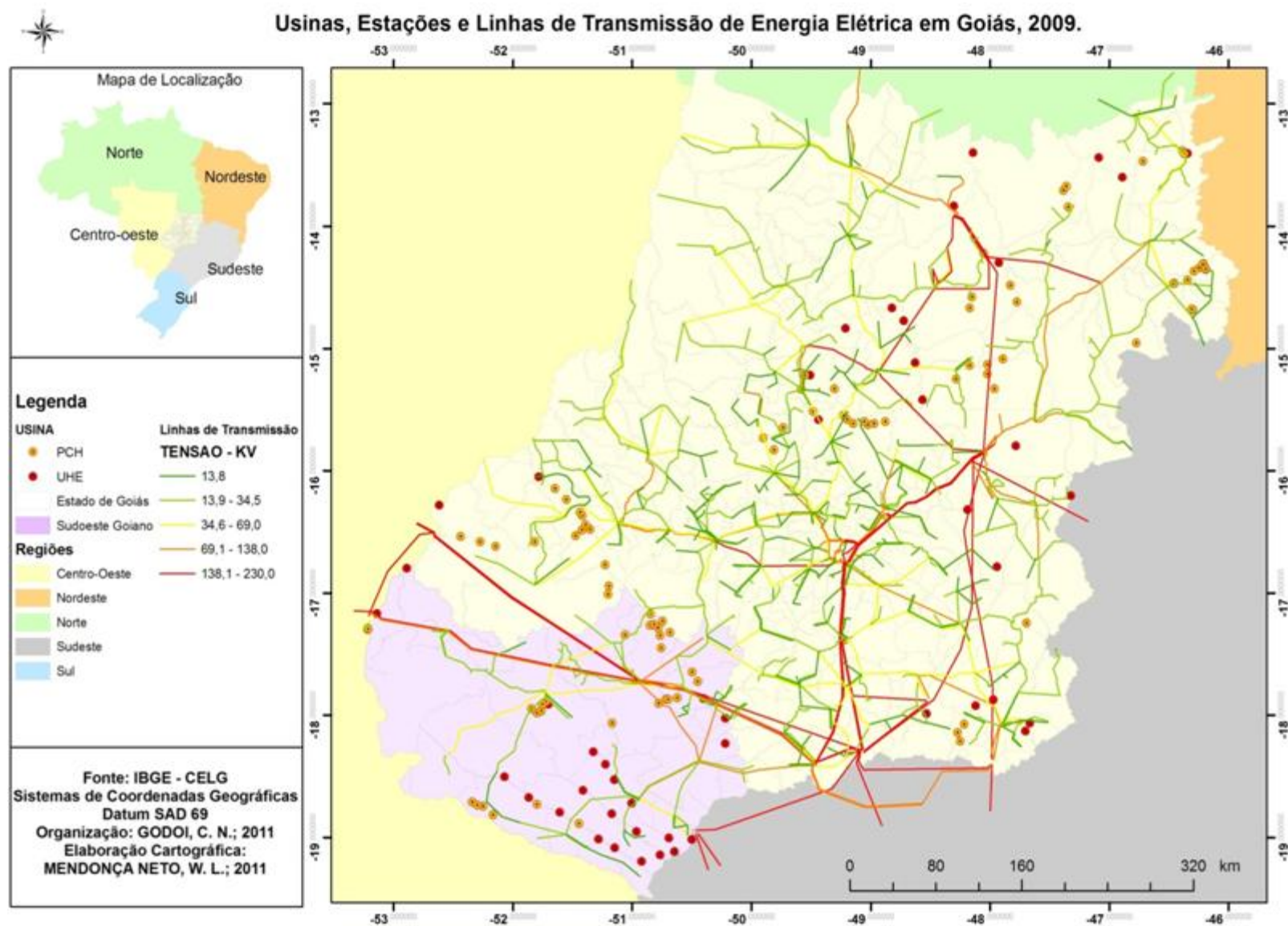
O Sudoeste Goiano se situa dentro de duas áreas de bacias hidrográficas, a bacia do Paranaíba e do Araguaia. A bacia do Rio Paranaíba, abrange boa parte do estado de Goiás, Triângulo Mineiro e pequena parte do estado do Mato Grosso do Sul, conforme mapa 24.

Em nossa área de estudo, os principais rios são o Aporé ou do Peixe, Corrente, Verde, Claro, Bonfim, Doce, Preto e dos Bois. Esta bacia, segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, gera mais de 7 mil MW em suas 16 usinas hidrelétricas.

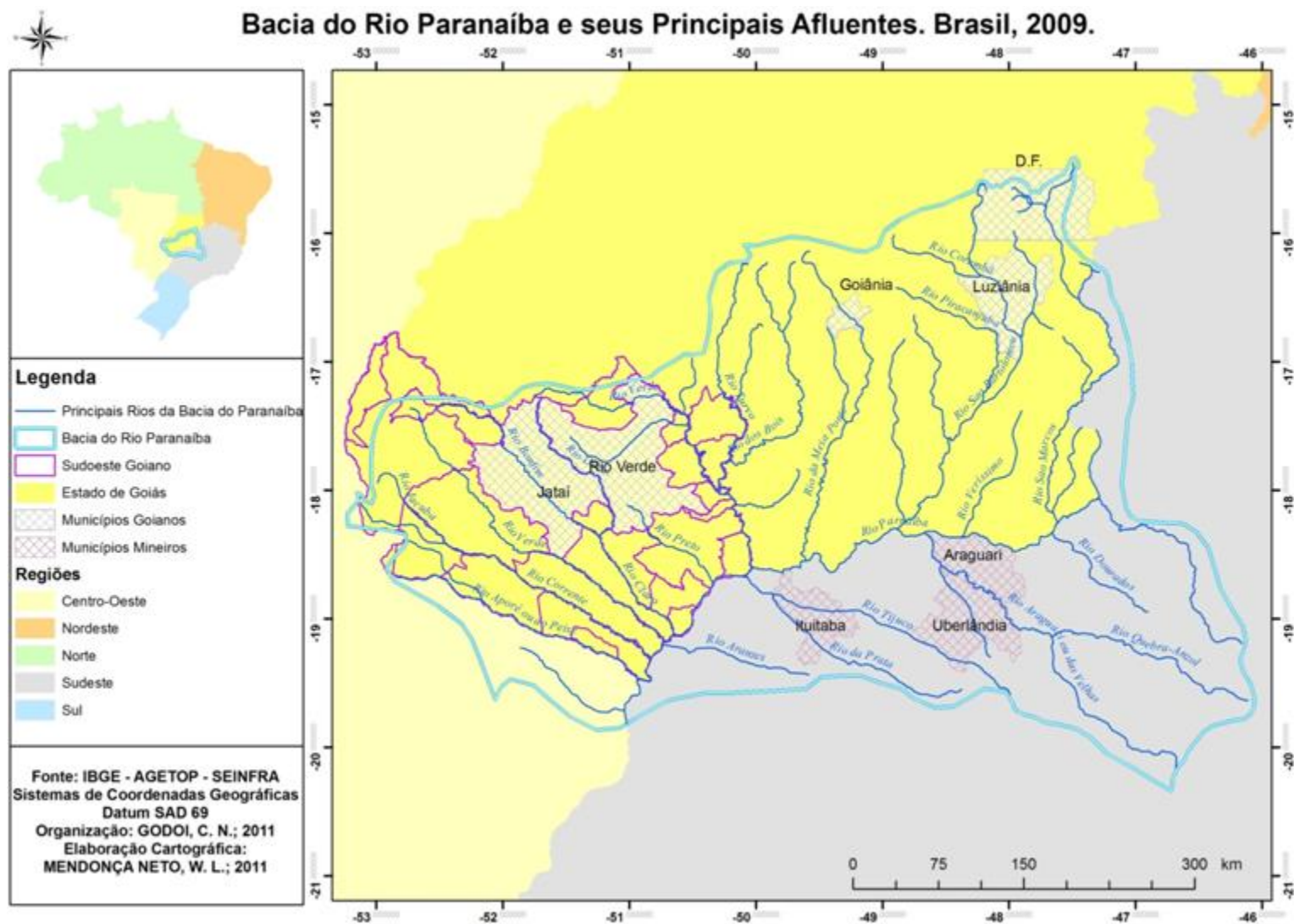
A bacia do Rio Araguaia abrange apenas um trecho do Sudoeste Goiano, e os principais rios que nascem no Sudoeste e correm para o Araguaia são: Rio do Peixe, Caiapó e Claro.

No mapa 23, podemos ver as principais usinas e barragens de aproveitamento hidrelétrico no Sudoeste Goiano. Segundo a CELG, Companhia de Energia Elétrica do Estado de Goiás, há várias pequenas usinas e barragens principalmente ao longo dos rios Claro, Verde, Corrente e Aporé, todos pertencentes à bacia do Paranaíba.

Mapa 23: Usinas, Estações e Linhas de Transmissão de Energia Elétrica em Goiás, 2009.



Mapa 24: Bacia do Rio Paranaíba e seus principais afluentes. Brasil, 2009.



O Sudoeste Goiano é, contudo, uma área bem irrigada, com possibilidades de aproveitamento energético, o que permite crescimento econômico e industrial para a região, não sendo este setor um entrave para as necessidades regionais.

Entretanto, é preciso pensar que usinas importantes que compõem o setor regional não estão nas mãos do estado de Goiás, como já falamos anteriormente. E, mais é preciso pensar que a produção em larga escala de elementos estrangeiros ao Cerrado exige muito mais estrutura, água e energia elétrica, o que poderá significar um problema num futuro próximo, de acordo com os usos e escolhas políticas para Goiás.

E, como vimos no primeiro capítulo a água é um elemento que deve ser pensado estrategicamente e Goiás, embora disponha de muito recurso, não o controla como Estado, pois já vendeu algumas usinas e a grande usina situada em área limítrofe entre o Sudoeste Goiano e Minas Gerais pertencente à *CEMIG*, companhia mineira.

A seguir faremos um levantamento e breve análise da estrutura bancária e financeira do Sudoeste Goiano que complementa os serviços que margeiam a produção e a distribuição da produção material ou imaterial.

A rede Financeira e Bancária e o suporte às movimentações capitalistas.

No que diz respeito à infra-estrutura financeira e bancária é preciso atentar para a possibilidade de enxergar estes agentes como grandes grupos transformadores do território.

Atualmente a rede técnica que possibilita a articulação desta estrutura é formada pelo encontro do sistema financeiro em escala mundial. E, a integração regional e nacional foi possibilitada pelos investimentos mais consistentes em telecomunicação, a partir da década de 1960. Estes vieram a instituir no Brasil uma infraestrutura técnica que visava além de integrar o país, sua população, as empresas de maneira geral, atender em especial à demanda da antiga Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito – autoridade monetária anterior ao Banco Central do Brasil) por uma rede técnica que permitisse uma modernização da economia nacional.

Na década de 1960, mais precisamente no ano de 1964, no início do regime militar foi aprovada a Lei 4.595 de 31/12/1964 para estruturar e regular um novo sistema financeiro no país: o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

[...] Dentre outras regulamentações, a lei dispôs sobre a transformação da Sumoc em Banco Central e sobre a criação do Conselho Monetário Nacional. “Na verdade”, afirma Minella, “o sistema bancário teria agora a importante função de, juntamente com o capital financeiro internacional, sustentar o projeto político-

econômico delineado pela nova composição de forças no poder.” O Objeto da Lei n. 4.595 era mais do que uma simples reforma bancária: vislumbrava uma via brasileira de conquista pioneira e de integração territorial. Em outras palavras, marcava o início de um longo processo de integração financeira do território brasileiro, que nos anos seguintes transformaria a geografia dos bancos mediante a constituição de grandes redes bancárias em escala nacional. (DIAS, 2005, p. 33)

Ainda segundo Dias, (2005) em uma década, diversas normas foram constituindo e organizando o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional.

Normas foram impostas a fim de restringir a concentração de agências nas maiores cidades do país e favorecer a expansão das redes de agências em direção às áreas até então desassistidas, encorajando a criação de agências pioneiras. (DIAS, 2005, p. 34.)

Esta política permitiu que as agências de diversos bancos se espalhassem pelo território, chegando a cidades pequenas e médias e não mais se concentrando apenas nas grandes cidades.

No entanto, a constatação dessa proliferação de agências não deve ocultar sua heterogeneidade, uma vez que seu peso e suas funções variam consideravelmente. No Nordeste, região onde a malha de municípios é muito densa, as numerosas agências tem essencialmente o papel de coletar pequenas poupanças locais. Já nas zonas de expansão agrícola e mineral (Mato Grosso, Pará, Norte de Goiás e Sul da Bahia) as agências constituem verdadeiras antenas dos grupos econômicos controlados pelo banco. (DIAS, 2005, p. 35)

Seguindo este raciocínio nos concentramos em analisar a rede instituída pelo sistema financeiro e bancário e, localizada no Sudoeste Goiano. Para tanto, através do Banco Central, com base nos dados de junho de 2011, selecionamos os três maiores bancos atuantes no Brasil para um breve mapeamento das agências existentes em nossa região de estudo.

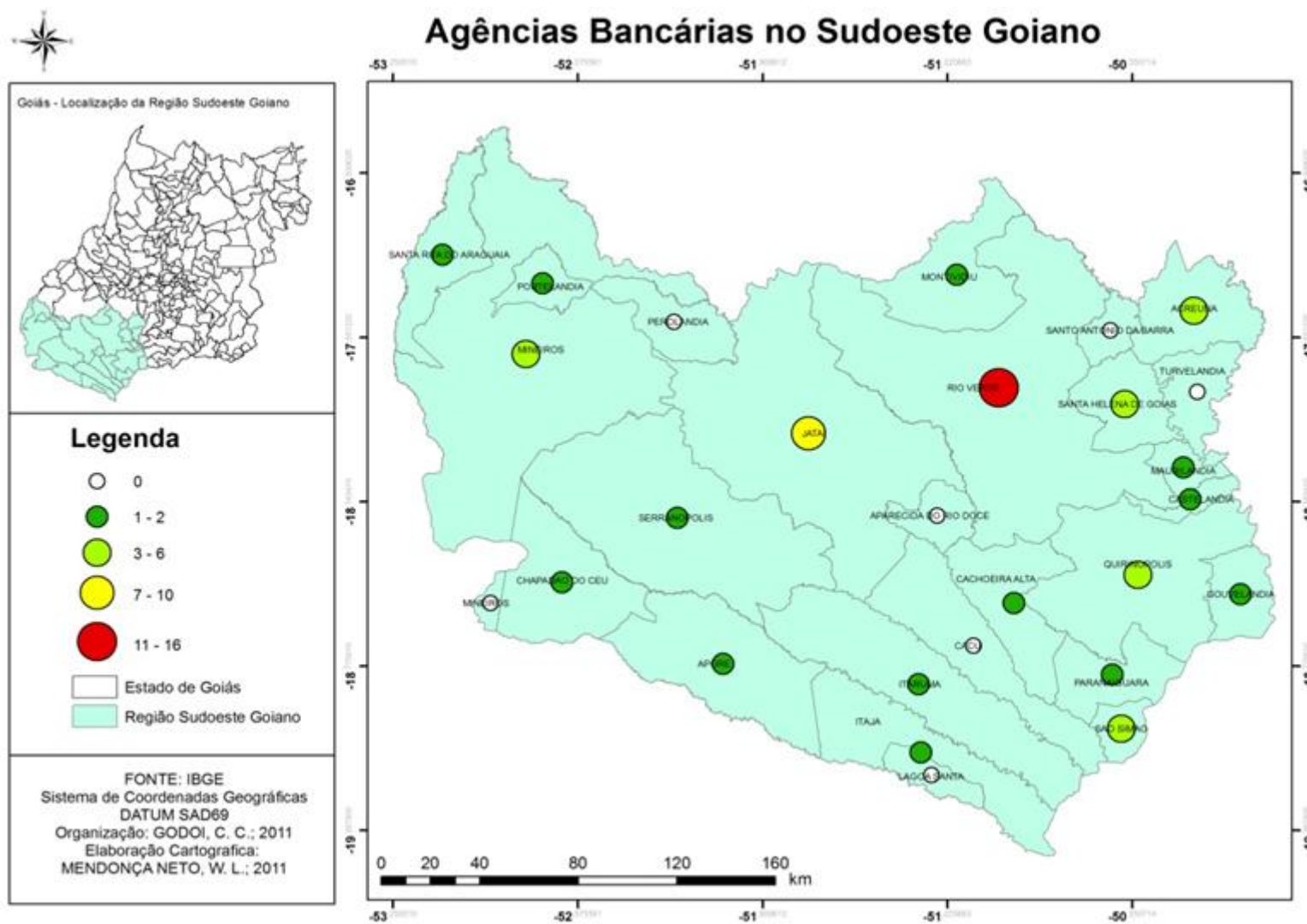
Em ordem decrescente os três bancos com maior lucro líquido são: em primeiro lugar o Itaú, um banco privado de São Paulo, com 3.767 agências distribuídas pelo país, em segundo o Banco do Brasil, uma instituição federal sediada em Brasília, com 5.088 agências e, em terceiro o Bradesco, também privado, fundado em Marília-SP, com sede em Osasco-SP, possuindo 3.636 agências.

Os três bancos possuem agências na região Sudoeste e concentram maior número de agências e serviços mais especializados nos municípios de Rio Verde e de Jataí. No mapa abaixo podemos observar a quantidade de agências de cada banco localizada nos diferentes municípios da região em questão.

É possível perceber através do mapa que, mesmo em se tratando de municípios pequenos e médios, a rede bancária abastece quase toda a região com agências, para atender a população, e facilitar as transações financeiras dos principais municípios e empresas contidas nestes.

Podemos citar com exemplo as agências do Banco do Brasil situadas nos municípios de Rio Verde e Jataí, pois estas possuem serviços especializados em operações voltadas ao comércio exterior. Operações que possibilitam ordens de pagamento ao exterior, dentre outras, o que significa um grau maior de complexidade nas atividades e serviços oferecidos, o que representa demanda por diversificação dos serviços ou maior dinâmica nestes locais.

Mapa 26: Agências Bancárias no Sudoeste Goiano, Brasil, 2010.



Finalizamos a primeira parte da tese com a exposição do que é o Sudoeste Goiano hoje, sua produção e rede técnica de que dispõe. Visualizamos os diversos fluxos que perpassam o território e as principais conexões.

Os dados e discussões realizadas reforçam o que o *Regic* (2009) apontou. A infraestrutura de que dispõe o Sudoeste Goiano apontou a centralidade de Rio Verde e as constantes articulações com Goiânia, e com as áreas que fazem fronteira com a região, o norte do Mato Grosso do Sul, o Triângulo Mineiro, o Noroeste de São Paulo e o leste do Mato Grosso.

Como se construiu essa rede material e imaterial é o objeto da próxima parte da tese. Vimos um Sudoeste dinâmico até então, adiante, vamos buscar enxergar como este se tornou articulado à rede mundial produtiva.

Para tanto, abordaremos a seguir alguns aspectos históricos e dos agentes que foram responsáveis por essa dinâmica do Sudoeste Goiano, pois se há hoje infraestrutura em energia elétrica, rodoviária, hidroviária, de telecomunicações e bancária, é porque houve ações para que elas fossem construídas. E, estas por sua vez estão ligadas a agentes e interesses específicos.

Nos próximos capítulos vamos expor como a rede técnica foi estruturada em função de uma rede política que se organizou. Para enxergar as articulações locais, vamos relacioná-las a diferentes escalas de agentes e processos que tiveram influência na construção do território produtivo que apresentamos.

Parte 03: O local na rede.



No momento anterior nos concentramos em fazer uma discussão acerca da importância do entendimento da técnica como forma de atuação do homem no espaço e expor algumas das estruturas técnicas e articulações que fazem parte do Sudoeste Goiano.

Naquela ocasião, buscávamos demonstrar de que forma este território possibilitava a produção exposta a priori. Por isso, fizemos um apanhado das práticas que permitem a produção e circulação no território com outras áreas do estado de Goiás, do país e do mundo.

Neste momento, vamos falar sobre como o Sudoeste se tornou produtivo, e de que forma isso foi possível. Para tanto, vamos analisar dados históricos para compreender como se construiu a rede política que buscou as estruturas técnicas e produtivas para a região.

Consideraremos, portanto, a história de Goiás, do Brasil, do Sudoeste e, por vezes falaremos de eventos de diversos lugares para apreender elementos que fizeram e fazem parte da história do estado e, do Sudoeste Goiano.

Destacamos que nem sempre trataremos a história como linear, para agregar elementos na história de acordo com nossas necessidades de articulação entre passado e presente, e enxergar a produção do espaço, os agentes e a rede. Damos preferência para elementos que auxiliassem na periodização da construção histórica do território Sudoeste Goiano. A periodização é entendida como uma forma de contemplar os diferentes tempos e suas relações com os subespaços, completada pela análise do presente, que permite enxergar o território como um conjunto. (Santos, 1996, De Deus, 2002)

Goiás, quando olhado sob o ângulo de um espaço com seu conteúdo a ser apreendido nos fornece um excelente exercício de estudo geográfico. O estado possui uma história complexa com ganhos e perdas territoriais, com uma infra-estrutura que aos poucos foi marcando o espaço, expondo sua dinâmica e estimulando-a ao mesmo tempo.

Entender o espaço sob o ponto de vista de Massey (2008), como algo em construção e com um futuro aberto é nossa forma de analisar Goiás, especialmente o Sudoeste. Além disso, cabe ressaltar nosso interesse em olhar para trás de maneira também aberta buscando o papel

do Sudoeste no estado e como este ascende como importante região na rede de relações. Este exercício exige algumas observações iniciais.

Em primeiro lugar, é preciso alertar para o fato de que Goiás e o Sudoeste Goiano sempre tiveram uma relativa dinâmica. Obviamente os fluxos tinham velocidades distintas das atuais, mas se havia uma fluidez no território, produção local e intercâmbio da produção com outras regiões do país, isso significa que Goiás e o Sudoeste participavam das trocas, e os fizeram como agentes, como um território ativo. Goiás e o Sudoeste não estavam parados à espera de um agente estrangeiro para existir, para ser explorado. E, mais ainda Goiás e o Sudoeste são parte da história, são elementos que auxiliaram nesta construção.

Em segundo lugar, a história de Goiás e do Brasil são histórias recentes, ainda em fase de estudos e pesquisas. Por isso mesmo, muitos eventos possuem versões diversas, por vezes até mesmo confusas. Consequentemente, é imprescindível discutir como a história do desenvolvimento do Sudoeste, a ascensão dos produtores como elite comercial ou agroindustrial está atrelada à história do estado, à construção de Goiânia, à marcha para o Oeste e outros eventos importantes da história em suas diversas escalas, e como todos esses eventos influenciaram no próprio entendimento do Sudoeste como um centro produtivo.

Influenciados por Latour (1994) e Santos (1996) também analisamos o espaço como abarcador de símbolos e objetos que nos dizem muito sobre as ações humanas e sobre nossas relações com o ambiente. Assim, avaliamos que a construção da rede técnica do Sudoeste Goiano no decorrer de sua história aponta que este buscava se desenvolver, aprofundar interações com outras partes do estado e de outras regiões do país. Mas, a construção de Goiânia, como veremos, diminuiu um pouco este desenvolvimento.

Goiânia reforçou o eixo de desenvolvimento da região central de Goiás, chamou para si funções administrativas e de prestação de serviços e com o tempo buscou centralizar os comandos da produção do estado, a fim de participar das negociações e diminuir a importância e influência do Triângulo Mineiro como intermediador da produção do Sul e Sudoeste Goiano. E, esse esforço alterou o eixo Sudoeste Goiano, Triângulo Mineiro e São Paulo. Assim, foram agregadas outras áreas que passaram a competir com o Sudoeste que continuou seu desenvolvimento, mas se tornou apenas um centro produtivo, enquanto almejou se tornar um centro produtivo e de comando.

Isso quer dizer que os objetos nos deram pistas diferentes do que a literatura por vezes apontou, pois de uma forma geral, a história de Goiás coloca a construção de Goiânia como um objeto que veio expor a força do Sudoeste Goiano como região possuidora de uma elite que chegou ao poder. Mas, a construção de Goiânia - distante apenas 140 km de Goiás, a

capital que em tese deveria ficar para trás e, distante 430 km de Rio Verde, principal centro do Sudoeste Goiano - aos poucos demonstrou que as elites do Sudoeste não foram privilegiadas com este novo objeto no espaço.

Assim, abordaremos como os objetos técnicos e as escolhas político- econômicas foram sendo feitas, ao longo da história de Goiás, e como auxiliaram a construir o perfil produtivo do Sudoeste Goiano na primeira década de 2000.

O Sudoeste Goiano é hoje um centro produtor de *commodities* que abarca em seu território diversos elementos da economia global, como multinacionais e uma rede técnica em desenvolvimento que busca ligá-lo a diversos pontos do globo para levar sua produção, buscar informações e elementos que agreguem valor e eficiência à seus produtores.

A formação histórica deste centro não se deu de forma retilínea, como um processo bem sucedido, pensado e executado de maneira linear. O Sudoeste Goiano vivenciou e foi responsável por momentos históricos que podiam ter gerado: ora mais desenvolvimento regional, ora estagnação, mas que hoje permitem enxergar um centro produtivo.

Para expor o caminho de formação deste centro que é hoje o Sudoeste Goiano passaremos à análise dos agentes e elementos que trouxeram fluxos para a região e foram responsáveis por transformar o espaço, permitir a entrada e aprofundamento das formas capitalistas de produção e relacionamento.

O poder dos símbolos está relacionado à história do desenvolvimento e da modernização, para tanto iniciaremos o próximo item do capítulo com a imagem de um caminhão que chega a Goiás, atravessa a ponte sobre o rio Paranaíba, em Itumbiara, trazendo maquinários, que vêm auxiliar na transformação do espaço.

Fotografia 05: Caminhão adentrando Goiás pela rodovia BR 153 levando maquinários. Agosto, 2010.



Fonte: Godoi, C. N. (Arquivo Pessoal)

O Sul e o Sudoeste Goianos e a rede produtiva.

O Sudoeste Goiano é uma região hidrograficamente rica, com um relevo relativamente plano, densidade populacional baixa, grandes, pequenas e médias propriedades de terra e agentes importantes na história regional.

Elencamos alguns dos temas que abordaremos para situar o contexto do desenvolvimento do Sudoeste Goiano, são eles: a vinda dos primeiros habitantes, o início da produção agrícola e da pecuária, as relações dos habitantes do Sudoeste Goiano com os habitantes de seu “entorno”, as terras devolutas, os latifúndios, a formação de uma “elite” produtora, as brigas pelo poder político e econômico em Goiás, a transferência da capital, o papel de Pedro Ludovico e sua relação com Getúlio Vargas, o papel de Goiânia em relação ao Sudoeste Goiano, dentre outros.

O tema das Terras Devolutas e dos preços das terras é central, pois a relação de apropriação do espaço foi marcada por este fenômeno social que se alastrou por todo o país, alterando as formas de lidar com o espaço e as relações sociais e espaciais.

A relação do Sudoeste Goiano com suas áreas de fronteira, o Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e demais regiões de Goiás também merece atenção, pois foi através da articulação entre lugares que os processos se inseriram e influenciaram na formação do Sudoeste Goiano.

Estevam (1997) trabalha a formação da dinâmica econômica de Goiás e, para tanto parte do pressuposto de que embora a dinâmica dos lugares esteja relacionada aos feitos em escala nacional e até internacional, é nos lugares que essas dinâmicas irão ocorrer, é dos lugares a responsabilidade de germinar ou não os processos, mesmo que haja influências externas, e é no lugar que estas serão processadas.

As regiões fazem parte integrante da dinâmica geral do processo capitalista brasileiro; todavia, os germes de transformação - em cada fração do território - tomaram forma diferenciada em função de peculiaridades temporais, espaciais e institucionais. Neste caso, a dinâmica regional não pode ser apreendida somente no movimento dos eventos nacionais e sim pela interação do mesmo com a realidade particular de cada região. (ESTEVAM, 1997, p. 10)

Isto quer dizer que, para o autor, o espaço é heterogêneo, cada lugar responde de forma diferenciada e, em tempos diferentes a distintos processos. E, além disso, é importante atentar para os movimentos ocorridos no lugar, não só para os movimentos ocorridos em outras escalas. Pois, pensamos que o Espaço deve ser entendido como múltiplo e simultâneo, que contém relações e fluxos diversos e não apenas uma só história, um só povo.

Massey (2008) em seu estudo acerca do Espaço inicia sua discussão com uma crítica sobre visões unilaterais do Espaço e da história, expondo o exemplo do encontro de Fernão Cortés, explorador espanhol, com Montezuma, imperador asteca. A autora alerta para o poder dessas construções históricas e espaciais que limitam e atam, pois só enxergam as relações após um determinado momento - a chegada dos europeus na América.

Podemos trazer novos exemplos deste tipo de visão que costumamos usar, como é o caso da história do Brasil em relação à Europa, do interior do país em relação à São Paulo ou do “sertão” em relação ao litoral ou aos centros brasileiros.

Chamamos a atenção para essa construção unilateral do tempo e do espaço, pois

[...] esse modo de conceber o espaço pode assim, facilmente nos levar a conceber outros lugares, povos, culturas, simplesmente como um fenômeno “sobre” essa superfície. Não é uma manobra inocente; desta forma, eles ficam desprovidos de história. Imobilizados, esperam a chegada de Cortés (ou a nossa, ou a do capital global). Lá estão eles, no espaço, no lugar, sem suas próprias trajetórias. Tal espaço torna mais difícil ver, em nossa imaginação, as histórias que os astecas também estavam vivendo e produzindo. (MASSEY, 2008, p. 23)

Assim, para compreender um pouco da evolução histórica do Sudoeste Goiano e, especialmente de seus centros, Rio Verde e Jataí, relacionamos os eventos internos e externos buscando construir uma análise em diferentes escalas para tentar captar os movimentos, os fluxos no espaço, bem como inserir o espaço do Sudoeste Goiano na construção da história das relações.

A inserção de Goiás em uma rede produtiva.

O período colonial da história do Brasil é marcado por diferentes anseios por parte da Metrópole Portugal. Ora esta abandonava sua Colônia, ora incentivava as explorações e exploradores, sempre buscando metais preciosos. Mas, até a descoberta destes, a enorme área para exploração de que dispunha recebia fluxos de estrangeiros de diferentes lugares do mundo. Esses estrangeiros foram se fixando no país e, conforme se relacionavam com os indígenas (expulsos, mortos, fugidos ou que se uniam aos exploradores) iam formando povoados, buscando novas oportunidades de vida e de exploração.

No caso das áreas de Cerrado, ou das áreas mais distantes do litoral, de uma forma geral, sabemos que estas não eram tão dinâmicas, não havia muitos fluxos. Santos (2008) trata o cerrado como área desértica, outrora diz que o interior era um grande arquipélago, tratando os lugares interioranos como áreas que não se relacionavam.

Entretanto, aos poucos, ao nos concentrarmos nas histórias dos lugares, como se colocássemos uma “lupa histórica”, percebemos que havia uma dinâmica, mesmo que esta ocorresse com fluxos e velocidades diferentes. Os fluxos são diversos e heterogêneos, mas dificilmente são inexistentes, ou cessam.

O período da produção de cana de açúcar iniciou uma relação mais próxima entre a Metrópole e a Colônia - visto que as atividades extrativistas anteriores não consolidaram a relação de exploração como a atividade produtiva consolidou – e dinamizou o território colonial. Assim as áreas litorâneas se tornaram agrícolas e a produção ou criação de animais no interior do território teve início.

A criação de gado começou nas proximidades dos engenhos, mas a tendência a ocupação das terras mais férteis para o cultivo da cana foi empurrando os criadores para o interior. Em 1701 a administração portuguesa proibiu a criação em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior. A pecuária foi responsável pelo desbravamento do “grande sertão”. Os criadores penetraram no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, a partir da área do rio São Francisco, chegaram aos rios Tocantins e Araguaia. Foram essas regiões, mais do que o litoral, que se caracterizaram por imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista. No fim do século XVII existiam propriedades no

sertão baiano maiores do que Portugal e um grande fazendeiro chegava a possuir mais de 1 milhão de hectares de terras. (FAUSTO, 2006, p. 44)

A criação de gado foi, portanto, geradora de uma dinâmica maior no interior do território, responsável inclusive pela instituição dos latifúndios, o que acarretou uma forma de apropriação do espaço por poucos homens que se mantém ainda hoje presente na distribuição das terras brasileiras, e nas terras goianas.

Se a atividade de criação de gado fomentou um aproveitamento maior das áreas interioranas, as atividades mineradoras foram revolucionárias neste sentido, pois trouxeram para o interior do país bandeiras, famílias, escravos fugidos, escravidão, imigrantes e foram expulsando cada vez mais os índios, que não se aliavam aos novos exploradores, para áreas mais distantes da exploração colonial. Foi a atividade de mineração que alterou de maneira mais profunda os fluxos no interior do território.

A economia aurífera alterou profundamente a estrutura da colônia. Ao contrário dos engenhos de açúcar, a mineração desnudou o interior do território abrangendo vasta região, desde a serra da Mantiqueira até o extremo oeste da colônia. Também ao contrário dos engenhos de açúcar - que somente tinham sentido para homens de posse e dispostos a financiar um grande empreendimento - a economia mineratória ofereceu oportunidades para o homem destituído de recursos. De um lado esteve o minerador, patriarca e empreendedor no comando da massa de escravos, e de outro, pretos forros, mulatos e brancos gravitando em volta das minas e dos negócios que proporcionavam. (ESTEVAM, 1997 p.15)

Achar, enfim, metais preciosos transformou a relação entre Metrópole e Colônia, pois Portugal passou a investir mais em sua área de exploração e, o fato de qualquer pessoa imaginar que poderia enriquecer, sem necessitar de nada além de seu próprio esforço para procurar metais, provocou uma enorme imigração para o Brasil.

[...] A corrida do ouro provocou em Portugal a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição: pequenos proprietários, padres, comerciantes, prostitutas e aventureiros de todo tipo. (FAUSTO, 2006, p. 52)

A economia mineradora gerou uma articulação do território bem maior do que as outras atividades, pois o gado e os alimentos foram transportados para as áreas nos arredores das vilas de exploração aurífera e teve início um comércio para abastecimento dos imigrantes e da nova dinâmica. Do sul, vieram o gado e as mulas para carregamento de mercadorias e, aos poucos, áreas interioranas foram sendo assimiladas pelos novos fluxos no Brasil Colônia.

Tendo se tornado altamente atrativa em função de seus minérios, o Brasil deixou de ser apenas uma colônia a mais, e passou a ser, em 1808, o reino de Portugal. A vinda da família real aprofundou as transformações políticas e territoriais ocasionadas pelas ações da coroa que visavam, além de fugir das ameaças de Napoleão, estabelecer um controle econômico das extrações minerais do Brasil, que passou a ser Império.

No que diz respeito a Goiás, o período aurífero trouxe mutações surpreendentes para a região. Segundo Teixeira Neto (2005),

Durante a corrida do ouro – período da história de Goiás – Tocantins que vai, grosso modo, de 1722 a 1822 é conhecido como período colonial -, todo garimpo, em principio transformava-se em um núcleo de povoamento urbano, cuja duração no tempo dependia exclusivamente da fartura com que a terra respondia às esperanças dos garimpeiros. Assim, no começo, segundo afirmam os historiadores, Goiás povoou-se e despovoou-se com o ouro. (TEIXEIRA NETO, 2005, p. 64)

Este período representou para Goiás riqueza e também problemas de diversas ordens para sua sociedade, especialmente quando findaram as reservas. E, para lembrar a existência desse período podemos destacar duas cidades: Villa Boa, a atual Goiás e Meia-Ponte, hoje Pirenópolis-GO, que se tornaram rugosidades no território goiano e apontam a pujança do período aurífero.

No Sudoeste Goiano não houve um centro de mineração. Entretanto, o Sudoeste, assim como outras regiões, serviu como área que abastecia os centros mineradores com produção agrícola e com gado.

Assim, é impossível olhar a história dos lugares de maneira separada, pois percebemos que já havia fluxos importantes entre alguns pontos do interior de Goiás e outras áreas, como o Sul Goiano e Sudoeste com o Triângulo Mineiro, ou os fluxos que ligavam a antiga capital Goiás a outros pontos do território.

Isso quer dizer que há uma visão de que o estado de Goiás era pouco fluido, mas ao mesmo tempo há elementos que contrariam essa ideia, permitindo que possamos pensar que havia fluidez na região.

A poesia “Estória do Aparelho Azul Pombinho” de Cora Coralina apresenta alguns elementos que nos permitem inferir que a dinâmica da Cidade de Goiás tinha alcances até mesmo intercontinentais. Como podemos notar nos versos abaixo, são expostos elementos cotidianos do centro político-administrativo de famílias da capitania.

Figura 01: Trecho de *Estória do Aparelho Azul Pombinho*.

Minha bisavó
 - que Deus a tenha em bom lugar –
 Inspirada no passado
 Sempre tinha o que contar.
 Velhas tradições. Casos de assombração.
 Costumes antigos. Usanças de outros tempos.
 Cenas da escravidão.
 Cronologia superada.
 Onde havia bangüês.
 Mucamas e cadeirinhas.
 Rodas e teares. Ouro em profusão,
 Posto a secar em couro de boi.
 Crioulinho vigiando de vara na mão
 Pra galinha não ciscar.
 Romanceiro. Estórias avoengas ...
 Por sinal que uma delas embalou minha infância.

Era a estória de uma aparelho de jantar
 Que tinha sido encomendado em Goiás
 Através de uma rede de correspondentes
 Como era de norma, naquele tempo.
 Encomenda levada numa carta
 Em nobre estilo amistoso – comercial.
 Bem notada. Fechada com ombreira preta.

Carta que foi entregue de mão própria
 Ao correspondente da Corte,
 Que tinha morada e loja de ferragem
 Na Rua do Sabão.
 O considerado lusitano – metódico e pontual -,
 A passou para Lisboa.
 Lisboa passou para Luanda.
 Luanda no usual
 Passou para Macau.
 Macau se estendeu com mercadores chineses.
 (...)

Enquanto se esperava, escravas de dentro
 Ficavam na roda e urdiam no tear
 Mucamas compenetradas mestreadas por rica dona
 Sentadas nas esteiras, nos estrados de costura,
 Desfiavam, bordavam, crivavam,
 Repolegavam o bragal de minha avó.
 Sinhazinha de catorze anos – fermosura.
 Prendada. Faceira.
 Muito certa da doutrina.
 Entendida do governo de uma casa
 E analfabeta.
 Diziam os amigos educadores:
 - Mulher saber ler não é virtude.
 (...)



O casamento da “sinhazinha”, evento importante para a família se daria em meio a diversas preparações que incluíam o uso de um aparelho de jantar de porcelana chinesa.

Motta (2006) em estudo sobre a inserção das mulheres na sociedade colonial da capitania de Goiás, no final do século dezoito e início do século dezenove, fez uma análise da poesia acima destacada.

Para Motta, (2006) a utilização da louça chinesa para o casamento da jovem revela o consumo distinto de certas famílias locais que, como outras famílias de diferentes localidades do Brasil oitocentista, buscavam adotar hábitos considerados civilizados segundo padrões do ocidente europeu.

No retrato urbano elaborado por Cora Coralina observamos diversos agentes envolvidos no evento, como: escravos e escravas, afortunadas senhoras, tropas que se embrenham no sertão e seguem para o Rio de Janeiro para encomendar o aparelho de jantar, comerciantes que vão de Lisboa em Portugal, à Luanda na Angola e, de Luanda à Macau na China.

Assim, é possível vislumbrar a dimensão dos fluxos materiais e imateriais, dos agentes e das escalas percorridas ligando Goiás a fluxos intercontinentais. As viagens para localidades da América e outros continentes foram viabilizadas por uma “rede de correspondentes como era norma naquele tempo”.

Nas palavras de Motta, (2006),

[...] As negociações com esses mercadores provavelmente deveriam constituir uma das principais alternativas para fazer a dita encomenda que saiu do distante interior de Goiás, chegou até o litoral brasileiro, de lá passou por Lisboa, contornou a costa da África viajando até Luanda, para finalmente, chegar em Macau e, depois de laborado o prodígio, retornou a seu destino, na Cidade de Goiás. (MOTTA, 2006, p. 17 e 18)

A rota percorrida para trazer o aparelho azul pombinho (podemos ver um fragmento da louça na figura abaixo) demonstra que no século dezenove a região mantinha trocas e comércios com espaços diversos, embora o período do auge da mineração em Goiás já tivesse ocorrido, os fluxos podiam alcançar escalas nacional e internacional. Isto pode ser exemplificado com a poesia que conta uma história de circulação no espaço, materializada no uso de produtos considerados refinados como a porcelana chinesa.

Fotografia 06: Fragmento do prato azul pombinho.



Fonte: <http://carlossenaarte.blogspot.com/2010/07/do-prato-azul-pombinho.html>

Mas, se o fluxo de mercadorias chegava à capitania de Goiás, percorria o Sul Goiano para lá chegar, e os caminhos que levavam a centros importantes também se beneficiavam do fato de serem caminhos, rotas obrigatórias.

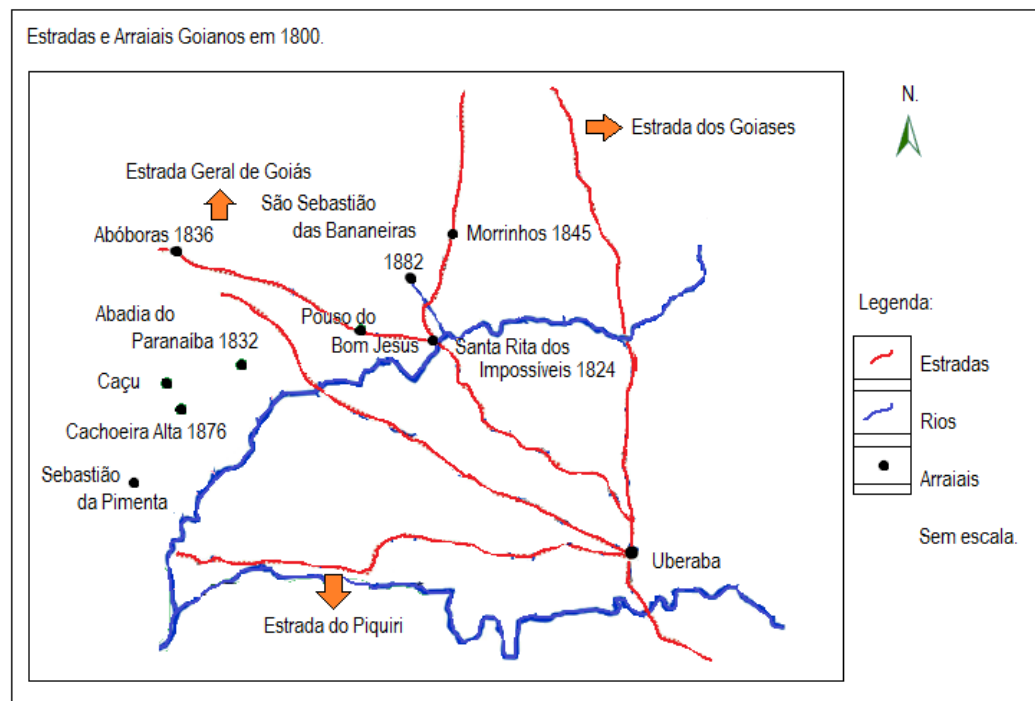
Portanto, se o povoamento de Goiás se iniciou com a descoberta do ouro, foi a manutenção das vilas auríferas e as rotas comerciais, que partiam e seguiam para elas, que permitiu o surgimento de outras vilas e povoados. O surgimento se deu através da circulação de pessoas, informações, mercadorias, dentre outros, nas áreas que circundavam e complementavam as atividades das vilas e rotas mineradoras.

Havia dois caminhos principais que ligavam as regiões centrais do Brasil Colônia à Goiás. Em um deles era possível sair do Rio de Janeiro, adentrar Minas Gerais e seguir até o Triângulo Mineiro, e rumar para Goiás, seguindo para o Norte. E, outro que partia de São Paulo, atravessava o Rio Grande nas proximidades da Serra da Canastra subindo para Goiás, também seguindo para o norte, após ultrapassar a antiga região do Desemboque, hoje um distrito do município de Sacramento-MG.

Os caminhos que chegavam e partiam de Goiás eram tão dinâmicos que geraram diversos povoados em seus trajetos. Um dos mais importantes na rede oitocentista era Desemboque, povoado formado no ponto em que era possível atravessar o Rio Grande e chegar às terras de Goiás.

O mapa 27 ilustra os caminhos que expõem as marcas da dinâmica no sertão brasileiro.

Mapa 27: Sertão da Farinha Podre e Sudoeste de Goiás: estradas e arraiais goianos no século XIX.



Fonte: Lourenço, p. 124, 2007.
Organização: Godoi, Cintia Neves.

De acordo com o trabalho de Lourenço (2005), a população que vivia no povoado da região do Desemboque, área que até então pertencia a Goiás, migrou em sua maioria no início do século dezoito para o atual sítio de Uberaba.

Cabe lembrar que o Triângulo Mineiro, antigamente conhecido por Sertão da Farinha Podre, é uma área delimitada pelos rios Paranaíba ao norte e rio Grande ao sul. Esta pertencia ao estado de São Paulo quando Brasil Colônia, posteriormente passou a pertencer à Goiás quando Brasil Império e, atualmente, pertence ao estado de Minas Gerais.

Localizado próximo da Serra da Canastra, o distrito de Desemboque pertence hoje ao município de Sacramento, e começou seu desenvolvimento em virtude da mineração e de atividades ilegais, pois,

[...] Situado além fronteira de Minas, mas ligado aos seus principais centros e a São Paulo e Goiás, confluência de dois caminhos vindos das três capitâncias, o povoado beneficiou-se de uma posição privilegiada pela equidistância geográfica em relação a elas. Desse modo, acolhia as fugas das derramas mineiras, e ao mesmo tempo era rota de contrabando de mercadorias e ouro que trafegavam entre Goiás, Minas e São Paulo. (LOURENÇO, 2005 p.116)

Estas atividades de contrabando e de menores taxas de impostos por estarem em outra região, obviamente não agradaram a coroa;

No Desemboque, como seria de se esperar, a decisão da coroa de anexar o julgado à capitania de Minas Gerais representou mais um revés para sua economia, que, em grande parte, fundamentava-se no contrabando [...] Grande parte da população do Desemboque, a partir de então, passou a emigrar para outras regiões. A migração centrífuga transformou o arraial em cabeça de ponte para a colonização das terras mais a oeste, antes mesmo da anexação da Farinha Podre a Minas. (LOURENÇO, 2005, p.121)

Esta emigração ocorreu em várias direções, mas as terras da região de Araxá e de Uberaba eram de boa qualidade, devido às águas salitrosas, no caso de Araxá e em função dos latossolos vermelhos, ou terra roxa, no caso de Uberaba e, por isso, estas foram consideradas áreas promissoras e despertaram o interesse das elites desemboquenses.

Neste período histórico, localizado entre 1800 e 1850, as áreas do que hoje chamamos de Triângulo Mineiro e algumas localidades de Goiás foram chamadas a produzir e cooperar com as áreas de extração mineral. Segundo Prado Júnior, (1987),

Um [...] fato demográfico e geo-econômico que cumpre registrar é a progressiva ocupação, no centro-sul do grande vácuo deixado entre os núcleos povoados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso [...] Este miolo de territórios desertos compreendidos dentro dos limites ainda teóricos do Brasil, começa a ser povoado na segunda metade do século passado por fazendas de gado. A origem dos povoadores da região é Minas Gerais, mais densamente ocupada por efeito da intensa mineração do século XVIII, agora praticamente extinta. Na sua marcha para o sudoeste, os mineiros ocuparão primeiro o chamado Triângulo Mineiro, o território situado do ângulo formado pela confluência dos rios Paranaba e Grande, formadores do Paraná. Esta região, que em meados do século não contava mais de uns 6.000 habitantes, compreendidos 4.000 índios semi-civilizados, reunirá em fins do Império acima de 200.000 indivíduos, com um centro urbano já de certa importância: Uberaba. (PRADO JUNIOR, 1987, p. 204)

As fotografias abaixo representam o centro urbano de Uberaba e expõem o grau de organização e riqueza de Uberaba na década de 1850.

Fotografia 07: Maquete representativa da Praça Rui Barbosa em Uberaba após 1850. Agosto, 2010.



Fonte: Museu do Zebu, Uberaba, 2010.
Autor: Godoi, C. N.
Arquivo pessoal.

Uberaba, portanto, se formou e cresceu economicamente por ser um importante nó nos fluxos entre o interior e as áreas centrais. Era um ponto convergente tanto para os caminhos que ligavam o Rio de Janeiro à Goiás, quanto São Paulo à Goiás.

Mas, é imprescindível ressaltar que os caminhos que ligavam à Goiás não apenas buscavam as áreas mineradoras, mas também novas terras para cultivo, criação de animais e fixação de moradias.

Lourenço (2007) nos diz que a ampla colonização pelos migrantes oriundos da região central de Minas Gerais transbordou os limites provinciais e avançou pelos sertões goianos e mato-grossenses, ainda na primeira metade do século dezanove, o que deslocou a fronteira cada vez mais para oeste.

Havia duas estradas que passavam por Uberaba, ou partiam desta para Goiás: uma com destino às áreas mineradoras e à antiga capital Goiás, a chamada Estrada Real de Goiás, e outra chamada Estrada do Piquiri, que ligava Uberaba ao Sudoeste Goiano.

Lourenço (2007) argumenta que, desde 1829, as áreas do pontal dos rios Paranaíba e Grande já contavam com fazendeiros estabelecidos. Em 1830, o sertanista Januário José de Souza juntamente a José Garcia Leal adentrou o território de Goiás e fundou o arraial de Santana do Paranaíba, hoje Paranaíba. E, entre 1836 e 1838, a Estrada do Piquiri (mapa 27, página 120) passou a ser mais utilizada.

Este caminho permitiu a circulação de fluxos de roceiros, criadores mineiros que buscaram terras, pastagens e migraram para os campos da Vacaria. Em 1835, a família Rodrigues de Mendonça passou a habitar a área e deu início ao Arraial das Abóboras, hoje Rio Verde. A seguir, apresentamos uma fotografia, que data de 1890, e se refere à presença dos índios Bororos em Rio Verde, Goiás. Esta expõe o fato dos colonizadores geralistas terem se encontrado com diferentes povos indígenas na região.

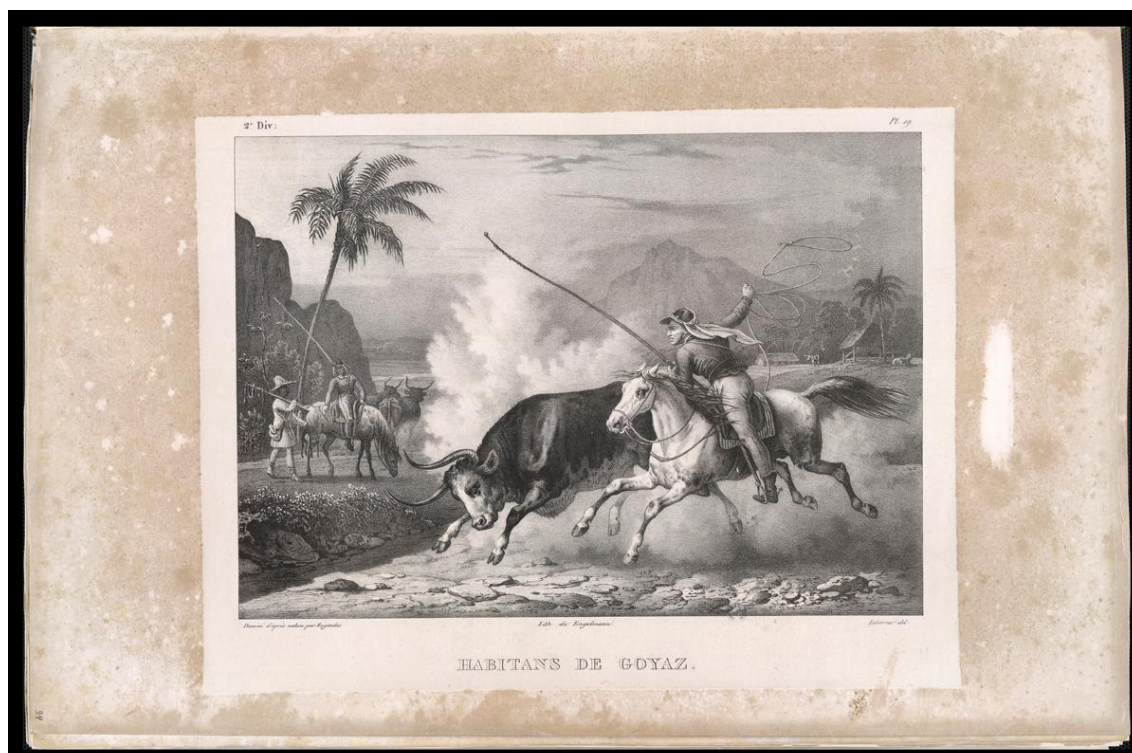
Adiante, podemos ver uma figura que ilustra a atividade pecuária em Goiás. Queremos reforçar o caráter mercantil desta atividade, pois ela impulsionou os fluxos na região em questão e foi a partir da comercialização do gado que Goiás teve novo impulso econômico após o período aurífero.

Fotografia 08: Índios Bororós em Rio Verde - Goiás, 1890 e Habitantes de Goiás.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon684306.jpg



Fonte: Biblioteca Nacional.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_095.jpg

Portanto, sabemos que havia dois ou mais caminhos para Rio Verde, um que utilizava a Estrada Real de Goiás até Santa Rita, hoje Itumbiara, e de lá seguia para Rio Verde e outro

pela Estrada do Piquiri. Lourenço (2005) argumenta que a existência de outros caminhos era provável, já em 1830, e estes eram dispostos radialmente em relação à Uberaba.

Relembramos que as áreas que compreendem o Sudoeste Goiano, como um todo, pertenciam a Rio Verde, durante a segunda metade do século dezanove, onde a partir de 1830, instalou-se uma pecuária extensiva e mercantil.

Em suma, entre 1930 e o final do século XIX, houve uma intensa colonização de um vasto território compreendendo partes das províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, levada a cabo, sobretudo, por criadores de gado mineiros, que se instalavam com suas famílias e dependentes em grandes propriedades. Essa migração teve várias estradas como eixos, entre elas, destacando-se a Estrada Geral, a do Piquiri e a dos Goiaes. Todas confluíam para a vila/cidade de Uberaba, que, por isso, tornou-se um importante centro mercantil. (LOURENÇO, 2007 p. 124 e 125.)

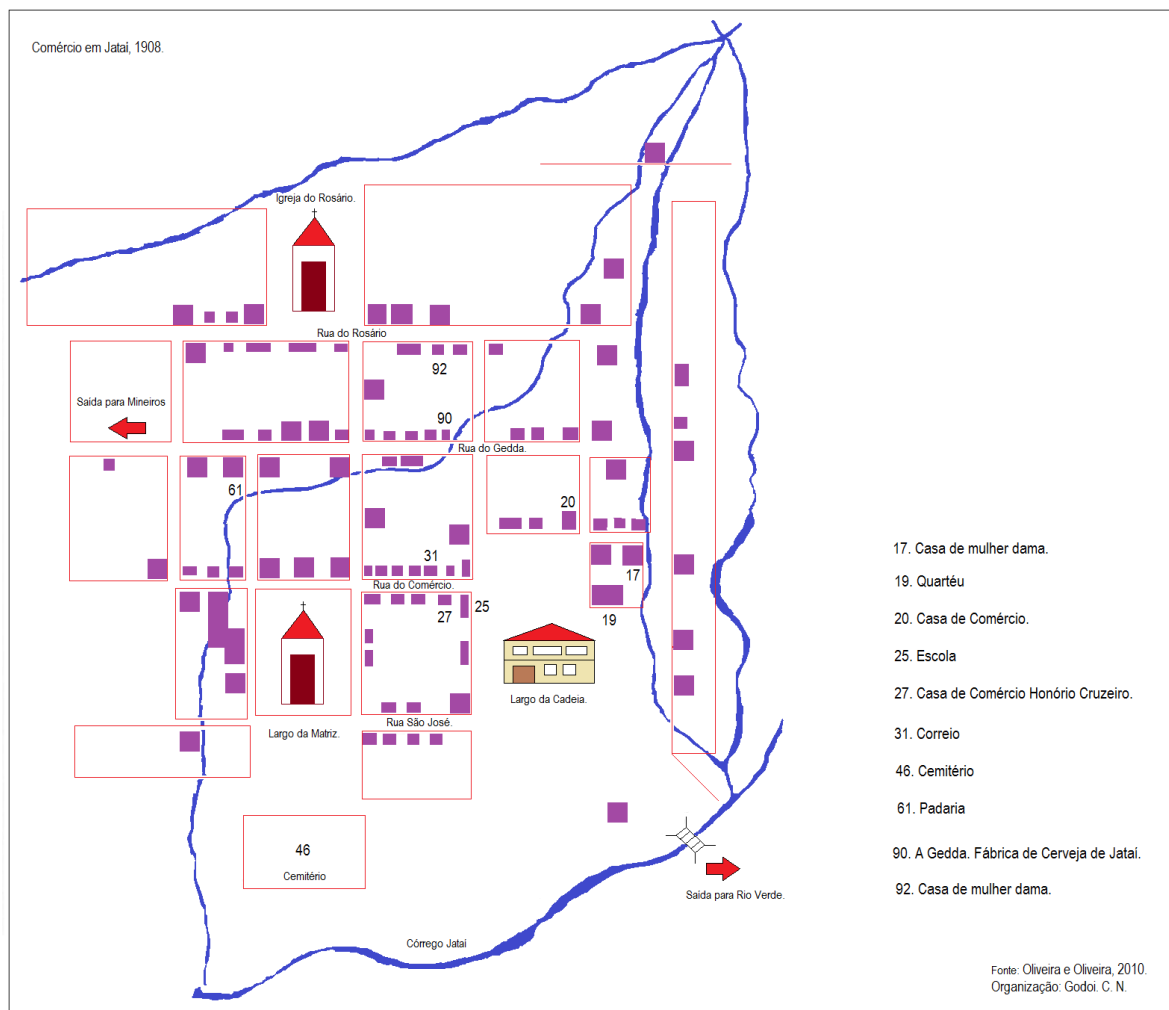
Uberaba, portanto, cresceu e se tornou um centro importante em função dos fluxos de Goiás, tanto das áreas auríferas, quanto das áreas produtoras de gado. Assim, podemos perceber que no período de 1800 e 1850 havia vilas que exerciam centralidade no interior do território brasileiro, são elas: Goiás, Uberaba e Pirenópolis e outras menores, mas que já despontavam como vilas importantes, como Morrinhos, Caldas Novas, Rio Verde e outras.

O povoado de Jataí se iniciou na década de 1840 e também está atrelado à chegada de pecuaristas mineiros e paulistas. Este fazia parte do município de Rio Verde.

Como no Sertão da Farinha Podre e no sudeste do Mato Grosso, também no sudoeste goiano a colonização fez-se simultaneamente a uma longa guerra contra os caiapós. Conflitos entre índios e colonos brancos naquela região foram relatados até, pelo menos, 1888. (LOURENÇO, 2007, p. 122 e 123)

Em 1908, Jataí possuía cento e duas casas ao todo em sua área urbana. Destas, quatro eram destinadas ao comércio, três empórios ou armazéns de “Secos e Molhados” e uma fábrica de cerveja, como podemos notar no mapa histórico a seguir. A lista de todos os moradores e casa encontra-se no apêndice desta pesquisa.

Mapa 28: Comércio em Jataí, 1908.



Oliveira e Oliveira (2010) realizou um estudo sobre os empórios existentes em Jataí e suas transformações, após a década de 1970, no qual apresenta algumas características das atividades mercantis do município.

Estes empórios ou armazéns “Secos e Molhados” comercializavam diversos produtos, desde gêneros alimentícios, peças de vestuário e ferragens e visavam atender a população rural e urbana.

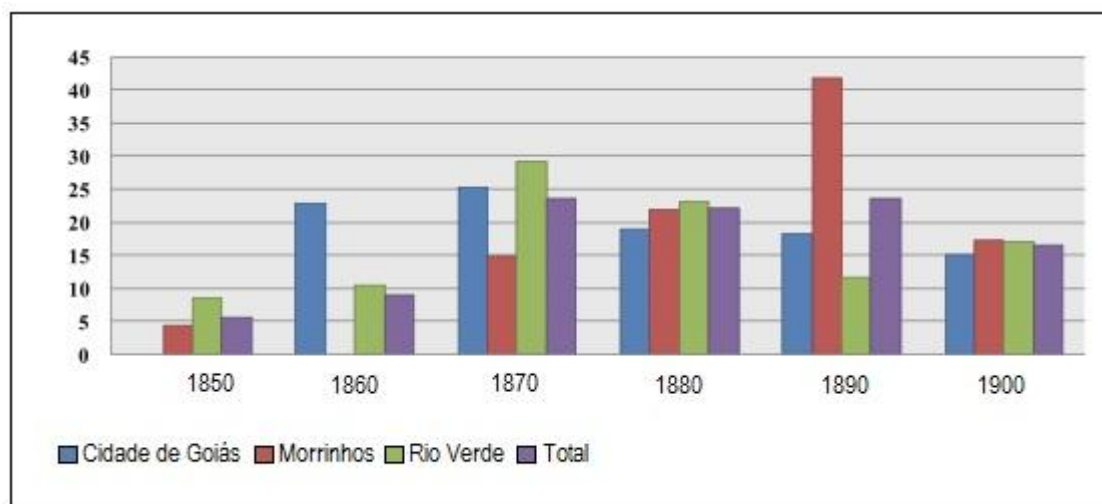
Não havia, portanto, lojas especializadas, mas este comércio que concentrava mercadorias diversas, como sapatos, roupas, pólvora, ferramentas, café, sal, querosene, arame farpado e artigos finos, como propagandeavam. Oliveira e Oliveira nos diz: “Dentre os gêneros comercializados, de acordo com anúncios, havia “artigos finos”, que provavelmente tinham como destino o abastecimento das famílias mais ricas da cidade ou do campo.”(OLIVEIRA E OLIVEIRA, p. 32, 2010)

Esta referência à comercialização de produtos diferenciados nos permite inferir que a dinâmica para manutenção destes Secos e Molhados era considerável, era preciso a circulação de tropeiros e mascates para abastecer o comércio, bem como demanda para mantê-los funcionando.

O estudo de Luz (1982) demonstra que a dinâmica de aquisição e venda de imóveis rurais em Rio Verde era grande. No período entre as décadas de 1850 e 1910, o referido município foi destaque quando comparado à cidade de Goiás e Morrinhos - centro que se destacava na região Sul Goiana.

Podemos perceber, no gráfico abaixo, que Rio Verde possuiu maior número de transações nas décadas de 1850, 1870 e 1880. E, sofreu queda nas transações na década de 1890.

Gráfico 01: Movimento de compra e venda de imóveis rurais em Goiás, 1850 – 1910.



Fonte: De Oliveira, 2010.

Após a divisão entre Brasil Colônia e Império as terras do Triângulo Mineiro passaram a pertencer a Minas Gerais, e a parte Sul de Goiás foi a primeira porção do estado a ser requisitada como reflexo da apropriação do espaço que se deu primeiramente no litoral e aos poucos foi se interiorizando.

Das áreas no litoral, o avanço e a ocupação seguiram para o Sul, interior do Nordeste e interior do Sudeste e chegaram ao Oeste a partir de Goiás. Este processo se deu no início do século dezenove, em meados de 1915, na medida em que se tornaram mais escassas as terras de cultivo do Centro-Sul do país, em função da grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e da reorientação que o café imprimiu na economia nacional. Novas regiões de cultivo no Centro Sul de Goiás passaram a exercer atração sobre a população migrante.

O Brasil como produtor de café, tendo transformado diversas áreas em monoculturas voltadas ao exterior, passou a carecer de produtos agrícolas e áreas que se dedicassem ao abastecimento interno, o que reforçou o interesse nas novas áreas e colocou grande expectativa na inserção dos produtores numa rota de abastecimento em função das novas demandas.

Goiás como fronteira.

As terras de Goiás chamaram a atenção por representarem grandes áreas a serem exploradas, possuírem solos férteis, baixos preços e densidade demográfica, por serem uma

nova fronteira, com possibilidades para a população se tornar proprietária de terra, trabalhar, cultivar e enriquecer.

Para falar de fronteira, novas áreas, e do caminhar da população e do capitalismo pelo território é importante lembrar os trabalhos de Pierre Monbeig no Brasil. Seus estudos sobre a produção do café e as transformações espaciais advindas deste novo produto, no qual o Brasil se especializou, o fizeram falar de “manchas de povoamento pioneiro”, “movimento de penetração”, “franja pioneira”, “zona pioneira”, “avanço pioneiro” e “frente de colonização”. São justamente expressões como estas que nos fazem enxergar melhor como o território goiano foi sendo requisitado e ao mesmo tempo buscou se inserir num projeto nacional, numa escala maior.

Para Monbeig(1985) entender o movimento alavancado pela produção cafeeicultora em território paulista exigia perceber as relações que se estabeleciam dentro do espaço regional, com seus arredores, com o capital internacional, e a expansão do modo capitalista de produção.

Neste sentido, buscando enxergar como se dava o processo de ocupação de novas áreas, Monbeig (1985) dizia que havia uma espécie de fascínio sobre os “espíritos” acerca da presença de terras desocupadas. Este fascínio levava pessoas a buscar áreas, as frentes pioneiras que para ele eram marcadas pelo nascimento e formação de uma paisagem rural, a fundação e nascimento de cidades, a construção de uma rede de comunicações, a mistura de raças e, elaboração de uma mentalidade regional.

Monbeig (1985) buscou uma literatura que o auxiliasse a entender o movimento no território brasileiro, e suas influências parecem proceder dos trabalhos do historiador Frederick J. Turner. Os termos “*front*” e “*pioneer*” também foram utilizados por Turner (1992) para compreender os processos de ocupação que seguiram em direção ao oeste dos Estados Unidos. No país citado, havia o mito de que o oeste era a terra da esperança e da abundância e, com essa retórica o governo do estado que se formava buscou dominar amplamente o espaço e chegar à costa do Pacífico.

Barreira (1995), em sua análise dos trabalhos de Monbeig, vinculados à ocupação do Centro Oeste nos diz que o nascimento da demanda por produtos agrícolas resultou da expansão do mercado interno, do povoamento das novas áreas, da movimentação da área de fronteira para dentro de Goiás. Essa expansão extrapolou as áreas cafeeicultoras e, com isso os espaços meridionais de Goiás passaram a integrar e assegurar o capitalismo no Brasil.

Em vista disso, “Está-se, então, diante de “forças externas” que combinadas com as potencialidades locais, consubstanciam-se na exploração do solo em novas bases e formas.

Uma agricultura de subsistência, latifúndios de criação e até focos de lavoura mercantil, acelerando, assim, as exportações regionais.” (BARREIRA, 1995, p. 92)

Turner (1992) também associou o avanço da fronteira a um maior dinamismo e comunicação entre espaços que geravam novas demandas e ofertas, ele identificou no avanço contínuo da linha de fronteira um novo padrão de desenvolvimento que, do ponto de vista socioeconômico, gerava possibilidades concretas de evolução da produção e comércio, pois aumentava a área produtora, o número de produtores, a necessidade de comercialização, assim o avanço dinamizava o território.

Partindo de três estudiosos da fronteira no Brasil e nos Estados Unidos, Lia Osório Machado, (1996) tentou conceituar fronteira. Baseada, portanto, em Monbeig, Turner e Waibel, a autora conceituou fronteira como um lugar onde é possível a criação do novo, com a introdução das formas e conceitos de vida de uma civilização técnico-mercantil.

O novo é, contudo, entendido pelo uso dos recursos técnicos contemporâneos, pela articulação com o capital privado nacional e internacional e pela integração da colonização regional a um projeto mais amplo de “modernização institucional e econômica.”

E, nesse caso podemos entender a fronteira, especialmente a agrícola, como um processo que criou a expectativa ou a possibilidade de um melhor padrão de vida para uma população que foi se instalar ou recém se instalou.

Silva (2003) tratou a fronteira agrícola como um processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global, que se dá através da expansão territorial da agricultura capitalista. O autor referido dialoga com Foweraker (1982) para nos dizer que nesta fronteira o excedente é expropriado, não só pelo capital comercial, mas também pelo capital industrial e financeiro.

A definição de fronteira capitalista aparece em diversas obras com nomes diferentes. Zona pioneira é também fronteira na obra de Waibel (1955), frente pioneira em Martins (1982, 1997) e Monbeig (1957, 1998). (SILVA, 2003, p. 19)

Machado (1996) distingue as fronteiras agrícolas brasileiras em três categorias, as zonas pioneiras do século dezanove, as zonas pioneiras da primeira metade do século vinte e as fronteiras agropecuárias da segunda metade do século vinte.

Léna e Oliveira (2001) sugerem uma revisão crítica do termo e uma distinção entre fronteira e frente, colocando a fronteira como dizendo respeito a situações mais abrangentes, identificadas com fenômenos modernos, como o papel do Estado, a ocorrência da pequena densidade demográfica, a origem externa dos agentes econômicos, o deslocamento permanente da população e a desconcentração espacial de certas atividades econômicas. Além

do mais, deve ser levado em conta que a expansão das fronteiras é um fato político e um fenômeno interno, cujas atividades econômicas são implantadas em função de interesses prioritariamente não regionais.

Embora haja diversas discussões e divergências sobre o conceito de fronteira, gostaríamos de assumir, neste trabalho, que fronteira é uma área que passa a ser requisitada, mas que dificilmente não apresenta agentes e interesses próprios, pois pensando nas ações e organizações do espaço como dispostas e atuantes em rede, fica impossível pensar que um território é chamado a produzir, quando este não tem vida ou dinâmica própria. Se Goiás foi uma fronteira em diferentes momentos da história do país, como no século dezoito e início do século dezenove, isto se deu porque havia potencial em seu território e, havia agentes que permitiam um início de conexão.

Por isso mesmo, vamos enxergar todos os processos que visavam inserir Goiás num contexto maior, num processo de produção capitalista como agente ativo e passivo, não somente passivo, não somente uma fronteira que estava estagnada.

Assim, a mineração, a pecuária, a agricultura, a chegada da ferrovia, do telégrafo, a cafeicultura, dentre outros processos que fazem parte da história nacional e regional, devem sempre ser enxergados do ponto de vista da relação, das conexões que se materializam no território goiano e fora deste.

A ferrovia como símbolo de um espaço produtivo.

A chegada da ferrovia em Goiás veio para materializar e simbolizar os novos modos de produção no estado, para alterar a filosofia de produção. Para Da Silva, (2001) a penetração da estrada de ferro é um processo complexo que permitiu a passagem da frente de expansão à frente pioneira.

A frente pioneira é um empreendimento econômico que chega a espaços não capitalistas através de meios difusores do capitalismo, como a ferrovia, as empresas comerciais, bancárias e outras. Essa intervenção nos lugares permitiu a transformação das formas de produção, pois se em Goiás havia uma comercialização dos excedentes, com os investimentos, o estado passou a ser um produtor de mercadorias.

Mas, precisamos pensar que, quando a ferrovia deixa São Paulo, adentra Minas Gerais e, posteriormente, Goiás, ela o faz em busca de algo. A ferrovia não veio para dinamizar somente. Ela chegou porque já existia uma movimentação, porque havia demanda.

O Triângulo Mineiro se fortaleceu como uma região intermediadora da produção de Goiás, e, por isso requeriam meios de transporte que vencessem os obstáculos naturais e que impulsionassem as relações que já existiam entre o interior de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

Assim, no final do século dezenove, os cafeicultores do interior de São Paulo investiram na construção da Mogiana, uma ferrovia que incluiu em seu traçado as terras do Triângulo Mineiro e de Goiás, para ligar as áreas produtoras a São Paulo, formando um importante eixo de desenvolvimento.

Com isso, fazendeiros do interior de São Paulo reforçaram a inclusão de Uberaba no circuito espacial de produção do café e, tecendo laços de comunicação, investiram na ponte sobre o Rio Grande, em 1889, para levar a ferrovia à Uberaba. A seguir, podemos ver a ponte citada e refletir sobre as dificuldades em ultrapassar o Rio Grande e permitir o escoamento dos fluxos entre Goiás, Triângulo Mineiro e São Paulo. É preciso haver demanda e oferta para justificar os esforços materiais e imateriais no território, especialmente para vencer obstáculos tão difíceis como atravessar um rio caudaloso e forte como o rio Grande.

Fotografia 09: Ponte sobre o Rio Grande, divisa entre São Paulo e o Triângulo Mineiro.



Disponível em: <http://www.cmf.com.br/ftcopontergfr.htm>

Acesso em: Agosto, 2010

No período compreendido entre 1827/59, Uberaba já se despontava como o principal núcleo urbano da região, e, em 1889, passa a ser servida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que foi estendida nos últimos anos do século XIX até Uberlândia e Araguari. (SOARES, 1995, p. 63)

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro era responsável pelas ligações de Jundiaí a Campinas. No entanto, fazendeiros do interior do estado se reuniram para defender seus interesses de escoamento da produção cafeeira e, estenderam a rede ferroviária até áreas como Mogy Mirim (hoje, Mogi Mirim) e Amparo, ambas ainda no interior de São Paulo, que estavam excluídas dos planos do estado. Criaram, em 1872, a Cia. Mogiana das Estradas de Ferro, fundada por Antonio de Queiroz Telles (Barão, Visconde e Conde de Paranaíba), família Silva Prado e José Estanislau do Amaral e o Barão do Tietê, entre outros plantadores de café.

A partir de 1895, a ferrovia começou a ser estendida e se iniciou a construção da ferrovia no Triângulo Mineiro, o que possibilitou fluxos mais rápidos para o escoamento da produção de Goiás e Mato Grosso, que até então era feita por terra até o Triângulo, ligando esta porção do interior do território a São Paulo.

Se até então os caminhos que levavam a Goiás eram traçados por tropeiros, homens a cavalo, carroça e etc., em 1889, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro mudou esta dinâmica, chegando a Uberaba e estendendo a ferrovia dos limites de São Paulo até Uberaba. Em 1895, ela chegou a Uberlândia, e, um ano depois, avançou até Araguari, cidade também situada no Triângulo Mineiro. Abaixo fotografia da Estação da Mogiana em Uberaba, disposta a seguir.

Fotografia 10: Estação Mogiana Uberaba, 1920.



Fonte: Estações Ferroviárias.

Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>

Acesso em: Agosto, 2010.

A partir de 1914, os trilhos avançaram de Araguari até o território goiano. De acordo com Estevam(1997), o novo meio de transporte proporcionou desenvolvimento ao sudeste de Goiás e se tornou a principal comunicação de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro e, transformou o Sudeste na zona mais populosa do estado.

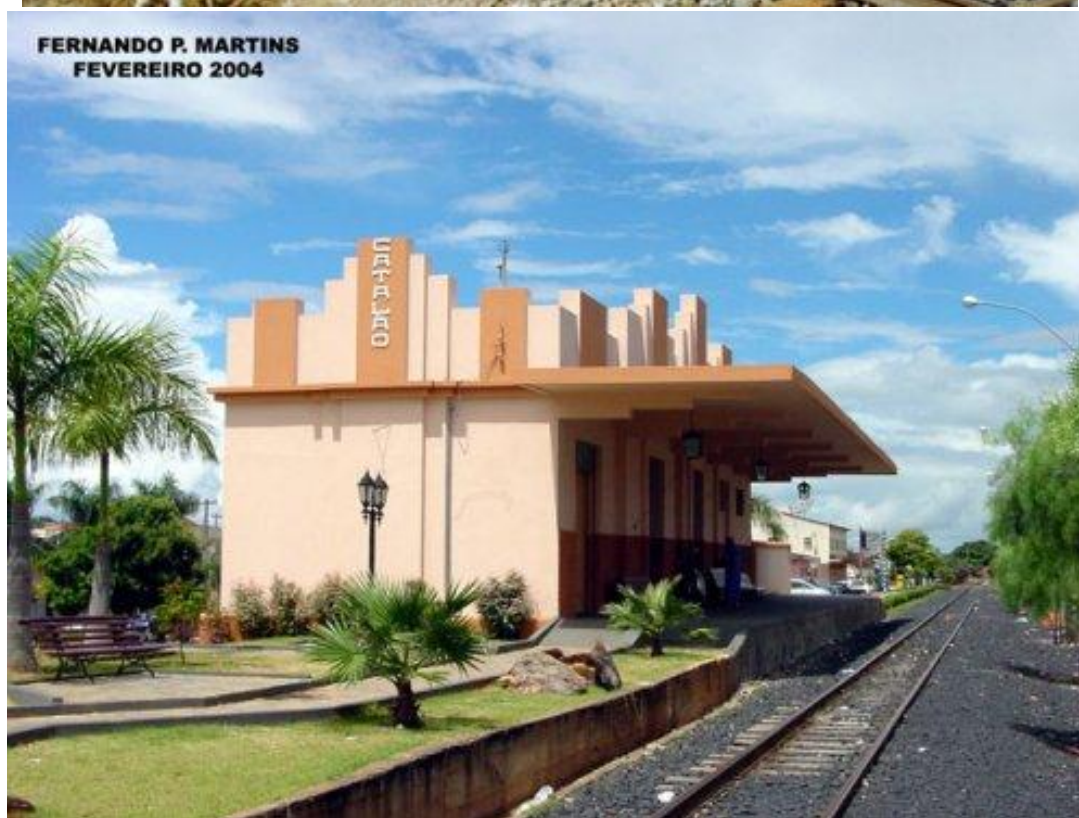
Em seu estudo sobre a microrregião de Catalão, De Deus (2003) relata que houve um fortalecimento da dinâmica desta microrregião, localizada no Sudeste Goiano, com a estrada de ferro. A chegada da estrada propiciou o fortalecimento da frente de expansão e trouxe consigo novas possibilidades e exigências do modo de produção capitalista.

Para Chaul, (1988),

Com a penetração da Estrada de Ferro a economia goiana experimenta um ascensional desenvolvimento, uma vez que, cada vez mais, Goiás se inseria na economia de mercado, na medida em que tal investimento acelerou o processo de compra e venda de mercadorias. Enquanto novos produtos podiam penetrar no mercado goiano, outros produtos podiam sair para o mercado nacional, proporcionando um maior desenvolvimento da economia regional. (CHAUL, 1988, p. 25 e 26)

Adiante as ilustrações das Estações de Catalão e Goiandira.

Fotografia 11: Estações Ferroviárias em Goiandira e Catalão, Goiás.



Disponível em: : <http://www.estacoesferroviarias.com.br>
Acesso em: Agosto, 2010.

Fotografia 12: Estação Ferroviária de Catalão, 1926.



Disponível em: <http://nossocatalao.blogspot.com/2010/03/estacao-ferroviaria-e-em-1926-epoca-de.html>
Acesso em: Agosto, 2010.

Chaul (1988) nos diz que é importante lembrar que a ferrovia dinamizou mais o Sudeste Goiano, porque seus trilhos correm naquela região, entretanto, houve um esforço dos agentes do Sudoeste para a construção de rodovias que interligassem sua região aos trilhos.

Este tipo de ação fundamentou este estudo. O Sudoeste Goiano não conseguiu obter a ferrovia em suas terras, mas seus agentes empreendedores, visando escoar sua produção, participar do processo produtivo, construíram estradas para conectar suas terras à ferrovia instalada no Sudeste.

Machado (1990), em seu estudo sobre o papel de Pedro Ludovico, como um político que alterou a história de Goiás, fez um levantamento de documentos históricos que nos auxiliam a demonstrar as movimentações que ocorriam no estado, quando da existência da oligarquia dos Caiado e, posteriormente, quando entrou em vigência o período de governo de Pedro Ludovico.

Em carta de Antonio Ramos Caiado para seu irmão Brasil Caiado, este relatou diversos problemas vividos por Goiás: “Nossa política está velha e cheia de ódios.” Frase que para nós significa que este grupo de políticos goianos já antevia sua decadência, seus futuros percalços em função das dificuldades de transformar e de administrar o estado de Goiás.

A correspondência data de 1926, e expõe os dilemas dos últimos anos do governo, denominado como Velha República, no estado de Goiás. Esta, também conhecida como

República Oligárquica, ou dos Coronéis, se caracterizou por um momento histórico em que a oligarquia e o coronelismo estavam atrelados e dominavam as relações de poder no estado.

Segundo a definição de Carone (1975), a Oligarquia é um governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas, o que no Brasil foi associado a um contexto mais específico, baseando-se na estrutura familiar patriarcal. O autor relacionou este tipo específico de forma de governo ao período imperial e, posteriormente na República, pois o federalismo propiciou maior autonomia e estabilidade aos poderes que já estavam instalados. Além disso, Carone (1975) considerou que o coronelismo e a oligarquia têm origem comum, sendo diferenciados apenas pela escala e âmbito de poder engendrado pelo oligarca e pelo coronel, pois a ação de um é geral, estadual, e a do outro, particular.

Sandroni (2010) difere Oligarquia de Oligarquias Agrárias. Para o autor, Oligarquia representa um regime político ou uma forma de dominação de qualquer tipo, na qual o poder se concentra nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram, sendo exercido apenas por elementos desse grupo. Mas, Oligarquia Agrária representa um tipo específico de concentração de poder, é uma denominação oriunda do poder dos grandes fazendeiros no Brasil, que exerceram seu predomínio durante a Primeira República. Sandroni (2010) acrescenta que a fração mais rica e poderosa era formada pelos cafeicultores, que controlavam o governo federal e o governo de São Paulo, e as mais fracas se dedicaram à pecuária, cana de açúcar, algodão, cacau e aos demais governos.

Para Machado (1990), “Assumindo características do fenômeno oligárquico a nível nacional, assim como os Acióli no Ceará, os Rosa e Silva em Pernambuco, os Bias Fortes e Francisco Salles em Minas, se manifestou o Caiadismo em Goiás.” (Machado, 1990, p.34)

Mas, a oligarquia em Goiás, ao final de 1800 e início de 1900, não tinha mais poder absoluto, estava sendo contestada. A insatisfação popular em Goiás estava relacionada com a falta de investimentos em outras áreas do estado, pois as regiões que obtinham uma dinâmica econômica importante, como o Sul e Sudoeste, não recebiam grande atenção.

Ressaltamos que a movimentação em Goiás sempre foi tida como pequena, insuficiente, atrasada. Aliás, a história do estado de Goiás em geral alega que este era estagnado, dormente, dentre outros adjetivos que sempre vinculam o oeste do país, de uma forma geral, a um espaço sem dinâmica, que apenas espera pelos fluxos e transformações vindas de outros lugares.

Para Machado, (1990),

Quando se fala em atraso de Goiás, está implícito um conceito fundamentado no estabelecimento de paralelos com outras regiões do país (as não atrasadas ou

desenvolvidas). Este atraso se manifestou concretamente na configuração econômica, social, política e cultural do Estado frente à sociedade capitalista nacional. Nos anos 20, Goiás, Estado atrasado e periférico, pretende superar esta situação e incorporar-se ao *modus vivendi* dos centros mais desenvolvidos do país. (MACHADO, 1990, p. 36 e 37)

Mas, por que Goiás era um estado atrasado? Será que havia em São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro um ambiente capitalista instaurado que permitisse pensar que Goiás não estava inserido naquele âmbito e que os novos padrões diferenciavam os espaços referindo-se a eles como desenvolvidos e não desenvolvidos?

Para melhor esclarecer essas dúvidas faremos agora uma abordagem acerca do tema Goiás como periferia ou Goiás como dinâmico.

Goiás periférico ou parte de uma dinâmica de outro tempo.

Entender a questão Goiás como periferia requer uma ressalva sobre a maneira como os processos se desenvolvem no espaço.

O primeiro alerta é entender que o Espaço é heterogêneo, que os processos, o tempo e as relações ocorrem de maneiras diferenciadas neste, como já dissemos. Por isso mesmo, a comparação entre região mais e menos desenvolvida é sempre mais complexa do que apenas apontar São Paulo como mais desenvolvida e Goiás como menos desenvolvida.

As comparações que abarcam o tema desenvolvimento também devem ser entendidas em seu contexto histórico. A noção de desenvolvimento está atrelada à discussão da Modernidade que, por sua vez, está vinculada ao pensamento de dominação espacial, que parte de alguns países e agentes, rumo a espaços onde uma dominação é requerida.

Santos (1993) quando diz que no espaço há estruturas, processos, formas e funções, buscou demonstrar social, histórica e espacialmente que o espaço é uma acumulação de tempos desiguais. Ou seja, os processos, as formas deles resultantes, e as funções criadas pela sociedade são diferenciados. E não é possível imaginar um espaço geográfico sem uma sociedade que o constrói historicamente em seu sentido material e também simbólico.

Assim, se Goiás é um espaço atrasado para alguns é porque se pensou este espaço desta forma, comparando com um modelo, com determinada função e isto é refletido de forma material e simbólica.

Para Chaul, (1998) há uma função para este espaço determinado ser atrasado;

Por seu lado, o Centro-Sul cumpria o seu papel dentro das relações de produção para acumulação, produzindo para a exportação e dinamização de suas indústrias. Era necessário, então, que novas regiões ocupassem o papel de produtor para o mercado interno, papel este desempenhado, a partir de então, por outras regiões que cumpririam a etapa desenvolvida até o momento pelo Centro Sul. Assim, enquanto o Centro Sul se efetivava como a periferia do capitalismo mundial, outras regiões fariam o papel de periferia do Centro Sul, ou seja, a periferia da periferia, como já vinha acontecendo com o Rio Grande do Sul e o Nordeste, por exemplo. (CHAUL, 1988, p. 22)

Nas palavras acima, Goiás, denominado como periferia, ou como periferia da periferia cumpriu uma função numa rede produtiva interescalar, entretanto, podemos notar que Goiás é construído sob a perspectiva do outro, para atender funções externas, como se o próprio estado recebesse ordens e se preparasse para cumpri-las.

Podemos perguntar: quem cumpriria essas ações que tornariam Goiás parte do processo produtivo? Se Goiás tinha condição de receber futuros produtores talvez fosse porque o próprio espaço goiano também dispusesse de condições e agentes voltados a receber e responder aos fluxos e processos.

Pensar o desenvolvido então, como contrário ao atrasado faz parte de um contexto que vincula temas como modernidade, progresso, colonialismo, dentre outros. Para Sousa Neto, (2008) o projeto de tornar o mundo de todo moderno se elaborou a partir de um modelo de mundo que nasceu como resultante de um processo de depuração, incluindo a todos numa necessidade de se voltar aos parâmetros definidos pelos europeus, transformando tudo em mercadoria. Ou seja, o projeto de modernidade esteve desde sempre vinculado à emergência do capitalismo.

[...] A geografia histórica teria, nesse caso o papel de buscar compreender como se deram esses processos de uniformização, essa penetração de um mundo hegemônico em mundos que se buscava destruir, agregar, submeter, incorporar, dando ao colorido multitemporal e multiespacial do planeta uma única demão de tinta. Por essa razão, discutir o significado do moderno ou do pós moderno ou mesmo do pré moderno, deixando de fora o que significou a emergência do capitalismo, é querer desconhecer que a racionalidade moderna que orientou todo esse processo, aí sim, tem datação inicial no longo século XVI e não em Ulisses de Homero; bem como pode ser situada na Europa que nasceu da destruição de diversas outras europas, com processos também violentíssimos de uniformização e que permitiram que a Europa buscasse ser o mundo. (SOUSA NETO, 2008, p. 23)

Portanto, com base em um discurso criado o mundo foi se preparando para receber o novo modo de produção, sempre comparando espaços, territórios com uma imagem ideal do que era a Europa ou os centros, como no caso do Brasil comparamos Goiás a São Paulo, pensando que havia sempre um determinado modelo para alcançar o progresso.

Através de Sousa Neto (2008) podemos perceber que não havia centros altamente desenvolvidos, mesmo a Europa que buscava também se “purificar”, se organizar não tinha seu território desenvolvido, suas áreas urbanas eram tão precárias no século dezanove e vinte, quanto demais áreas urbanas no mundo.

Até aqui queremos apenas apontar que delimitar São Paulo ou a Europa, de uma forma geral, como referência para o atraso de Goiás não pode ser pensado como um processo ileso, sem outras intenções que não levar o desenvolvimento a diferentes territórios. Mas, sim alertar para o caráter ideológico das transformações que eram exigidas e buscadas. Esse discurso foi sendo apropriado por diversos agentes, como os insatisfeitos com a política vigente em Goiás ao final do século dezanove e início do século vinte.

Vincular a imagem e as ações das elites oligárquicas a um atraso frente aos projetos e processos mundiais, ou das regiões tidas como centrais como São Paulo e Europa foi o argumento maior de um grupo que ascendia contra a elite oligárquica goiana. E, isso gerou tanto a força da luta contra os Caiados, quanto um pensamento forte vinculando “Goiás e atraso”, o que fez com que o estado buscasse sair da situação de atraso, não estar atrás de outra região, ou outras denominações que surgem quando se fala sobre o estado de Goiás ou acerca do interior do território.

Assim os temas - atraso e desenvolvimento – podem ser entendidos como construções e processos sociais e, por isso mesmo como discursos e formas de dominação, que estão relacionados por funções que se determinam no espaço e no processo produtivo. Para Cardoso e Faletto (1973)

[...] a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional, de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. (CARDOSO E FALETTO, 1973, p. 26).

A busca incessante pelo desenvolvimento é, contudo, sustentada por um sistema de dominação, os que não produzem passam a produzir, mas mesmo que produzam com alta tecnologia sempre serão incorporados ao sistema de maneira periférica, como parte apenas e não como centro de decisões.

As noções de centralidade e desenvolvimento relevam, portanto, uma situação de interdependência, que se manifesta em nível internacional como parte de um processo que se

reproduz internamente na economia nacional e, se reflete no cotidiano da sociedade e no espaço.

No caso de Goiás, isso não é diferente da luta por se inserir, participar de um projeto de desenvolvimento fortaleceu os agentes do Sul e Sudoeste goiano contra uma oligarquia que privilegiava a área central de Goiás, remanescente do período aurífero.

Machado (1990) relata que com a decadência da mineração, a atividade agropastoril se expandiu e se consolidou no decorrer do século dezanove, inclusive tendo incentivo da colônia portuguesa, o que provocou a expansão das fazendas pela província. Silva (1982) diz que o gado auxiliou a povoar os sertões de Goiás e a partir de então se tornou o principal produto de exportação.

Além da produção de gado, se difundiu a produção agrícola pela capitania. Embora a economia regional estivesse também relacionada à agricultura de subsistência e comércio de excedentes.

A expansão que a economia brasileira conhece com a abolição da escravatura e proclamação da República, refletiu-se em Goiás somente após a expansão da economia cafeeira e com a ampliação das atividades urbano-industriais em Minas e São Paulo, quando há necessidade de incorporar novas áreas ao mercado como produtoras de alimentos e consumidoras de manufaturas. Assim, Goiás permanece em seu isolamento e somente se integra de forma mais dinâmica à economia nacional a partir de 1915, quando o conflito mundial faz aumentar a demanda de produtos agropecuários nas áreas cafeeiras. (MACHADO, 1990 p. 41)

Ao mesmo tempo em que há o discurso de que não havia grande produção goiana para comercialização, retomamos o argumento de que quando analisamos o Triângulo Mineiro, Soares (1995) dentre outros nos dizem que esta região se dinamizou como um ponto de passagem, como intermediador de negociações da produção goiana.

Sendo assim, como é possível a dinâmica citada anteriormente que traz louça chinesa às terras de Goiás e, posteriormente após o período aurífero dizemos que não havia mais fluxos? Estes fluxos diminuiram?

Após Machado (1990) dizer que havia uma situação de isolamento que só se rompe, a partir de 1915, a mesma autora nos diz que, a partir de 1911 chegam os trilhos da estrada de ferro, que permitiu atendimento aos pólos e que, além destes elementos fundamentais, estradas de rodagem foram construídas no Sul do estado, permitindo um contato e circulação de mercadorias entre os municípios da região.

Para Borges (1990), estudioso do desenvolvimento da estrada de ferro em Goiás, os grupos dominantes até então, - a família Caiado - pouco ou quase nada fizeram pelo projeto

da ferrovia e a sua implantação se deveu ao empenho político de uma fração da classe dominante ligada aos novos grupos oligárquicos que emergiam como força política no estado, com o apoio do capital financeiro internacional.

Por todos esses fatores discordamos da ideia de isolamento, pois as estradas de rodagem e outras infraestruturas foram se acumulando no território, através de ações diretas de agentes e lugares goianos. Foi necessário que os lugares se preparassem para se inserir e poder atender à uma demanda crescente, o que significa que não houve uma pressão unilateral, houve uma construção conjunta, Goiás, especialmente o Sul e o Sudoeste queriam ser produtivos, se inserir numa dinâmica maior e, havia quem quisesse e precisasse obter sua produção.

Podemos pensar em atraso no quadro de Goiás, pois, o que se argumenta é que o estado detinha uma baixa densidade populacional, possuía índices baixos de produtividade, quando comparado ao país, apresentava uma alta concentração da propriedade de terra, não detinha meios de transporte e comunicação modernos e seu desenvolvimento urbano era pequeno.

Entretanto, é importante lembrar que até 1988 as terras do atual estado do Tocantins pertenciam à Goiás, que juntos formavam um estado gigantesco em tamanho, distante das áreas litorâneas e com uma diversidade natural, social, histórico, político e econômica enorme. Ou seja, é imprescindível pensar que as comparações estatísticas envolvem fatores diversos e complexos.

A força econômica do Sul e Sudoeste Goiano.

O Sul e o Sudoeste Goiano formavam um território conectado a processos internos e externos à Goiás.

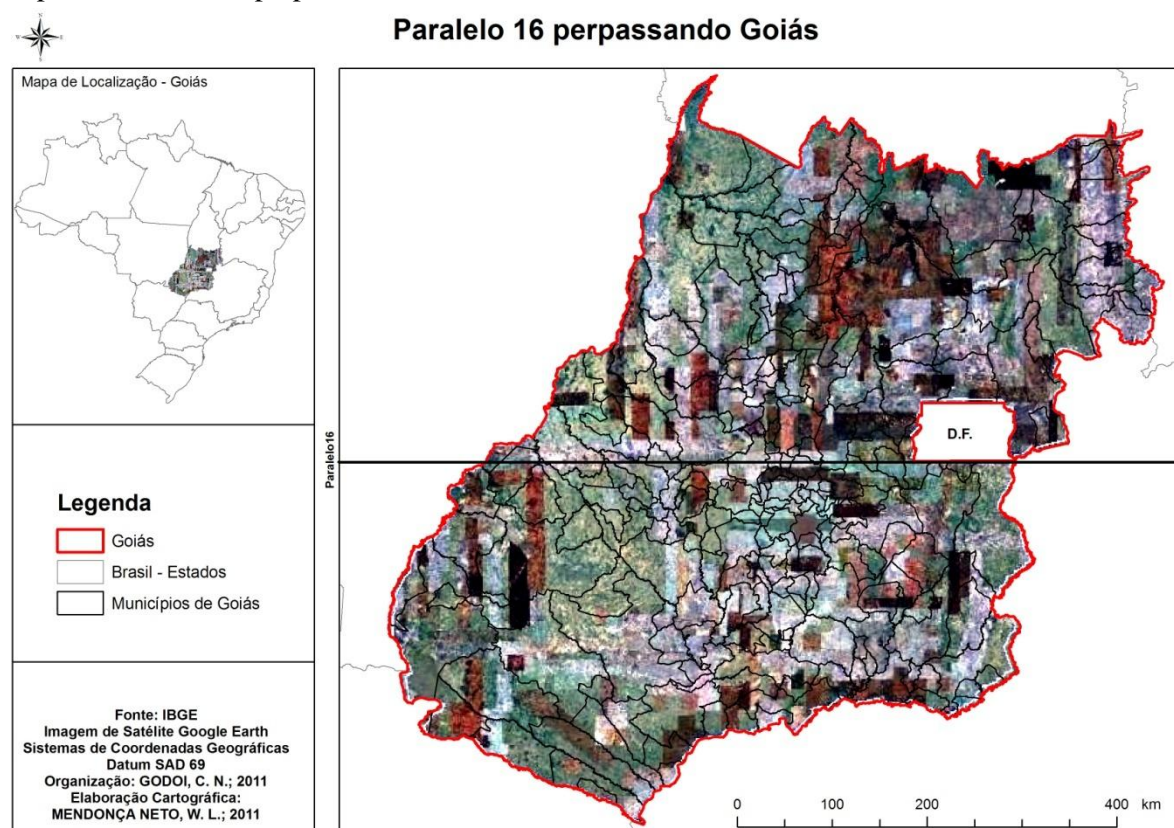
Vários elementos contribuíram para que, na região Sudoeste do Estado, surgisse um foco de tensão fundamental à contestação da velha ordem oligárquica. Ali se desenvolveu um forte movimento armado de oposição ao governo; ali este mobilizou forças de repressão gerando um clima de violência constantemente denunciado pela imprensa estadual e nacional; dali saíram os homens que deram suporte à revolução de 30 e que passaram a mobilizar os acontecimentos de então. Se, de Goiás (capital), veio a reação teórica à ordem oligárquica através do desenvolvimento de uma imprensa oposicionista e da articulação política através de figuras como Mário D'Alencastro Caiado, Domingos Neto Vellasco, e outros, no Sudoeste se deu a reação efetiva, prática, o suporte à reação. Vários fatores foram importantes na configuração da região como principal frente oposicionista do

Estado e estiveram diretamente vinculados ao processo de ocupação e conseqüente dinamização econômica da região Sul como um todo. (MACHADO, 1990, p. 65)

Machado (1990) divide Goiás entre Região Centro Norte e Região Sul. A região Centro Norte, situada acima do paralelo 16, compreende a região do Planalto, Nordeste, bacia do Tocantins e Araguaia e extremo Norte do estado.

A região Sul, situada abaixo do paralelo 16 abrangeria o Mato Grosso Goiano, o Sudoeste, o Sul e o Sudeste. Na imagem de satélite abaixo podemos enxergar melhor a divisão do paralelo 16.

Mapa 29: Paralelo 16 perpassando Goiás.



A divisão acima exposta deixa claro que as áreas do Sul do estado estão vinculadas às fronteiras com Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Se dividirmos Goiás em diversas regiões perceberemos que seu povoamento está ligado a fatores e condições diferentes: econômicas, sociais, de conjuntura nacional dentre outros.

De acordo com Da Silva (2001), em 1872, a região Centro-Norte do de Goiás contava com uma população que somava 72.807 pessoas, equivalendo a 40% da população do estado. Estas viviam principalmente da pecuária e da agricultura de subsistência e travava m relações

comerciais com a Bahia, Pará e Pernambuco. E, na parte Sul do território goiano, à mesma época, somavam-se 87.588 pessoas, 60% da população do estado.

Machado (1990) diz que a parte Sul de Goiás se constituiu na área mais desenvolvida porque, “além de beneficiar-se de melhores condições naturais, a região desenvolvia um contato constante com os pólos mais dinâmicos da economia do país (sul e sudeste), com os quais comerciava e dos quais recebia constantes fluxos migratórios atraídos pela fertilidade do solo.” (MACHADO, 1990, p. 66)

De acordo com França (1975), em seu estudo sobre a dinâmica do Sul Goiano, entre 1872 e 1900, Goiás conheceu uma dinâmica populacional significativa, tendo crescido 59%, pois, passou de 160.395 pessoas no início do período em questão para 255.284 pessoas. Este crescimento foi maior de 1872 a 1890 (primeiro recenseamento da República), progredindo quase 42%, com um acréscimo de 67.177 habitantes e, de 1890 a 1900, houve um crescimento de 12%, com o aumento de 27.712 pessoas.

Em comparação aos demais estados do país, Goiás realmente não aponta grande população e crescimento. Podemos ver no quadro abaixo que o estado está atrás de quase todos os demais em densidade demográfica, com exceção da Amazônia, Mato Grosso e do Acre.

Entretanto, quando nos atentamos para o número de habitantes, sem avaliar a densidade, percebemos que Goiás tem um número de habitantes razoável, comparado a estados menos centrais. Quando comparamos Goiás ao Paraná, área de fronteira com São Paulo, caminho de fluxos do Rio Grande do Sul, percebemos que Goiás representa um contingente importante, especialmente estando distante do litoral. E, se comparamos Goiás às áreas mais distantes do litoral, este é o estado mais populoso.

Quadro 01: Densidade demográfica Brasil 1872 – 1912.

População				
População, superfície e densidade territorial do Brasil (1912) com o crescimento médio anual (1872 – 1912)				
Estados	População (1912)	Superfície (Km2)	Densidade	Crescimento (1872 – 1912)
Alagoas	848.526	58.491	14,507	0,0224
Amazonas	378.476	1.894.724	0,200	0,0429
Bahia	2.746.443	426.427	6,441	0,0180
Ceará	1.179.197	104.250	11.311	0,0164
Distrito Federal	975.818	1.116,5930	873,925	0,0384
Espírito Santo	362.409	44.839	8,082	0,0384
Goyaz	428.661	747.311	0,574	0,262
Maranhão	683.645	459.884	1,487	0,0181
Mato Grosso	191.145	1.378.783,50	0,139	0,0272
Minas Gerais	4.628.533	574.855	8,052	0,0186
Pará	809.886	1.149.712	0,704	0,0289
Paraná	554.934	251.940	2,203	0,0365
Pernambuco	1.649.023	128.395	12,843	0,0197
Piauí	441.350	301.797	1,462	0,0190
Rio de Janeiro	1.325.929	68.982	19,221	0,0161
Rio Grande do Norte	424.308	57.485	7,381	0,0199
Rio Grande do Sul	1.682.736	236.533	7,114	0,0313
Santa Catarina	463.997	43.535	10,658	0,256
São Paulo	3.700.350	290.876	12,721	0,0392
Sergipe	426.234	39.090	10,904	0,0158
Território do Acre	86.638	152.000	0,570	0,0785
Brasil	24.618.429	8.485.777,0930	2,901	0,0237

Fonte: IBGE.

Disponível

em:

http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_017.pdf

Acesso em: Agosto de 2010.

Em 1838, o governo da província de Goiás isentou os habitantes, que se instalassem no Sudoeste Goiano, de impostos de criação de gado e dízimo de “minuças” (impostos sobre produção miúda como frango e hortaliças) por dez anos, para se instalarem na região. Por isso mesmo, a entrada dos geralistas pelo Sul de Goiás foi estimulada e numerosa, fazendo com que o estado começasse a pensar numa legislação específica para controlar a ocupação das terras devolutas, definindo a extensão das terras que cada habitante poderia ocupar.

Machado(1990) nos diz que,

Assim ocupado a partir da terceira década do século XIX, o Sudoeste teve no gado o elemento consolidador da penetração e sua principal fonte de riqueza. A partir de 1840 já existia um considerável rebanho na região e a pecuária constituía-se no motivo dominante da vida regional. Com a sua evolução, os prisioneiros se viram na necessidade de aumentar a mão de obra e trouxeram, de Minas, empreiteiros, escravos e parentes, o que impulsionou as atividades econômicas e promoveu o povoamento [...] Assim, já ao final do século a região se destacava das demais do Estado pela sua dinamicidade revelada nas atividades produtivas, no crescimento demográfico e no comércio com outras regiões, notadamente Minas Gerais e São Paulo. Nas últimas décadas do século as antigas capelas de Dolores do Rio Verde e do Divino Espírito Santo de Jataí, posteriormente transformadas em freguesias e vilas, alcançam o status de cidades, transformando-se em principais núcleos urbanos da região. (MACHADO, 1990, p. 68)

Com sua população voltada à produção de gado e agrícola, o Sudoeste alterou o perfil de ocupação em Goiás, pois no período aurífero não havia o estabelecimento de pessoas em lugares para produção, e sim uma busca por riquezas que estimulou uma população itinerante.

Se a população dos mineiros era inquieta, deslocando-se constantemente de um lugar para outro, o mesmo não pode ser dito sobre os que trabalhavam para alimentar e abastecer as minas: os agricultores e os criadores de gado. Inicialmente, pode-se então afirmar que a agropecuária teve um objetivo bem preciso: abastecer as minas de ouro em víveres e mantimentos de primeira necessidade – carne, arroz, feijão, milho, mandioca, farinha, rapadura e, um pouco, ilegalmente, de cachaça. Todo o resto vinha de fora, principalmente o sal, os tecidos e as ferragens. Desse abastecimento nasceu uma série de atividades complementares, das quais a mais importante foi a crescente troca de mercadorias e bens de consumo imediato em regiões de pouco comércio, o que favoreceu o movimento de tropas e boiadas. Assim, a criação de gado, sobretudo, tornou-se por muito tempo o principal elemento de mobilidade espacial no imenso território pouco povoado de Goiás-Tocantins. (TEIXEIRA NETO, 2006, p. 69)

Para Teixeira Neto (2006), essa dinâmica produtiva das fazendas foi responsável pela formação de muitas cidades, no estado de Goiás e Tocantins, que prosperavam em função da forma como estas se organizavam.

As fazendas eram multifuncionais, produzindo quase de tudo para se abastecer e poder comercializar, e se tornaram centros de fluxos comerciais e populacionais, propiciando a formação dos povoados, vilas e cidades.

[...] No Sudoeste, dizíamos, foi a abundância de terras boas para pastagens e a facilidade de acesso a propriedades os atrativos para as primeiras famílias que se instalaram em propriedades latifundiárias e que deram origem a cidades como Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Quirinópolis, Mineiros, dentre outras. (TEIXEIRA NETO, 2002, p. 30)

Esta inserção de novas áreas no processo produtivo também está ligada a elementos externos, não só ao potencial produtivo de Goiás.

Para Fausto (2006), por volta de 1870, consolidou-se a tendência de desenvolvimento econômico do Centro-Sul e de declínio do Nordeste. Isso resultou, em grande medida, dos estímulos externos para a produção agrícola.

Nos países consumidores de café, o número de habitantes e sua renda aumentaram enormemente. A população dos Estados Unidos, o maior consumidor de café, quase triplicou entre 1850 e 1900, assim como o hábito de tomar café. Esse fato permitiu que a produção de café no Brasil fosse aumentada, requerida, e que novas áreas pudessem participar desse processo produtivo, ou como produtores de café, ou como produtores agrícolas, para abastecer as regiões cafeeicultoras que se voltavam para sua especialização.

Neste contexto, os municípios de Rio Verde e Jataí passaram a crescer de forma significativa e, em 1913 já contavam com uma população de aproximadamente 47.000 habitantes e um rebanho de 70.000 cabeças em média entre bovinos e suínos. As atividades agrícolas foram também desenvolvidas, pois passaram a produzir e exportar milho, arroz, feijão, açúcar dentre outros produtos.

A ocupação efetiva, entretanto, viria a se consolidar com a migração de mineiros e paulistas, já no século XIX. Motivados pela imensidão de terras devolutas a partir da margem direita do Rio Paranaíba, de topografia plana e uma cobertura vegetal apta à alimentação do gado, e ainda pressionados pela elevação do custo da terra no Sudeste, ocupada pelos cafezais, esses “bandeirantes tardios” vieram desbravar os sertões de Goiás. (DE OLIVEIRA, 2007 p. 155)

Os investimentos em criação de gado em Goiás (como podemos ver no quadro abaixo) representaram boa parte da pauta de exportações do estado. Este dado é refletido na economia regional fazendo do Sudoeste uma região responsável por considerável participação nos valores obtidos com a exportação.

O gado e seus produtos variados, charque, língua, couro e outros, geravam os maiores valores alcançados através da comercialização com outros estados.

Quadro 02: Artigos Exportados por Goiás de 1919 a 1923.

Artigos Exportados	Quantidades					Total
	1919	1920	1921	1922	1923	
Bois	117.861	79.182	74.760	76.358	154.335	502.496
Vacas	851		1.017	2.613	10.509	14.990
Cavalos	128	713	33	23	364	1.471
Suínos Cevados	8.661	1.829	482	4.122	10.291	25.385
Suínos magros	7.097	508	92	2.299	8.451	18.447
Carneiros	267	215	140	53	333	1.008
Animais domésticos					65	65
Quilos de fumo	136.160	114.499	164.169	154.145	262.301	831.264
Quilos de cristal	5.712	8.926	5.924	31.717	54.724	107.003
Quilos de salitre	38		1.225		179	1.442
Quilos de borracha	3.345	2.361		35	2.458	8.289
Quilos de sola e pele curtida	51.849	204.460	90.394	115.643	150.916	613.262
Quilos de peles cruas	30.847	29.242	8.521	46.071	103.629	218.310
Couros salgados	9.064	6.982	3.849	4.728	10.561	35.184
Quilos de arroz com casca	480.133	2.158.392	4.589.128	6.230.169	5.442.280	18.900.201
Quilos de arroz beneficiado	666.603		738.433	689.662	1.966.575	4.061.273
Quilos de feijão	101.398	288.326	245.178	831.771	769.644	2.236.317
Quilos de farinha de milho	701.165	162.925	7.801		42.237	914.128
Quilos de toucinho	103.909	12.321	3.312	21.695	54.765	196.001
Quilos de carne de porco	48.171			147	2.974	51.838
Quilos de charque	697.962	825.211	608.364	878.046	1.285.234	4.294.817
Quilos de banha derretida	94.754					94.754
Quilos de sebo		98.480	111.371	173.971	280.240	780.499
Quilos de óleo	1.333		131			1.464
Quilos de tripa	2.842		6.246		26.326	35.414
Quilos de chifre, unha, etc.	4.669		26.140	116.805	170.604	318.218
Quilos de café e língua	261.359	220.099	417.473	808.679	508.875	2.216.483
Quilos de sabão comum	539		261			800
Quilos de açúcar grosso	62.012	27.893	4.469	19.154	516.394	630.445
Quilos de manteiga e polvilho	5.217	18.155	7.256	24.000	46.009	100.637
Quilos de amendoim, fubá, quirera e rapadura	966	46.935	125.185	155.150	71.685	399.381
Quilos de milho	6.817	8.570	8.513		27.449	51.349
Quilos de queijo ou requeijão	8.894		25.040	43.615	46.119	123.668
Quilos de mamona	3.421			4.469		7.890
Quilos de algodão e artigos de ferro	6.527			175.711	502.233	684.471
Quilos de tijolos	17.800	294.650	1.366.552	142.700	121.940	1.943.642
Quilos de batatas, cará, etc.	169	661	1.760		1.959	4.549
Quilos de marmelada,	1.747	639	7.052	13.592	1.706	30.466

doce, etc.						
Litros de aguardente	3.836		368		1.209	5.413
Dúzias de tabuas	105		250	261	780	1.316
Dúzias de ripas			35	85		120
Metros cúbicos de madeira em tora	257		1.569	1.831	1.805	5.457
Metros cúbicos de madeira serrada				780	3.465	4.245
Diversas mercadorias	234.127	609.584				
Quilos de couro de anta					506	506
Quilos de frutas					693	693
Quilos de peneiras e palhas					36	36
Quilos de areia					169.850	169.850
Quilos de cal					389	389
Veículos						15
Quilos de alho						62
Quilos de móveis usados						41.477
Quilos de casca para curtume						116.704

Fonte: Da Silva, p. 32 (2001)
Organização: Godoi, Cintia.

Para Estevam (1997), a estrutura fundiária de Goiás foi responsável pela conformação da divisão de terras que ainda está presente no estado, pois esta se deu através das posses e de concessões. E estas posses e concessões estavam ligadas a grandes propriedades de terras, distribuídas e apropriadas por poucos, o que resultou em uma estrutura latifundiária.

Outro legado colonial foi a estrutura fundiária que se conformou em Goiás através da posse. Se mesmo nas áreas da colônia ligadas à grande lavoura a posse era comum, nas demais regiões havia a possibilidade de ocupação independentemente de qualquer formalidade. Diante da imensidão do território de Goiás não tinha a Coroa quaisquer condições de exercer um controle efetivo sobre a apropriação do solo. “Assim, chegou-se ao fim do período colonial com dois traços fundamentalmente marcantes na estrutura agrária: o latifúndio e a posse, não raramente interligados. Para o interior a posse era uma realidade irrefutável”.⁵⁹ Em Goiás, conforme apontam documentos, as fazendas de criação estiveram assentadas em sesmarias de uma légua por três em quadra. A ocupação das terras de lavoura e criação se fazia por concessão de sesmarias mas o lavrador independente, sem preocupação com títulos de propriedade, apoderava-se delas à margem da lei. (ESTEVAM, 1997, p.39)

No caso do Sudoeste Goiano, a apropriação de terras também foi profunda, pois

A zona sudoeste também passou a ostentar considerável grau de mercantilização da terra, tanto que o “fechamento da fronteira” foi ocorrendo precocemente naquela área. Em função do regime de apossamento puro e simples – de caráter latifundiário - no sudoeste de Goiás não restaram, desde o início do século, grandes

parcelas de terras devolutas. Na verdade, a terra ocupada no sudoeste goiano teve dois tipos de uso: serviu como reserva de valor para capitais que ali eram investidos mesmo sem caráter produtivo e à exploração da pecuária extensiva. Em decorrência, “o fechamento destas fronteiras deu-se em curto espaço de tempo”.135 (ESTEVAM, 1997, p.67)

Estevam (1997) atribui o tempo das transformações ao período pós- aurífero, ao período em que Goiás começou a participar de uma dinâmica nacional, ou menos regional, e este período está atrelado ao dinamismo da cafeicultura paulista.

O tempo das transformações em Goiás começou a despontar no último quartel do século XIX quando a economia paulista incorporou áreas limítrofes ao seu processo de acumulação. Um dos veículos foi a Mogiana que ingressou em territórios fora da região paulista transportando produtos manufaturados, alimentos e matérias primas. Esta ferrovia atingiu o Triângulo Mineiro - Uberaba (1889), Uberlândia (1895) e Araguari (1896) - e acarretou modificações para o sul de Goiás. (ESTEVAM, 2002, p. 61)

A dinamização de Goiás se deu de forma desigual e complexa. O estado foi chamado a participar do processo produtivo como fornecedor de produtos agrícolas e produtos oriundos da pecuária, mas quem se relacionou mais diretamente desta vez foi o Sul Goiano. E, ocorreu uma articulação entre o Sul Goiano e o Triângulo Mineiro com vistas a abastecer São Paulo. Nesta articulação Goiás foi o produtor, o Triângulo Mineiro foi produtor e intermediador das negociações.

Aparentemente havia similaridade entre os moradores da área sul de Goiás e os “triangulinos” em termos produtivos, sociais e culturais: desfrutavam de margens do mesmo rio, eram resultantes da mesma origem, retinham os mesmos costumes, viviam em um meio sócio-geográfico idêntico e estavam voltados, no final do século XIX, para o exercício da atividade agropastoril. Entretanto, desde os primórdios, o Triângulo caracterizou-se como entreposto e a zona sul de Goiás mantivera relações comerciais via Triângulo Mineiro desde a época da mineração. Nos anos oitocentos tratava-se de um comércio fortuito, limitado a espaçadas partidas de gado e compra de sal e utensílios básicos. Na verdade, negociava-se os excedentes goianos produzidos no seio das fazendas auto-suficientes. Com a proximidade dos trilhos, possibilidades de relações mercantis duradouras surgiram para a população sulina de Goiás. A inauguração de estações ferroviárias no Triângulo permitiu a irradiação de um espírito mercantil, o estabelecimento de maior frequência nos negócios - dada a facilidade e rapidez nos transportes - e o surgimento de financiadores da produção agropecuária na área de influência da ferrovia. Goiás não tinha recursos suficientes e tampouco organização produtiva capaz de suprir a crescente demanda de alimentos no circuito mercantil. A carência levou fazendeiros, principalmente do sudeste e sudoeste goianos, a recorrer a empréstimos nos centros urbanos triangulinos. Na virada do século, “dois homens (do Triângulo) dominaram o mercado de dinheiro de Goiás, trazendo presa às suas burras de agiotas, quase toda a força produtiva do estado. Fizeram fortuna à custa do laborioso goiano do sul do estado”. (ESTEVAM, 1997, p.62 e 63)

A relação entre o Sul e Sudoeste Goianos com o Triângulo Mineiro era próxima, pois este último beneficiava os produtos que vinham de Goiás e, assim garantia sua participação na produção, criando um elo importante que reforçava o poder da região como um todo.

Godoi (2007) estudou as ações das empresas de comunicação e transporte oriundas de Uberlândia-MG. Neste estudo, pudemos notar que as empresas buscavam prestar serviços na região do Triângulo Mineiro, Sul, Sudeste e Sudoeste Goianos, levando e buscando produtos e oferecendo serviços de comunicação, telefonia e telégrafo. Foi este tipo de ação, como os serviços prestados por empresas locais e regionais que auxiliou a dotar de infraestrutura o interior de Minas Gerais e de Goiás.

Assim as relações com o Triângulo e São Paulo serviram para estimular fluxos de toda ordem pelo estado de Goiás. A partir das primeiras décadas do século vinte, segundo Borges (2000)

[...] com o desenvolvimento urbano-industrial de São Paulo e a expansão da fronteira agrícola, a posição de Goiás na Divisão Regional do Trabalho foi redefinida: além de exportador de gado, o estado especializou-se também na produção e exportação de produtos agrícolas básicos para os mercados do Sudeste. (BORGES, 2000, p. 15)

Em 1912, Rio Verde já produzia café, assim como Jataí que em sua Serra do Cafetal produziu 40.000 arrobas de café. Foram construídos cerca de 400 engenhos e uma fábrica de vinhos.

Machado (1990) diz que o intercâmbio comercial se travou com Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso e que a produção para o mercado passou a dominar a região, deixando no passado tanto a agricultura de subsistência, quanto a economia do excedente. Assim, a região passou a se articular com o mercado nacional.

Conforme Chaul (1988), enquanto Goiás (capital) se manteve como centro mais importante do estado, sua dominação e sua política não foram profundamente questionadas, entretanto, quando o Sul e o Sudoeste Goiano começaram a pesar na balança econômica do estado, um conflito começou a ser vislumbrado.

Parte 04: As articulações do local.



À medida que as regiões Sul e Sudoeste se dinamizavam, se distanciavam da capital, buscavam interações com áreas externas ao estado e, requeriam esforços do governo estadual para aumentar a produção.

Da Silva (2001) aponta que, ao se tornarem economicamente mais dinâmicas, as regiões Sul e Sudoeste ampliaram suas pretensões políticas. Os políticos dessas regiões viam-se limitados em suas intenções eleitorais, pois possuíam apenas dois senadores e deputados federais os representando durante todo o período da Primeira República.

Na Primeira República houve quatro representantes do Sul e Sudoeste, provenientes dos municípios de Bonfim (atual Silvânia), Catalão, Morrinhos e Rio Verde. Em todo o período apenas um político do Sudoeste Goiano representou a região, os demais eram do Sul.

O local de nascimento de um político não representa necessariamente sobre suas adesões políticas. De acordo com Machado (1990), estas eram bem variáveis permitindo afirmar que os interesses representados pelos políticos eram de natureza conjuntural e não regional. No período da Primeira República mesmo que tenha havido políticos oriundos do Sudoeste e Sul, estes, em geral, representavam os interesses de um grupo maior, que até a década de 1930, se voltava para a capital Goiás.

Como saída para tal situação, os grupos oligárquicos do Sul e Sudoeste se lançaram a busca de um poder político condizente com seu poder econômico. De um lado, estavam as aspirações do Sul e Sudoeste; do outro, o círculo vicioso que consistia em serem sempre os mesmos políticos comandados por Antonio Ramos Caiado escolhidos para as chapas eleitorais, gerando conflitos cada vez maiores entre o grupo caiadista e os políticos do Sul e Sudoeste. (CHAUL, 1988 p. 29 e 30)

Os políticos ligados à oligarquia Caiado eram acusados de não impulsionar a economia goiana por não conseguirem estender os trilhos da estrada de ferro até Anápolis. As ferrovias chegaram somente até Goiandira, no Sul do estado, e ainda muito próximo do Triângulo Mineiro.

Esta situação de insatisfação dos produtores, do Sul e Sudoeste, se intensificou quando, em 1924, por meio do decreto estadual n. 8.464, o governo proibiu a exportação de produtos como feijão, arroz, café, toucinho e porcos para além das fronteiras regionais.

A proibição da exportação dos produtos goianos se deu em função da crise de alimentos. A proibição foi instituída porque a maior parte da produção era exportada para os grandes centros do país, gerando maior necessidade desses produtos no interior do estado de Goiás. Chaul (1988) argumenta que a entrada da Coluna Prestes, em 1926, que chegou à Goiás pelas terras do Sudoeste, diminuiu o número de exportações de gado de 113.492 para 75.548 cabeças.

Esses processos implicaram na insatisfação dos produtores que passaram a buscar uma alternativa ao governo dos Caiados, e também poder político, pois dispunham de poder econômico.

O local em busca de força política.

No Sudoeste Goiano surgiram agentes políticos que alteraram a história de Goiás, como Pedro Ludovico Teixeira, médico de Rio Verde, que fundou em parceria com Ricardo Campos (político local) o jornal O Sudoeste.

Em Goiás (antiga capital) também apareceram indivíduos contrários à oligarquia tradicional, como Mário Caiado, Juiz de Direito, que embora pertencesse à família Caiado, era um opositor ao governo oligárquico.

A Informação Goyana se constituiu como outro meio de comunicação que se opunha ao governo tradicional. A revista foi fundada, em 1917, no Rio de Janeiro, e circulou até 1935 em diversas localidades do Brasil, e em outros países. Seus fundadores foram Henrique Silva e Americano do Brasil.

Nepomuceno (1998) alega que existia a pretensão de transformar a revista em um órgão temático, especializado em Brasil Central, com intenções políticas e publicitárias, com objetivo de divulgar a disponibilidade de recursos naturais e possibilidades econômicas do estado de Goiás.

Em 1918, a revista Informação Goyana publicou a primeira participação de Goiás na exposição nacional de gado, realizada pelo coronel Antonio Vaz, produtor de Ipameri e criticou a falta de estrutura e de apoio do estado em relação a seus produtores.

Após louvar a iniciativa de Antonio Vaz, acrescentou que Goiás alcançaria mais visão caso houvesse a participação dos municípios de Rio Verde e Jataí expondo seus gados, “onde se encontram os mais formosos espécimes de gado zebu e caracu e onde o selecionamento das vacas vai se operando de maneira auspiciosa.” (A Informação Goiana, 25.5.1918, p. 131)

Figura 02: Matéria em A Informação Goiana acerca de Antonio Vaz.

Notas e informações

Segui para o município de Ipameri, onde é abastado criador, o coronel Antonio Vaz, que, vencendo as dificuldades oriundas da distancia, veio ao Rio tomar parte como expositor na Segunda Exposição Nacional de Gado.

E' esta a primeira vez que o Estado de Goyaz, um dos mais ricos da União em bovinos, figura em certanen de tão importante materia como é a da industria pecuaria.

O esforço louvavel do coronel Antonio Vaz, ao mesmo tempo que estimula os criadores goyanos, representa já uma victoria parcial para Goyaz.

Claro que o longinquo Estado Central alcançaria maior victoria se á referida Exposição concorressem com o seu gado os municipios de Jatahy e Rio Verde, a zona onde se encontram os mais formosos espécimens do gado zebú e caracú e onde o selleccionamento das raças vae se operando de maneira auspiciosa.

Devenos, porém, confessar que a culpa não cabe aos criadores goyanos, mas aos que têm o dever de olhar para as nossas regiões feracissimas, sob qualquer ponto de vista aproveitaveis, e que ha longos annos aguardam receber mercê dos poderes publicos.

Não cessaremos de clamar aqui pelo soluçionamento do magno e urgente problema de Goyaz, que é a construcção de vias-ferreas, de linhas de automoveis e estradas de rodagem, factor unico do progresso admiravel dos Estados Unidos, Argentina, Uruguay e de muitos outros paizes americanos. O governo precisa comprehender que, sem isto, tornar-se-ha impossivel o desenvolvimento de nossas forças economicas. Só das linhas de penetração depende todo o nosso progresso, pois que ellas, além de facilitarem a bôa colonização, põem os centros consumidores em rapido contacto com as zonas productivas do paiz.

Sob o aspecto economico-financeiro o problema capital não é só a “produção maior, melhor e mais barata”, como disse em seu d'scurso em S. Paulo o Presidente da Republica. De que vale o “*augmento rapido e vultuoso da nossa produção*” se nos faltam meios de transporte, se esse augmento, não podendo ser vendido,

representa tempo perdido e trabalho não recompensado? Nas condições em que ainda se acha o Brasil, sobretudo o Estado de Goyaz, em materia de vias de commuñicação terrestres e maritimas, a sábia medida consiste em produzir do melhor sómente aquillo que consumimos e podemos realmente exportar.

Os que desconhecem as causas do atrazo de Goyaz fiquem, pois, sabendo por que motivo o rico Estado não tem tomado parte em exposições que se realizam no Rio.

Que o exemplo do coronel Antonio Vaz, que viu coroados de exito os seus esforços, seja imitado por outros criadores patricios da região já servida pela via-ferrea, são os votos que fazemos.

V. C. R.

Neste momento é possível fazer uma ponte entre as relações comerciais do Sul e Sudoeste Goiano, ou Jataí, Rio Verde e, Morrinhos e o Triângulo Mineiro, mais especificamente Uberaba – município que ainda hoje investe em gados diferenciados como Zebu, Gir e outros. Deste local saíram agentes que se destinaram à Índia em busca de um gado que melhor se aclimatasse ao Brasil, ou ao Cerrado.

Fotografia 13: Museu do Zebu, Uberaba. Agosto, 2010.



Fonte: Arquivo pessoal.
Autora: Godoi, C. N.

Uberaba se tornou um centro produtor de Zebus e gados Gir, dentre outros tipos exóticos. Para que o Sul e o Sudoeste dispusessem desses espécimes, e mantivessem grandes criadores, era necessária interligação e transações comerciais entre os agentes e regiões.

No Museu do Zebu, situado em Uberaba, consta que um dos maiores produtores de zebu em Goiás era Sílvio de Melo, médico que vivia em Morrinhos.

As viagens de Uberaba com destino à Índia também expõem as transações intercontinentais dos empreendedores interioranos. Este tipo de ação aponta que os agentes produtivos buscavam produtos melhores, que se adaptassem às suas necessidades e, que fossem mais competitivos comercialmente. Ou seja, as atividades comerciais estavam

atreladas a grandes e complexos investimentos mesmo sem dispor de boas estruturas de circulação.

Na mesma matéria de A Informação Goyana, após relatar que os produtores do Sul e Sudoeste Goiano se destacavam na pecuária, a revista tece suas críticas lamentando a falta de modernos meios de transporte em Goiás: “De que vale o aumento rápido e vultuoso da nossa produção se nos faltam meios de transporte, se esse aumento, não podendo ser vendido, representa tempo perdido e trabalho não recompensado.” (A INFORMAÇÃO GOYANA, 25.5.1918. p. 131.)

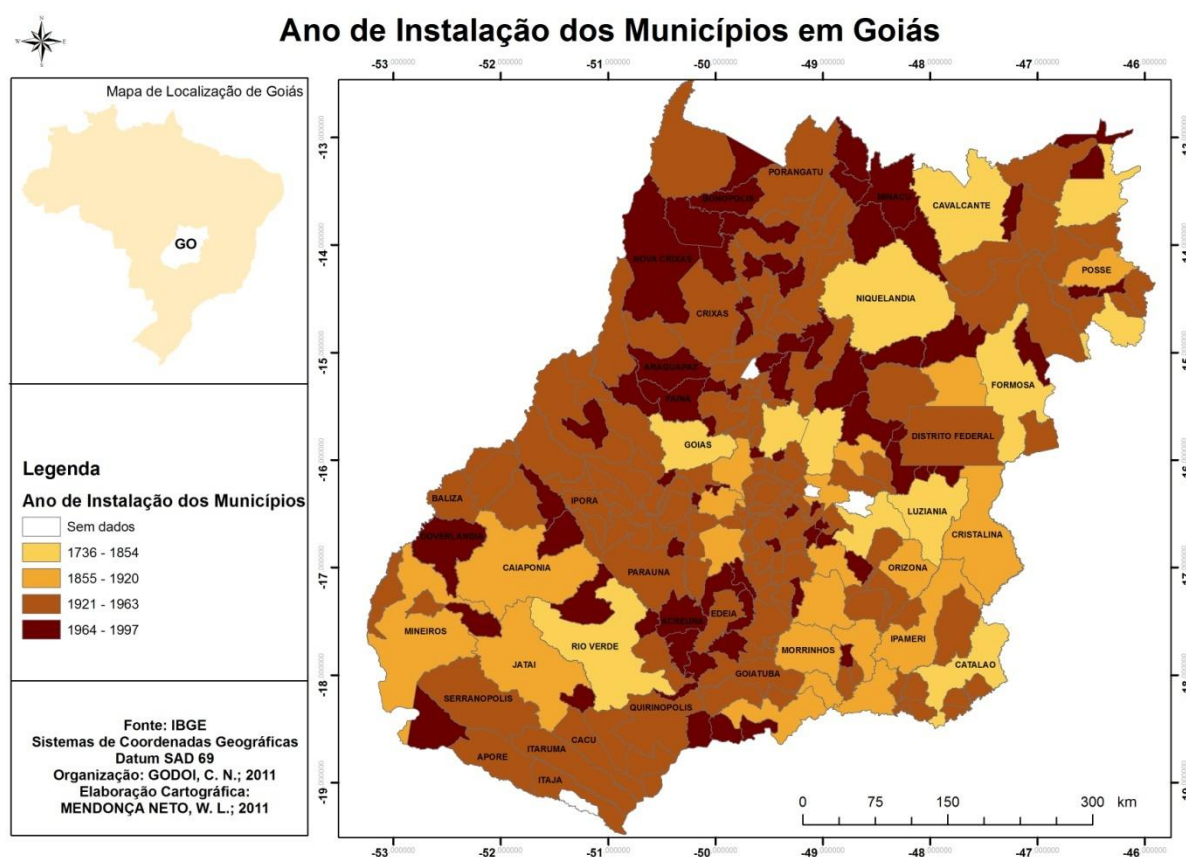
As insatisfações acerca dos meios de transporte e das condições das estradas de rodagem se intensificaram, pois o estado de Goiás aprofundava suas articulações com o mercado nacional, através das regiões Sul e Sudoeste, e da exportação do gado. A exportação dos animais e parte da produção agrícola os responsáveis conexão comercial entre o sertão e o mercado nacional. A exportação de gado significava mais da metade do total de exportações do estado, em 1913, com um volume de 83.961 cabeças.

Com as articulações intercontinentais em busca de animais que melhor se aclimatasse às terras e ao clima do Cerrado, fica evidente que a atividade pecuária no interior do território não tinha um caráter rudimentar. Não se tratava apenas da criação de animais soltos, sem estrutura ou capital. Parece-nos que houve uma busca por animais e formas de realizar estas criações. Estabeleceu-se uma opção comercial responsável pela formação de uma cadeia de relações entre agentes produtivos no interior do território.

De maneira mais eficaz que as atividades urbanas, souberam as rurais tirar proveito da ligação de Uberaba com o complexo cafeeiro. Mesmo anteriormente à chegada da ferrovia, os criadores uberabenses de gado começaram a experiência com o gado Zebu. As importações que anteriormente eram feitas por meio de casas importadoras do Rio de Janeiro, em 1898 passam a ser feitas de forma direta pelos criadores do Triângulo Mineiro, que eliminaram os intermediários e passaram a comprar gado direto da Índia. (DE OLIVEIRA, 2008, p. 220)

No mapa a seguir podemos perceber a quantidade de municípios que foram instalados até o ano de 1948. Em amarelo mais claro estão os municípios mais antigos, o que nos mostra que houve um povoamento que veio das áreas de fronteira para o interior do estado de Goiás, e seguiu cada vez mais para oeste e norte do estado.

Mapa 30: Ano de instalação dos municípios em Goiás.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
 Organização: Godoi, C. N.

Através do histórico dos municípios, sua fundação e sua estrutura, até a década de 1920, podemos perceber que havia dois tipos principais já instalados: (1) os que eram oriundos de um tempo anterior, do século dezoito, vinculado à exploração mineratória e, (2) os que estavam vinculados às atividades agropecuárias, do século dezanove.

As vilas e povoados que se tornaram municípios vinculados às atividades agropecuárias e a atividades de serviços voltados para o setor agropecuário se desenvolveram e chegaram a ser importantes centros no estado ao longo de 1900. Rio Verde, Jataí, Caiapônia e Mineiros despontando no Sudoeste e Catalão, Itumbiara, Buriti Alegre e Morrinhos no Sul Goiano.

O recenseamento do IBGE de 1920 apontou que no estado de Goiás as áreas mais produtivas em agricultura e pecuária eram o Sul, Sudeste, e Sudoeste.

Em termos de produção agrícola, em primeiro lugar estava a região Sul-Sudeste com mais de 200.000 toneladas produzidas, somando pouco mais de 50% da produção total do estado. E, em segundo lugar, a região Sudoeste com mais de 60.000 toneladas, configurando pouco mais de 16% da produção.

No que diz respeito à pecuária, o Sul/ Sudeste Goiano aparecem em terceiro lugar, com mais de 862.000 cabeças de gado, totalizando 28,5% da produção do estado. O Sudoeste aparece em terceiro lugar com mais de 518.000 cabeças, e cerca 17% da produção estadual.

Embora o Sudoeste apareça em terceiro colocado na produção estadual, os municípios de Rio Verde e Jataí aparecem, respectivamente, em primeiro e segundo lugar na produção estadual. Assim, mesmo que numa análise conjunta, outras regiões fossem mais produtivas do que o Sudoeste, Rio Verde e Jataí eram os municípios mais produtivos do estado.

Tabela 08: Rebanho por regiões. Goiás, 1920.

Regiões	N. de Cabeças	Porcentagem da produção e posição no Estado.
Sul – Sudeste	862.784	28,5 (2)
Norte – Nordeste	1.098.128	36,3 (1)
Mato – Grosso	304.187	10,0 (4)
Centro – Norte ou Planalto	233.690	7,1 (5)
Sudoeste	518.980	17,1 (3)
Total	3.017.769	100

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil, 1920.
Organização. Machado, 1990, p. 76.

Ainda analisando os dados do Recenseamento do IBGE, de 1920, percebemos que havia atraso no que tange à infraestrutura quando comparamos Goiás e outros estados.

Neste capítulo expusemos a dinâmica do setor agropecuário, que tornava Goiás um estado produtivo, entretanto é possível enxergar que as estruturas para produção, transporte e urbana de uma forma geral, eram deficientes, conforme apontam os dados do IBGE.

Nas tabelas a seguir, podemos ver que em termos de iluminação elétrica Goiás fica atrás da maioria dos estados com apenas duas localidades provendo deste tipo de estrutura urbana.

Podemos perceber nas tabelas que Goiás não dispunha de sistemas de tratamento de esgoto assim como a maioria dos estados. Quando analisamos o provimento de água encanada Goiás, Piauí e Acre são os únicos estados que não possuíam ou ofereciam este tipo de serviço.

Tabela 09: Serviços de Iluminação Pública em áreas urbana por Estado, Brasil, 1920.

Situação Social							
Melhoramentos Urbanos – 1920.							
Sistema de Iluminação das cidades e vilas.							
Unidades Políticas	Exclusivamente				De mais de um sistema.	Total.	Cidades e vilas sem iluminação.
	Elétrica	Querosene	Acetileno	Álcool			
Distrito Federal	-	-	-	-	(1)	1	-
Alagoas	6	21	1	2	-	30	5
Amazonas	3	11	2	-	-	16	12
Bahia	7	74	8	-	(2) 6	95	29
Ceará	4	4	4	-	(3) 1	13	57
Espírito Santo	10	4	1	-	-	15	14
Goiás	2	-	-	-	-	2	34
Maranhão	3	15	4	-	-	22	39
Mato Grosso	6	3	-	-	-	9	10
Minas Gerais	98	8	6	-	-	112	45
Pará	5	32	6	-	(4) 2	48	5
Paraíba	7	8	8	3	-	26	9
Paraná	26	3	-	-	-	29	19
Pernambuco	12	11	3	10	(5) 2	38	15
Piauí	2	12	-	-	-	14	22
Rio de Janeiro	25	6	2	-	-	33	7
Rio Grande do Norte	5	10	-	-	-	15	20
Rio Grande do Sul	39	14	5	-	(6) 2	60	5
Santa Catarina	15	3	-	-	-	18	14
São Paulo	137	17	2	-	(7) 2	158	16
Sergipe	6	20	-	-	(8) 1	27	6
Território do Acre	4	-	-	-	-	4	-
Brasil	422	279	52	15	17	785	383

Fonte: IBGE.

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/habitacao_infra/1936/hab_infra1936aeb_27.pdf

Organização: Godoi, C. N.

Tabela 10: Serviços de Esgoto Sanitário em áreas urbana por Estado, Brasil, 1920.

Melhoramentos Urbanos – 1920					
Localidades (cidades, vilas e povoados) servidos por esgotos sanitários					
Localidades Servidas					
Segundo sistema adotado					
Unidades Políticas	Total	Separador	Misto	Misto e Separador	Sem especificação
Distrito Federal	1	-	-	1	-
Alagoas	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-
Bahia	6	2	4	-	-
Ceará	-	-	-	-	-
Espírito Santo	1	-	1	-	-
Goiás	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-
Minas Gerais	33	2-	8	1	4
Pará	1	1	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-
Paraná	3	2	1	-	-
Pernambuco	1	1	-	-	-
Piauí	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	13	6	6	-	1
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	2	2	-	-	-
Santa Catarina	1	1	-	-	-
São Paulo	63	39	20	1	3
Sergipe	1	1	-	-	-
Território do Acre	-	-	-	-	-
Brasil	126	75	40	3	8

Fonte: IBGE.

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/habitacao_infra/1937/hab_infra1937aeb_01.pdf

Organização: Godoi, C. N.

Tabela 11: Serviços de Água Encanada em áreas urbana por Estado, Brasil, 1920. Melhoramentos Urbanos – 1920

Serviços de Água Encanada em áreas urbana por Estado, Brasil, 1920. Melhoramentos Urbanos – 1920						
Localidades (cidades, vilas e povoados) com serviço de água encanada.						
Unidades Políticas	Número total de cidades, vilas e povoados que têm água encanada.	Localidades que têm água encanada.		Extensão encanamento adutores (metros)	Número	
		Segundo sistema adotado			De penas de água.	De hidrômetros.
		Com rede de distribuição domiciliar.	Sem rede de distribuição domiciliar.			
Distrito Federal	1	1	-	267.326	95.390	11.823
Alagoas	5	3	2	36.000	7.965	-
Amazonas	2	2	-	130	-	3.000
Bahia	9	8	1	46.083	15.441	8
Ceará	4	3	1	(1) 4.730	(1) 153	(1) -
Espírito Santo	8	5	3	51.900	2.740	278
Goiás	-	-	-	-	-	-
Maranhão	2	2	-	22.850	1.384	1.200
Mato Grosso	2	2	-	4.605	1.857	2
Minas Gerais	112	103	9	449.344	21 405	195
Pará	3	3	-	6.500	(3) 3.951	6.760
Paraíba	1	1	-	3.500	1.242	-
Paraná	8	7	1	70.692	4.194	65
Pernambuco	6	6	-	65.500	9.942	4.681
Piauí	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	25	24	1	233.847	15976	802
Rio Grande do Norte	2	2	-	2 200	1.255	8
Rio Grande do Sul	9	8	1	99 727	22 381	1.816
Santa Catarina	4	4	-	41 563	8 007	407
São Paulo	113	104	9	932.199	82.046	31.322
Sergipe	1	1	-	13 000	1 703	10
Território do Acre	-	-	-	-	-	-
Brasil	317	289	28	2 351 706	296 802	62.377

Fonte: IBGE

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/habitacao_infra/1936/hab_infra1936aeb_29.pdf

Organização: Godoi, C. N.

Tabela 12: Serviços de Melhoramentos Urbanos (abastecimento de água potável, esgotos e iluminação pública) nas sedes municipais, Brasil, 1936

Serviços de Melhoramentos Urbanos (abastecimento de água potável, esgotos e iluminação pública) nas sedes municipais, Brasil, 1936.

Serviços de abastecimento de água potável, de esgotos sanitários e de iluminação pública, existentes nas sedes municipais.

Sedes Municipais existentes em 31 de dezembro

Informantes

Unidades Federadas	Havia serviços				Não havia serviços considerados.	Total	Não informantes	Total Geral
	Abastecimento de água, esgotos e iluminação pública.	Abastecimento de água e iluminação pública.	Abastecimento de água somente.	Iluminação pública somente.				
Distrito Federal	1	-	-	-	-	1	-	1
Alagoas	2	7	-	21	6	36	-	36
Amazonas	2	3	-	18	5	28	-	28
Bahia	10	6	-	109	26	151	-	151
Ceará	1	1	1	40	28	71	6	77
Espírito Santo	11	12	-	9	-	32	-	32
Goiás	-	3	-	23	29	55	-	55
Maranhão	2	1	-	13	9	26	-	26
Matto Grosso	2	2	-	13	9	26	-	26
Minas Gerais	79	75	7	40	7	208	7	215
Pará	1	4	1	36	8	50	-	50
Paraíba	2	-	-	30	7	39	-	39
Paraná	6	6	1	31	12	56	-	56
Pernambuco	2	11	-	57	14	84	-	84
Piauí	-	1	-	29	13	43	1	44
Rio de Janeiro	21	17	1	8	1	48	1	49
Rio Grande do Norte	-	-	-	24	18	42	-	42
Rio Grande do Sul	13	14	-	59	-	86	-	86
Santa Catarina	3	2	-	29	9	43	-	43
São Paulo	99	67	-	74	4	244	9	253
Sergipe	1	1	-	32	7	41	-	41
Território do Acre	-	-	-	4	1	5	-	5
Brasil	258	233	11	709	243	1454	24	1478

Fonte: IBGE, Recenseamentos, 1920.

Organização: Godoi, C. N.

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/habitacao_infra.shtm

Ao mesmo tempo em que as estatísticas apontam as generalidades, é preciso pensar nas particularidades. Anteriormente, quando mostramos a rede técnica do Sudoeste Goiano dissemos que, em 1915, Rio Verde já possuía uma pequena central de energia elétrica. Foi a primeira usina hidrelétrica do estado, voltada para o abastecimento de alguns domicílios.

Rocha (2005) nos diz que o proprietário Raul Seabra não comercializava os serviços e uso do rego e que, em 1916, Jerônimo Antonio Coimbra, doou à comunidade 50 lâmpadas de gás acetileno.

Cabe ressaltar que até 1880, nem os países mais adiantados dispunham de energia elétrica.

Há outro elemento que deve ser destacado na discussão acerca da infraestrutura urbana de Goiás. Se os dados expõem a precariedade de uma maneira geral, sabemos que esta generalização esconde algumas pistas do que era o cotidiano do estado.

Nos diversos estudos acerca de Goiás, a antiga capital, nos deparamos com descrições e discussões sobre o modo de vida, os costumes, a estrutura urbana dentre outros que nos levam a crer que essa precariedade não era generalizada, ou parecia não ser tão grave na antiga capital.

Albernaz (1991) e Nasser (1995) trazem em suas obras diversas passagens em que abordam quadros diferenciados do geral para a capital. Falam dos costumes culturais, de tendências, comportamento e vestimentas comuns a outros lugares do mundo, assim como faziam outras cidades importantes ao longo da história do país e, de como dispunham de algumas estruturas que tornavam Goiás um marco no território, em detrimento das outras vilas e cidades.

Bernardo Elis (1987) também descreve Goiás da maneira citada acima, como um pólo e um marco no interior do território,

Havia uma velada, porém mal contida revolta contra a velha cidade do Anhanguera, única a obter os favores da mísera renda estadual. Essa emulação em parte era procedente. Provinha da posição privilegiada de Goiás como sede do Governo e única a desfrutar certas prerrogativas urbanas que lhe conferiam comportamento de povo civilizado. Era Goiás talvez a única cidade habitável, no Estado. (ELIS, p 61 e 62, 1987)

Mais adiante, para falar dos agentes envolvidos nos processos políticos e econômicos que permeavam as relações sociais no estado, abordaremos a crise resultante dessa centralidade da cidade de Goiás. Afinal, por menor que fosse a renda estadual, ela estava

ligada às outras áreas e outros agentes, não mais provenientes de Goiás (capital) desde a decadência das atividades auríferas.

A fazenda como espaço dos agentes produtivos.

Antes de analisarmos a falta de infraestrutura pública e urbana, expusemos a seguir uma tabela em que expusemos os estabelecimentos industriais. Pudemos notar que os dados de Goiás não estão tão diversos dos demais estados, no que tange às estruturas urbanas.

Os dados expõem que Goiás é um estado que não tinha vilas e cidades dotadas de estruturas, mas ao mesmo tempo possuía indústrias e uma produção destinada à exportação. As estatísticas trataram Goiás de maneira geral e, portanto poderia haver pequenas estruturas que abasteciam as vilas e povoados mais dinâmicos, como na citação da usina hidroelétrica de Rio Verde.

Buscando entender a dinâmica do território goiano, ontem e hoje, podemos inferir que, o que acontecia era uma produtividade maior nas áreas rurais e, áreas estas não estudadas nos censos da época.

Tabela 13: Estabelecimentos Industriais por Estado, 1907.

Indústria.

Resultados Gerais do Inquérito Indústria, segundo as Unidades da Federação – 1907.

Unidades da Federação	Estabelecimentos	Operários	Capital	Valor da
			Empregado	Produção.
			Contos de Réis	
Total:	3 258	151 841	665 977	741 536
Amazonas	92	1 168	5 484	13 962
Pará	54	2 539	11 483	18 203
Maranhão	18	4 545	13 245	6 840
Piauí	3	355	1 311	1 193
Ceará	18	1 207	3 521	2 951
Rio Grande do Norte	15	2 062	6 913	3 086
Paraíba	42	1 461	5 368	4 388
Pernambuco	118	12 042	58 724	55 206
Alagoas	45	3 775	10 788	10 366
Sergipe	103	3 027	14 173	14 811
Bahia	78	9 964	27 643	25 078
Minas Gerais	531	9 555	27 750	32 920
Espírito Santo	4	90	298	579
Rio de Janeiro	207	13 632	86 596	56 002
São Paulo	326	24 186	127 702	118 087
Paraná	297	4 724	20 841	33 085
Santa Catarina	173	2 102	9 674	14 144
Rio Grande do Sul	314	15 426	49 206	99 779
Mato Grosso	15	3 870	13 650	4 450
Goiás	135	868	1 618	2 477
Distrito Federal	670	35 243	169 989	223 929

FONE: Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Ed. Ver. E Atualizada do v. 3. Retrospectivas, Rio de Janeiro, IBGE, 1990.

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Organização: Godoi, C. N.

Disponível

em:

http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/atividade_economica/setoriais/industria/industria.shtm

As áreas urbanas possuíam levantamentos e estudos, ao passo que as fazendas goianas, o centro das produções, não eram contempladas nestes. Esse pensamento permite enxergar que mesmo com uma produção importante e uma dinâmica fluida, Goiás não apresentava estruturas urbanas por concentrar suas atividades em áreas rurais.

No estudo de Oliveira e Oliveira (2010) a autora cita que é comum encontrar depoimentos históricos que as ruas de Jataí eram poeirentas e, que as cidades goianas só concentravam população em períodos festivos. Buscando entender a dinâmica das casas comerciais de Jataí, a autora aponta que estas eram complementares às atividades e produções das fazendas.

As casas de comércio estabelecidas em Jataí no início do século passado tinham um papel complementar à economia da cidade. Essa situação era garantida a partir da condição de autossuficiência existente nas grandes propriedades rurais, que produziam quase tudo que era necessário para a sobrevivência das pessoas que nelas viviam.(OLIVEIRA E OLIVEIRA, p. 27, 2010)

Nesta passagem observamos o termo usado para definir as fazendas goianas – a auto-suficiência. Estevam (1997) vai além e diz que as fazendas foram a base da economia goiana, e que nestes lugares se consolidaram as unidades produtivas do estado. Teixeira Neto (2005) denomina as fazendas goianas como multifuncionais e relata que estas sustentaram o estado e seu crescimento.

Havia uma indústria de transformação nas terras goianas, que criava o gado, fazia cortes, charques, separava e salgava couro, além de outros produtos. Podemos citar até mesmo a exportação de couro de anta, contida na pauta (página 149).

Seria necessário conhecer melhor a produção elaborada dentro dessas fazendas, pois quando analisamos a pauta de exportações de Goiás, percebemos que havia uma diversidade considerável de produtos e, essa diversidade nos faz pensar que dificilmente estamos tratando apenas de economia de excedentes.

É importante entender que em Goiás, a economia, a produção e as atividades comerciais partiam das fazendas. E, nestas fazendas é que se tinha a centralidade dessas atividades, a reunião dos aparatos, técnicas e pessoas para elaborarem ou produzirem os produtos a serem exportados.

Afinal, se as fazendas eram auto-suficientes, se não houvesse interesse em comercializar, essas populações não buscariam rotas, contatos, nem enviariam seu gado para fora. Como também não seria possível encontrar produtos de outros estados e até mesmo outros países em Goiás.

Os dados referentes à indústria goiana, no ano de 1907, apontam que havia 135 estabelecimentos no estado, número inferior ao de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Porém, a população de Goiás era também bem inferior. Assim, se fizermos algumas comparações, entre população e quantidade de estabelecimentos industriais, perceberemos que a dinâmica no interior do país era relativamente importante e intensa.

Tabela 14: População do Brasil por Estados, 1908 a 1912.

População

População do Brasil por Estados (1900-1912)					
Estados	1 900	1 901	1 902	1 903	1 904
Alagôas	649.273	664.773	680.643	696.892	713.529
Amazonas.	249.756	260.075	270.822	282.012	293.664
Bahia	2.117.956	2.163.225	2.209.465	2.256.693	2.304.930
Ceará	849.127	874.038	899.680	926.074	953.243
Districto Federal	691.565	707.441	727.919	749.180	771.276
Espirito Santo	209.783	221.945	234.812	248.425	262.827
Goyaz	255.284	270.054	285.679	302.208	319.693
Maranhão	499.308	514.963	531.109	547.762	564.936
Matto Grosso	118.025	125.212	132.837	140.926	149.508
Minas Geraes	3.594.471	3.680.278	3.768.134	3.858.087	3.950.187
Pará	445.356	479.083	515.364	554.392	596.376
Parahyba do Norte	490.784	501.382	512.209	523.270	534.570
Paraná	327.136	345.060	363.966	383.908	404.943
Pernambuco	1.178.150	1.215.071	1.253.149	1.292.420	1.332.922
Piauhy	334.328	344.141	354.242	364.640	375.343
Rio de Janeiro	926.035	959.180	993.511	1.029.071	1.065.904
Rio Grande do Norte	274.317	285.331	296.787	308.703	321.097
Rio Grande do Sul	1.149.070	1.188.792	1.229.887	1.272.402	1.316.387
Santa Catharina	320.289	331.788	343.700	356.040	368.823
São Paulo	2.282.279	2.385.082	2.492.516	2.604.789	2.722.120
Sergipe	356.264	360.494	364.774	369.105	373.487
Território do Acre	—	—	—	—	—
BRAZIL	17.318.556	17.877.408	18.461.205	19.066.999	19.695.765

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.
 Organização: Godoi, C. N.

Os dados apontam um território produtivo, mas não bem estruturado, do ponto de vista da urbanização. Foi justamente essa característica que estimulou uma transformação política em Goiás, pois os produtores clamavam por uma rede técnica que atendesse às suas necessidades e comparavam o estado aos demais, delimitando um modelo que se buscava seguir.

As atividades produtivas e os dados sugerem também uma heterogeneidade no espaço goiano. Se Rio Verde e Jataí apresentavam o maior rebanho do estado, isso significava uma organização espacial específica que os tornava especialistas. Para a criação do gado, na década de 1920, era preciso uma grande área, pois a prática era extensiva, e essa produção exigia grandes terras.

O Sudoeste embora tenha praticamente a mesma quantidade de terras do que o Sul-Sudeste, possuía quatro municípios, ao passo que o Sul-Sudeste possuíam 14 e a região do Mato Grosso Goiano somava sete municípios. Isso fazia dos municípios do Sudoeste os maiores em área.

A densidade populacional também era diversa, o Sudoeste possuía um número de 0,36h/km, o Mato Grosso possuía 1,14 h/km e o Sul-Sudeste 2,10 h/km. Esses dados reforçam a especialidade do Sudoeste na produção de animais, pois esta demandava grandes áreas, e, uma quantidade menor de mão de obra, em comparação com as atividades de agricultura.

As diferenças verificadas entre as sub-regiões do Sul do Estado com relação à densidade populacional, atividade produtiva dominante e diversificação de municípios, refletem diferentes níveis de desenvolvimento urbano e de concentração da propriedade de terra, principalmente se o contraste for estabelecido entre Sul-Sudeste e Sudoeste, áreas praticamente iguais. Assim, maior produtividade agrícola corresponderia ao predomínio de pequenas e médias propriedades, à descentralização do poder e ao maior desenvolvimento urbano no Sul-Sudeste. A supremacia da pecuária no Sudoeste, outrossim, levaria a uma maior concentração da propriedade da terra e conseqüentemente da riqueza social, uma vez que o gado é o principal produto da economia estadual. (MACHADO, 1990, p. 77)

Tendo em vista este cenário é possível pensar que, se o gado é o produto principal do estado, e Rio Verde e Jataí eram os maiores municípios produtores do Estado, é possível assumir que, nesses municípios, estariam presentes alguns representantes da elite rural estadual, que, como toda elite, requeriam para si atenção, poder e estrutura.

Assim, se por um lado o sistema produtivo capitalista avançava, por outro as regiões Sul e Sudoeste estavam também em sua busca, pois já se relacionavam com áreas capitalistas e visavam aprofundar estas relações.

No interior do estado havia uma divisão: de um lado estavam as forças que representavam a modernização, a inserção do estado no modo capitalista de produção e, de outro estavam as forças que representavam a tradição, que se estabeleciam no poder desde os tempos auríferos e visavam a manutenção de seus poderes.

A partir deste cenário houve aumento na tensão política e econômica no estado de Goiás. Machado, (1990) analisa correspondências históricas do Senador Caiado que revelam uma preocupação constante com possível revolta ou com os revoltosos do Sudoeste Goiano.

[...] Marcondes de Godoy está aqui no Rio. Contou-me coisas interessantes sobre a política do Sudoeste. Também está aqui o Morbeck. Disse-me elle que é certo haver o Paulo Teixeira ido a Rio Verde, levando armas; que essas armas foram

mostradas no ponto de almoço, além de Uberabinha, pelo Paulo a mais gente; que um comerciante muito sério, residente em Bom Jesus, também declarou tê-las visto, e que, há dez léguas de Rio Verde, ainda foram vistas por indivíduo, cujo nome não me lembro agora. Recebi uma carta do Frederico Jayme informando-me que seguiu para Goyaz o Joaquim Vellasco, com o recado do Pedro Ludovico para V. dizendo, que só espera inteirar 500 armas para ir lhe fazer uma visita em Goyaz. (Ramos Caiado a Brasil Caiado, Rio, 27/07/1926. Acervo Pedro Ludovico. Pasta 02 *apud* MACHADO, 1990, p. 80)

Esta carta revela que o que se passava no Sudoeste Goiano preocupava a classe dominante em Goiás, ou seja, a oligarquia dos Caiado. Expõe também, o vínculo de Pedro Ludovico com Uberabinha, a atual Uberlândia, que foi parte integrante das relações espaciais para diminuir e retirar do poder da família Caiado.

Ao tratar dos arquivos históricos, das cartas dos políticos, Machado (1990) questiona o motivo do levante, pois a revolta partiu do Sudoeste e não do Sul, mais populoso e com alta produção agrícola. “[...] falou-se no desenvolvimento da região sul, revelando-se, entretanto, especificamente no Sudoeste, o maior suporte à reação oposicionista, o foco de tensão, a fonte de preocupação do poder dominante. (MACHADO, 1990, p. 81)

Para tentar responder a esta questão, que também nos colocamos, é preciso pensar na relação que havia entre o Sul e o eixo econômico e entre o Sudoeste e o Triângulo Mineiro, ou seja, pensar na organização e nas relações espaciais daquele momento.

As articulações dos agentes locais e regionais.

Conforme França (1979), que não é possível entender o Sudoeste sem levar em consideração suas relações com o antigo “Sertão da Farinha Podre”, ao qual estava ligado pela topografia, pela cultura, e pelo intercâmbio comercial;

Enfim, o Sudoeste era a continuação natural de Minas, não apenas do ponto de vista da geografia, que o Paranaíba tentava separar em vão, mais ainda e de modo particular no que diz respeito ao tipo humano, com todo o saber tradicional que nos trouxe. E por cima dos antigos trilheiros de índio, que vinham noutras épocas na estação de caça de Mato Grosso até Minas Gerais, corriam então os carros e carretões ou viajavam os cavaleiros, as tropas e as boiadas, na bucólica paisagem em que o cavalo era o meio principal de se ir e vir. (FRANÇA, 1979, p. 80)

O intercâmbio entre as regiões foi facilitado, em 1824, com as estradas carreiras e, posteriormente, com a estrada de ferro.

Raimundo José da Cunha Matos, governador de armas do estado de Goiás, foi responsável pela construção de uma estrada que unia Anhanguera ao Paranaíba para

escoamento dos produtos goianos para Minas Gerais. Posteriormente, durante o governo de Couto Magalhães, em 1863, foi aberta outra estrada que ficou conhecida como Estrada do Sal, saindo da capital e alcançando Coxim na sub-região do Araguaia em Mato Grosso.

As infraestruturas técnicas, essa rede pretérita que se estabelecia, fizeram fortalecer os laços entre as regiões, com a rodovia construída ligando Uberlândia a Itumbiara, permitindo chegar o primeiro automóvel a Goiás.

Foi pela via do Triângulo Mineiro, e do investimento particular que essa ligação se aprofundou e fez surgir um sentimento de que era possível empreender e crescer, e ainda lutar contra os políticos que não auxiliavam nos interesses desta elite comercial e rural que estava em ascensão.

Em 1908, o presidente Afonso Pena chegou ao poder e, em 1909, foi inaugurada a ponte sobre o Rio Paranaíba, com o nome do então presidente. Essa infra-estrutura se tornou importante para as relações entre o Triângulo Mineiro e o Sudoeste Goiano.

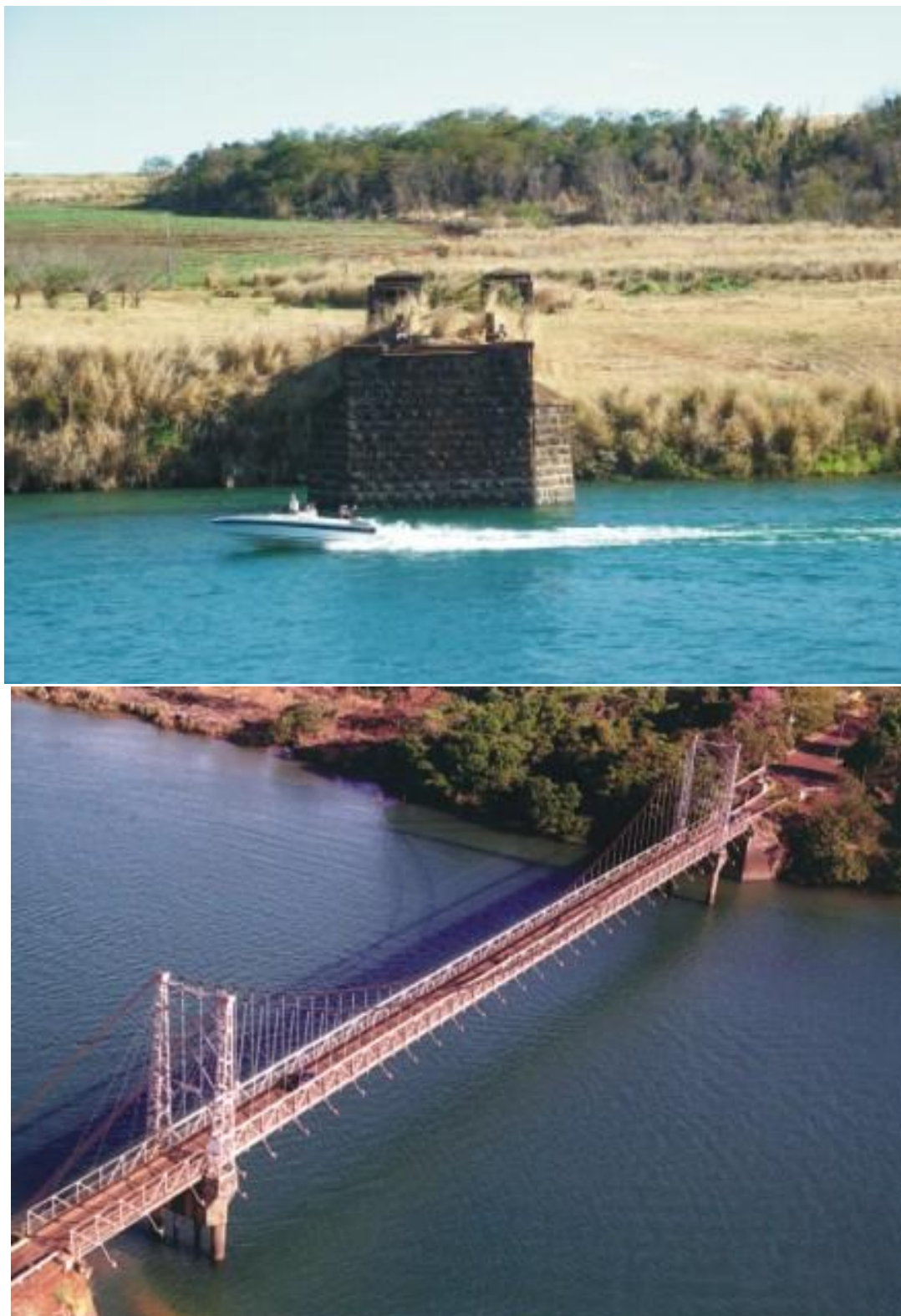
Além da primeira estrada que ligava o Sul à Minas, em Uberlândia surgiu uma empresa chamada Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal S.A, responsável por construir uma estrada que se tornou eixo de ligação entre Uberaba e Uberlândia, e Uberlândia e Itumbiara, fortalecendo as articulações entre o Triângulo Mineiro e o Sul Goiano.

Há dois fatores importantes relacionados à construção da ponte Afonso Pena. O primeiro é a maior facilidade de escoamento da produção de Goiás. O segundo está contido no investimento realizado pela Cia. Mineira de Auto-Viação do Triângulo, empresa privada de Fernando Vilela.

Uma empresa de Uberlândia-MG abriu a estrada que ligou Uberlândia-MG a Itumbiara-GO, passando por esta ponte, o que demonstra o início dos investimentos para que esta região fosse uma canalizadora da produção por ferrovias e rodovias.

Abaixo seguem ilustrações do que restou da antiga Ponte Afonso Pena e de sua atual estrutura.

Fotografia 14: Pilastras da antiga ponte Affonso Pena e atual ponte Afonso Pena.



Fonte: Prefeitura de Itumbiara.
Disponível em: <http://www.itumbiara.go.gov.br/turismo/pontos.htm>
Acesso em: Setembro, 2010.

No Triângulo Mineiro, os municípios travavam disputas para se estabelecerem comercialmente, por pertencerem a uma região com menos investimentos em Minas Gerais. Uberaba, Uberlândia e Araguari requeriam papel de intermediadores da produção goiana. Enquanto Uberlândia foi ponta de linha da ferrovia teve oportunidade de receber a produção goiana e ser intermediadora das negociações com São Paulo.

Quando a estrada de ferro se estendeu até Araguari, este passou a ser o município mais importante que recebia os fluxos goianos. Mas, as ligações entre Goiás e Minas Gerais por Araguari eram feitas por balsa e por uma estrada de terra. Neste contexto surgiu a empresa Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal S. A para trazer os fluxos de Itumbiara para Uberlândia, excluindo Araguari das negociações.

Com a estrada (rodovia), Araguari teve seu papel diminuído: até então o escoamento da produção goiana para Araguari era feito através de balsas, em seguida, através ferrovia e, com a nova estrada (rodovia) a produção passou a escoar por Uberlândia beneficiada pela articulação estrada (rodovia) e ferrovia Mogiana. (Soares, 1995)

Neste momento histórico em que uma empresa de uma cidade se prontificou a construir uma rodovia ligando pontos importantes da região, buscando estimular o comércio, e sedimentar as relações entre o Triângulo e o Sudoeste, ficou evidente que havia agentes que buscavam dinamismo e enriquecimento e que o governo de ambos os estados não auxiliavam as negociações.

Para França,(1979),

Foi aí, nesse ponto dos acontecimentos que o jovem homem de ação convidou o amigo Sidney Pereira de Almeida a fim de requererem juntos ao Governo do Estado de Goiás, um privilégio para a construção de estrada de rodagem que ligasse Santa Rita do Paranaíba a Mineiros, passando por Rio Verde e Jataí, com ramal até o porto de São Jerônimo. Imediatamente o convite foi aceito e os dois constituíram seus procuradores na capital os advogados Albatênio Caiado de Godoi e Claro Augusto de Godoi. (FRANÇA, 1979, p. 108)

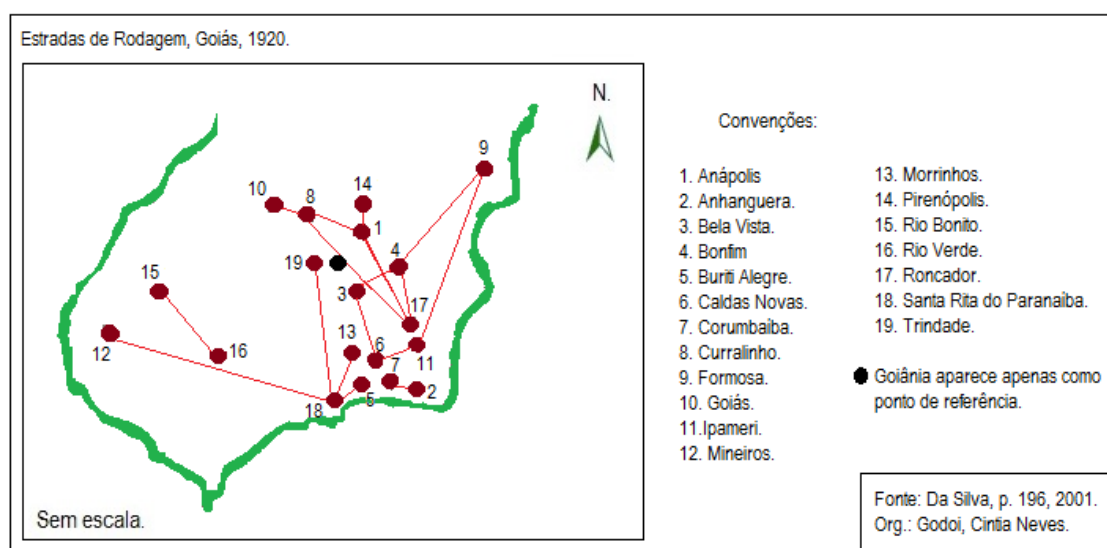
Embora o governo não arcasse com as despesas e com os projetos, não se opôs à construção das estradas, dando incentivos àqueles que se propuseram a realizar estes feitos. Através da lei n. 594 de julho de 1918, o governo goiano autorizou a construção da estrada ficando os empresários com o direito de construção e uso por 30 anos.

As movimentações para a construção das estradas foram responsáveis por constituir a Companhia de Auto Viação Sul-Goiana S. A, com sede instalada em Rio Verde e, em agosto de 1918, foi inaugurado o trecho Rio Verde – Jataí.

França (1979) afirma que foi pela estrada da Sul-Goiana, que mais adiante se guiou a marcha para o oeste, promovida pela Fundação Brasil Central, visando a penetração de Goiás e Mato Grosso. O autor afirma que o que Sudoeste Goiano esperou dos trilhos de ferro e não obteve, pôde obter com as estradas (rodovias), criando novas esperanças na região.

Abaixo, no mapa estão expostas as estradas que articularam os principais centros goianos na década de 1920.

Mapa 31: Estradas de Rodagem, Goiás, 1920.



Fonte: Da Silva, p. 196, 2001.

Em 1922, o decreto federal 4.460, ofereceu subvenções a estados e empresas que construíssem ou conservassem estradas de rodagem. Por isso mesmo, os estados que haviam cedido concessões revogaram as leis estaduais e só deixaram remanescentes os benefícios que já tinham sido concedidos.

Contudo, as empresas foram obrigadas a realizar os pedidos de concessão para o governo federal, o que dificultou os acessos e deixou novamente apenas para os estados o direito e dever de construir as estradas. O que, em Goiás freou os ânimos daqueles que buscavam ligações com outras áreas.

De acordo com Machado (1990) das 27 estradas relacionadas pela rede rodoviária de Goiás, que somavam 3.500 km, treze delas (48%) foram construídas por particulares com auxílio do estado e nove (33%) foram construídas sem auxílio. Apenas 11% das estradas contavam somente com o custeio do estado.

Os dados refletem o crescimento econômico, o aprofundamento de relações do Sudoeste com suas fronteiras, e o poder da elite que se formava, bem como o desinteresse do

estado de Goiás em relação aos seus produtores, responsáveis por grande incremento econômico regional.

Circulavam pelas estradas de Goiás para São Paulo: toucinho, couros, açúcar, fumo e principalmente gado. Ou seja, a maior parte dos produtos que interessava à exportação vinha mesmo do Sudoeste Goiano.

Em 1924, foram paralisados os trabalhos de extensão da estrada de ferro e, posteriormente foi imposto o decreto 8.464, de novembro de 1926, proibindo a exportação de feijão, toucinhos e porcos para fora de Goiás, apenas permitindo a saída de arroz e café.

Em 1926, com a passagem da Coluna Prestes por Goiás houve uma enorme diminuição na exportação do gado, pois muitos foram “tomados” pela Coluna. Esses fatores reforçaram a necessidade do Sudoeste se erguer como oposição ao governo de Goiás.

Para Machado (1990), o contato intenso entre os municípios do Sudoeste e Santa Rita do Paranaíba, que se tornou um entreposto comercial do estado, via Triângulo Mineiro, contribuiu para desenvolver um foco oposicionista mais forte ali.

Jornais de Uberaba e de Araguari, como o “Lavoura e Comércio” e o “Araguari” noticiavam a dinâmica de Goiás e as dificuldades de comercialização entre essas áreas, estimulando uma mentalidade antagônica à ordem oligárquica vigente em Goiás. O Triângulo Mineiro e o Sudoeste Goiano estavam insatisfeitos com o governo goiano.

Essa insatisfação somou forças para a movimentação contra os Caiados que partiu do Sudoeste Goiano. Além disso, a passagem da Coluna Prestes em Goiás foi preponderante para que dali partisse o movimento contra os Caiados.

Para falarmos da Coluna Prestes é importante que nos lembremos de que houve diversas manifestações e movimentos sociais no Brasil ao longo de sua história e, conforme o país foi enriquecendo, ou teve parte de sua população enriquecida, mais profundos e reivindicadores se tornaram os movimentos. Pois, as diferenças sociais se tornaram crescentemente mais fortes e evidentes.

Ao longo da primeira república, por exemplo, ocorreram movimentos sociais de trabalhadores que ganharam ímpeto tanto nas áreas rurais quanto nas cidades.

Fausto (2006) os divide em três grandes grupos: os primeiros, que combinaram conteúdo religioso com carência social, os segundos, que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social e; os terceiros, que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso. Nesta divisão estão presentes as manifestações de Canudos, do Contestado, as greves nas fazendas de café em São Paulo, dentre outros.

A Coluna Prestes de maneira específica tem início um pouco mais adiante, na década de 1920, mas está ligada às manifestações com reivindicações sociais sem conteúdo religioso. Esta se deu em função de divergências políticas para as sucessões presidenciais do início da década. No curso da disputa eleitoral veio à tona a insatisfação militar em função da candidatura de Artur Bernardes, supostamente antimilitar.

De acordo com Fausto (2006) a situação se tornou crítica quando, em 1922, o governo federal determinou o fechamento de um Clube Militar em Pernambuco, reforçando o temor do Exército para uma possível perda de poder para os políticos que comandariam o país a partir de novembro de 1922.

Se instituíram os atos de rebeldia oriundos do Exército, especialmente por parte de oficiais de nível intermediário do Exército, tenentes e capitães. Esse movimento de oficiais militares ganhou proporções e inimigos e, teve início uma movimentação pelo país com uma “coluna paulista” que se fixou no oeste do Paraná buscando somar esforços, principalmente de outra coluna proveniente do Rio Grande do Sul, para enfrentar o governo.

Naquele Estado, estourara uma revolta tenentista em outubro de 1924 na qual se destacaram o tenente Joao Alberto e o capitão Luís Carlos Prestes. Ela contara com o apoio da oposição gaúcha ao PRR, mesclando assim o tenentismo com as divergências da política estadual. Depois de vários combates, os gaúchos se deslocaram em direção ao Paraná, indo ao encontro das forças paulistas. Juntaram-se em abril de 1925 e decidiram percorrer o Brasil para propagar a idéia de revolução e levantar a população contra as oligarquias. (FAUSTO, 2006, p. 173)

Foi iniciada a Coluna Prestes, que realizou uma marcha pelo interior do país, de 1925 até 1927, quando seus remanescentes deram o movimento por terminado e se dirigiram para a Bolívia e o Paraguai. O movimento tencionava conseguir a adesão da população, especialmente a população rural, e instigar o povo a lutar contra o modelo e os representantes políticos que eram contemporâneos. De forma geral a Coluna não teve grandes conquistas nem apoio popular, sendo considerada por Fausto (2006) um movimento simbólico entre alguns setores da população urbana insatisfeitos com suas elites dirigentes.

Segundo Machado(1990) foi no Sudoeste Goiano que a Coluna Prestes mais desenvolveu atividades em sua passagem por Goiás.

Em relato, Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes, batizou as terras goianas como terra das águas verdes e revelou detalhes sobre o Sudoeste Goiano, nomes de pessoas e lugares. Machado (1990) considera que a Coluna foi bem recebida nas terras do Sudoeste Goiano: [...] Ao que parece a receptividade às atividades da Coluna na região foi grande o que

teria facilitado aí as suas manobras. O tabelião jataiense, Atanagildo França, incorpora-se ao 2º Destacamento em seu percurso para o norte[...]” (MACHADO, 1990, p. 85 e 86)

Machado (1990) acrescenta que as atividades da Coluna Prestes no Sudoeste do estado, foram mais intensas do que em outras regiões, por mobilizar seus habitantes e difundir a ideologia anti-governista, contribuindo para o desenvolvimento de uma oposição combativa. Teles (2008), em seu livro sobre o caminhar da Coluna por Goiás, também explorou as relações diversas estabelecidas entre a Coluna e o Sudoeste.

Cabe destacar que, embora não tenhamos falado especificamente das ações da oligarquia dos Caiados em diversos aspectos da vida social, havia muitas denúncias contra a violência com que a oligarquia mantinha e expressava seu poder por todo o estado.

Como agente combativo da oligarquia dos Caiado surge a figura de Pedro Ludovico. Obviamente não foi o único, mas como se tornou governador do estado e teve suas ações relacionadas aos interesses do Sudoeste Goiano, vamos analisar um pouco de sua história.

Pedro Ludovico – agente político.

Pedro Ludovico, foi criado em Goiás (antiga capital), mudou-se para o Rio de Janeiro, estudou medicina e voltou para Goiás em 1916. Mudou-se para Rio Verde, em 1917, e em 1918 se casou com Gercina Borges, filha do senador Antonio Martins Borges.

Sua iniciação política se fez através do relacionamento com seu sogro, que era político, e da inserção em militância na imprensa. Como já citamos, Pedro Ludovico foi um dos fundadores do jornal “O Sudoeste”, e se tornou correspondente do jornal “A Voz do Povo”, e através destes meios difundiu críticas quanto ao “Caiadismo”.

Neste contexto Pedro Ludovico se apresentou como figura de oposição, pois atuou como correspondente de jornais nos quais ele telegrafava constantemente ao governo federal para denunciar as ações violentas promovidas pela oligarquia dos Caiados no estado.

Entretanto, a história dos atos de violência, da organização de “milícias” armadas no Sudoeste é muito complexa. Havia na região representantes da oligarquia dos Caiados, assim como interesses da elite do Sudoeste em formar um grupo armado para se impor frente ao governo. Houve atentados e atos violentos que provavelmente partiram de ambos os lados para testar seus poderes.

O movimento do Sudoeste incluía em seus planos um ataque às cidades de Rio Verde e Jataí e conseqüentemente a destituição das autoridades do governos,

quando as cidades deveriam ficar sob o controle dos revoltosos. Segundo os depoimentos, visava ainda a queda do governo, a morte do senador Ramos Caiado e de autoridades governamentais na região. A maioria dos animais com quem contavam os revoltosos teria sido deixada pelo cel. Prestes, em sua passagem pelo Sudoeste. Dinheiro e animais eram arrecadados e colocados à disposição de Pedro Ludovico que julgava urgente o levante, para que em seguida viesse a intervenção federal e conseqüente queda do domínio dos Caiado. (MACHADO, 1990, p. 91)

Este movimento foi reprimido e resultou na prisão de seus líderes e expulsão dos homens que compunham a milícia formada pelo Sudoeste. Machado (1990) apontou que a milícia do Sudoeste foi composta por homens da região e por pessoas de fora, especialmente por homens do interior do Mato Grosso.

Pedro Ludovico e seu sogro Martins Borges, um importante fazendeiro e político do Sudoeste Goiano foram presos. Mas, é importante ressaltar o poder desse movimento que uniu políticos, médico, juiz de direito, comerciantes e grandes fazendeiros. Devemos considerar também que esta ação mobilizou agentes externos ao estado, ou seja, não estavam apenas interessados elementos provenientes do Sudoeste, “[...] deve-se considerar que não se tratou de um episódio puramente regional, revelando relações com o movimento tenentista e articulação nacional, [...] que indicam a presença de fazendeiros muito importantes, a maioria do norte do país, na Serra do Cafezal.” (MACHADO, 1990, p. 91 e 92)

A movimentação ocorrida na Serra do Cafezal, em Jataí, foi combatida pelos Caiados mas não extinguiu o poder e os interesses dos agentes do Sudoeste, novos municípios se aliaram à esta oposição como Santa Luzia, hoje Luziânia e Catalão. Estes agentes “locais” e regionais foram buscar novos reforços fora do estado.

Machado (1990) nos diz que a liderança nascida na luta pela imprensa, desenvolvida nos embates físicos e, sustentada pelo apoio do sogro, foram sendo fortalecidas pelas ligações de Pedro Ludovico ao tenentismo e aos líderes da Aliança Liberal. Nesta busca por novas regiões que apoiassem a luta do Sudoeste pelo poder, Pedro Ludovico conseguiu estabelecer contatos com Antonio Carlos de Andrada, presidente de Minas Gerais no período entre 1926 e 1930.

A movimentação que se deu a partir do Sudoeste Goiano envolveu diversos políticos, fazendeiros e comerciantes e, resultou em confrontos e adversidades, dentre eles a prisão de Pedro Ludovico, em 1929.

Mesmo com o esforço contrário da oligarquia dos Caiado, o movimento não perdeu forças por se tratar de um grupo que era forte economicamente no estado, e que se ligou a outros grupos no país, pois se tratava de um período de mudança das classes que estavam no poder.

Na década de 1930, grupos diversos questionavam o poder que apenas se concentrava nas mãos de antigas famílias, representantes de períodos econômicos pretéritos, que não dispunham mais de força econômica. Eram os “coronéis” versus a nova elite em formação. Era o poder de São Paulo versus o crescimento e participação econômica de outros estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás.

Essa movimentação estimulou a “revolução de 1930”, que não foi de fato uma revolução, pois não houve uma mudança estrutural no país, mas houve alteração dos grupos no poder, ou acordos entre novos e antigos agentes. Este movimento se inseriu em uma conjuntura ainda maior, a de instabilidade internacional, gerada pela crise de 1929.

Para Fausto (2006) a Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social, fosse ela a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea, e dependente das forças agrárias para que no plano político se formulasse um programa em seu nome.

Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro muito diverso, tanto do ponto de vista social quanto político, mas se uniram contra um adversário comum, as classes oligárquicas que representavam um poder ultrapassado. Ocorreu uma troca da elite do poder, os oligarcas tradicionais perderam a exclusividade de controle, e ascenderam militares, técnicos diplomados, jovens políticos e, mais adiante os industriais, Getúlio Vargas como presidente.

O período histórico referente ao governo de Getúlio Vargas trouxe consigo o avanço das relações capitalistas no espaço brasileiro. Esta característica deu continuidade aos anseios dos produtores e inseriu suas áreas em um projeto mundial de rede de produção e circulação.

O próximo item versará sobre a busca do Sudoeste em ser parte deste projeto, ainda que enfrentando diversos obstáculos, oriundos de escolhas políticas regionais e nacionais, como a construção de Goiânia e de Brasília que reforçaram um eixo de circulação do qual o Sudoeste Goiano não fazia parte.

As escolhas e projetos para a rede urbana nacional serão discutidos porque nos fornecem elementos para o entendimento das políticas do planejamento territorial que abarcou todos os espaços do país. Para entender o Sudoeste Goiano, precisamos entender o contexto de planejamento nacional e regional e, vinculá-los às lutas e esforços locais e regionais.

Parte 05: A organização de uma rede produtiva nacional.



No capítulo anterior apresentamos alguns agentes e ações que auxiliaram no entendimento do Sudoeste Goiano como um território produtivo. Demonstramos alguns dados da produção e das atividades agroindustriais que já despontavam no Sudoeste. Argumentamos que justamente em função desse poder econômico em ascensão é que o Sudoeste, Sul e Sudeste Goianos passaram a se articular entre si e com outras regiões para buscar força e poder político.

Neste momento, discutiremos a inserção do Sudoeste Goiano em uma rede produtiva nacional, a perda do poder político que o Sudoeste buscou e a ascensão de outras forças políticas estaduais. Além disso, falaremos do processo de urbanização e de industrialização que se aprofunda em Goiás e no país.

A capitalização da sociedade, ou de parte dela, ocorrida no período cafeeiro possibilitou a instalação de estruturas de comunicação e de transporte no interior do território e atribuiu nova fluidez a novos espaços. E, foi neste contexto que a atividade industrial começou a se desenvolver, nos moldes de uma produção capitalista.

Santos (1993) fez uma análise do processo de urbanização brasileira relacionando este com um modelo socioeconômico adotado, no qual uma das características principais é a criação e a manutenção da pobreza. Para ele, a cidade, como relação social e como materialidade se torna geradora da pobreza, por sua estrutura física e socioeconômica.

Além disso, o autor nos permite enxergar um movimento neste processo, como algo em plena dinâmica, que transforma o território como um todo, deixando de ser uma urbanização concentrada para ser uma urbanização difusa, saindo do litoral, adentrando o continente, e alterando as relações sociais estabelecidas no território brasileiro. Estas relações foram modificadas ao longo do tempo, conforme as técnicas de produção e de relacionamento se inseriram na sociedade.

A industrialização voltou o centro das atividades políticas, econômicas e sociais para São Paulo, especialmente a capital, que se tornou um pólo capitalista e irradiador de novas

tendências. O novo centro, juntamente a alguns espaços brasileiros que buscavam este modelo como algo a ser conquistado, acabou por formar um mercado interno em crescimento.

Este primeiro momento da urbanização e da disseminação das técnicas de comunicação e transporte durou até a década de 1930. Nesta, novas condições políticas e organizacionais permitiram à industrialização ganhar novo impulso, oriundo do poder público e do mercado interno que se articulou. Os espaços, os nós, portanto, produziram em conjunto uma nova lógica econômica e territorial.

É isto que abordaremos neste capítulo, como Goiás sendo um espaço ativo, um território em construção, participou e aprofundou as relações de interação com outros espaços, agregando crescentemente características capitalistas de produção e de relação.

Se no capítulo anterior construímos um texto somando elementos que participaram do desenvolvimento histórico do Sudoeste Goiano, neste capítulo focaremos nossas atenções nas ações de Pedro Ludovico como um agente do Sudoeste, suas relações com Getúlio Vargas, e seu governo que durou de 1930 a 1945, e teve como uma das principais características o fortalecimento da indústria e, como já dito anteriormente, a disseminação das formas de relação capitalista.

Estas interações trouxeram grandes transformações para Goiás, aprofundando o papel do Sudoeste como centro produtivo, mas retirando os anseios políticos que esta região buscou antes da construção de Goiânia.

Assim, se a luta do Sudoeste Goiano era para se fazer presente não só economicamente no estado de Goiás, mas também politicamente, as lutas não tiveram um final muito positivo para o Sudoeste. Pois, a materialização das lutas contra a oligarquia, foi construída nas regiões Sul e Sudoeste, mas o poder político continuou na região central do estado, tendo apenas migrado de Goiás (antiga capital) para Goiânia.

Neste capítulo também veremos como o processo de urbanização alterou o padrão das relações de poder no espaço.

Se no capítulo anterior abordamos como os municípios do Sudoeste tinham sua força local atrelada a agentes como médicos, padres, políticos locais, advogados; vamos ver que ao longo do século vinte, mais especificamente após o início do processo de industrialização, os notáveis dos lugares se transformam.

Urbanização e transformações na sociedade.

Como disse Santos (1993) os notáveis passam a ser ligados aos poderes de empresas, indústrias, à saberes técnicos e, especialmente à agentes externos aos lugares.

Assim, se antigamente os notáveis eram pessoas do lugar, isto se alterou, pois os notáveis passaram a ser pessoas externas, elementos estrangeiros. Isto significa que as relações espaciais também mudaram; as comunicações e o transporte auxiliaram na alteração da vida social, trouxeram mais fluidez e essa circulação acelerada permitiu novas formas de poder, com alcances espaciais maiores.

Os sistemas urbanos foram modificados pela presença de indústrias e atividades urbanas, freqüentemente firmas hegemônicas dotadas de grande capacidade de adaptação à conjuntura, de inovação, de uso de tecnologia e, conseqüentemente, de poder. Assim, ao se disseminarem no território, submeteram este às profundas tensões e forças trazendo mudanças rápidas e brutais.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. (SANTOS, 1993, p. 56)

Santos (1993) também chamou a atenção para a forma como se deu o processo de especialização das cidades. Para ele, as cidades locais se especializaram, como resultado da divisão do trabalho. Por isso, quanto mais intensa esta divisão numa área, mais cidades surgiriam e mais diversas seriam umas das outras.

No caso do Sudoeste Goiano, sabemos que até 1900 havia apenas dois municípios: Rio Verde e Jataí. Em 1905, Mineiros se emancipou, em 1943 Quirinópolis e, em 1948, Santa Helena de Goiás.

Após 1950, diversos municípios foram criados. Isto quer dizer que até a década de 1950 havia apenas cinco municípios estabelecidos no Sudoeste e, com o passar dos anos, quanto mais se aprofundam as relações - de todo tipo, com destaque para as relações de produção capitalistas, mais municípios foram sendo gerados.

O período de 1930 a 1945 coincide com o governo de Getúlio Vargas na esfera nacional, e de Pedro Ludovico na esfera estadual. Pedro Ludovico ascendeu ao poder, em 29 de outubro de 1930, com uma junta governativa e em novembro passou a ser interventor federal.

Pedro Ludovico chegou ao poder como um líder sudoestino, que somou interesses também da elite do Sul Goiano para fundar o governo dos Caiado. Sua proposta era ouvir os anseios das outras regiões do estado de Goiás que não apenas a antiga capital Goiás e, materializar as novas intenções estaduais na construção ou eleição de outra cidade como capital.

[...] acredito que o poder econômico do Sudoeste foi um elemento primordial ao processo de escolha e manutenção do Interventor. Homens do Sudoeste como Manuel Balbino de Carvalho, Sidney Pereira de Almeida, Filogonio de Carvalho e do Sul, como Diógenes Dolival Sampaio, se articulavam a nível nacional e foram os suportes políticos principais de Pedro Ludovico. (MACHADO, 1990, p. 101)

É importante entender como houve a ascensão de Pedro Ludovico, pois havia outros agentes que poderiam se tornar interventores. Mas, o Sul e o Sudoeste Goianos reivindicavam um representante para a direção do estado.

Pedro Ludovico, contudo, poderia representar o Sudoeste e o Sul, mas era preciso ter uma relação maior com outras regiões de Goiás para chegar ao poder e manter-se nele.

A ideia de eleger ou construir outra capital do estado envolveu diferentes localidades em um imaginário esperançoso. Qualquer cidade poderia ser a nova capital, e isso fez com que a população e os lugares fossem envolvidos nesta campanha.

Com isso, por onde Pedro Ludovico passou a população e os lugares investiram em sua imagem e em um discurso favorável para que pudessem se tornar a futura capital de Goiás. Este envolvimento foi primordial para o sucesso da ascensão e manutenção de Pedro Ludovico no poder, pois ele poderia definir um novo papel para algum município goiano. Este município se tornaria sede do governo de Pedro Ludovico e simbolizaria a modernidade chegando a Goiás. Como tratamos anteriormente, o ideal de Modernidade e de Progresso foi utilizado nas campanhas contra a oligarquia dos Caiado para fortalecer a imagem dos novos agentes políticos e agregar à imagem dos antigos um peso do passado, como algo negativo.

Assim, o progresso chegaria a Goiás trazendo o desenvolvimento para Goiás como um todo, superando o atraso da oligarquia antiga através da técnica. Ou seja, através da instituição de novos meios de comunicação, e da integração do território aos centros desenvolvidos do país. Também através do desenvolvimento das potencialidades goianas e, pela superação da mentalidade retrógrada que barrava o caminho da exploração das riquezas, bem como da educação da população em direção à nova identidade de Goiás. Uma mentalidade voltada à economia, ao crescimento da produção, e do governo estadual como regente deste crescimento.

Machado (1990) afirma que não devemos avaliar a revolução de 1930 em Goiás como apenas um período de alternância de oligarquias. Em primeiro lugar, porque a familiocracia, componente indissociável da oligarquia no Brasil, não se manifestou em Goiás, nos anos de 1930, com a mesma vitalidade e características do período anterior, uma vez que foi a figura de um homem - Pedro Ludovico - que catalisou a ação político-administrativa e não de uma família.

E, o esforço para diminuir o poder de uma família no controle da sociedade foi materializado no decreto n. 2.348, de 29 de agosto de 1931, que proibiu expressamente os interventores, como os prefeitos, de nomear parentes de até sexto grau para cargos públicos quaisquer, salvo para cargos de confiança.

Este tipo de ação reforçou a moralização administrativa defendida pelo tenentismo e incorporada à ideologia revolucionária, constituindo uma das metas prioritárias dos novos governos, o que contribuiu para a configuração da identidade jurídico-administrativa estadual.

Cabe ressaltar que as relações entre a posse de propriedades de terra na base do poder político permaneceram, mesmo sendo um dos elementos do funcionamento da ordem oligárquica, mas é preciso atentar para a diferenciação acima tratada, para não simplificar as formas de governo e os processos históricos, denominando o governo de 1930 a 1945 como uma continuidade oligárquica.

O poder de Pedro Ludovico foi construído aos poucos, as relações eram frágeis, e para se manter e crescer foram precisos acordos em diferentes instâncias já que não se tratava mais de uma família e sua base de relações.

Assim, de 1930 a 1935, houve a ascensão dos novos donos do poder com uma participação ativa do Sudoeste Goiano, na qual o governo procurou formar seu quadro administrativo agregando pessoas de confiança do governo. Neste período foram feitos os arranjos políticos e a distribuição de cargos de juizes, fiscais, funcionários, buscando fugir dos agentes que tivessem ligação com a oligarquia dos Caiado.

A partir de 1933 e 1934, teve início um período de atividade política e administrativa paralelo aos conflitos que colocavam em risco a continuidade de Pedro Ludovico na administração do estado.

Os conflitos referentes ao início do governo de Pedro Ludovico, em parte, eram solucionados pela atmosfera nacional. Havia uma aliança entre Pedro Ludovico e Getúlio Vargas e, este por sua vez, detinha um projeto de integração nacional. Os fluxos e ideais de planejamento que fizeram parte do governo de Getúlio incentivaram a população a acreditar nas mudanças e transformações que viriam com os técnicos e com os políticos.

A passagem dos anos trinta representou um marco no desenvolvimento econômico brasileiro. Foi o momento em que o padrão de acumulação nacional se alterou em favor da indústria provocando “deslocamento do centro dinâmico” da economia. Até então, o eixo propulsor de acumulação no país estivera dependente de atividades primário-exportadoras. No período de 1930 a 1960, com a paulatina eliminação de barreiras ao comércio interno e aumento da interdependência das diversas regiões com o centro dinâmico do país, ocorreu a integração do mercado nacional. No padrão de acumulação definido pelo capital industrial, evidente que São Paulo conduziria o mercado nacional desde que eliminadas barreiras alfandegárias, de comunicações e de transportes. Em algumas regiões a política econômica do Estado brasileiro, refletida em investimentos públicos, possibilitaram remoção dos entraves à integração do comércio de mercadorias e o resultado foi um vigoroso incremento nas relações mercantis inter-regionais sob a égide de São Paulo. (ESTEVAM, 1997, p. 80)

As políticas públicas dos anos 1930, do governo de Getúlio Vargas, a necessidade e interesse de transformar o país em um mercado nacional, em um mercado integrado; a necessidade de expansão do mercado consumidor interno, para que São Paulo pudesse ser um centro de comando. Os acontecimentos internacionais, as guerras mundiais e a necessidade de produção para venda aos países em guerra; e, aos países em reconstrução no pós-guerra; todos esses eventos marcaram a política e história do território brasileiro e foram causadores de grandes transformações espaciais.

O processo de integração do mercado nacional sob a égide de São Paulo, por outro lado, esteve fortemente condicionado pelas políticas públicas efetivadas no período de 1930 a 1960. A preocupação com os espaços vazios do território nacional e a contrastante densidade populacional do país tomou maior vulto durante a II Guerra Mundial passando a fazer parte de projetos governamentais. Em decorrência, a Marcha para o Oeste - lema inaugurado nos anos trinta - ganhou sobrevida e reforço nos pronunciamentos oficiais. Por um lado, não se tratava simplesmente de uma vaga idéia de marcha para o oeste e sim da concreta ocupação do Planalto Central e, a partir deste, do desbravamento da Amazônia. (ESTEVAM, 1997, p. 81)

Segundo Gomes (1998),

A partir dos anos de 1930, intensificaram-se as levas de imigrantes, mineiros e paulistas, que adentraram pela bacia do Paranaíba. Era a “Marcha para o Oeste” preconizada pelo governo Vargas, em busca de melhores terras e pastagens. Em decorrência das atividades agropastoris, praticadas de forma tradicional, surgiram as cidades que, atualmente, pontuam o território do sudoeste goiano, formado pela microrregião do sudoeste de Goiás, com 18 municípios, e pela microrregião de Quirinópolis com oito, totalizando 26 municípios. (GOMES, 1998, p.175)

Goiânia e os caminhos para Goiás.

O marco maior das políticas públicas voltadas para o interior e mais especificamente para Goiás, na década de 1930, foi a construção de Goiânia. Uma capital que representou a

mudança de um grupo político, ascensão de novos interesses regionais e ao mesmo tempo nacionais. Em seu discurso sobre a construção da nova capital no centro do país, Getúlio Vargas deixou clara sua intenção de fazer do cerrado e das áreas interioranas, áreas voltadas à produção e ao abastecimento do país. E, vimos que este projeto se consolidou e tem no Sudoeste Goiano um exemplo de território produtivo.

Sob o Império e a Primeira Republica, crescemos longitudinalmente, à orla das águas atlânticas. O Brasil vivia voltado para fora, e o sentido da sua cultura era a de evasão, o retorno ao continente dos descobridores. Com a revolução de 30, movimento de revigoração nacionalista, e o advento do Estado Novo, que veio dar forma política às tendências profundas na nacionalidade, modificaram-se esses rumos incertos e dispersivos, e a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos, restaurada nas suas raízes históricas. [...] O vosso planalto é o miradouro do Brasil. [...] vastas pastagens, onde os rebanhos podem multiplicar-se, matérias-primas minerais abundantes e das mais necessárias ao progresso; possibilidades incontáveis de cultura e industrialização. [...] torna-se imperioso localizar no centro geográfico do País grandes forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão amanhã os grandes celeiros da nação, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e Noroeste. [...] persistiremos na disposição e suprir barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homoganeamente, e a expansão do mercado interno se faça sem nenhum entrave (IBGE, 1942 *apud* DAHER, 2003, p. 35 e 36).

O projeto de construir a capital Goiânia é oriundo da década de 1930, a década de primeira grande crise do capitalismo. Esta crise, de uma maneira geral, como aponta Estevam (1997), não afetou o estado de Goiás negativamente. De certa forma os efeitos da crise de 1929 foram positivos para o interior do Brasil, já que São Paulo estava se tornando um centro dinâmico e suas relações de importação e exportação se davam mais fortemente com outros países do que propriamente com o Brasil.

A mudança política de 1930 em Goiás não significou somente substituição de oligarquias no contexto de um estado eminentemente rural. A princípio, a alternância no poder foi mais visível na aparência de comando do que nas atitudes tomadas pelo governo estadual; todavia, o novo dirigente propalava - como objetivo primeiro de sua gestão - a solução global dos problemas regionais e almejava inaugurar uma era de *desenvolvimento* para Goiás. Lemas como “novo tempo” e “modernismo” foram freqüentemente arrolados nos documentos oficiais dos anos trinta e a construção de uma nova capital representava o empreendimento sintetizador do afã de *desenvolver* o estado. Esteve bastante presente e divulgada a crença de que, onde se estabelece uma cidade moderna e bem aparelhada surge a “trindade econômica sobre que se baseia a atividade material, que é, ao mesmo tempo, industrial, bancária e comercial”. (ESTEVAM, 1997, p. 86)

Essa mudança política tinha como agentes os representantes do Sul e Sudoeste Goiano, ou seja, das áreas que participavam mais efetivamente da articulação com o Triângulo Mineiro e São Paulo,

[...] O sul buscava sua estrutura de poder; mascarados pela ideologia do progresso e pelo desejo de construção de uma nova capital estavam os anseios particulares dos novos líderes do executivo estadual. “Mais do que numa capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sul e o Sudoeste, isto é, para o centro econômico de Goiás”. (ESTEVAM, 1997, p. 86)

Segundo Estevam (1997) os líderes do Sul e Sudoeste Goiano instigaram um levante para instalar um governo provisório em Goiás e, desde então novas oligarquias, de forma constitucional e extra-constitucional, chegaram ao poder e passaram a inserir novos interesses na política do estado de Goiás.

Com as críticas e anseios embutidos na construção de uma nova capital, esta trouxe fluxos para sua construção e para seu desenvolvimento, o que significou acréscimo na dinâmica estadual e regional, justificando as ideias da elite política que se formava.

A construção da nova capital, deste modo, ao ensejar correntes imigratórias, foi responsável pelo lançamento de germes de transformação nas estruturas sócio-econômicas do centro-sul do estado. Suas terras foram paulatinamente sendo conhecidas tornando-se cativante opção para assentamento dos imigrantes rurais que passaram a se movimentar pelo campo brasileiro. A propaganda oficial nos anos trinta - ressaltando a nível nacional as possibilidades econômicas de Goiás - colaborou para que imigrantes de outros estados, principalmente a partir de 1935, ocupassem as adjacências da nova capital e adentrassem as florestas virgens da zona “Mato Grosso de Goiás”. (ESTEVAM, 1997, p. 91)

Não nos ateremos aos detalhes políticos, mas é importante lembrar que havia conflitos, pois não houve um governo que uniu interesses de forma homogênea, houve manifestações fortes do Sudoeste Goiano e Sul contra ações de Pedro Ludovico e, estas manifestações atestavam insatisfações, pois quando assumiu o poder, Pedro Ludovico teve de fazer escolhas que de certa forma novamente não priorizaram os produtores das regiões em questão, especialmente do Sudoeste.

O discurso corrente à época se apresentava como se houvesse uma dicotomia absoluta entre aqueles que lutavam por uma nova capital, por um distanciamento dos antigos políticos, da Oligarquia dos Caiado e, pela ascensão de um novo grupo que marcasse seu poder no território através da construção de uma nova capital. Mas, quando nos aprofundamos na história política do estado de Goiás, sabemos que houve crise, conflito, mas houve também conciliações entre os grupos no poder.

Mendonça (2008) em seus estudos sobre a política em Goiás nos alerta sobre essa ideal dicotomia monolítica entre partidários e opositores na década de 1930.

[...] Começamos a indagar essa bipolarização inamalgável a partir da constatação do sucesso da agremiação partidária dirigida por Pedro Ludovico nos sufrágios ocorridos na década de 1930. Eis a pergunta: como e porque a facção do interventor federal ganhou com folga todas as eleições realizadas durante a Segunda República na maior zona eleitoral do Estado, ainda com título de capital, se como é voz corrente, pacífica e uníssona na historiografia regional, a população vilaboense era radicalmente contrária ao projeto de transladação? (MENDONÇA, p. 98, 2008)

O referido autor buscou responder essa questão através do entendimento de que não há uma exclusiva razão, mas sustentou que a principal causa da vitória governista na sede dos poderes estaduais foi o compromisso firmado pelo chefe de governo goiano, de que não abandonaria a Cidade de Goiás, preservando-a da decadência.

Assim, Mendonça (2008) nos apresentou uma versão que parece mais plausível, do que ao longo de sua obra denomina como um movimento mudancista condicionado, ou seja, houve uma aproximação dos grupos que antes reivindicavam mais desenvolvimento para Sul e Sudoeste Goiano, com os grupos que estavam no poder, e representavam os interesses da capital Goiás.

Houve também tentativas de diminuir o poder da oligarquia, pois novos prefeitos e outros cargos importantes tiveram seus representantes alterados, excluindo a família Caiado ou os políticos antecessores.

Ocorreram, portanto, intervenções em busca do apoio dos municípios diversos e da extinção do poder até então vigente, mas como o movimento da revolução de 1930 em Goiás não tinha tantos participantes, as prefeituras, de acordo com Chaul (1988), foram entregues a grupos que simplesmente estavam em oposição ao chefe “Caiadista” local. Em geral, tais grupos não cooperaram com o movimento liberal, e fizeram uma oposição meramente local, uma contingência imposta pela carência de elementos de apoio a Pedro Ludovico.

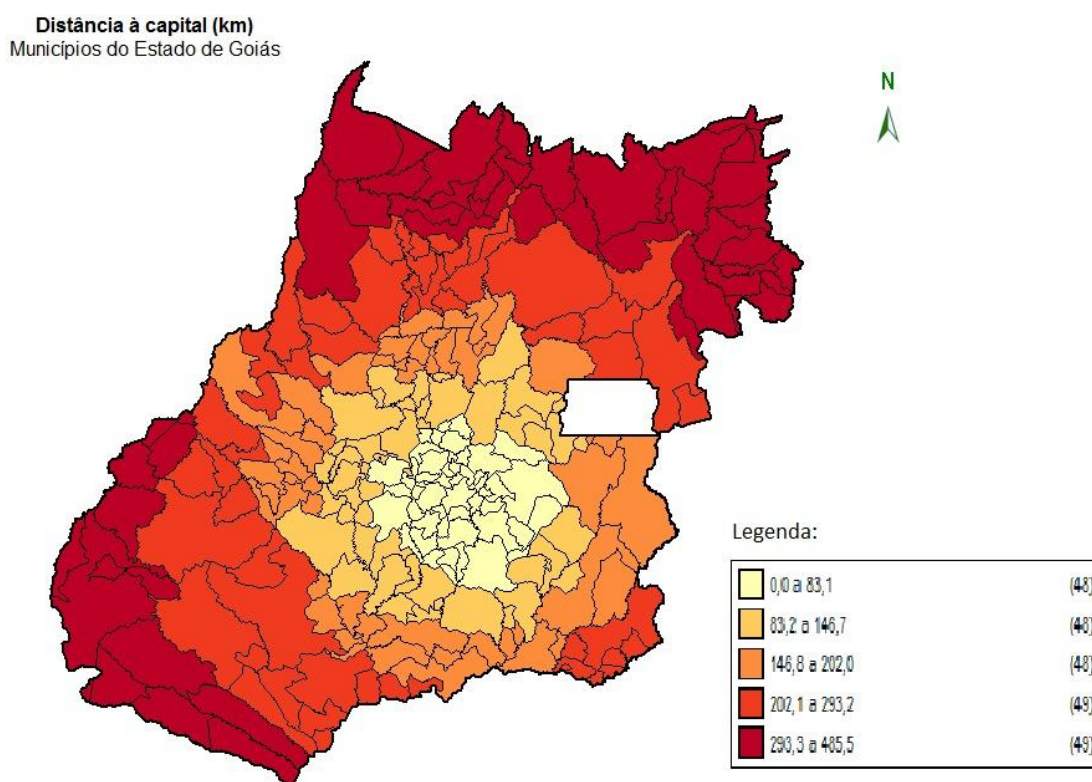
Em 1932, o “Correio Oficial” publicou o decreto n. 2.737, nomeando uma comissão para proceder estudos necessários à escolha de um local para se edificar a futura capital. E, em 1933, o decreto de n.2.851 autorizou o estado de Goiás a contrair empréstimo para dar conta dos investimentos para a nova capital.

A comissão formada para fazer estudos e delimitar uma área para a construção da capital escolheu, em 1933, Campinas como local onde deveria se situar a nova Capital,

[...] considerando que a mesma se achava no local mais centralizado da parte mais povoada do Estado, bem como possuía ótimas terras e topografia apropriada para a edificação de uma nova e moderna capital. A escolha de Bonfim, porém, não foi de toda descartada. (CHAUL, 1988, p. 72)

O local de construção de Goiânia, a nova capital, distava em média 150 km da antiga capital Goiás, 230 km de Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara), 255 km de Catalão, 260 km de Rio Verde e 350 km de Jataí. Estas distâncias expõem uma escolha que reforçou a região “central” de Goiás. Ou como é denominado atualmente, o Mato Grosso Goiano.

Mapa 32: Distância Municípios da Capital em Goiás.



Certamente, essa capital não seria construída no Sudoeste ou Sul Goianos por uma questão de planejamento. Havia diversas esferas interessadas no desenvolvimento de Goiás, era preciso expandir a fronteira e, de certa forma, o Sul e o Sudoeste já detinham uma dinâmica, era preciso atrair os fluxos para adentrar mais o território.

Ao mesmo tempo, cabe lembrar que até 1988 o atual estado do Tocantins era parte integrante de Goiás, se instalando oficialmente apenas em 1989. Assim, a capital deveria levar mais fluxos para o interior, mas a localização de sua construção não foi muito ousada neste sentido, pois se situou próxima a uma região povoada, o Sul Goiano, e próxima à antiga capital. Com isso, priorizou uma rota já estabelecida, aproveitando também a ferrovia

próxima à região central cujo projeto era se estender até Anápolis, distante 60 km da nova capital.

A nova capital e o projeto capitalista.

O projeto de construção da nova capital de Goiás impulsionou e foi impulsionado pelas necessidades do avanço da frente pioneira. A nova capital concretizou e simbolizou a frente nos moldes capitalistas e permitiu a penetração de novas frentes de expansão.

Em escala nacional, havia uma preocupação com a configuração territorial que o país estava adquirindo, relacionada à agricultura brasileira, monocultora e concentradora da propriedade de terra que provocava o empobrecimento da população rural, e o conseqüente êxodo para as cidades, fenômeno que passou a preocupar os planejadores desde o final do século dezanove.

A partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder, não houve grandes rupturas, mas os quadros oligárquicos tradicionais foram diminuindo seu poder enquanto outro grupo ascendia: militares, técnicos diplomados, jovens políticos e mais tarde os industriais. Este novo grupo buscou centralizar em suas mãos tanto decisões econômico-financeiras, quanto políticas.

Segundo Fausto (2006), o Estado Getulista promoveu o capitalismo nacional através de dois suportes, o aparelho do Estado e as Forças Armadas, criando na sociedade uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana. Assim, a burguesia foi sendo promovida, especialmente a industrial, não porque tenha atuado na Revolução de 1930, mas pelo impulso dado pelo governo de Getúlio Vargas. Para o autor, o projeto de industrialização, de planejamento, esteve mais relacionado aos quadros técnicos dos novos governos do que propriamente aos empresários.

Mesmo com planejadores preocupados com o modelo que o país vinha seguindo, a elite nacional, junto aos políticos - os gestores de uma forma geral - fez escolhas que provocaram uma inversão urbana que ocorreu entre as décadas de 1940 a 1980, ocasionada pelos impulsos e investimentos no campo, mecanização, industrialização da produção agrícola, e estímulos pela dinamização da movimentação da população e reforço ao modelo monocultor e exportador.

Quando Getúlio Vargas chegou ao poder, em outubro de 1930, diversas foram as medidas tomadas para centralizar o poder e ter um controle maior tanto deste centro, como de todos os estados que compunham o país.

O âmbito dessas ações era de muita incerteza, pois a crise de 1929 deixou o mundo temeroso em relação aos problemas sociais, e prestes a passar por uma segunda grande guerra, o que para o Brasil poderia significar uma produção agrícola sem mercado, a ruína de muitos fazendeiros, desemprego nas cidades e dificuldades financeiras crescentes em função da diminuição da receita das exportações.

Para se fortalecer, o governo de Getúlio se apoiou no exército, na igreja católica e em grupos nomeados pelo presidente em cada estado da União. Os cafeicultores, ou seja, os grandes produtores de uma forma geral, também tiveram seu apoio buscado.

Para tanto, Getúlio concentrou em suas mãos a política do café criando, em 1933, o Departamento Nacional do Café (DNC). Esta política se consistiu em tornar o governo o maior comprador de café, e o responsável pela revenda posterior, destruindo fisicamente uma parcela do produto quando houvesse alta produção e baixa demanda, a fim de regular os preços.

Assim, o governo controlava a produção mais importante do país e se tornava um planejador da organização nacional, com vistas a se proteger e estimular a indústria e a transformação da agricultura em agroindústria. Para isso, foi desenvolvido um dos projetos mais conhecidos do período getulista: a marcha para o oeste.

Getúlio Vargas esteve em Goiás. É importante ressaltar que este foi o primeiro chefe de Estado a visitar a região, um gesto simbólico, segundo Machado (1990) que legitimou a política de ocupação de espaços que se desenvolveriam a partir de então. E, nesta visita a Goiás ambos os políticos sobrevoaram a região do Araguaia, momento histórico que culminou na frase do então presidente que dizia que o que ele vira era o “branco do Brasil.”

O branco do Brasil, ou a região inabitada, despovoada, era um problema para o país, especialmente no contexto da segunda guerra mundial, em que se punham em prática as teorias sobre o *Heartland* e o Espaço Vital. Estas idéias, que partiram de *Ratzel* e *Mackinder* falavam de uma área central que deveria ser dominada, para que o restante do território também o fosse. E, havia interesses europeus em disseminar a população excedente da Europa para outros países, incluindo o Brasil.

Neste sentido, Getúlio Vargas, com receio dos interesses europeus e com grandes interesses em povoar o Brasil, em estimular a produção agrícola, pecuária e industrial em diversas áreas do país e, com o intuito de distribuir terras aos produtores que se interessassem em se tornar produtores em novas áreas, começou a estimular novos fluxos orientados ao Centro-Oeste do país para, a partir do Centro-Oeste, adensar o povoamento da Amazônia.

O decreto lei n. 3.034, de 1933, foi criado para estabelecer concessões especiais de impostos a toda sociedade ou companhia que promovesse correntes migratórias com vistas a trazer atividades agrícolas para Goiás. Este decreto revogou o antigo de n. 124, de 1896, que regulava a ocupação das terras devolutas e era oneroso ao estado.

Tratava-se de um possível ambiente hostil externo. Havia pretensões de enviar contingentes de imigrantes europeus, ou transformar países como o Brasil em áreas de exploração e de apoio para saída da crise enfrentada pelos países europeus e pelos Estados Unidos. Uma atmosfera tão protecionista dos países do norte fez refletir no Brasil uma intenção parecida, ou seja, aguçou o sentimento de nacionalidade, explorado pelos governantes que buscavam essa identidade nacional.

[...] O governo propõe então, a ocupação da Amazônia, alvo da cobiça internacional, através do Planalto Central, em decorrência da sua inviabilidade pelo litoral. A colonização passaria então, pela ocupação prévia de Goiás e Mato-Grosso. A nacionalidade devia ser afirmada pela ocupação dos espaços vazios e pelo concomitante crescimento da produção agrícola, promotora da auto-suficiência econômica do país. (MACHADO, 1990, p. 148)

Em 1942, se deu a inauguração oficial de Goiânia e, através da nova capital o país voltou-se para Goiás, inclusive atentando para outros aspectos como o desenvolvimento pecuário, as possibilidades econômicas, dentre outros fatores.

A inauguração de Goiânia materializou o poder de Pedro Ludovico, que deixou de ser um homem do Sudoeste para ser um representante de Getúlio Vargas em Goiás.

Com esse movimento, a transformação e ascensão de seu poder, Pedro Ludovico passou a pensar no estado de Goiás e não mais apenas nos problemas do Sudoeste e Sul Goianos.

A manobra da construção da capital, que deu impulso ao político, através do apoio dos produtores do Sul e Sudoeste que almejavam ver o poder ser retirado da antiga Goiás, reforçou o eixo São Paulo – região central de Goiás. Esta continuou fortalecendo alguns municípios do Triângulo Mineiro, cujas terras são parte deste eixo, como Uberaba e Uberlândia, e reafirmou municípios como Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara). Com esse reforço ao antigo eixo de circulação, não houve estímulo a novos fluxos para o Sudoeste Goiano.

Isso fez com que o Sudoeste Goiano perdesse forças, e também a oportunidade de participar de um eixo mais forte, se relacionando mais profundamente com as áreas centrais do país.

No período entre 1900 a 1934, foram instalados 160 estabelecimentos industriais em Goiás e posteriormente, de 1935 a 1939, chegaram 176 indústrias, um acréscimo na ordem de 110%.

Os esforços da política colonizadora foram responsáveis pelo fracionamento da posse da terra em Goiás e conseguiram promover o crescimento da produção agrícola.

O desenvolvimento de pequenas propriedades se tornou mais significativo, especialmente, porque estas também foram responsáveis pela produção de alimentos de abastecimento interno.

[...] Em 1920 a produção principal do Estado (arroz, feijão, mandioca, milho e café) importava em 218.314,0 toneladas; em 1939 o volume desses produtos sobe para 356.929,0 toneladas, crescendo na ordem de 63,49%. Como o fracionamento da propriedade não privilegia a pecuária extensiva, própria de grandes extensões de terra a produção pecuária cresce em apenas 16,76% - 3.238.731 cabeças em 1920 a 3.781.901 cabeças em 1940. (MACHADO, 1990, p. 156)

O crescimento industrial em Goiás fez parte de um fenômeno que aconteceu em escala maior. Segundo Fausto (2006), os historiadores da economia costumam tomar a data de 1930 como um marco inicial do processo de substituição de importação de produtos manufaturados pela produção interna. Para ele, há certo exagero nessa afirmativa, pois esse processo começara em décadas anteriores.

Entretanto, não há dúvidas de que as dificuldades de importação, decorrentes da crise mundial de 1929, e a existência de uma indústria de base e de capacidade ociosa das indústrias, principalmente no setor têxtil, impulsionaram o processo de substituição. Fausto (2006) diz ainda que quando avaliamos os valores da produção agrícola e industrial, conseguimos enxergar o nítido crescimento da indústria. Em 1920, a agricultura era responsável por 79% do valor da produção total no país e, a indústria representava 21%. Em 1940, as proporções passam a corresponder a 57% e 43% respectivamente.

As taxas de crescimento da indústria no Brasil também estão diretamente ligadas aos acontecimentos em escala internacional. Elas indicam um considerável avanço entre 1933 e 1939, e um ímpeto menor a partir de 1939 até 1945. Isto significa que a indústria se recuperou rapidamente dos anos de depressão iniciados em 1929.

A não renovação do equipamento industrial e as perturbações no comércio internacional, resultantes do início da Segunda Guerra Mundial, concorreram para que as taxas de crescimento caíssem entre 1939 e 1943. Mas, mesmo tendo seu crescimento

diminuído este foi um período importante para arraigar o processo de industrialização nascente, reforçá-lo, e mantê-lo para fortalecer o país.

Para Fausto (2006) é bem provável que os investimentos públicos em infra-estrutura tenham contribuído para eliminar ou atenuar estrangulamentos sérios que pudessem diminuir a importância ou o fenômeno da industrialização no Brasil.

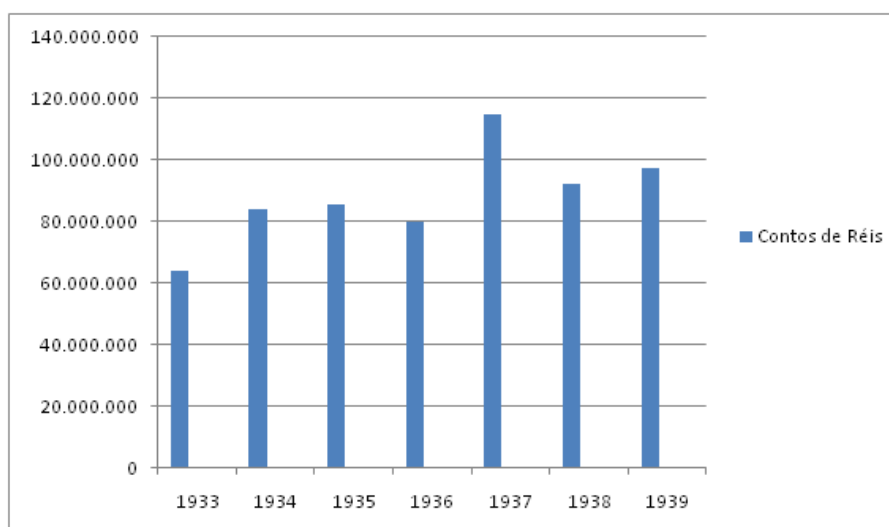
Este crescimento da produção ocorreu não só em função dos investimentos diretos em produção. Houve um esforço por parte do Estado e, por parte do governo goiano, para que a rede técnica pudesse viabilizar o crescimento produtivo, pois o transporte e as comunicações também receberam estímulos.

De acordo com o Relatório do Interventor Federal, Dr. Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas, o aumento da produção em Goiás resultou no crescimento das exportações, entre 1935 e 1939, com uma queda, entre 1937 e 1938/1939, mas com níveis mais elevados em relação aos anos anteriores. (Machado, 1990, p. 159)

[...] O aumento das exportações, se decorrente do crescimento da produção agrícola e pecuária, se viabilizou através do desenvolvimento dos meios de transporte, principal reivindicação dos anos 1920. O Estado se responsabilizou diretamente pela construção de 906 km de estradas de rodagem; as prefeituras, com o apoio técnico e financeiro do Estado – [...] também cortaram os municípios de estradas, promovendo a ampliação da malha viária existente até então. Goiás passou a ser o quinto Estado da federação em extensão de redes rodoviárias. (MACHADO, 1990, p. 156)

No gráfico abaixo, podemos notar a dinâmica das exportações de Goiás. Há oscilações que apontam crescimento e quedas anuais. Crescimento entre 1933 e 1935, queda entre 1935 e 1936, há um crescimento na ordem de 30.000 contos de réis entre os anos de 1936 e 1937. Posteriormente, entre 1937 e 1938 ocorre nova queda. E, por fim um pequeno crescimento entre 1938 e 1939. Cabe ressaltar que mesmo nos períodos de queda, não houve decréscimo em relação aos números alcançados em 1933.

Gráfico 02: Valores das Exportações do Estado de Goiás, 1933 a 1939.



Fonte: Da Silva p. 154, 2001.
Organização: Godoi, C. N.

O artigo primeiro do Decreto 3.759, de 14 de setembro de 1933, estabeleceu que ficassem isentas de todos os impostos estaduais e municipais - pelo prazo de dois anos - todas as fábricas, oficinas, serrarias e olarias que se instalassem ou que já tivessem se instalado na área escolhida para a construção da nova capital e, em um raio de 24 quilômetros da nova capital.

Foram construídas casas para abrigar os funcionários públicos, buscando atraí-los e fazer com que abandonassem suas moradias em Goiás, a antiga capital; foram vendidos, com pagamentos facilitados, diversos lotes na nova capital para funcionários públicos e produtores importantes.

O esforço de construir Goiânia se deu, portanto, à custa do endividamento de Goiás, com investimentos do governo federal, com venda de lotes e exploração dos operários.

O poder do estado foi sendo crescentemente concentrado nas mãos de Pedro Ludovico que, após diversos conflitos e desavenças, conseguiu montar um grupo de sua confiança e, assim, permanecer até 1945. O grupo formado englobava, de acordo com Chaul (1988), fazendeiros que continuaram coordenando o processo político e inserindo nos quadros candidatos de classe média ligados a eles. “Destá forma notamos a predominância da região Sul, a mais desenvolvida economicamente, em termos de representação.” (Chaul, 1988, p. 138)

Embora tivesse afirmado que houve uma predominância de políticos que representavam a região Sul no poder na década de 1930, Chaul (1988) a seguir, nos diz que os grupos oligárquicos tanto do Sul como do Sudoeste, puderam participar do poder político arquitetando os caminhos da economia goiana rumo ao mercado nacional.

Entretanto, sabemos que com menor grupo no poder, menor representação política, o Sudoeste Goiano não poderia receber e ter o mesmo poder que o Sul, o que é visível ainda hoje na rede técnica disponibilizada pelo estado.

A luta pela rede técnica.

A ferrovia avançou nas terras do Sul Goiano até o Mato Grosso Goiano e rodovias importantes foram traçadas nas terras do Sul, sendo duplicadas na década de 2000, enquanto o Sudoeste ainda hoje possui uma rede técnica muito mais deficitária.

O Sudoeste Goiano não foi servido pelo transporte ferroviário e, como já dissemos anteriormente, conheceu uma significativa expansão rodoviária em função de investimentos de agentes locais que, associados aos investimentos de agentes do Triângulo Mineiro, conseguiram trazer para si fluxos, e manter sua posição de importante centro produtor que transportava sua própria produção até o Triângulo Mineiro e São Paulo.

O governo de Pedro Ludovico seguiu, contudo, apoiando a disseminação das rodovias pelo estado, mas houve um esforço de tomar para o governo a responsabilidade pela infraestrutura que viesse compô-lo. Assim, o estado assumiu a construção e a conservação das principais estradas de rodagem que compunham as vias de transporte vitais para a economia regional.

[...] A integração física do território goiano passa a ser prioridade do poder público. No relatório encaminhado ao Governo Provisório, em 1933, Pedro Ludovico Teixeira constatava que a carência de transporte era um dos principais problemas responsáveis pelo atraso e desorganização da economia agrária goiana. (BORGES, 2000, p. 56)

A expansão do modal rodoviário se fez no território goiano, especialmente na região Sul do estado. No início de 1920, Goiás contava com 1.200 km de rede rodoviária que, em 1936 cresceu para 7.181 km. Esta rede era de baixa qualidade e mal distribuída no estado, o que não contribuía para tornar o produto de Goiás competitivo, pois seu escoamento era dificultado pelas más condições de circulação destas vias.

Em março de 1937, Pedro Ludovico assinou o decreto de transferência da capital de Goiás, para Goiânia e, em novembro Getúlio Vargas anunciou o Estado Novo, uma forma de

governo autoritária que centralizou poder ao presidente e concedeu poderes àqueles que o apoiavam. Isso significou que os moradores de Goiás, a antiga capital, nada podiam fazer para impedir que Goiânia sediasse o novo governo estadual.

Em 1938, foi elaborado o primeiro Plano Rodoviário Nacional, na ditadura de Vargas, o qual projetava a implantação de uma rede de transportes que integraria o território brasileiro por meio de estradas de rodagem. Em Goiás, este plano seria importante, porque em sua constituição estava referida uma rodovia que cruzaria o país, a Transbrasiliana.

A Transbrasiliana foi planejada para ser o eixo rodoviário do Brasil, cujas despesas seriam pagas pelo governo federal e pelos estados pelos quais esta fosse passar. Mas, por falta de recursos este projeto não foi adiante e, quando da construção da Belém-Brasília, já no final dos anos 1950, aquela não havia sido terminada, possuindo apenas trechos construídos em Goiás.

Com o poder centralizado através do Estado Novo, que dava liberdade de censura e repressão ao governo, Getúlio Vargas pôde colocar o plano de “marcha para o oeste” em voga. Estavam em jogo neste plano: interesses oligárquicos, burgueses e industriais. Somava-se à classe antiga oligárquica uma nova classe, a burguesia que nascia junto aos industriais.

As três classes eram unificadas pelo fato de que os investimentos na indústria dependiam da acumulação de capitais na agricultura que eram canalizados sob a forma de créditos e de financiamentos, mediados pelo sistema bancário já em operação no país. Assim, o modelo de agricultura assumido apoiava uma economia que forjava o desenvolvimento através de duas formas de agricultura, o cafeeiro e o produtor alimentício, que abastecia as áreas cafeeicultoras e os centros urbanos e industriais mais próximos.

O avanço deste modelo se dirigiu a Minas, Sul de Goiás e Mato Grosso, já que a região Sul não apresentava mais condições para satisfazer a necessidade de um maior número de terras disponíveis e mais baratas.

Nas palavras de Chaul (1988),

Em suma, Goiânia, pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que sua realização dependeu basicamente do regime instalado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o Estado Novo, o inverso é também verdadeiro. Goiânia era a representação maior do “nacionalismo”, do “bandeirantismo”, da “sagacidade” do brasileiro, tão decantados pelos ideólogos do Estado Novo. (CHAUL, 1988, p. 157 e 158)

O que se pretendia, portanto, era concretizar a frente pioneira em Goiás e abrir novas frentes rumo à Amazônia. Isto significou que as obras do governo de Pedro Ludovico,

interventor de Getúlio Vargas, foram estimuladas, porque davam margem ao próximo passo, em direção à Amazônia, com a ocupação definitiva dos cerrados de Goiás.

Os esforços da elite do Sul e Sudoeste Goiano eram destinados à obtenção de poder político. Entretanto, quando Pedro Ludovico ascendeu politicamente, este priorizou aquilo que era mais facilmente alcançado: a construção de outra capital, materializando outro tempo e outro grupo que chegou ao poder, o que não privilegiou as áreas do Sudoeste Goiano. Mais adiante foram criados instrumentos técnicos para dinamizar e agregar valor à produção goiana em Anápolis, São Simão e outros municípios.

Crescimento para Goiás.

A década de 1940 chegou, portanto, com investimentos em Goiás, buscando sua participação na dinâmica nacional, mesmo que ainda com uma ocupação não numerosa e uma população difusa em seu território. Segundo Gomes (1998),

Já na década de 1940/1950, a Revolução Verde, financiada por governos e fundações Internacionais (Ford, Rockefeller, Instituto Kellog etc), era testada como laboratório experimental agroquímico em vários países subdesenvolvidos (México, Índia, Filipinas etc), com o propósito de preparar o advento da expansão agropecuária, calcada na quimificação e monocultura exportadora, objeto da Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT), iniciada pós-Segunda Grande Guerra, pelo imperialismo internacional. No Brasil, o Plano de Metas do governo JK já havia lançado as bases da infra-estrutura viária, energética e industrial necessária ao desenvolvimento econômico do país. (GOMES, 1998, p. 176)

A política incentivada, entre 1940 e 1950, para o país era ainda de interiorização, uma política federal que continuava a estimular a migração para as áreas possivelmente produtivas no Centro-Oeste, no Sul e outras regiões com a proposta de garantia de terras para aqueles que migrassem.

O germe do movimento imigratório surgiu quando alguns projetos governamentais, na década de 1940, promoveram assentamento de colonos na região do planalto central brasileiro. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG - foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal. O projeto contou com o apoio do governo estadual que influenciou decisivamente na escolha do local de sua implantação. O mandatário de Goiás mostrou a Getúlio Vargas, em mapa, “uma zona ótima para tal empreendimento, que ficava muito distante de Goiânia e mais perto de Anápolis, que nesse tempo era a cidade mais populosa e progressista do Estado”. (ESTEVAM, 1997, p. 97)

Com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no início dos anos 1940, foi construído o primeiro trecho da BR-14, interligando a Colônia ao terminal

ferroviário de Anápolis, e ao longo da década de 1940 e de 1950, os governos estadual e federal continuaram investindo nesta rodovia, com direção ao Norte, buscando aproximar também o norte do estado de Goiás, à região central.

Os investimentos na capital fizeram emergir Anápolis-GO como um centro produtor, próximo a Goiânia e, através dos incentivos do governo federal, de imigração e produção foi estimulada a região hoje denominada Ceres -GO, como uma área próspera para ser a primeira Colônia Agrícola Nacional.

A mola propulsora de atração para Ceres foi a promessa de terra gratuita garantida pelo governo federal. Neste aspecto, a CANG teve o sentido de “terra prometida” para alguns milhares de migrantes que se movimentavam pelo campo brasileiro. Em consequência, até o final da década de 1940, Ceres obteve, em termos percentuais, um incremento populacional relativo superior ao do próprio estado de Goiás. A grande maioria dos imigrantes, conforme testemunhou WAIBEL, era composta de mineiros; o restante de “nortistas” e advindos do próprio interior de Goiás.¹⁹² Na verdade, tratava-se de pessoas sem recursos - na maioria agregados de fazendas, meeiros e arrendatários - que marchavam em busca da terra prometida. A viagem rumo a Ceres, de acordo com testemunhos, nada tinha de alegre: “Homens macilentos, sujos, mulheres nas mesmas condições, e, ainda por cima, carregando crianças (...) percorrem centenas de quilômetros a pé, sob o sol ardente ou a chuva fina, sem ter onde se abrigar”. (ESTEVAM, 1997, p. 98)

Com esses incentivos, Goiás se tornou o estado que mais recebeu população na década de 1940, e que menos disseminou população para outras regiões do país. Além disso, neste mesmo período, Goiás recebeu investimentos no setor rodoviário que visavam acelerar a integração nacional, e auxiliar na definição do papel do estado na rede produtiva regional e nacional.

Em 1946, foi aprovado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o Primeiro Plano Rodoviário de Goiás. Este plano permitiu a Goiás participar das cotas do Fundo Rodoviário Nacional, e implantar uma rede rodoviária básica - que se estruturou a partir de Goiânia, possibilitando uma maior integração econômica no território do estado.

Nesse período têm início as primeiras tentativas de se conquistar o norte do Estado via implantação de transportes terrestre e fluvial. No projeto, as estradas partiriam de Goiânia e do terminal ferroviário de Anápolis em direção à região setentrional. Todavia, foram construídas ou ampliadas, de fato, apenas as estradas interligando as cidades de Peixe e Porto Nacional, às margens do rio Tocantins, e Goiânia a Leopoldina (Aruanã), no rio Araguaia. A meta era fazer a conexão do transporte terrestre com a navegação fluvial nos dois principais rios do norte goiano, porém, por falta de recursos financeiros, os planos não saíram do papel. (BORGES, 2000 p. 57)

O planejamento estadual passou a ser realizado e pensado a partir de Goiânia. A área central do estado, portanto, materializou e reforçou seu papel de comando, enquanto as demais áreas aprofundaram suas relações como produtoras.

Os anos após o término do governo ditatorial de Vargas foram instáveis. Houve a eleição de Dutra e em suas ações contra os comunistas, este estabeleceu um relacionamento ruim entre políticos e sindicatos dos trabalhadores. Posteriormente, houve o retorno de Vargas e a tentativa de reaproximação com os sindicatos dos trabalhadores, novos conflitos e, por fim a morte de Vargas.

Após estes anos tumultuados, ascenderam Juscelino Kubitschek e João Goulart com um projeto desenvolvimentista que trouxe novamente estabilidade política ao país.

Fausto (2006) diz que mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados pelos altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco” da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.

O governo de JK, a construção de Brasília e o papel do Sudoeste Goiano como produtor exportador, pesando na balança comercial do país e não mais apenas na balança comercial do estado é assunto para o próximo item.

Parte 06: A organização de uma rede produtiva internacional.



Até aqui falamos sobre as transformações políticas vivenciadas por Goiás e pelo Brasil, a consolidação do modo de produção industrial para o desenvolvimento econômico do país e da luta por forças políticas do Sudoeste Goiano. Fizemos a ressalva da continuidade de sua importância produtiva para o estado e para o país. Pois, vimos que com os problemas mundiais, crises e guerras, as áreas do interior passaram a ser importantes aliados da economia nacional.

Neste item abordaremos o aprofundamento das relações de produção e seu início com padrão industrial voltado à uma economia nacional mais integrada e à economia internacional.

Veremos também como se alteram as formas de produção, se aprofundam as transformações e se articulam esferas para estimular os lugares a produzir os centros definem.

O Sudoeste, portanto, se firma como espaço de produção que expande suas linhas e fluxos de contato. Grandes empresas se espalham pelo território em busca das possibilidades, facilidades e estímulos oriundos das políticas públicas que direcionaram diversos países à economia globalizada em processo de construção.

Em se tratando do último momento da tese faremos uma ligação com os demais capítulos para demonstrar o movimento no espaço, expor que os processos foram construídos com forças internas e externas e geraram o Sudoeste Goiano como conhecemos na atualidade: produtivo, agrícola, industrial e exportador.

O projeto capitalista mundial, o desenvolvimentismo no Brasil e no Sudoeste Goiano.

Vimos nos capítulos anteriores o processo de construção da região produtiva apresentada no início da tese. A construção deste espaço produtivo se deu com agentes internos e externos. Houve interesses políticos e comerciais do Sudoeste Goiano em ser parte da rede produtiva espacial, como também houve necessidade e esforço, por parte da rede produtiva que se formava, para inserir novas áreas ao conjunto produtivo que crescia.

Castells (1999) nos diz que o capitalismo como conhecemos atualmente passou por um processo de reestruturação caracterizado por maior flexibilidade das ações, pela disseminação dos agentes no espaço e por sua organização em rede.

Neste capítulo falaremos do alcance do Sudoeste Goiano neste projeto, nesta condição de participante de uma rede mais flexível, com gerenciamento percorrendo seu território por fluxos informacionais e de transporte, com disseminação das empresas pela região e pela atuação destas de forma organizada, atraindo agentes hegemônicos como as multinacionais, transnacionais para se instalarem na região.

Este é o momento em que fazemos finalização da tese, fechando o ciclo que teve início com a apresentação do Sudoeste Goiano exportador, do funcionamento logístico de suas atividades, no primeiro e segundo capítulo respectivamente, e do processo de construção deste Sudoeste dinâmico nos capítulos 03, 04 e 05.

Por isso, falaremos do papel do Estado como atuante, elencamos alguns programas e políticas públicas federais e estaduais que auxiliaram na construção deste processo. Se falamos até aqui de alguns agentes, de suas ações para se impor frente ao estado, como requerentes de poder político, neste capítulo fica evidente que o Sudoeste foi ativo e também “passivo” porque viu suas áreas serem requeridas. A elite regional se formou, se organizou e conseguiu elementos que a fortaleceram, pois a rede produtiva nacional e global também buscou novas áreas como o Sudoeste, os novos *fronts e belts*, Santos e Silveira (2001).

Focamos as análises na relação entre as políticas públicas, as transformações e a chegada das empresas no Sudoeste Goiano, por entendermos que o Estado foi, ao longo da história, uma força capaz de promover ou restringir as inovações, as mudanças técnicas.

Castells (1999) alerta para o papel primordial do Estado em garantir ou estagnar o desenvolvimento econômico do espaço através de suas ações de investimento em inovação e em estruturas técnicas.

Assim, houve organização social no Sudoeste como vimos, e a formação da elite, mas só quando esta se atrelou ao poder político, só quando conseguiu ser parte das discussões e decisões políticas é que o Sudoeste de fato se tornou um espaço produtivo atrelado à rede.

A materialização do papel do Sudoeste Goiano na rede produtiva capitalista foi adquirida com a chegada da rede que pode ser enxergada através da chegada da soja. Foi este produto global que alterou as relações espaciais. Foi a soja que trouxe elementos de uma rede muito mais complexa do que a rede de produção e distribuição do gado.

A soja elenca agentes e fluxos que de fato se descentralizaram no mundo, interligaram grandes empresas alimentícias e químicas, agentes econômicos, negociantes de bolsas de

valores, indústria de maquinários, pequenos produtores, trabalhadores rurais, dentre outros. A cadeia se estende por todo o mundo, essa é a grande diferença do sistema capitalista que se materializou no Brasil, na década de 1990.

Mas, os discursos deste sistema que se formava eram anteriores à década de 1990. A abertura comercial ocorrida no Brasil na década referida possibilitou a chegada de muitos agentes da globalização econômica, embora a construção do discurso seja anterior à abertura. Os incentivos às transformações técnicas, às novas tecnologias como formas de sobrevivência e desenvolvimento da sociedade remetem ao pós-segunda guerra mundial. A economia de diversos países, com o final da guerra e início da década de 1950 se tornou frágil e ao mesmo tempo ávida por novas possibilidades.

Por isso mesmo, a inserção do Sudoeste nesta rede produtiva complexa está ligada ao contexto mundial das transformações produtivas ocorridas até a década de 1950 e 1960, pois sabemos que estamos tratando do processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

Benko (1996) nos diz que os anos 1950 e 1960 foram o período de produção em massa, o apogeu do sistema que se implantou no século XIX.

[...] A história capitalista é concebida como sucessão de regimes de acumulação, os anos 50 e 60 constituíram o período de acumulação fordista. De um ponto de vista técnico, pode-se considerar o fordismo como tentativa de standardização da produção dos bens e de separação das fases de concepção e de fabricação. Quanto ao regime de acumulação, os ganhos de produtividade, assim como os aumentos em volume da produção, correspondiam ao aumento do capital fixo por trabalhador, e os aumentos de produção, às elevações de consumo. (BENKO, 1996, p. 35)

Podemos avaliar que a produção se estruturou ao longo do século XIX, se organizou e o Fordismo foi a metodologia que auxiliou a aprofundar a uniformização das formas de produzir e de trabalhar. Essa tendência e padrão construídos se espalharam pelas áreas e espaços ligados à produção de mercadorias e tornaram as áreas crescentemente mais eficientes.

Esta caracterização nos auxilia a compreender este item da tese. Já que, a continuidade da análise histórica nos mostra que este processo também pôde ser enxergado no Sudoeste Goiano.

Os anos que se seguiram à década de 1960 significaram novo impulso para a produção articulada, que abastecia um mercado interno, mas ainda carecia de estruturas que permitissem uma melhor fluidez.

Foram as grandes estruturas de comunicação e de transporte o enfoque das políticas públicas dos anos posteriores a 1960. Enormes esforços foram realizados com vistas a dotar o território de equipamentos que dessem continuidade ao projeto de urbanização e disseminação das práticas capitalistas no Brasil e no mundo.

[...] A mutação industrial basilar é a internacionalização da produção provocada pelo deslocamento dos impérios, pelo melhoramento dos transportes e das comunicações, pela queda das taxas de lucro e pela especulação financeira na escala planetária. (BENKO, 1996, p. 37)

Assim, o Brasil foi envolvido num processo maior de disseminação das formas de produção e especulação capitalistas. As estruturas que moldaram o território nacional e as diferentes regiões, inclusive Goiás, faziam parte das atividades de empresas e governos, de diferentes localidades, que visavam ampliar os poderes de agentes que se tornavam globais.

A produção global cresceu, precisou de novos lugares, agentes e estruturas o que permitiu a expansão das atividades no espaço. Harvey (1993) nos fala sobre a flexibilidade das relações e de suas transformações no espaço. Para o autor, as estruturas de comunicação promoveram uma articulação entre os lugares que permitiu a compressão do tempo-espaço, dotando os territórios de maior fluidez, dinâmica e rapidez na circulação.

O processo de compressão tempo-espaço, através da rede técnica, articulado pela rede política, permitiu que as atividades industriais se espalhassem pelo território.

No Brasil, as indústrias puderam se disseminar, deixando a área concentrada, o Sudeste, para migrar para outras regiões, como o Centro-Oeste. Esta lógica foi altamente transformadora, pois as atividades industriais requerem grande estrutura e envolvem agentes articulados com espaços diferentes. E, podemos ver a seguir que as atividades industriais que se espalharam não foram apenas de produção agrícola em si, mas uma cadeia de produção alimentícia muito mais complexa.

As bordas de São Paulo e da região concentrada se ampliaram, assimilaram novas áreas, chamaram a participar novos espaços e muitos espaços diversos buscaram essa assimilação e participação.

Diversas foram as inovações que permitiram a articulação territorial, desde novos pavimentos para rodovias, as fibras ópticas, a telefonia por satélite que levou os serviços de telefonia às áreas não urbanas, os baús refrigerados para transportes longos, os amortecimentos em veículos para suportar pesos maiores e pisos acidentados, dentre outros.

Os avanços da comunicação e no transporte é que permitiram todas essas transformações, conforme Santos (1996), Castells (1999), Benko (1996) e Harvey (1993), que tornaram o Centro-Oeste uma área produtiva capitalista.

Houve a materialização do processo de transnacionalização das economias e da produção, e foi este processo que engendrou a globalização dos mercados, do comércio internacional. Fluxos, trocas e movimentação atravessaram diferentes mercados, operando em escalas abrangentes. Não se trata mais apenas de produzir em um lugar e enviar para outro. Mas, de produzir um produto através de esforços de diferentes lugares que juntos, geram um produto final.

Houve a construção da globalização da produção, do financiamento e do escoamento. Para tanto, uma estrutura política e técnica teve de ser arquitetada. E, essa estrutura política no Brasil foi se aprofundando a partir dos anos 1960 com o projeto que ficou conhecido como “Desenvolvimentismo”.

A sucessão política nacional e as propostas de Juscelino Kubitschek convergiram em um adensamento da rede técnica brasileira, corroborando com as necessidades do oeste produtivo e reafirmando o oeste produtor participante da rede de circulação.

A política econômica de Juscelino foi definida pelo Programa de Metas que abrangia 31 objetivos distribuídos em grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, a metassíntese.

Segundo Fausto (2006) o governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização e assumiu, ao mesmo tempo, a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Desse modo a ideologia nacionalista perdeu terreno para o desenvolvimentismo.

O resultado do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa per capita de quase 4%. (FAUSTO, 2006, p. 236)

Ainda, se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro per capita foi maior, aproximadamente três vezes, do que o do resto da América Latina.

Associado a estes investimentos e, para reforçar a integração nacional surgiu o plano de construção da nova capital nacional, Brasília, que também seria instalada nas terras de Goiás, e dinamizaria esta porção do território. Para tanto,

[...]Juscelino Kubitschek articulou alianças políticas e aparato administrativo que respaldaram mecanismos de financiamento a grandes projetos de infra-estrutura e, no final da década, a implantação de Brasília constituiu o ápice desta diretriz interiorizante do seu governo. Juntamente com a intenção de delimitar um novo Distrito Federal para o país - em território quase deserto e não integrado ao centro dinâmico nacional - havia um programa de construção de rodovias capaz de assegurar intercâmbio nacional com Brasília. Assim, a implantação da nova capital veio reorganizar o espaço sócio-econômico do planalto central brasileiro. (ESTEVAM, 1997, p. 102)

Segundo Estevam (1997) além da construção de Brasília, a construção das rodovias e de usinas hidrelétricas iriam dar a base para a consolidação de Goiás como um estado produtivo e inserido na divisão territorial do trabalho.

[...], uma das decisões fundamentais visando a implantação de Brasília foi a iniciativa de construção de uma hidrelétrica no rio Paranaíba - extremo sul de Goiás - com o objetivo básico de suprir a planejada capital federal. O governo de Goiás, em vista tal decisão, foi incentivado a criar a CELG – Centrais Elétricas de Goiás - que, apesar de instituição pública estadual, obteve praticamente toda a sua estrutura financeira advinda de recursos federais, o que permitiu concretizar a implantação da referida usina.²⁰¹ Em janeiro de 1959, depois de inaugurada a primeira etapa da hidrelétrica, as transmissões de energia dotaram parte do centro-sul de Goiás e a capital federal de eletricidade, embora a geração não fosse ainda suficiente: “na década de 60, a energia disponível era ainda insuficiente e atendia apenas a uma parcela do território estadual, além disso somente o consumo residencial absorvia mais de 60% da energia elétrica oferecida”.²⁰² (ESTEVAM, 1997p. 102)

Estes investimentos contemplaram Goiás com uma infra-estrutura em transportes que visava fornecer subsídios para a expansão da fronteira agrícola brasileira.

Foram iniciadas paralelamente à construção de Brasília, a construção das rodovias BR 010 – rumo ao nordeste goiano, a BR 020 – direcionando Brasília a Fortaleza-CE, a BR 040 – com destino ao Sudeste brasileiro, a BR 050 buscando encurtar a distância entre Brasília e São Paulo, a BR 060 rumo ao Mato Grosso e Paraguai, a BR 153 cortando Goiás no sentido norte – sul e buscando chegar a Belém-PA, a BR 452 ligando o Sudoeste Goiano e Triângulo Mineiro e a BR 364 com destino ao Mato Grosso através do Sudoeste Goiano. Estas vias novíssimas proporcionariam a ampliação da fronteira agrícola nacional e facilitariam a integração intra e inter-regional de Goiás.

As rodovias federais implantadas estreitaram as ligações entre o centro dinâmico do país e as mais diversas áreas do território nacional. Neste aspecto, uma das mais importantes para Goiás foi a integração Brasília-São Paulo através da BR-116 (hoje BR-050) que corta o Triângulo Mineiro. A economia paulista, sem dúvida, mantinha interesse e mesmo necessidade de alargar suas vias de acesso em direção às economias complementares; a Goiás também interessava a integração mercantil

com São Paulo, pois esta possibilitaria a concentração de impulsos dinâmicos em seu próprio território. [...] Por sua vez, a ligação Brasília-Anápolis-Goiânia susteve nova demanda de suprimentos para a capital federal, redefinindo o quadro de transportes regional e permitindo a Goiânia e Anápolis fortalecer-se como centros mercantis concorrentes de Uberlândia e Uberaba. (ESTEVAM, 1997, p. 104)

Embora os investimentos fossem altos e ousados, a ocupação de Goiás, do Distrito Federal e do Centro-Oeste como um todo, se deu de maneira desigual, fazendo convergir fluxos especialmente para Goiânia e Brasília, criando os centros de comando na região central de Goiás e tornando outras áreas fornecedoras de materiais e força de trabalho.

Estas transformações territoriais ocorridas em Goiás, Distrito Federal, e no Brasil, estavam ligadas a agentes externos também. Então, se vimos no século dezenove e início do século vinte as ferrovias e a importação do carvão para dinamizar nosso espaço, esta situação se alterou de maneira drástica com a perda da hegemonia mundial por parte da Inglaterra, e ascensão dos Estados Unidos, como país poderoso internacionalmente.

O governo de Juscelino Kubitschek, portanto, foi outro marco na história do país e de Goiás, pois quando construiu Brasília, criou o Distrito Federal no interior do território goiano, e reforçou a importância de Goiás para o território nacional e, ao mesmo tempo trouxe mais dinâmica para o estado.

A construção de Brasília privilegiou o Centro-Oeste quando implantou uma rede de estradas de rodagem para interligar a nova capital às demais regiões do país.

[...] Assim, mais do que a nova capital, as rodovias construídas em razão dela terminaram por dar unidade ao território goiano. O Estado se volta para seu centro, quebrando as históricas ligações do norte goiano com o Pará e Maranhão, do nordeste com a Bahia, do sul com Minas Gerais e São Paulo. Dessa forma, a rede rodoviária federal implantada no Centro-Oeste completava o destino de Goiânia, que era dar unidade econômica e política ao Estado. (BORGES, 2000, p. 59)

Este projeto carregou consigo uma peculiaridade que está relacionada à nossa área de estudo. Foi em Jataí que Juscelino foi abordado e levado a pensar e prometer a construção de uma capital nas terras de Goiás.

A Constituição de 1891 demarcou uma área que se estabelecia nos limites do planalto central da República, ou seja, nas terras de Goiás, para uma possível mudança da capital, visando a interiorização da capital e o estímulo para o controle pleno de todo o território por parte dos governantes.

Em Goiás, a população se lembrava destas promessas, pois a área da possível futura capital estava em suas terras e, quando Juscelino esteve em Jataí para um comício, fazendo

suas promessas de campanha para a população, dentre elas dizendo que cumpriria a Constituição, foi interrogado sobre a possível construção da capital nas terras de Goiás e, a partir de então, de acordo com o próprio presidente, a construção da nova capital foi inserida no Plano de governo.

Daí razão por que o meu primeiro comício foi realizado justamente em Jataí, cidade perdida nos sem-fins de Goiás. No discurso que ali pronunciei, referindo-me à agitação política que inquietava o Brasil e contra a qual só via um remédio eficaz – o respeito integral às leis –, declarei que, se eleito, cumpriria rigorosamente a Constituição. Contudo, era meu hábito, que viera dos tempos da campanha para governadoria de Minas Gerais, estabelecer um diálogo com os ouvintes. [...] Foi nesse momento que uma voz forte se impôs, para me interpelar: “O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende por em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da capital federal para o Planalto Central.” Procurei identificar o interpelante. Era um dos ouvintes, Antonio Carvalho Soares [...]. (KUBITSCHKEK, 2009, p. 06)

Trazendo as idéias que relacionavam a estrutura ao desenvolvimento, ou seja, a rede técnica ao desenvolvimento social e econômico, Juscelino, deu continuidade à intenção de dotar o país de maiores investimentos para, através destes, dar conta de uma nova dinâmica para o país.

[...] Comparando-se as distancias, medindo-se os meridianos e paralelos, verifica-se que não poderia ter sido mais adequada a localização de Brasília. Construída num ponto estratégico, as estradas que a servem – um verdadeiro tecido conjuntivo de artérias e veias de intercomunicação interna – realizam com perfeição, uma verdadeira costura do Brasil por dentro, aproximando os Estados que, embora geograficamente limítrofes, viviam tão distanciados, uns dos outros, como se pertencessem a países diferentes. (KUBITSCHKEK, 2009, p. 13 e 14)

Conquistar o território de uma vez por todas era o objetivo de todo presidente, materializar essa conquista era possível para os políticos através das vias, das cidades, da modernidade e da urbanização. Assim, com vistas a chegar à Amazônia, os políticos brasileiros avançavam pelo continente através do Centro-Oeste.

Para Juscelino Kubitschek os objetivos da nova capital seriam “unidade, eficiência administrativa, descentralização, aproximação das fronteiras continentais, desenvolvimento econômico e social do interior e exploração das vastas, desertas e férteis áreas de Goiás e Mato Grosso.” (KUBITSCHKEK, 2009, p. 16.)

A capital significou investimentos e esforços de diversos espaços. Jataí foi importante fornecedor de madeiras utilizadas na construção de Brasília, o que estimulou a indústria naquele município, especialmente porque a maior parte da produção industrial se ligava ao

beneficiamento de produtos agropecuários. Os valores apresentavam uma indústria local vinculada à produção alimentícia em 52%, e à indústria madeireira em 22%. (MELO, 2003)

Melo (2003) aponta que a indústria não era uma atividade econômica expressiva nos anos 1950, mas já havia uma diversidade de estabelecimentos que buscava atender o local e o regional, que abrangiam a produção de telhas, tijolos, ladrilhos, calçados, móveis e bebidas.

Esta diversidade expõe a complexidade das demandas que também cresciam, indicando alterações nos padrões e materiais utilizados e produzidos localmente.

De Oliveira (2007) nos diz que a ação antrópica era visível nesse período, pois as atividades econômicas, em especial a pecuária incorporaram terras ao sistema produtivo, transformando as áreas de cerrado aberto em pastagens naturais para a criação extensiva de gado bovino.

Borges (2006) nos diz que a década de 1950 marcou o processo de modernização da agricultura no Sudoeste, especialmente pela introdução dos maquinários como tratores. Esse uso se intensificou somente a partir da década de 1960, e foi altamente transformador na década de 1970, com a introdução de adubos químicos, colheitadeiras, capim braquiária, herbicidas, calcário, silo forrageiro, terraceamento, e outros elementos que foram agregados à produção local e regional.

Os fluxos que chegavam a Goiânia e Brasília, portanto, dinamizaram uma vasta área, mas especialmente o entorno de suas construções fazendo-os concorrer com as demais áreas do estado. Assim, houve a construção e consolidação de um eixo de relações entre Goiânia e Anápolis, e o Sudoeste Goiano e Sul continuaram a se relacionar com o Triângulo Mineiro.

A consolidação do eixo comercial Anápolis-Goiânia retirou boa parte da influência mercantil do Triângulo Mineiro sobre o território goiano. Somente “parte” da influência porque o comércio atacadista concentrado em Goiânia e Anápolis atendia as zonas circunvizinhas mas não abrangia áreas produtoras do extremo sul e sudoeste do estado que continuaram ligadas ao comércio atacadista do Triângulo Mineiro. (ESTEVAM, 1997, p. 112)

O crescimento da influência de Goiânia e Anápolis foi extremamente proveitoso para o estado de Goiás, trouxe novas funções, centralizou-as, e chamou para si a transformação da produção.

Embora as funções citadas tenham sido centralizadas prioritariamente nestas duas cidades, isso não significou o fim das relações do Sudoeste Goiano com outras regiões, pois a produção regional estava voltada ao comércio com áreas externas à Goiás.

Na década de 1950, (para buscar diminuir a dependência da transformação da produção goiana em outras regiões) o governo estadual passou a incentivar a comercialização de carne industrializada. E, na década de 1960 os incentivos federais se associaram aos estaduais para financiar indústrias de abate bovino.

A criação de gado não diminuiu quando houve a incorporação de novas terras para produção agrícola. Em diversas regiões de Goiás abria-se novas áreas para cultivo de arroz e outras produções pequenas para consumo próprio, enquanto o gado se espalhava. Para De Oliveira (2007),

O sudoeste goiano era, ainda, “uma região pobre em povoamento rural, núcleos urbanos e redes de comunicação, constituindo uma área tipicamente marginal em relação às zonas ‘pioneiras’ paulistas, nascidas e crescidas com a evolução das ferrovias e a expansão dos cafezais e algodoads”. As atividades agrícolas, ligadas de modo geral às encostas e terras de matas galerias, tinham apenas expressão local, com pequena produção de gêneros básicos de alimentação. A criação de gado imperava como atividade econômica, “aproveitando passivamente o quadro natural dos cerrados e campestres”. (DE OLIVEIRA, 2007 p. 159)

Ainda é preciso lembrar que durante todo o processo de inserção de novas áreas para produção agrícola ou criação de gado, a estrutura fundiária se manteve basicamente a mesma.

Não obstante, o predomínio geral continuava a ser do latifúndio como unidade básica, expressão característica da estrutura brasileira. Em termos de preços de terras, houve discrepância no âmbito interno de Goiás. “Rio Verde e Jataí (sudoeste) ocupam os primeiros lugares, seja pelo valor de seus rebanhos, seja pela valorização de suas terras; já os municípios de Pedro Afonso e Santa Maria (norte), embora possuam os maiores rebanhos do Estado, têm estabelecimentos com baixo valor, tanto pelo pouco valor de seus rebanhos, como pela desvalorização de suas terras”. (ESTEVAM, 1997, p. 123)

A estrutura de terras divididas em latifúndios foi sendo adquirida ao longo do tempo, pelos preços menores das terras, pelo estímulo a vinda de compradores e posseiros que foram adaptando suas áreas, de acordo com seus interesses e força.

A herança das grandes propriedades de terra facilitou a entrada do poder econômico das grandes empresas que chegaram ao Sudoeste Goiano para explorar os solos do Cerrado, seu relevo relativamente plano e, adaptar monoculturas para a paisagem. E, o latifúndio e a monocultura formaram uma combinação vantajosa aos empreendedores capitalistas.

Somando a estrutura rodoviária, a criação de gados para comercialização, a agricultura de subsistência consolidada, grandes propriedades de terra, trabalhadores não sindicalizados, cidades pequenas e médias, grande disponibilidade de recursos hídricos, relevos relativamente planos, ou seja, um quadro favorável à possibilidade de produção mecanizada e em larga

escala, e as possibilidades de usos de elementos químicos para adaptar os solos do cerrado aos cultivos capitalistas, os governos nacionais e estaduais se voltaram para essas áreas com intuito de trazer “modernização” ao país.

A modernização se intensificou na década de 1970, num momento em que várias políticas, a nível nacional, são instituídas e, conseqüentemente, afetam a produção agropecuária da microrregião. Com a tomada do poder pelos militares em 1964, o Brasil passou a contar com várias políticas e medidas - com todos os seus pontos positivos e negativos, tais como a submissão ao capital internacional - visando o seu crescimento e a integração nacional. Nesse pacote, a agricultura recebeu um tratamento especial com políticas de incentivo à mecanização e à inovação tecnológica, bem como a expansão das áreas de produção. (BORGES, 2006, p. 62)

O aprofundamento das relações “técnicas” de uso do solo permitiu um avanço na produção brasileira, na organização do espaço e no controle das relações.

Na tabela 15, podemos notar o aumento da utilização de tratores na produção. Esta mecanização da produção, ocasionada pela disponibilidade de crédito aos produtores, foi responsável pela racionalização e transformações no espaço, Santos (1994).

Quando os produtores passaram a dispor e utilizar créditos oriundos dos projetos de desenvolvimento do Estado, eles passaram a se relacionar de maneira mais próxima com a esfera administrativa. Através das relações econômicas, o Estado trouxe para si um controle maior sobre o que era produzido, quem eram os produtores e, posteriormente, acerca dos elementos que deveriam ser cultivados em cada região.

Tabela 15: Utilização de Tratores em Goiás, 1950 e 1960.

Anos	Número	Lavoura (ha)/ Trator	Estabelecimento/ Trator	Pessoal Ocupado/ Trator
1950	89	5.224	716	3.363
1960	1.349	733	82	370
1970	5.692	287	25	96
1975	13.634	188	11	50
1980	26.875	199	6	29

Fonte: Da Silva, 2002, p. 47

Ante o exposto temos:

[...] essa política de crédito teve por objetivo provocar profundas mudanças no desenvolvimento agrícola brasileiro, que, até então, vinha predominantemente se processando através da incorporação de novas áreas com técnicas ainda

tradicionais e, concomitantemente, da ampliação do mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas. (DA SILVA, 2002, p. 38)

Os governos nacionais e estaduais eram pautados também pela atmosfera internacional. O projeto político de tornar o país fluido e produtivo foi possível através de endividamento que possibilitou a entrada de capitais e empresas diversas no território nacional. Analisar a chegada dessas empresas, capitais no Cerrado, e no Sudoeste Goiano, como parte do projeto político exportador nacional é nosso próximo passo.

O Sudoeste Goiano tecnificado e exportador.

Os agentes políticos do país, através do modelo de crescimento econômico vigente, deram continuidade e novo fôlego ao projeto agroindustrial para abastecer o mercado interno e externo, com vistas a acumular capital e fazer desenvolver economicamente o país.

Borges (2000) atentou para o fato de que os investimentos na rede técnica que compunha o estado de Goiás serviram para integrá-lo fisicamente, e ao mesmo tempo fortaleceram o movimento separatista nortense, que culminou com a criação do estado do Tocantins, no final da década de 1980.

No governo ditatorial as transformações em Goiás se deram com mais força, o avanço da técnica na produção e na distribuição, a organização e o poder político concentrado permitiram uma apropriação maior do espaço e do capital, todas baseadas no poder que o exército dispunha e usava para apoiar aquilo que criam estar de acordo com o projeto de desenvolvimento nacional.

Assim, foram mantidas as relações com a propriedade privada, com o acúmulo do capital, com a exploração dos trabalhadores - cada vez mais distantes de seus direitos e da possibilidade de reivindicá-los. Todos esses fatores somaram poderes e finanças e, reforçaram a existência das elites no país, criando laços mais fortes nacional e internacionalmente com os produtores rurais, e industriais.

Para Santos (1993), foi apenas após a segunda guerra mundial que a integração do território se tornou viável, quando as estradas de ferro, até então desconectadas na maior parte do país, foram interligadas pela construção das estradas de rodagem, pondo em contato diversas regiões e a região polar do país. A política desenvolvimentista empreendeu um ousado programa de investimentos em infraestruturas. Esse período de tentativas de integração durou até o final dos anos 1960.

O golpe de Estado ocorrido em 1964 apareceu, portanto como um marco, pois, o movimento militar criou condições de uma rápida integração do país a um movimento de internacionalização. Assim, com o país relativamente estruturado, o governo militar lançou olhares para a ascensão internacional, e uma possível participação do país na economia mundial.

A economia brasileira se desenvolveu tanto para atender um mercado consumidor em expansão, quanto para responder a uma demanda exterior. O país se tornou grande exportador, deixou de ser um exportador de produtos tradicionais e passou a agregar em sua pauta produtos não tradicionais, como soja e cítricos, parcialmente beneficiados antes de serem exportados.

A modernização agrícola se espalhou pelo país, não só em direção às culturas não tradicionais, mas também à produções como a do café, cacau, algodão, trigo, cujos volumes plantados e colhidos se ampliaram, beneficiando a expansão da classe média e das novas equações de um consumo popular intermitente, com o desenvolvimento da produção de frutas, hortaliças e verduras. “A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajustado por sistemas extensivos de crédito servem como impulsão à expansão industrial.” (SANTOS, 1993, p. 39)

Borges (2006), EMBRAPA (1982), Amorim (1996), Machado (1996) e Campos (1999) defendem que o processo de modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás foi dinamizado pelas políticas governamentais (políticas agrícolas e de desenvolvimento regional - POLOCENTRO) e pela ação do cooperativismo.

Cabe ressaltar que entendemos a modernização da agricultura de acordo com Graziano da Silva (1993), para quem o processo de modernização agrícola brasileiro representa uma mudança qualitativa no processo de transformação da base técnica impulsionado no pós guerra.

Borges (2006) nos diz que,

O processo de modernização (ou inserção de inovação tecnológica) do campo brasileiro é composto por: transformação técnica (plantio, criação de gado, manejo do solo etc); uso de tecnologias científicas (biotecnologia, melhoramento genético, agrotóxicos, fertilizantes) e instrumentais (máquinas, equipamentos, uso de GPS, aviões agrícolas etc); inserção de novos padrões de organização da produção, com maior influência do mercado internacional (uso de tecnologia e grande investimento de capital, parcerias, integração etc); integração agricultura-indústria; mudanças sociais (novas relações de trabalho, produtor empresário, expulsão do pequeno produtor etc) e espaciais (estrutura fundiária concentrada, maior relação campo-cidade, novas paisagens agrícolas, crescimento urbano, surgimento de: novos centros urbanos, de agroindústrias, estradas, comércio

especializado, e de uma nova Divisão Territorial do Trabalho). (BORGES, 2006 p. 61 e 62)

Veremos que o poder público através das políticas governamentais foi, de fato, estimulador da modernização da agricultura.

As mudanças econômicas, ocorridas nos anos 1970, alteraram de forma substancial a estrutura territorial goiana. Houve uma intensa urbanização. A modernização da agricultura ocorrida nesta década foi conservadora. Apesar de alterar a estrutura produtiva, os latifúndios foram mantidos, o que provocou o esvaziamento do campo, transformando as cidades no principal local de concentração dos habitantes. Foram reforçados os núcleos urbanos já existentes e as cidades cresceram, com melhor infraestrutura. (De Deus, 2002, p. 69)

No Governo de Leonino Caiado (1971 a 1974), em Goiás, foi elaborado um plano chamado “Ação do Governo do Estado” para incentivar o desenvolvimento da economia goiana e ampliar sua participação na economia nacional. A intenção maior era fazer com que Goiás atingisse o mesmo ritmo acelerado de crescimento que o país como um todo atingia.

O ressurgimento do nome Caiado em nossa tese é indício de que no decorrer da história goiana esta família não foi destituída de poder. Como a família de Pedro Ludovico também continua participando ativamente da vida política do estado. Mas, ambas as famílias não foram mais centrais, houve a inserção de outros agentes na esfera do poder político.

Da Silva (2002) nos diz que o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) canalizou diversos recursos para Goiás. Em 1973, foi criada a SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – que criou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (Pladesco) com o objetivo de estimular diferentes áreas da região, orientando sua organização espacial, econômico e regional, assim como ocorreu na SUDENE e SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Amazônia, respectivamente.

O Pladesco e seus objetivos expõem o papel planejado pelo estado e seus anseios para cada região que o compõe. Podemos ver, no quadro abaixo, que a área que compreende o Sul e Sudoeste Goiano; exemplificada pelos municípios de Rio Verde e Itumbiara; continuou a ser vista e estimulada como produtora.

A região de Anápolis e Ceres foram destinadas não só à produção, mas a se desenvolverem como um centro de armazenamento. Esta descrição corrobora com o que dissemos anteriormente, Goiás e o Governo Federal foram criando meios e estimulando de diversas formas a centralização das negociações da produção goiana, na região central,

através de investimentos em infraestrutura para garantir força econômica e política para a capital.

Além disso, notamos no quadro que a região do Paranã, situada no estado do Tocantins, recebeu como objetivo fixar população. Dessa forma, o estado procurou desenvolver suas diferentes regiões, manteve a estrutura fundiária, através da fixação da população, ou nas cidades (os investimentos em equipamentos urbanos justificam esse interesse) ou em regiões determinadas. Assim, racionalizou o espaço e passou a controlar e estimular a economia de Goiás e, a industrialização da agricultura e de outros setores.

Quadro 03: Principais Objetivos do PLADESCO para o Estado de Goiás.

Área Programa	UF	Principais Objetivos	Recursos US\$ (milhões)
Ceres – Anápolis	GO	Redes de armazenamento, introdução de técnica no setor agrícola, fertilizantes, mecanização, dinamização dos equipamentos urbanos e saneamento.	24,7
Rio Verde-Itumbiara	GO	Tecnificação da agricultura, com apoio a culturas de ciclo curto, desenvolvimento de equipamentos urbanos, estímulos à agroindústria, estradas rurais e eletrificação rural.	11,6
Paranã	TO	Área de fixação de população, atividade agroindustrial, desenvolvimento local, com destaque aos investimentos em habitação.	7

Fonte: (Da Silva, 2002, p. 28).

Nas palavras de Da Silva (2002),

Na esfera federal, o Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste, no âmbito do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975 a 1979), ampliou a importância da região, destacando-a no cenário econômico brasileiro. Isso ocorreu através do crescimento da sua participação relativa na produção nacional de alimentos e através de Brasília, como entrada e via principal, para a ocupação da Amazônia. (DA SILVA, 2002, p.30)

Isto permitiu que Goiás pudesse ser reconhecido como área alternativa para o processo de desconcentração industrial do país, capaz de cooperar com o processo de descentralização do Sudeste.

As atividades produtivas do Centro-Oeste foram sendo definidas em função de sua potencialidade e histórico, ou seja, estimulou-se a produção de alimentos, especialmente àqueles voltados para a exportação e, extração de matérias-primas. Também foi estimulada sua urbanização com vistas a absorver e reorientar as correntes espaciais de mão de obra.

A produção do Centro-Oeste foi projetada como responsável por alimentar a indústria e a sociedade nacional, mas ao mesmo tempo, era preciso garantir novos produtos para diversificar a pauta de exportações do Brasil.

Assim, para viabilizar as metas previstas no Pladesco, reforçadas no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram criados os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional – o Polamazônia, Polocentro, Pergeb, Prodeplan e Prodegran – com recursos de mais de dois bilhões para o período de 1975 até 1977.

O Polocentro – Programa de Desenvolvimento do Cerrado – foi concebido para estimular o crescimento das empresas agrícolas tecnificadas. Lançado em 1975, pelo Decreto n. 76.320/75, tinha como objetivo geral incorporar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária, destes 1,8 milhões com lavouras no período de 1975 até 1979.

Quadro 04: Principais Objetivos do POLOCENTRO em Goiás

Pólos	UF	Principais Objetivos
Piranhas	GO	Construção/conservação de 200Km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 35 mil ton.; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 30 mil ton/ano.
Pirineus	GO	Construção/conservação de 300Km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 60 mil ton.;

		eletrificação rural; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 60 mil ton/ano.
Rio Verde	GO	Construção/conservação de 1.200Km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 200 mil ton.; eletrificação rural; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 170 mil ton/ano.
Paraná	TO	Construção/conservação de 560Km de estradas vicinais; construção da linha de transmissão Formosa-Posse; construção de rede de armazenamento para 70 mil ton.; eletrificação rural; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 60 mil ton/ano.

Fonte: (Da Silva, 2002, p. 33)

No quadro acima, chamamos a atenção para a instalação de equipamentos de moagem de calcário em todos os pólos de Goiás e Tocantins. Estes equipamentos foram espalhados pelas áreas produtivas ou possivelmente produtivas para que, através da “correção” dos solos do Cerrado, este pudesse receber novas culturas.

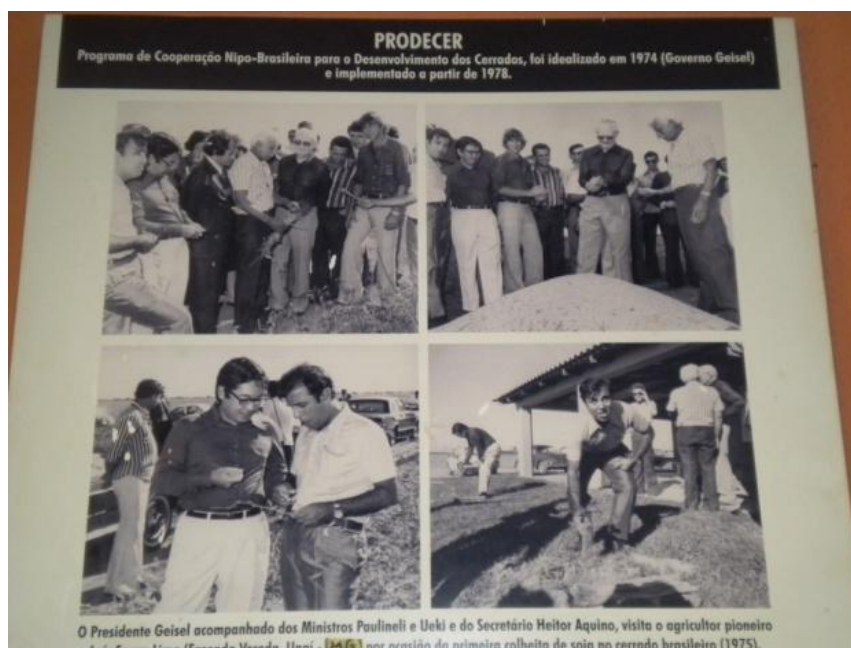
As novas culturas, como já dissemos, faziam parte do projeto de aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. A soja, os cítricos e outros produtos eram os representantes desses interesses. Mas, para se plantar soja, dentre outros, no Cerrado, foram necessários estudos, pois essas culturas não estavam adaptadas às condições naturais do Cerrado e seu solo com “ph” mais ácido.

A Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – desenvolveu um método de correção dos solos ácidos através da adição do calcário. Assim, foi possível introduzir novas espécies e dar início às novas culturas agrícolas.

Precisamos atentar também para o discurso internacional que permitiu todas essas transformações: para expandir seus negócios, as grandes corporações que se formavam e se fortaleciam, na década de 1970, desenvolveram a retórica do aumento da produtividade para resolver o problema da fome no mundo. Diversos espaços foram chamados a participar de uma produção mundial e muitos destes espaços continham agentes ávidos por fazer parte desse processo, afinal, as negociações globais das corporações estavam atreladas a grandes quantias de capital.

Nas imagens abaixo, podemos ver a movimentação gerada pelo intercâmbio promovido pelo PRODECER – Programa de Desenvolvimento do Cerrado e um texto que aponta a importância do cultivo da soja para o país.

Fotografia 15: Prodecer e propaganda acerca da importância socioeconômica da soja.



Autor: Godoi, C. (Acerco particular)
 Fonte: Museu da Soja, Caldas Novas, Goiás.

Sobre a importância do Polocentro, Otamar de Carvalho (1998) revelou que neste programa as condições de financiamento eram muito atrativas, pois a conjuntura era de inflação crescente, e os projetos de investimento tinham prazo de até doze anos. Não havia correção monetária de débitos e, o financiamento, conforme o valor do projeto poderia variar entre 75% a 100%. Assim, estes financiamentos foram preferidos quando comparados às possibilidades do Crédito Rural.

O Crédito Rural surgiu com o Sistema Nacional de Crédito Rural, sistematizado pela Lei n. 4829, de 1965, assinada pelo então presidente Castelo Branco. Tratava-se de uma linha de crédito para ser distribuída e aplicada de acordo com a política de desenvolvimento direcionada à produção rural brasileira.

Dentre os objetivos do Crédito Rural se enquadravam:

1. o estímulo ao incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento;
2. beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor em sua propriedade rural;
3. o favorecimento do custeio oportuno e adequado da produção e comercialização de produtos agropecuários;
4. a possibilidade do fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
5. o incentivo à introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento de produtividade e melhoria do padrão de vida das populações rurais, e, à adequada defesa do solo.

Nos anos 1970, o crédito foi a modalidade de financiamento mais aplicada pelo Governo Federal na agricultura. E, a maior parte dessa verba se destinou à compra de insumos industriais, tratores e outros equipamentos agrícolas, investimentos que expõe o estímulo à modernização agropecuária brasileira. Apontam também o quanto a indústria de máquinas, equipamentos e insumos se beneficiou desta escolha do Estado.

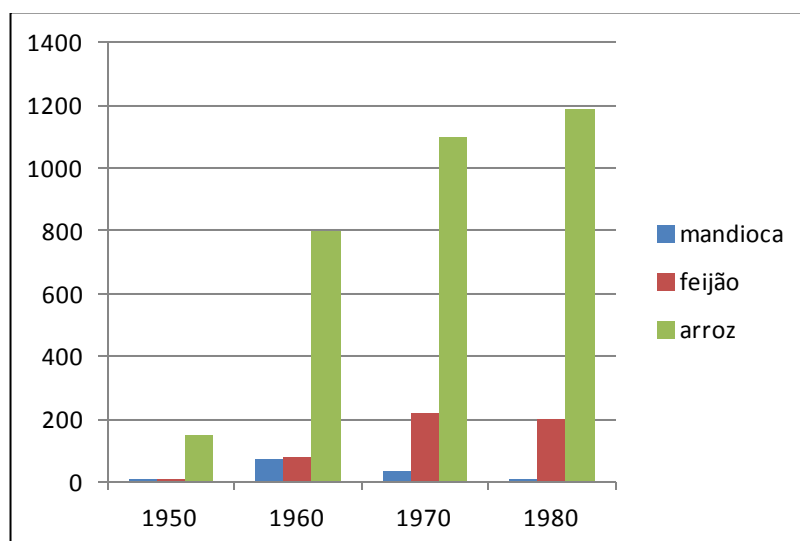
A participação do Estado de Goiás no total nacional do crédito rural foi relativamente expressiva. Em média, ao longo da década de 1970, do total de contratos firmados, 3,9% eram de produtores goianos, sendo que esses absorveram 4,8% do volume total de recursos [...] nesse período, exceto no ano de 1970, a proporção dos valores foi sempre superior aos contratos. Isso significa que os recursos destinados aos produtores goianos eram superiores à média nacional. Em parte, esse fenômeno pode ser atribuído à estrutura fundiária baseada em grandes e médias propriedades. (DA SILVA, 2002, p. 39)

Os reflexos destas transformações no Sudoeste foram a expansão das atividades produtivas, o cultivo de novos produtos, especialmente produtos destinados ao mercado externo, o aumento do uso de maquinário – tratores e colheitadeiras especialmente – e de implementos agrícolas.

Além das transformações na forma de produzir, alterou-se o produto no qual Goiás se concentrava. O arroz foi substituído, pois o Rio Grande do Sul se tornou altamente produtivo neste item. E, além dessa perda por concorrência, as áreas de Cerrado e as grandes áreas foram destinadas a cultivos de interesse em âmbito internacional. Assim, o milho e a soja foram assimilados pela produção agrícola goiana.

Nos gráficos abaixo podemos enxergar como o arroz, feijão e mandioca eram importantes produtos que foram, gradativamente, sendo substituídos pela Soja e pelo Milho que têm suas produções aumentadas, especialmente após a década de 1970.

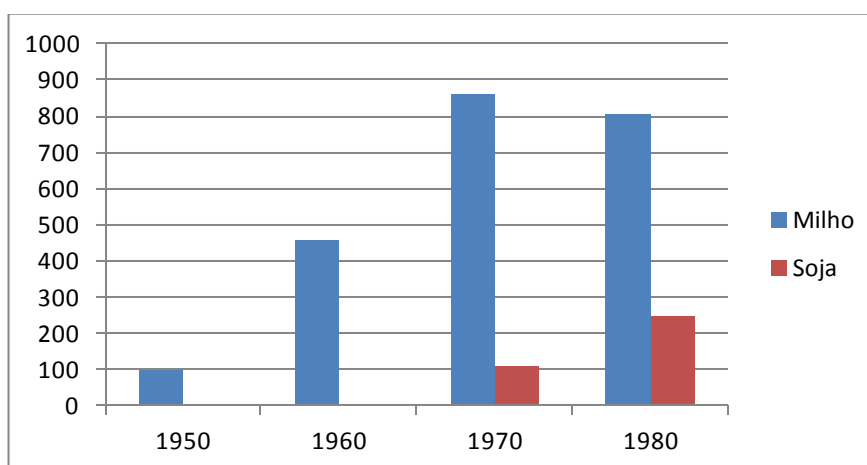
Gráfico 03: Área colhida de feijão, arroz e mandioca, 1950 a 1980. (mil – ha)



Organização: Godoi, C. N., 2011.

Fonte: Da Silva, 2002, p. 48.

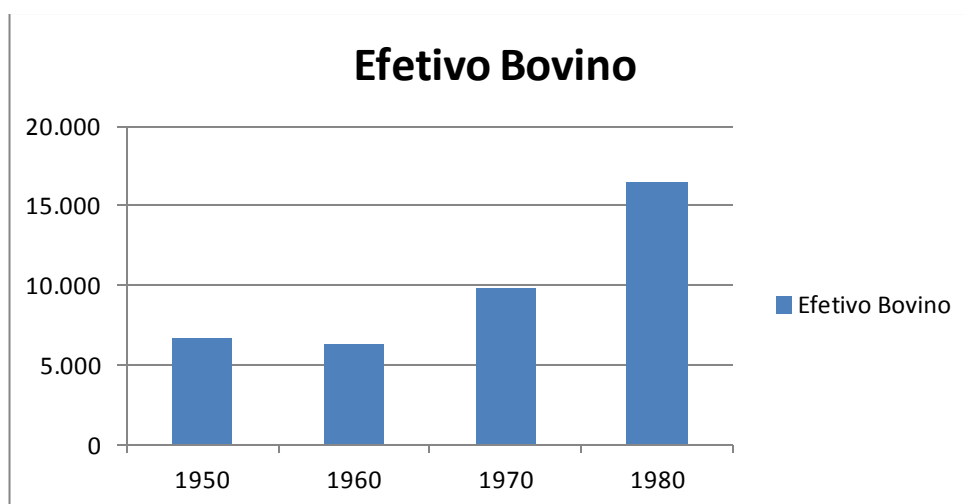
Gráfico 04: Área colhida de milho de 1950 a 1980 e Soja de 1973 a 1980. (mil ha)



Organização: Godoi, C. N, 2011.
 Fonte: Da Silva, 2002, p. 51.

Destacamos que a pecuária continuou e aumentou seu desempenho na história goiana. A bovinocultura cresceu de, aproximadamente, seis milhões de cabeças para mais de dezesseis milhões no período de 1960 a 1980.

Gráfico 05: Evolução do efetivo bovino (mil cabeças).



Organização: Godoi, C. N, 2011.
 Fonte: Da Silva, 2002, p. 53.

O gráfico expõe que, a bovinocultura teve apenas momentos de expansão em sua história no estado, desde 1958 até 1980. Tendo sofrido uma queda apenas no período de 1970 a 1973.

Neste ramo de atividades também houve programas de incentivo que estimularam os produtores e a pecuária. Dentre eles, podemos destacar os programas do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (Condepe), financiados pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no início da década de 1970, o Programa Nacional de Pastagens (iniciado em 1975) e o Programa Nacional da Pecuária, de 1977.

Com os investimentos na agricultura nacional, se entre 1947 e 1964, o café representava 57% do valor das exportações brasileiras, este passou a representar 37% entre 1965 e 1971, e apenas 15% entre 1972 e 1975. (FAUSTO, 2006)

Ao mesmo tempo em que estimulou a produção e a diversificação desta, o governo militar passou a arrecadar mais tributos, o que contribuiu para a redução do déficit público e da inflação.

O cultivo da soja transformou o Sudoeste Goiano. A maioria dos municípios da região tinham na pecuária sua principal atividade produtiva, entre eles Jataí, Serranópolis, Aporé e Rio Verde. Apenas Santa Helena de Goiás e Maurilândia possuíam atividades de lavoura de arroz, milho e algodão.

[...] o processo de modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás, iniciado na década de 1950, com a introdução do trator, foi intensificado nos anos 1960 a partir das políticas de crédito rural, o qual incentivou o consumo de máquinas e equipamentos, e o uso de insumos, atendendo aos interesses das indústrias para a agricultura. Além desses elementos, cabe citar a adoção de técnicas de manejo e plantio de produtos melhorados, que tiveram seu uso intensificado nos anos 1970, frutos de pesquisas, de divulgação e da assistência prestada por instituições públicas, como Embrapa, Engopa e outras. (BORGES, 2006, p. 75)

Assim, o Sudoeste Goiano começou a alterar sua paisagem e estrutura que se voltava à produção do gado de corte e da monocultura de arroz. Esta região se tornou uma das áreas mais modernizadas de Goiás, passou a fazer parte da pauta de exportação do país e se tornou parte de um sistema de produção capitalista com alcances maiores. Isto porque vivenciou as transformações que abriram caminhos para grandes empresas agroindustriais se instalarem e alterarem e ampliarem as formas e funções do Sudoeste Goiano.

[...] começou-se, então, a produzir sob novas bases e uma lavoura modernizada começou a se expandir pelas áreas de domínio natural do cerrado, vinculada à expansão dos grandes mercados urbanos do país, e para atender à crescente demanda de produtos agrícolas no mercado internacional. Este é

o caso da soja, que representou, sobremaneira no Sudoeste Goiano, alterações imensas no seu quadro agrário. (AMORIM, 1996, p. 44)

Entender a entrada da soja, os instrumentos, e a rede de complexidades que abarca a modernização da produção do Sudoeste Goiano e envolve a produção de grãos citada anteriormente será objeto do próximo item. Falaremos também da transformação da pecuária em cadeia produtiva de carnes.

Grandes empresas se instalam no Sudoeste Goiano.

A soja na década de 1980 se consolidou, se espalhou, e se tornou símbolo da modernização agroindustrial no Brasil.

O Centro Oeste passou a ser uma área altamente atrativa e vivenciou um deslocamento das indústrias da soja para os cerrados tanto de Goiás, quanto do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, sul do Maranhão e Piauí.

No Sudoeste Goiano a cooperativa COMIGO teve um papel importante na apropriação do espaço, racionalização e estímulo à produção de soja.

Machado (1996) aponta que os primeiros municípios a produzir soja no Sudoeste foram Rio Verde, Quirinópolis e Mineiros. Juntos estes se tornaram responsáveis por 44% da soja produzida do estado.

Com o passar da década de 1970 outros municípios aderiram ao cultivo do grão, devido aos incentivos, como vimos acima, e ao movimento adquirido pelos outros produtores, o que permitiu uma rápida expansão deste cultivo pelo território do Sudoeste.

Esse movimento, trouxe a mentalidade empresarial/capitalista, consolidando a inserção da região no processo de expansão da fronteira agrícola, na modernização da agricultura e na produção capitalista, metamorfoseando o espaço, por meio da territorialização dos novos cultivos e de novas relações econômicas no campo. (BORGES, 2006, p. 85)

Se na década de 1960 e 1970, o governo federal investiu em infraestrutura para que o Centro-Oeste se tornasse produtivo, na década de 1980, a União se transformou em importante comprador dos produtos agrícolas da região.

O acesso ao capital, aos investimentos, e às estruturas e a um governo comprador, justificou os esforços dos empreendedores do Sudoeste Goiano.

Segundo Da Silva (2002) o Centro-Oeste absorveu grande parte do volume total de recursos da AGF, em média mais da metade durante a década de 1980, somando 55,2%. Estas ações fizeram com que houvesse um aumento da produção agrícola em Goiás.

Tabela 16: Participação das Regiões nas AGFs – valor (%)

Ano	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Brasil
1980	5,9	0,0	31,5	0,0	62,6	100,0
1981	5,5	15,0	8,6	1,5	69,9	100,0
1982	2,2	12,2	45,0	13,2	27,2	100,0
1983	0,5	7,8	42,9	10,7	37,9	100,0
1984	6,6	22,9	26,1	14,0	30,2	100,0
1985	1,4	6,0	33,1	22,0	37,4	100,0
1986	2,1	4,4	22,6	12,7	58,0	100,0
1987	0,9	14,3	25,0	14,0	45,5	100,0
1988	5,3	11,0	8,7	11,1	63,8	100,0
1989	6,0	4,3	2,5	1,6	85,5	100,0
1990	3,1	0,0	6,8	0,8	89,1	100,0

Fonte: Da Silva, 2002, p. 73.

Após 1987, as compras governamentais foram reduzidas, sinalizando que essa política perdeu força no incentivo ao crescimento da produção agrícola e, no poder dos grandes produtores que podiam se beneficiar de seu acesso.

Entretanto, com a Constituição de 1988, entrou em rigor novo projeto de fomento à produção do Centro-Oeste e aos produtores rurais - o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) - promulgado por meio da Lei n. 7.827/89142. Esse fundo funcionou através do Banco do Brasil, pois o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste não havia sido implantado.

Através do FCO desenvolveram-se os Programas de Desenvolvimento Rural, Industrial, de Infraestrutura econômica, de Turismo Regional, de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA) e para Preservação Ambiental, ficando para os primeiros, a absorção da maior parte dos recursos.

Os recursos se distribuíram dentro da região conforme Resolução da SUDECO de 1989, sendo destinados 19% ao Distrito Federal, 29% para Goiás, 29% para Mato Grosso e 23% para o Mato Grosso do Sul.

Podemos dizer que os programas estaduais ou federais foram criados para atrair investimentos, empresas e agentes para atuar nos diversos pontos do território nacional. E,

conforme os agentes chegavam os lugares buscavam sua atenção através de seus programas e incentivos. Este modelo de incentivos criou a chamada “guerra dos lugares”, em que os diferentes espaços clamam, ainda hoje, pela inserção das atividades capitalistas através das trocas de favores, benefícios, como a diminuição ou isenção de impostos para as empresas. Quanto maior a empresa, maior a luta dos lugares por abrigá-la e maior o benefício para a própria empresa.

Diversas regiões e municípios participaram das disputas para receber empresas.

Neste ambiente, a mentalidade capitalista e empresarial se disseminou direta e indiretamente. Pois, os agentes capitalistas, as grandes empresas e as disputas trouxeram para o Brasil estas novas formas de relação comercial.

Três grandes empresas, ou agroindústrias chegaram ao Sudoeste Goiano neste contexto, a Caramuru, a Cargill, a Coimbra e, foi criada a COMIGO.

A Caramuru é uma empresa nacional, oriunda do Paraná e que possui atividades em estados como Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará. Esta se dedica a produção e transformação de girassóis, soja, canola, milho, dentre outros.

No Sudoeste Goiano a Caramuru possui unidades com diferentes perfis. Em Chapado do Céu, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Perolândia, Portelândia, Quirinópolis, Rio Verde e Santa Helena de Goiás há unidades de armazenamento, e uma unidade industrial e portuária (hidroviária) em São Simão onde há processamento de grãos, produção de óleos e biocombustível e é feito transporte de cargas.

A empresa paranaense chegou ao território goiano em 1975 com a abertura de uma unidade industrial em Itumbiara-GO. E, na década de 1990 espalhou seus armazéns e unidades industriais por Goiás e outros estados.

A Cargill chegou ao Sudoeste Goiano na década de 1980. Trata-se de uma empresa multinacional estadunidense, que atua em vários países e, diversos estados brasileiros. Esta possui uma unidade produtiva em Rio Verde e diversos armazéns espalhados pelo Sudoeste Goiano. As atividades principais da empresa na região estão atreladas ao processamento e armazenamento de soja, etanol e alimentos.

Em Goiás, a empresa instalou escritórios e unidades de armazenagem em vários municípios do Sudoeste de Goiás (Rio Verde, Jataí, Portelândia, Chapadão do Céu e Santa Helena), visando adquirir grãos, sobretudo soja e milho, que são armazenados e depois levados para suas unidades produtoras mais próximas, como é o caso da unidade de Uberlândia (MG), ou são remetidos para outras unidades produtivas, e ainda, exportados para a Cargil Européia. (BORGES, 2006, p. 89)

A Coinbra tem um funcionamento um pouco mais complexo, pois é uma empresa controlada pela Louis Dreyfus, uma empresa com sede francesa, mas, pertencente a um conjunto de empresas com atividades em diversos países. Esta relação se iniciou no Brasil, ainda na década de 1940, com a compra de uma empresa brasileira do setor alimentício. A Louis Dreyfus possui no Brasil unidades de produção, transformação e armazenamento de soja, algodão, açúcar e, suco de laranja. No Sudoeste Goiano há uma unidade em Jataí, que iniciou suas atividades, no início da década de 1990, com processamento de soja e produção de óleo refinado e farelo.

Como abordamos no capítulo 02 deste trabalho, há uma intensa relação entre as empresas do setor agroindustrial no Sudoeste Goiano com produtores que se articulam através da COMIGO que por sua vez negocia com as grandes empresas como a Coinbra, Cargill, Caramuru e outras.

Borges (2006) considera a Coinbra de Jataí como elemento essencial na formação e especialização da agroindústria do Sudoeste Goiano, pois foi a segunda indústria da soja a se instalar no território e estabelecer parcerias com produtores para beneficiamento dos grãos e formar o complexo da soja.

Como já frisado, a cooperativa COMIGO é considerado o agente transformador socioespacial mais importante na formação da rede produtiva do Sudoeste Goiano. O que reforça a tese apresentada de que o lugar, os agentes locais foram responsáveis pela dinâmica econômica que tem hoje o Sudoeste Goiano, pois foi a construção e história da COMIGO que influenciou a transformação produtiva regional, através de suas articulações (políticas - que engendraram os incentivos, investimentos, empréstimos - e econômicas - no que tange às relações com as empresas que buscaram o Sudoeste elencadas acima).

A história da cooperativa se iniciou na década de 1970 com a reunião de produtores rurais que buscavam melhorias e possibilidades de armazenagem e comercialização de sua produção.

Os produtores rurais que anteriormente foram responsáveis pela construção das vias rodoviárias, pelo crescimento de políticos locais e regionais, na década de 1970 se tornaram responsáveis pela organização da produção e sua articulação com agentes produtivos externos. Ou seja, ampliaram sua alçada de relações chegando às grandes empresas mundiais.

[...]conseguiu-se reunir um grupo de 67 produtores interessados, que se dispuseram a fundar a cooperativa com uma cota de aproximadamente quatro mil dólares. Dentre os produtores, apenas 31 efetivaram a sua integração

com a cota de participação ao capital social. Em 06 de julho de 1975, concretiza-se a fundação da COMIGO, com o apoio do SAC- Sistema de Assistência ao Cooperativismo, com dois objetivos básicos: resolver o problema da falta de armazéns para depositar a colheita, pois a falta destes obrigava os agricultores a vender toda a produção após a colheita, reduzindo o lucro; e realizar diretamente a comercialização, eliminando os atravessadores. (BORGES, 2006, p. 92)

Abaixo, a placa de fundação da COMIGO afixada na sede da cooperativa situada em Rio Verde-GO.

Fotografia 16: Criação da COMIGO.



Autor: Godoi, C.N.

Fonte: Arquivo pessoal.

Para incentivar o crescimento da cooperativa foram viabilizados recursos por Goiás e pelo governo federal, por meio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC e pelo

Banco do Brasil. Estes recursos auxiliaram na construção de armazéns, qualificação dos agentes administrativos da cooperativa, acesso dos produtores a créditos para novos investimentos e custeios e, os induziram à produção de grãos como soja e milho com intuito de atender ao mercado externo.

Os investimentos e elementos agregados à produção foram possibilitados em função dos financiamentos oriundos do governo federal e estadual para estas aquisições. Além dos instrumentos federais, houve também dois programas regionais - o Fomentar e Produzir.

Em 1984, foi aprovada a Lei Estadual Goiana de n. 9.489 que criou o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovessem o desenvolvimento industrial de Goiás, especialmente as atividades voltadas à agroindústria que viessem a contribuir com o desenvolvimento econômico.

Segundo Da Silva (2002), os incentivos do FOMENTAR possibilitara o financiamento de projetos aprovados, empréstimos de até 70% (utilizando recursos do imposto ICMS), vendas de lotes em Distritos Industriais do Estado, construção de obras de infraestrutura básica, e pagamento do ICMS com alíquota reduzida.

Os incentivos federais e estaduais, portanto, estimularam diversos municípios a criar seus Distritos Industriais, além de trazer novos fluxos e empresas para o estado.

O Fomentar possibilitou diversas ações em Goiás, dentre elas a construção de armazéns da COMIGO em Jataí e em Acreúna, bem como a refinaria de óleo de soja, para transformar a produção, enlatar e abastecer o mercado regional.

O Produzir – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - foi instituído mais recentemente, no ano de 2000 para dar suporte financeiro às indústrias. A intenção deste programa era substituir o Fomentar e dar conta das necessidades de projetos industriais novos e da reestruturação de unidades industriais paralisadas.

Se nos aprofundarmos nos dados referentes aos incentivos poderemos perceber que a participação efetiva do Setor Público foi fundamental para o desenvolvimento econômico de Goiás e, do Centro Oeste como um todo, e as escolhas políticas beneficiaram, a partir da década de 1970, uma produção vinculada à exportação.

Assim, o Estado criou um contexto a favor do aprofundamento das relações de produção ligadas à interesses capitalistas no Centro Oeste como um todo, especialmente nas áreas em que esta relação já havia se iniciado, como é o caso do Sudoeste Goiano.

A COMIGO nasceu com interesses focados na transformação do Sudoeste Goiano em território que se voltaria à exportação, conforme o plano nacional se construiu ao longo

dos anos. A cooperativa é, portanto, agente de transformações local, e ao mesmo tempo é resultado do processo de construção regional, de uma elite produtora que se organizou para conseguir estrutura competitiva e participar do processo de produção capitalista. E, através das ações da COMIGO, formando uma cadeia produtiva de soja, foi possível a chegada da Perdigão no Sudoeste Goiano. O ambiente produtivo regional atraiu uma grande empresa do setor de carnes com vistas a aproveitar a logística produtiva de grãos para abastecer a produção de carnes.

A Perdigão é uma indústria do setor de carnes, originada na década de 1930, no estado de Santa Catarina. A marca Perdigão S.A foi adotada em 1958, e ao longo das décadas de 1960, 1970, e 1980 a indústria cresceu e incorporou outras pertencentes ao setor de carnes.

Esta política levou ao fortalecimento da empresa e ao aumento do seu patrimônio, mas também ao endividamento, fato que provocou mudança no controle acionário da empresa em 1994, com a venda de suas ações no mercado financeiro. Assim, a Perdigão deixou de ser uma empresa familiar para se tornar uma empresa composta por capitais de diferentes origens. A partir de então, a empresa passou a ser controlada pelo Grupo de Fundos de Pensão do Banco do Brasil (Previ - B.B). Hoje, o capital da empresa está sob poder de fundos de pensões, empresas e outros. (BORGES, 2006, p. 114)

A empresa citada chegou ao Sudoeste Goiano, na década de 1990, através dos resultados do Projeto Buriti, citado no capítulo 02, no qual foram analisados diversos fatores para a escolha da área de instalação da nova unidade industrial.

O Sudoeste Goiano na década de 1990 já podia ser enxergado como área de expansão, como um *belt* moderno (Santos; Silveira, 2001) altamente tecnificado, potencialmente produtivo e exportador.

Com a instalação das unidades produtivas de carne, a interligação das produções com grãos e laticínios, além das outras atividades paralelas que foram estimuladas e utilizadas, como a produção de embalagens, o comércio que se especializou em insumos, produtos agrícolas, máquinas, os armazéns, os silos, as lojas e supermercados da COMIGO, a região se especializou, criou uma identidade agroindustrial cuja atenção política e econômica rendeu grandes investimentos.

As empresas se instalaram na região, modificaram-na, atraíram população, fizeram crescer cidades, transformaram a paisagem urbana e rural e foram modificadas pelo local também, porque chegaram e estabeleceram relações com os agentes produtivos locais, com a elite produtiva e ativa local.

Em 2009 a Perdigão se uniu à Sadia, duas grandes indústrias alimentícias brasileiras, com vistas a se fortalecer e se tornarem competitivas nacional e internacionalmente. Juntas elas formaram a BRF Brasil *Foods* que se tornou uma grande indústria do agronegócio e reforçou o papel do Brasil como potência no setor.

Em nosso trabalho de campo, cujos dados foram apresentados no capítulo 02, expusemos as atividades da Brasil *Foods* no Sudoeste Goiano, sua logística altamente complexa e seu papel dinâmico na região e estado.

A seguir trataremos algumas das transformações mais recentes que têm ocorrido no Sudoeste Goiano.

As transformações recentes.

A associação de escolhas políticas a uma rede técnica, e investimentos capitalistas culminaram no que é o território do sudoeste goiano atualmente. Se, no primeiro capítulo vimos os dados de exportação e de balança comercial do estado de Goiás, e pudemos averiguar que o Sudoeste Goiano é produtivo e exportador, vimos através do desenrolar desta tese, como este quadro foi alcançado.

A soma das ações políticas, dos agentes, às próteses instituídas no território, mesmo que ainda não sejam excelentes, tornaram um território rico em recursos naturais; com água em abundância, solos férteis e relevo relativamente plano; um território altamente produtivo. Sabemos que os investimentos técnicos podem ainda aprofundar e fazer crescer essa produção.

Portanto, a política e o Estado se fizeram presentes com programas de apoio citados acima, com o auxílio na construção de infraestruturas, de compra das produções agrícolas, dentre outras medidas. E, esses investimentos foram canalizados para grandes propriedades de terra e produções voltadas ao comércio exterior, e bastante tecnificadas.

As grandes propriedades associadas à tecnificação estimularam as pessoas a migrarem para as grandes cidades. Com isso, no Centro-Oeste, especialmente em Goiás nas regiões metropolitanas de Goiânia e de Brasília foram recebidas milhões de pessoas e, ao mesmo tempo muitos municípios perderam população e força na rede urbana e produtiva.

A construção de Goiânia e de Brasília auxiliou no desenho da rede urbana atual, estas áreas são hoje metrópoles, que abarcam milhões de habitantes, empresas, serviços, e indústrias.

O Sudoeste Goiano continuou sua busca por poder econômico e pelo aumento da produção. Investiu por muitos anos na soja, no milho e cereais, abrigou o nascimento da COMIGO. E, foi escolhido como área para a instalação de grandes empresas como a *Cargill*, ADM, e a Perdigão, hoje Brasil *Foods*, em função de sua capacidade produtiva de grãos.

Entretanto, apenas como forma de mostrar quão dinâmica é a região de estudo, e para expor mais uma vez que os agentes locais são atuantes, como os hegemônicos, em nosso trabalho de campo, e nos últimos anos, pudemos notar uma nova transformação nos cultivos do Sudoeste. A cana chegou com força e está tomando o lugar dos grãos no Sudoeste Goiano.

Mas, e como fica a estrutura montada pela Brasil *Foods* para se beneficiar da alta produção de grãos do Sudoeste? Afinal, a Brasil *Foods* mantém uma grande produção de animais, em função da proximidade do cultivo dos grãos.

Ao que tudo indica a cana de açúcar ainda deve crescer e ocupar plantios de soja no Sudoeste Goiano, embora alguns municípios como Rio Verde e Jataí estejam criando normas e formas para evitar esse crescimento em suas áreas, buscando proteger suas indústrias. Um exemplo foi a criação da Lei Complementar n. 5.206/ 2006 da Câmara Municipal de Rio Verde que estabeleceu um limite de 10% das áreas agricultáveis do município para a produção de cana de açúcar.

O cultivo da cana em ascensão aponta que os produtores do Sudoeste estão ligados a interesses diversos. Pois se a produção de grãos concentrou empresas e indústrias em Rio Verde, especialmente – como vimos ao longo da tese, elementos que apontaram centralidade adquirida por Rio Verde, serviços bancários, indústrias, empresas, dentre outros – os demais municípios buscaram outras formas de atrair fluxos, e, a diversificação da produção parece ser uma alternativa.

Em função do crescimento do interesse pela cana de açúcar, relacionado à produção dos biocombustíveis e sua cadeia de complexidades, que envolve novas retóricas, teorias, agentes, e interesses, boa parte dos municípios do Sudoeste Goiano aderiu ao cultivo dessa nova cultura.

Assim, é notável que a dinâmica do Sudoeste Goiano está relacionada aos seus interesses em se manter produtivo, competitivo, inserido em uma rede capitalista de produção, mesmo que isso signifique diversas transformações em seu território, cultura, cidades, trabalho, dentre outros. Afinal, mudar a cadeia produtiva e a rede de relações dos municípios não é algo simples, e vimos diversos caminhos trilhados pelo Sudoeste para estar na rede.

Referências Bibliográficas:

ABAD: Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores.

Ranking ABD, 2006.

Disponível em: <http://www.abad.com.br/index2.html>

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. Reminiscências. Ed. Kelps, Goiânia, 1991.

AMORIM, Wilma M.. O amarelo da soja invade o cerrado. 1996, 101f. Dissertação (Mestrado

em História das sociedades agrárias), Universidade Federal de Goiás. Goiânia(GO). 1996.

ARANTES, P. F. Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás. 1970 – 1995. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás, 2001.

ARRAIS, T. Entre a Rede Urbana e a Cidade Região: o que há de novo no Centro Goiano?. Anais do X ENA – Encontro Nacional da ANpur 2003. Belo Horizonte, 2003.

Disponível

em:

http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/artigos_pdf/ARRAIS%20_2_%20Tadeu%20Alencar.pdf

Acesso em: Julho, 2009.

ARRAIS. T. Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. Goiânia, IESA, 2002.

Atlas do Transporte Rodoviário

Disponível em: <http://www.cnt.org.br/informacoes/pesquisas/atlas/2006/>

Balanco Energético de Goiás, 2006.

Secretaria do Estado de Infra-Estrutura.

Disponível em: <http://www.seinfra.goias.gov.br/set/index.htm>

BANCO CENTRAL.

Disponível em: www.bcb.gov.br

50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.

Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/ArquivoZip.asp>

Acesso em: maio de 2011.

BNDES. Um Estudo da Integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão

Disponível

em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/buriti.pdf

Acesso em: Janeiro de 2011.

BARREIRA, C. C. M. O papel de Pierre Monbeig na análise da ocupação da frente pioneira do centro-oeste. (1930-1940). Revista: Boletim Goiano de Geografia. Vol. 15. N. 01. Jan/Dez 1995.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é Sociedade: Contra a Noção de Impacto Tecnológico. Redes, Sociedades e Territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI. São Paulo, Hucitec, 1996.

BORGES, B. G. O despertar dos dormentes. Goiânia, Cegraf, UFG, 1990.

BORGES, B. G. A economia goiana na divisão regional do trabalho. (1930 – 1960). In: DUARTE DA SILVA, L. Sérgio. (org.) Relações Cidade – Campo: Fronteiras. Ed. UFG, 2000.

BORGES, B. G. Goiás nos quadros da Economia Nacional: 1930 – 1960. Ed. UFG, 2000.

BORGES, R. E. No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. Tese de Doutorado . (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual de São Paulo. UNESP, 2006.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 1996.

BRANDAO, C. Território e Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Ed. Unicamp, 2007.

CAMPOS, C. S. S. Complexo Agroindustrial, sob forma de Cooperativas, na Ocupação e Uso do Cerrado. O Caso da Comigo em Rio Verde – Go. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

CAMPOS, O. Rio Verde histórico. São Paulo, Edigraf, 1971.

CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. 1930-1970. Ed. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1985.

CARONE, E. A primeira República (1889 - 1930): texto e contexto. São Paulo, Difel, 1969.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. Ed. Paz e Terra, 2 ed. 2000.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Trad. R. V. Majer. v.1. (A era da informação: economia, sociedade e cultura) São Paulo: Paz e Terra, 5º ed. 1999.

CASTILLO, R. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? In Que país é este? pensando o Brasil contemporâneo. (org.) Edu Silvestre de Albuquerque. São Paulo, Globo, 2005.

CASTILLO, R. e TREVISAN, L. Racionalidade e Controle dos Fluxos Materiais do Território Brasileiro: o Sistema de Monitoramento de Veículos por Satélite no Transporte Rodoviário de Carga. Redes, Sociedades e Territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

CASTORINO, A. B. Sistema de Transporte Hidroviário e Modernização do Campo no Sudoeste de Goiás. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 2005.

Disponível em:

http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/artigos_pdf/Ademir%20Batista%20Castorino.pdf

Acesso em: Agosto, 2009.

CHAUL, N. N. F. A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital. Goiânia, Cegraf, UFG, 1988.

CLEPS JUNIOR, J. Dinâmica e estratégia do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro, 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1998.

CORRÊA, R. L. A Rede Urbana. São Paulo, Ática, 1989.

_____. R. L. Trajetórias Geográficas. Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Os Centros de Gestão do Território: uma nota. *Revista Território*, nº 11,12 e 13, anos 2002/2004.

_____. Rede Urbana e Formação Espacial – Uma Reflexão considerando o Brasil. *Revista Território* Volume 08. Ano 2000.

Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/>>

_____. Região e Organização Espacial, 4 ed. Ed. Ática, São Paulo, 1991

_____. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. L'acteur et le système. Paris: Seuil (Points), 1977.

CUNHA, A. R. A. de A. Um novo enredo para uma velha história? Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar. Texto para Discussão. N. 187. Belo Horizonte: UFMG\ CEDEPLAR, MG, 2003.

CURIEN, N. D'une problematique generale des reseaux a l'analyse economique Du transport dès informations. In: DUPUY, G. *Reseaux Territoriaux*. Caen, Paradigme, 1988.

DAHER, T. Goiânia, uma utopia européia do Brasil. Instituto Centro Brasileiro de Cultura, Goiânia, 2003.

DA SILVA, A. L. A Revolução de 30 em Goiás. Goiânia, Agepel, 2001.

DA SILVA, C. A. F. Grupo André Maggi. Corporação e Rede em áreas de fronteira. Ed. Entrelinhas, Cuiabá, 2003.

DA SILVA, E. R. A Economia Goiana no Contexto Nacional: 1970-2000. Dissertação de Mestrado - Instituto de Economia – UNICAMP, CAMPINAS – SP, OUTUBRO DE 2002.

Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/>

DE OLIVEIRA, H. A. A Influência dos meios de comunicação e transporte na estrutura da riqueza familiar do Sul de Goiás, 1850-1930. UFMG\ CEDEPLAR, Seminário Diamantina, 2010.

Disponível

em:

http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A018.pdf

DE OLIVEIRA, I. Dinâmica da ocupação das terras no município de Jataí (GO) e sua relação com o meio físico.

Revista: Boletim Goiano de Geografia, Vol. 27. n. 02. JAN/JUN, 2007.

DE OLIVEIRA, I. A Agropecuária Modernizada e sua sustentabilidade no Cerrado: o caso do município de Jataí.-GO. Revista: Boletim Goiano de Geografia, Vol. 21 n. 02. Jul/Dez 2001.

DE OLIVEIRA, H. Territorialidades Agroindustriais e o Reordenamento da Dinâmica Agrária Regional: o caso da Perdão em Rio Verde-GO. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

DE OLIVEIRA, Paulo Roberto. **Para além do Rio Grande: os impactos da economia paulista sobre O Triângulo Mineiro.** *História* [online]. 2008, vol.27, n.2, pp. 203-222. ISSN 1980-4369.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a10v27n2.pdf>

Acesso em: Agosto de 2011.

DEUS, J. B. O Sudeste Goiano e a Desconcentração Industrial. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília, 2003.

DIAS, L. C. Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas do Território Brasileiro. *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp. 115-144, 1997.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização in Castro, J. E et al (org) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

DIAS, L. C. Redes, Sociedades e Territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Avaliação das Condições rodoviárias:

Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/index.htm>

Acesso em: Outubro de 2009

DUBAR, C. Agente, ator, sujeito, autor:do semelhante ao mesmo. Diversidade e Igualdade. Revista de Ciências Sociais da PUC, Rio. N. 03. Jul/Dez, 2008.

Disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/media/Dubar_desdiv_n3.pdf

Acesso em: Setembro de 2011.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

EDWARDS, B. Guia básica de la sostenibilidad. 2. Ed. GG, Barcelona, 2008.

ESTEVAM, L. O Tempo da Transformação. Estrutura Dinâmica na Formação Econômica de Goiás. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp. Unicamp, 1997.

Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000117561>

FAJARDO, S. Discussões sobre territorialidade econômica e as transformações na paisagem e no espaço rural pela ação de *trades* agrícolas e cooperativas no Paraná. In. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 2, n. 3 p. 17-39, fev. 2007.

Disponível em:
<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=149&article=79&mode=pdf>

FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. 2. Edição. Edusp, São Paulo. 2006.

FERROVIA NORTE - SUL

Disponível em:
http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/ci/ap/AP_20071018_MT_FerrovianorteSul.pdf

FRANÇA, Maria de Sousa. Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900 – estudo da dinâmica da ocupação espacial. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Goiânia: UFG, 1975.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. 27 ed. Companhia Editora Nacional: Publifolha, São Paulo, 2000.

GALLI, U. A História da Pecuária em Goiás. Do primeiro Gado aos dias de Hoje. Goiânia. Ed. UCG, Contato Comunicação. 2005.

GELL, Alfred. Art and agency: an anthropological theory. Oxford: Clarendon, 1998.

GODOI, C. N. Desenvolvimento das Telecomunicações e a Especialização Territorial e Urbana em Uberlândia-MG. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

GODOI, C. N. A Urbanização do Brasil e as Diferentes Divisões Territoriais do Trabalho ao longo do tempo. Revista Caminhos de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

Disponível em:

<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=2197&article=1013&mode=pdf>

Acesso em: Dezembro, 2009.

Goiás em Dados (2007)

Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/>

GOMES, H. O Sudoeste de Goiás: nova fronteira econômica para o projeto do capitalismo internacional. Revista Estudos, UCG. Vol. 25, n. 1 e 2. 1998. Pag. 175 a 184.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização conservadora dos anos 70. in: mas qual reforma agrária? Revista Reforma Agrária. Campinas, (12(1) (abr/jul) 1987, ps 18-48.

_____. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Ocupações Rurais não Agrícolas. Oficina Temática.

Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf

Acesso em: Janeiro de 2011.

_____. A industrialização e a Urbanização da agricultura brasileira. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.7, n. 3, p. 02-10, jul/set., 1993.

HARVEY, D. A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, 3ª edição. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HELFAND, S. M. e REZENDE, Gervásio Castro de. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. IPEA, Texto para discussão n. 611, Rio de Janeiro. Dezembro de 1998.

HUERTAS, D. M. Da fachada atlântica ao âmago da Hiléia: Integração Nacional e Fluidez Territorial no processo de expansão da fronteira agrícola. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Mestrado em Geografia, 2007.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09102007-140247/>

IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>

IBGE Cidades:

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

IBGE Recenseamentos:

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/>

IBGE. Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades 1993. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 1972.

INFORMAÇÃO GOYANA. Revista. CD-Rom. Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira.

IPEA. Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil. Estudos Básicos para Caracterização da Rede Urbana. Brasília, 2002.

JORNAL CORREIO – Uberlândia-MG.

Evolução do Comércio Atacadista.

Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/?tp=coluna&post=14626&uid=55>

Acesso em: Setembro de 2010.

KUBITSCHKE, J. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial: 2009.

LACERDA JUNIOR, B. D. Modernização da Agricultura e Transformações no Espaço Rural e Urbano de Rio Verde – GO. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

LATOUR, B. Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Ed. Unesp, 1999.

----- . Jamais fomos modernos. Ed. 34, 1994.

----- . A esperança de Pandora. Edusc, 2001.

LENA, P. e OLIVEIRA, A. E. de (org.) Amazonia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém. Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

LOURENÇO, L. A. B. A Oeste das Minas. Escravos, Índios e Homens Livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861) EDUFU, 2005.

LOURENÇO, L. A. B. A. Das Fronteiras do Império ao Coração da República: O Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, BECKER, GEIGER, e DAVIDOVICH (org.) Geografia e meio ambiente no Brasil. Sao Paulo, Hucitec, 1996.

MACHADO, M. C. T. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia, Cegraf, UFG, 1990.

MACHADO, Vilma de Fátima. Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual. 1996, 143p. Dissertação (Mestrado em História das sociedades agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 1996.

MARAFON, José Gláucio. Industrialização da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. Geo UERG – Revista do Departamento de Geografia, UERG. Rio de Janeiro: n. 3, p. 7-21, junho de 1998.

Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0006.html>

Acesso em: Janeiro de 2010.

MARTIN, Andrew. Agents in Inter-Action: Bruno Latour Agency. Journal of Archaeological Method and Theory. Vol. 12, n. 4, December, 2005.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MASSEY, D. Pelo Espaço. Uma nova política da espacialidade. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.

MELO, Nagela Aparecida de. Interação Campo-Cidade: a (re)organização sócio espacial de Jataí (GO) no período de 1970 a 2000. 2003. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

MENDONÇA, J. G. C. A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o Mudancismo Condicionado. Ed. UCG, 2008.

Ministério dos Transportes.

Disponível em: <http://www.transportes.gov.br>

MONBEIG, P. O Brasil. 6. Ed. São Paulo, Difel, 1985.

MOTTA, T. C. Entre o Atlântico e o Sertão: mulheres e vida urbana na capitania de Goiás. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade de Brasília, 2006.

Disponível em:

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2367/1/Tatiana%20Carvalho%20Motta.pdf>

MULLER, G. Complexo Agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

MUSSO, P. Critique des Réseaux. Paris: PUF. 2003.

NASSER, C. Alfredo Nasser: o líder não morreu. 2. Ed. Goiania, 1995.

NEPOMUCENO, M. de A. A Informação Goyana: seus intelectuais, a história e a política em Goiás (1917-1935). São Paulo, PUC/SP, 1998 (Tese de Doutorado).

NETO, A. T., BARBOSA, A. S. e GOMES, H. Geografia: Goiás- Tocantins. 2. Ed. Goiânia. Ed. UFG, 2005.

NUNES, H. P. A era rodoviária em Goiás. Goiânia, 1985. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal de Goiás.

Disponível

em:

http://emaginedesign.com.br/pos_historia_dois/nunes_heliane_prudente_1985.pdf

Acesso em: Outubro de 2010.

OLIVEIRA, C. de O. A modernização das casas de comercio em Jataí. I Seminário de Pesquisa da Pós Graduação em Historia. UFG-UCG.

Disponível

em:

http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/09_CarolinaOliveira_AModernizacaoDasCasasDe.pdf

Acesso em: Agosto, 2009.

OLIVEIRA, H. de. Territorialidades agroindustriais e o reordenamento da dinâmica agrária regional: o caso da Perdigo em Rio Verde-GO. 2003. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – IESA Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

OLIVEIRA E OLIVEIRA, C. Dos Empórios aos “Pegue-Pague”: A modernização das casas de comércio de Jataí. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

OTAMAR de CARVALHO, J. Coord. Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste: relatório final. Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Brasília, Mimeo, 1998.

PALACIN, L. MORAES, M. A. de S. Historia de Goiás. 7 Ed. Goiânia. Ed. UCG, Ed. Vieira, 2008.

PINTO, A. V. O Conceito de Tecnologia. Ed. Contra Ponto, Rio de Janeiro, 2005.

PIZARRO, R. E. C. O Agronegócio e as potencialidades turísticas do município de Rio Verde – Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

Plano de Desenvolvimento dos Sistemas de Transportes do Estado de Goiás, 2007.

Secretaria de Estado de Infra-Estrutura de Goiás.

Disponível em: <http://www.seinfra.goias.gov.br/>

Plano de Outorgas

Anatel – Agência Brasileira de Telecomunicações

Disponível

em:

<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=229088&assuntoPublicacao=RELA%C7%C3O%20DE%20PRESTADORES%20DO%20STFC%20&caminhoRel=Cidadao-Telefonia%20Fixa-Prestadores%20de%20Servi%E7o&filtro=1&documentoPath=229088.pdf>

PONTES, J. A. V. São Paulo de Piratininga: de Pouso de Tropas a Metrópole. Editora: Terceiro Nome, 2004.

PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. 3 ed. Ed. Brasiliense, Brasília, 1987.

QUEIROZ, R. DA S. DA R. A modernidade de porteira fechada no Sudoeste Goiano: o Jeito Perdido de criar aves e suínos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAZZOLINI FILHO, E. Transporte e Modais com suporte de TI e SI. Ed. Ibepex, Curitiba, 2009.

RIEDL-DORN, C. Joann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil. Ed. Index, Petrópolis, 1999.

ROCHA, H. Memória da Energia em Goiás: Celg 50 anos. Ed. do autor, 2005.

ROGERS, R. Cidades para um pequeno planeta. GG, 1. Edição, 3 impressão, 2008.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista. Tese de livre-docência, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SALGADO, T. R. ARRAIS, T. P. A., DE LIMA, L. O. Desigualdade Regional e Intervenção Estatal: Uma análise da concepção de planejamento regional no I e II Plano Plurianual do

Governo do Estado de Goiás. CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line. V. 11, N. 36 (2010)

Disponível em: <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewissue.php?id=64>

Acesso em: Março de 2011.

SANDRONI, P. Dicionário de Economia do Século XXI. Ed. Record, Rio de Janeiro, 6. Ed., 2010.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo, Hucitec, 1988.

_____. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

_____. *Espaço e Sociedade*. (Ensaio) Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

_____. *O Espaço Dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil – Território e Sociedade no início de século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Senado Federal

Disponível em: www.senado.gov.br

http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/ci/ap/AP_20071018_MT_FerrovianorteSul.pdf

SILVA, A. L. da. A Revolução de 30 em Goiás. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História. 1982.

SILVA, C. A. F. Grupo André Maggi. Corporação e Rede em Áreas de Fronteira. Ed. Entrelinhas, Cuiabá, 2003.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo Agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (orgs.). *Redes, Sociedade e Territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 215-255.

SOFFIATI, A. Agricultura e meio ambiente em Campos. In: *Evolução da Agricultura em Campos – RJ, mudança tecnológica e relações de produção*. Faculdade Candido Mendes, Campos. Mai, 1987, pp. 51-74.

SOUSA NETO, M. F. Os ventos do norte não movem moinhos. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, Goiás. p. 15 a 32. Vol. 23, n. 2. Jul / dez, 2008.

TEIXEIRA NETO, A. Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. Goiânia, IESA, 2002.

TEIXEIRA NETO, A. GOMES, H. e BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás – Tocantins*. Ed. UFG, 2005.

TELES, J. M. *A Coluna Prestes em Goiás*. Goiânia, Kelps, 2008.

TURNER, F. J. The frontier in American History. Tucson: The University of Arizona Press, 1992.

VARSANO, R. A guerra fiscal do icms: quem ganha e quem perde. Rio de Janeiro, IPEA, 1997. (Texto para discussão nº 500)

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0500.pdf>

VIANNA, P. A água vai acabar? Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo. Ed. Globo, 2005.

WAIBEL, L. Capítulos de Geografia Tropical e Do Brasil. 2. Edição, 1979.

Apêndice

Anotações trabalhos de campo

Viagem Goiânia – Santa Helena de Goiás – Rio Verde – Santa Helena de Goiás – Goiânia.

Data: 04 de abril até 07 de abril de 2011.

Viagem – carona RIDESA – Agronomia UFG.

Agrônoma: Manoella Bueno.

Rodovias BR 060 e GO 164.

Saída Goiânia – Santa Helena de Goiás. BR 060.

Ideias levantadas: a cana chegou e está tomando o lugar dos grãos. Como fica Perdigão?

Importante – essa transformação aponta o “empreendedorismo liberto” já que os produtores avançam para onde crêem que seja “tendência”, lucrativo. Não estão “presos” à empresas, corporações, não estão “tão” presos assim. Citar Plano Diretor Rural de Jataí e Rio Verde que proíbem e tentam coibir o avanço da cana, deixando apenas 10 ou 5 % do município para área de plantio de cana. Pois, os interesses da Perdigão ficariam abalados sem a produção de grãos que é a matéria prima de que necessitam. A dinâmica do capital, o novo e o novíssimo estão em movimento no SO-GO.

O Diesel não altera muito o preço, por isso no Sudoeste, e devido às rodovias ruins, há muitas camionetas e caminhões e poucos carros pequenos.

Caminho: Goiânia, Abadia de Goiânia (5km), Guapó (30 Km próximo a erosões) Posselandia, Varjao, Indiara, Carlandia (começou a cana, já tem mais caminhão) , Acreúna, Santa Helena de Goiás.

BR-060. Rodovia simples, mas está boa.

3 caminhões Quick transportadora. (sentido Goiânia)

COMIGO em Indiara, Acreúna (armazéns)

Até Carlândia verifica-se mais atividades de pecuária leiteira, propriedades menores, após Carlândia começou a cana e já havia mais caminhões. AS terras planas se iniciam.

Santa Helena de Goiás: segundo Manoella é uma área de terras muito férteis, das mais férteis do Estado de Goiás. (foto 48, 49 – feijão ou soja ?)

Empresa em Acreúna: Celeiro – Agropecuária e Logística.

Muitos armazéns de estocagem / secagem.

Foto 74. Armazém COMIGO em Acreúna.

Quick Logística com placa de Goiânia.

Hamburg Sud – Itumbiara – pesquisar.

Voltou área de pecuária em Acreúna.

Saímos GO 060 para GO 164. (foto 75 em diante.)

Cana em ambos os lados da rodovia. Foto 85: cana + soja + cerrado. (soja, milho, sorgo, não sei.)

Chegamos Santa Helena de Goiás. 15:54. Hotel Cana Verde.

Transcrição das Entrevistas Semi Estruturadas.

Usina Santa Helena de Goiás.

Ricardo Valeriano. 64 3614 9100 (PABX Usina Ricardo)

Questionamentos norteadores:

Escoamento da produção.

Álcool de Santa Helena de Goiás vai todo para Senador Canedo.

Fausto José.

Açúcar – entregam em todas as cidades do Sudoeste Goiano.

BSB – Tocantins, Palmas e Pequi.

MG – Contagem, Uberlândia e Belo Horizonte.

Entregam mais para o mercado interno.

Entregas são feitas por caminhão.

ESALQ – Projeto Porto Seco em Santa Helena. Estudos para exportação. Ferro por Santos.

Caminhões da própria Usina e também terceirizados. (frete + contrato de exclusividade)

Transportadoras são complicadas: nem sempre oferecem serviço no momento em que as empresas precisam. (formam “cartéis”)

Fornecem açúcar pra empresas como a Joy Chocolates e a Brasce ne (produz mingau)

Para levar a produção de açúcar por Minas, seguem pela BR 452, BR 060, BR 153.

A rodovia mais usada é a BR 060-GO, que vai pra Goiânia, Rio Verde e Jataí.

Pra Edéia está sem asfalto um trecho de 8 km. (GO ?)

Ricardo: infra melhor em Goiânia ganha competitividade na área central, o SO-GO perde competitividade.

Usina Santa Helena – 1967.

Açúcar antigamente.

1990 – Pró álcool – usina passou a produzir álcool também.

Algodão – é uma lavoura mais cara, são precisos oito combates (agrotóxicos)

Álcool – FOB (venda) o cliente retira o produto. A distribuidora é que vem buscar. É uma carga mais delicada, inflamável (distribuidora).

Distribuidoras de combustível (é preciso muito capital para abrir uma distribuidora, são serviços muito caros).

Senador Canedo (tem muitas distribuidoras)

BR-060 – Rio Verde – Jataí: pior trecho da BR.

São Simão: não utilizam exportação. (as rodovias que levam ao sudeste extremo são ruins). E fica mais demorado para chegar a São Paulo. Como não exportam, não usam São Simão.

Posso citá-lo.

Transportadora da Brasil Central leva muita soja para São Simão. Soja até do Mato Grosso (Querência) vai para São Simão. SO-Go e MT.

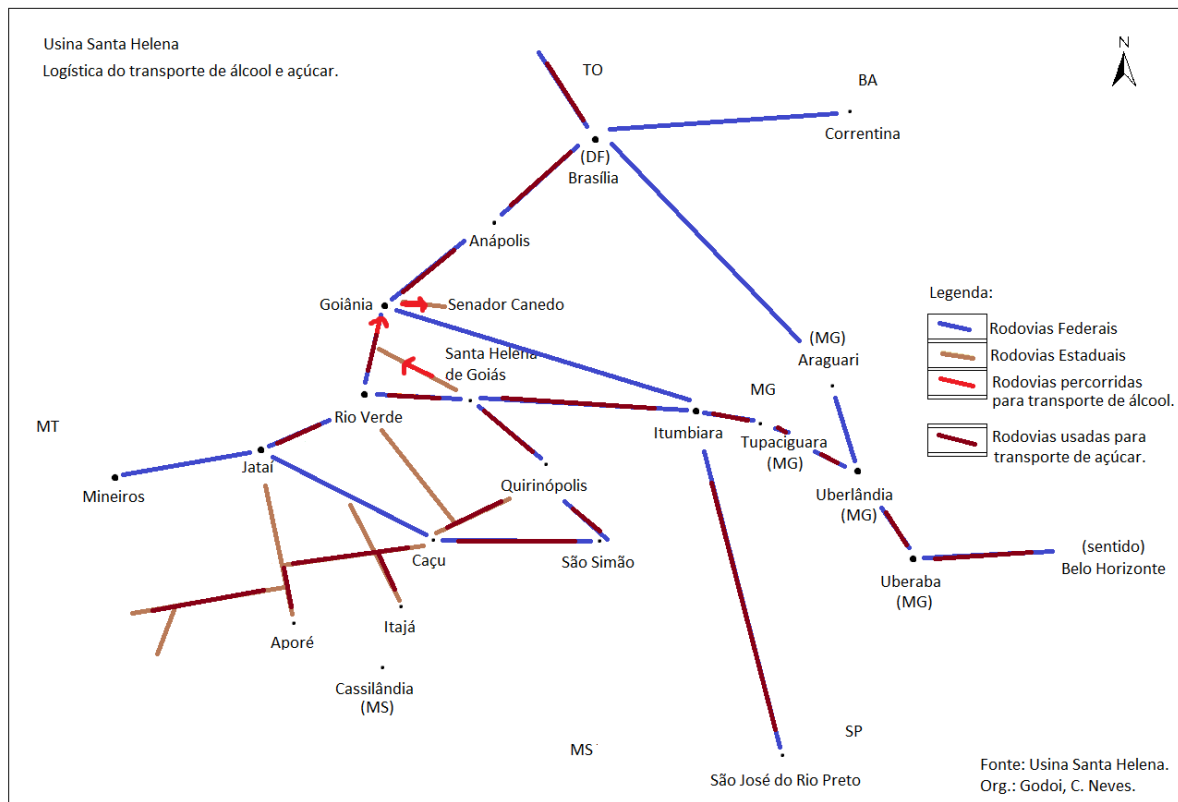
Querência – tem John Deere, New Holland e Massey Ferguson. Importante centro produtor de soja.

Usina Santa Helena compra maquinários em Goiânia. Rio Verde não tem cana. Mas, vendem maquinários, mas é mais caro do que em Goiânia, empresas grandes compram em Goiânia.

Grupo NAUM: empresários turcos 1967 a usina foi comprada por eles.

Santa Helena – 30 km de Rio Verde.

Indiara pra Acreúna – estradas terríveis. Santa Helena para Edéia – condições muito ruins, chuvas destruíram trechos.



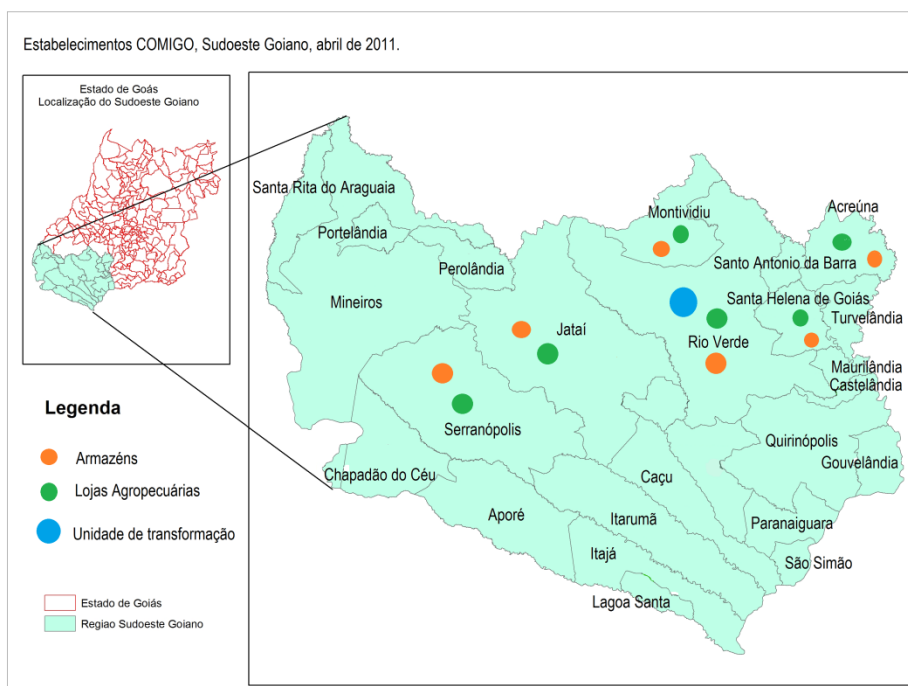
COMIGO.

João César Faustino: 64 3611 43 29 gerente de transportes.

Questionamentos norteadores:

1. Por onde escoo a produção da COMIGO? (BR, GO, São Simão ?)
2. O que pensa da infra rodo ?
3. Expectativas para a ferrovia?
4. Como é feito o transporte? (caminhões próprios, empresas, caminhoneiros terceirizados?)
5. O que pensa de São Simão? (atende) ?
Relação COMIGO – CANA. ?

1. COMIGO – variantes diferentes por ser uma cooperativa e não uma indústria. Há dois ciclos: o primeiro centraliza a soja nos armazéns (no período de safra). E o segundo é o transbordo, em que Rio Verde é o centro receptor de soja, não pode ficar parada, está úmida e suja, então a soja é encaminhada para Rio Verde para secar nos armazéns e ser transformada.



Assim, há uma logística interna que atende todo o Sudoeste Goiano e uma logística que envia a soja transformada para outros lugares.

Rio Verde esmaga a soja, é um centro industrial. Acreúna, Sta Helena e outros só estocam e alguns secam.

Primeira logística: BR 060, BR 452, GO 174, GO 220, BR 364, GO- 050, GO 184, e GO 221.

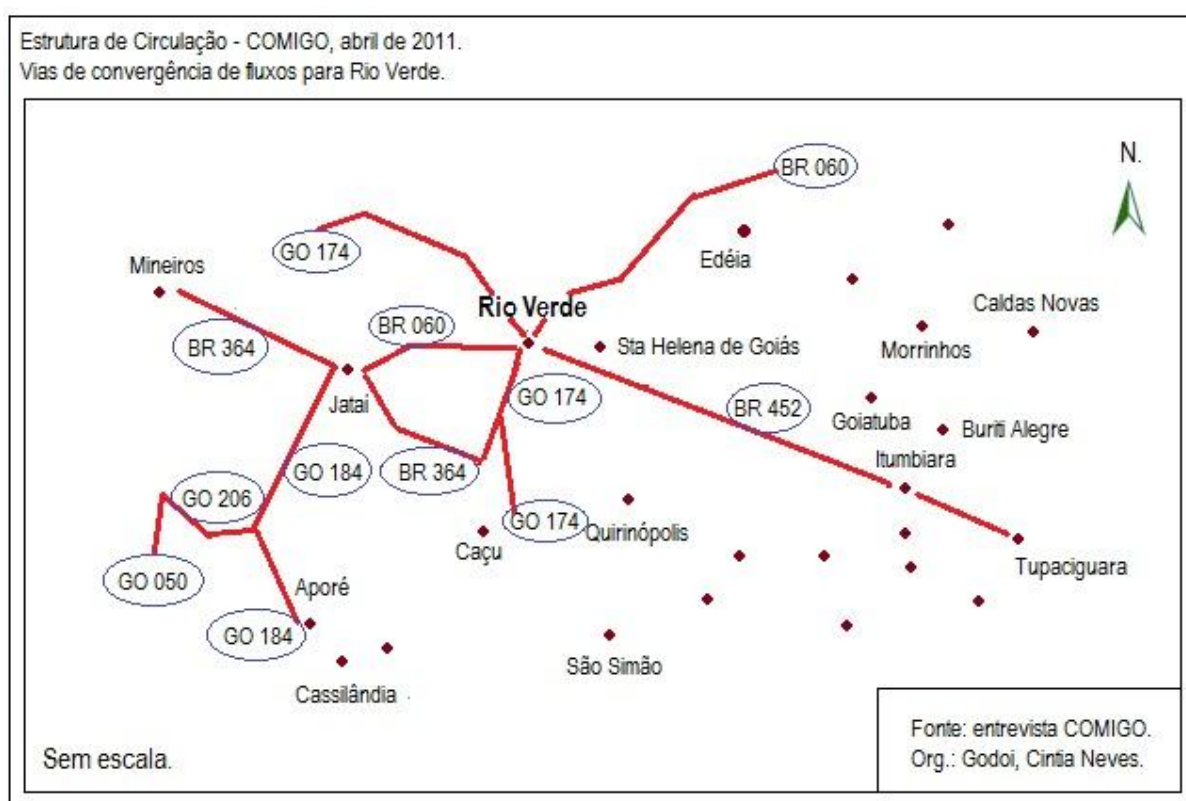
Transporte interno da COMIGO, para centralizar a produção em Rio Verde.

3). Vai depender do trajeto da ferrovia. Se tiver que mandar de Rio Verde pra Santa Helena ficaria complicado, se a ferrovia chegar até Rio Verde pode ficar melhor. Foi uma questão política, a escolha de Santa Helena pro Porto Seco. O governador era de Santa Helena, por isso a escolha de Santa Helena. Marconi parece querer que a ferrovia chegue até Rio Verde. Se o porto seco for em Santa Helena a COMIGO precisará de um armazém em Santa Helena.

4). Tem frota própria, mas soma só 15%. Autônomos são 5%. O Restante é transportadora. Brasil Central (goiana) e Mandacari (goiana), Rodorápido (não é goiana, mas tem filial em Goiânia), Rodogrande, roma, Pilate, Andrade Graneleiros (não são goianas).

6.) COMIGO: carro chefe é a soja.

Não vê com bons olhos a cana, ela se torna um monopólio. As cidades ficam ruins, sujas, empobrecem. Rio Verde restringiu que só 10% pode ser cana. Produção pra combustível x produção pra alimentação ... pensa que deveria ser maior a produção de alimentos do que a produção de combustível.



7) relação pequena com grandes empresas. Relação maior é com a a Dreyfus. Parceria Dreyfus de Jataí.

Pega a soja da COMIGO em JHataí. E a COMIGO pega a soja da Dreyfys em Rio Verde. Para diminuir o frete essa relação existe. As demais são concorrentes, cordiais, mas concorrentes.

A tendência da COMIGO é expandir pro Mato Grosso, onde ainda há muita soja.

Aeroporto de Rio verde: estrutura não dá condições de uso. Merecem uma estrutura melhor. Indicação: Jorge Luís Pierosan – Perdígão.

Brasil Foods.

Brasil Foods.

Clodovéu Alcantara G. Nascimento.
 Coordenador Transportes Agropecuários.
 Brasil Foods Rio Verde. 05\04\2011
 Contatos: 64 3611 1826.

Questionamentos norteadores:

Há duas áreas de transportes na Brasil Foods:

1. Transportes frigorificados. (gestão é feita não nas unidades, mas sim em Itajaí-SC, via satélite, rastreamento.)
2. Transporte agropecuário.

1. Área de transporte frigorificado:

70 caminhões por dia.

38. 000 toneladas por mês de volume de produtos acabados.

A princípio Rio Verde seria um ramo da Perdigão pela proximidade do milho e para atender ao mercado interno. Mas, os compradores passaram a preferir os produtos de Rio Verde do que do Sul, assim, 40% da produção de Rio Verde é destinada ao mercado externo.

A produção para o mercado externo vai para os portos:

De Santos pela BR 452. (passa por Itumbiara, há 30 km intransitáveis na rodovia que passa por Santa Helena e segue até o Rio dos Bois.)

Itajaí.

Paranaguá.

BR-452.

SP, BH, ES.

Sul e SE também seguem pela 452,

Opção Sul – passando pelo Mato Grosso do Sul, Caçu, Jales, Ourinhos, Marília ...

Rio Verde até BR 364 está ruim. GO 174.

Para o Norte e Nordeste seguem pela GO – 060.

Manaus – 060 até Jataí e depois BR 364.

Belém – Belém- Brasília.

BR 452. E GO 060 são as principais rodovias utilizadas.

Não usam muito São Simão, foi alternativa quando a BR 452 estava ruim.

2). Precária.

452 só agora tem um recapeamento melhor.

060 há quatro anos está em construção, melhorias sempre sendo feitas, mas os problemas sempre retornam., são reincidentes muito rapidamente, ou seja, as melhorias parecem não ser definitivas, ou de boa qualidade.

3) Alto Taquari – usam ferrovia – containers para Santos.

Os volumes por ferrovia são menores, esperam a ferrovia nova como opção.

4) caminhão.

100% terceirizado.

15 caminhões de Rio Verde de containers. (diretos pra exportação).

Só empresas contratadas, caminhões padronizados.

Brasil Foods não tem caminhão, nem motoristas. Monitoramento dos caminhões é feito pela Br Foods, são contratos de exclusividade.

Transcol (empresa de Rio Verde – possui 50 caminhões.

Transcosler (Rio Verde)

Catto (externa, SP, RS, mas tem filial em Rio Verde.)

2.000 caminhões – mais ou menos 180 empresas de transporte.

Buscam reduzir o número de empresas prestadoras de serviços.

Baracelo, Betonfix, Maicás, Zili (empresas de transporte que não são goianas, ou de Rio Verde.)

5) Produtos frigorificados não são atendidos com estrutura fluvial, mas específico para uso de grãos.

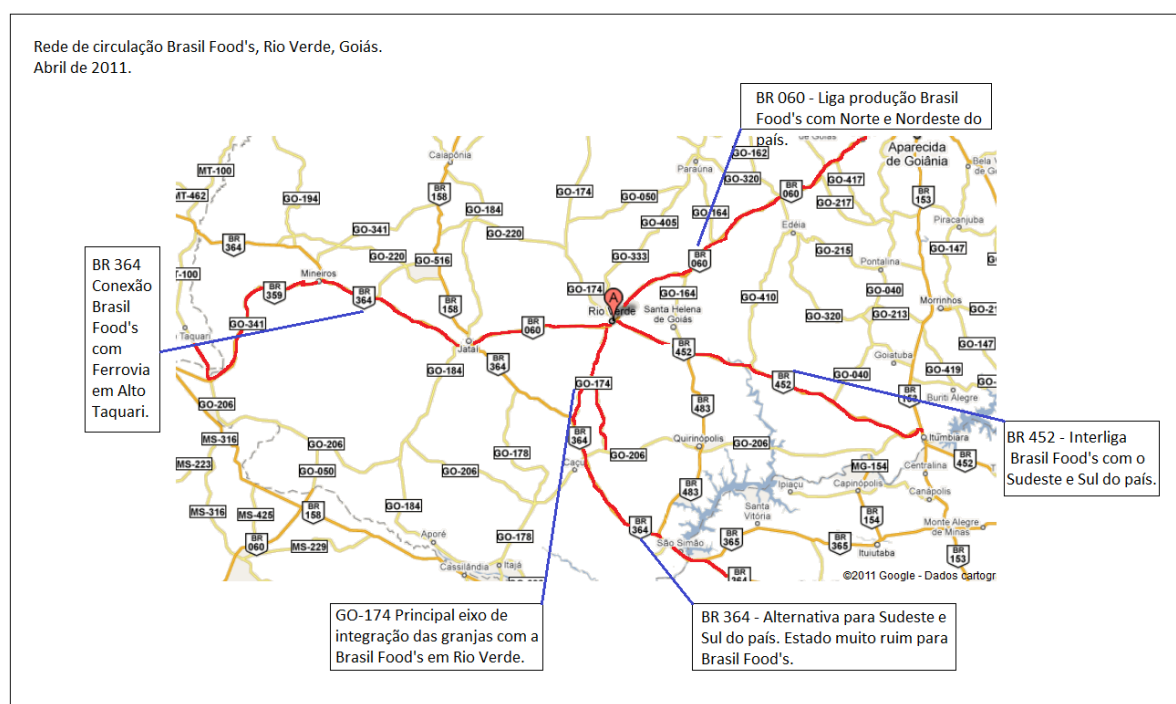
“navios” de cabotagem (Perdigão está usando mais) (do sul para o nordeste) de RS até PE (recife)

7) Paulo Roberto – prefeito de Rio Verde.

Cana concorre com milho, afasta o milho. Dificuldade para conseguir mão de obra. Brasil Foods recruta pessoas no Nordeste.

Motoristas – mão de obra escassa, não tem qualificação.

Cana – safra precisa de 800 motoristas, concorrência é maior.



Na área de Agropecuária:

1.) 440.000 frangos saem de Rio Verde por dia.

75.000 frangos saem de Jataí por dia.
 22.000 perus são transportados em Mineiros ao dia.
 5.800 suínos são transportados em Rio verde por dia.

Ração:

3.200 toneladas por dia, Rio verde.
 250 toneladas ao dia, Jataí.
 800 toneladas ao dia Mineiros.

Grãos são transportes dos suprimentos.
 Grande volume vem de Montividiu. GO 174, e GO 220

Jataí, Mineiros, Chapadão do Céu, Serranópolis e Rio Verde – distribuem safras para (2 centros em) Rio verde, (2 centros em) Jataí, (1 centro em) Planalto Verde e (1 centro em) Mineiros. A produção é concentrada nessas localidades que vão destinando os grãos para a produção de animais ao longo do ano.

O milho utilizado na criação dos animais é todo goiano. O farelo de soja é comprado da Cargill (de Rio Verde), da Luis Dreyfus (de Jataí) e da COMIGO (de Rio Verde). A maior parte é comprada da Cargill, cerca de 90%.

2) Infra pra Agropecuária:

Raio ao redor de Rio Verde.

Sentido seguindo para Goiânia.

Rio Verde, Montividiu e Jataí – 50% de integração das granjas.

Rio Verde – GO 174 – segue para Aparecida do Rio Doce, o restante da integração, os outros 50%.

1 núcleo de ave – custa mais de um milhão de reais.

AO sul de Rio Verde as terras são mais baratas, por isso houve investimentos maiores em granjas.

GO 174 integra as granjas da Brasil *Foods*, esta está em estado muito ruim, todos os anos são os mesmos problemas que eles enfrentam.

Terras mais arenosas e a infraestrutura é muito ruim.

Levam ração todos os dias pros integrados. Segunda a sábado, 24 horas por dia. São 3 turnos para fábrica de ração.

65 veículos transportam a ração de Rio Verde.

Os caminhões são grandes, com 13, 18 e 26 toneladas (capacidade), quarto eixos, caminhões são da *Volks* e da *Ford*.

Silos são produzidos pela TREL, uma empresa de EREXIM-RS.

31 caminhões são para frango. (4 eixos)

22 caminhões para suínos (convencionais)

Semanalmente é disponibilizado quais animais e quantos estão prontos para abate.

3 viagens ao dia faz cada caminhão.

Ciclo fechado.

Caminhão não pode esperar, chega e já descarrega e parte para outra viagem.

Animais esperam apenas 4 horas para serem abatidos, exigência do ministério da saúde.

Baias cabem 1.600 animais e chegam 5.800 animais por dia. Assim, é preciso planejamento, pois são 50 viagens ao dia no total.

Frango – logística mais rápida e trabalhosa, 30 minutos de esperam são 90 viagens ao todo por dia.

Suínos – cabem 96 animais no caminhão. Dependendo do peso.

Frango – cabem de 4 a 7 mil animais no caminhão, dependendo do peso.

Logística de apoio ao frango – pegam na mão um por um e colocam dentro de uma caixa.

São 10 equipes com 26 pessoas para pegar o frango todos os dias nas propriedades de segunda a sábado e colocá-los nas caixas e nos caminhões. 540 caixas por caminhão.

As equipes são terceirizadas. Carregam de 08 a 10 caminhões ao dia.

BREVAL, GIE, ENC, São empresas pequenas, possuem 2 equipes cada empresa.

A Brasil Foods está em busca de um software que a ajude nessa logística complexa.

O caminhão de ração se auto-descarrega, não tem mão de obra, é mecanizado por um sistema de descarga de caminhão.

Além disso, a Brasil *Foods* utiliza as “estradas”, as vias não pavimentadas para buscar animais nas propriedades, são as estradas vicinais.

Por isso mesmo há muitos custos extras: equipe de socorro – trator, caminhão prancha pra deslocar tratores e mão de obra. Tudo para tentar poupar ou evitar as horas de indústria parada. Se o frango não chega na hora, trava a indústria e o frango é “full time” em março o frigorífico ficou parado por 13 horas por falta de animal, causado pelos transtornos do transporte, pois não chegaram à indústria os animais.

Ração é mecanizada. Suíno é tocado, tangido até o caminhão. 5 pessoas para a tarefa. Tirar das baias e tanger até o corredor. Mão de obra é do integrado.

Estradas mais usadas:

Regiões do Rio Preto.

Estrada do Rio do Peixe.

Clube do laço (está boa, mas a ponte caiu).

Quebra cabeça.

Florestal da COMIGO.

Todas essas estradas vicinais estão dentro do município de Rio Verde.

AS pontes são de madeira, que ainda existem no município, Uruana distrito de Rio Verde. Por isso caem.

GO-174 e estradas vicinais: problema maior da área de logística do Agropecuário.

Anexo:**Tabela Moradores e Comércio em Jataí, 1908.**

Número casa	Morador	Número casa	Morador	Número casa	Morador
1	José Correa	34	D. Madalena Martins	69	Dr. Hilário de Tal
2	Alonso Faria	35	Cel Antonio José Mendonça	70	Jorge Zaidem e família
3	Antonio Soares	36	Assad Boaty Jajah	71	Vitório Invernizzi
4	Antonio Soares	37	Joaquim Gouveia de Moraes	72	José Alves Dias
5	Olímpio de Toledo	38	Antonio J. de Almeida	73	José Alves Dias
6	Hipólito	39	Ignorado	74	Manoel Afonso de Almeida
7	João Ribeiro	40	Dr. Silva Campos – juiz	75	Joao Gomes de Campos
8	Paulistinha – Tropeiro	41	José Leite	76	Meia água de Placinda de Tal
9	Joaquina Pintada	42	Antonio Cacete	77	Messias Fabiano
10	Joaquim Cornélio Brom	43	Cipriano Rodrigues	78	Fracelino Alves
11	Carlos Ferraz	44	Joao Cabaça	79	Maria David
12	José Cardoso de Souza – José do Jovencio	45	Matriz do Divino Espírito Santo	80	José Emiliano e família
13	Artur Rodrigues da Cunha	46	Cemitério	81	Albina de Mello França
14	Mãe de Honório Cruzeiro	47	Bertolino	82	Tomázia de Tal
15	Irmãs Cintra	48	Valeriano do Prado	83	Igreja do Rosário (em construção)
16	José de Freitas	49	Família de José Manoel Vilela	84	Meia Água de Adolfo Brom
17	Ritinha do céu-mulher dama.	50	Ignorado	85	Ulderico Cornélio Brom
18	Donana Carvalho – viúva de José C. Bastos	51	Joaquim Espiridiao – oficial de justiça	86	Manoel Luís de Deus
19	Quartéu	52	Francisco de Oliveira França	87	D. Mariana Vilela
20	Casa de Comércio	53	Venda de José Pereira Rezenda	88	José Parassu
21	Antonio de Mello Filho	54	Ursulina de Brito e filhos	89	Antonio Gedoa
22	Viúva de Herculano C. de Mendonça	55	Olavo Itapura do Nascimento	90	A Gedda – Fábrica de Cerveja Jataí
23	João de Oliveira França	56	José Cronélio Brom	91	Ritinha do Cassiano
24	Custório Pereira	57	João Naves	92	Josefa Cabeça – mulher dama
25	Escola	58	Manoel – da brasileira	93	D. Maruca
26	Miguel Campeiro	59	Custório da Veiga	94	Fortunato de Tal
27	Casa de Comércio de Honório Cruzeiro	60	Casa em construção	95	Francisco da Palmira
28	Flávio Otoni de Carvalho	61	Padaria	96	José Bernardino De Morais – juiz

29	Antonio Passos e Levinda Itapura	62	Jovencio de Souza	97	Maria do Belarmino
30	Custório Pereira	63	Davi Caçoada	98	Tonico Turco
31	Correio	64	Aprígio Vieira	99	Emiliano C. de Moraes
32	Genésio Benevides	65	Clarimundo Fernandes	100	ANTONIO FERREIRA
33	José Advíncula e família.	66	José Pedreiro – Duca	101	Zé Turco
34	D. Madalena Martins	67	Mr. Mancini – engenheiro	102	Cinema ambulante de Domingos de Almeida – vindo de Goiás.
35	Cel Antonio José Mendonça	68	José Candal	103	

